

O Papel do Arquitecto na Construção do Comum

Intervenções pós-catástrofe: o caso de
Espalhafatos após o Sismo de 1998

Joana Alves Trindade

30-09-2014

Agradecimentos

À Fátima e à Cláudia Goulart da S.R.S.S., Delegação do Faial

Ao Paulo Jaime e à Laura Marques da SPHRI, S.A.

Ao Arnaldo Raposo

Ao Prof. Álvaro Domingues

À gente dos Espalhafatos (não excluindo os das Canadinhas) por me darem a conhecer o seu mundo

À Manuela Dutra, pelo acolhimento e a companhia.

Ao meu pai, pelo mecenato

Aos meus irmãos, pela existência elementar e fantástica

A todos os meus amigos pelo apoio, em especial à Catarina, à Joana, ao André, à Ana e ao Paços pela imensa ajuda nos últimos tempos, cada um à sua maneira.

Resumo

Quando o espaço construído deixa de existir, passando a existir apenas a memória (ideia) do lugar, o arquitecto não tem ao seu dispor os recursos habituais, não podendo operar através da observação directa. Assim, o projecto nasce num limbo; num espaço que pertence simultaneamente ao passado e ao futuro, mas que deles transporta apenas ideias, retalhos de realidades abstractas. Do passado, retém ideias de realidade sob a forma de memórias e, do futuro, sob a forma de ambições e pretensões.

Neste processo de reconstrução, quem deverão ser os actores intervenientes e qual é o papel do arquitecto entre eles? Será o arquitecto apenas um instrumento no caminho para a resolução do problema? Ou ser-lhe-á permitida uma liberdade artística no caminho para a solução?

O objectivo deste estudo prende-se, portanto, com o reconhecimento dos passos do processo de projecto na procura do que é comum a determinado grupo, ou seja, do conjunto de elementos, práticas e ambições reconhecíveis por todos aqueles que partilham um mesmo território construído. Nesta procura, como poderá o arquitecto - não pertencendo ele, na maioria das vezes, ao grupo afectado - gerir os recursos que tem ao seu dispor, avaliando a importância de cada um deles e potenciando o seu reflexo no novo meio construído?

Como se identifica aquilo que é comum a um grupo? Será a cultura um conjunto de fenómenos identificáveis neste processo? Qual o conceito por trás de “comum”, “colectivo” e “público”? Será o estudo das relações comportamentais entre os indivíduos e o seu meio, suficiente para garantir o sucesso da obra arquitectónica? Ou por outro lado, representará a sua aplicação directa uma posição puramente funcionalista de “*fit and effect*”? Pode, a arquitectura, ser etnocida? Como avaliar o sucesso da obra arquitectónica?

Abstract

When the built space ceases to exist, and only memory (idea) of the space remains, the architect does not have the usual resources available, not being able to work thru direct observation. Thus the architectural project has a limbo as its birth, a place that belongs simultaneously to past and future but from them only carries ideas, fragments of abstract realities. From the past, it retains ideas of reality in the form of memories and, from the future, in the form of ambitions and claims.

In this reconstruction process, who are supposed to be the intervening actors and what is the architect's role among them? Will the architect be just a tool in the way to the problems resolution? Or will he be allowed the artistic freedom in the way to the solution?

Therefore, the highlight of this study leans over acknowledging the steps of projecting process in searching of what is common to a certain group, in other words, the set of elements, practices and recognizable ambitions by those who share the same built territory. In this search, how come the architect – most of the times, not being part of the affected group – manage the available resources, evaluating the importance of each one of them and so enhancing its reflection in the new built environment?

How to identify what is common in a group? Is culture a set of identifiable phenomena in this process? What are the concepts behind “common”, “collective” and “public”? Will the studying of behavior relations between the individuals and their environment, be enough to ensure the success of the architectural work? Or, on the other hand, will its direct application represent purely a functional position of “fit and effect”? Can architecture be ethnocide? How to evaluate the success of the architectural work?

Índice

| | |
|---|-----|
| Agradecimentos | 2 |
| Resumo | 3 |
| Abstract..... | 4 |
| INTRODUÇÃO | 11 |
| PRIMEIRA PARTE..... | 17 |
| 1. A Procura do Comum | 19 |
| 1.1. O <i>público</i> na construção do <i>comum</i> | 25 |
| 1.2. Cultura e memória colectiva..... | 32 |
| 2. A obra arquitectónica enquanto palimpsesto..... | 37 |
| 2.1. A arquitectura enquanto linguagem..... | 39 |
| 2.2. A evocação das memórias: a arquitectura como máquina do tempo..... | 43 |
| 2.3. Identificação ou definição? | 52 |
| 3. <i>Suspensão</i> : A Gestão do processo de projecto | 61 |
| 3.1. Leitura e Interpretação..... | 65 |
| 3.2. A intervenção do habitante | 70 |
| 3.3. O arquitecto entre os outros agentes do processo de projecto | 77 |
| 3.4. O que é o sucesso? | 82 |
| SEGUNDA PARTE | 91 |
| 1. CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA ILHA DO FAIAL..... | 93 |
| 1.1. Breve História das Catástrofes na Ilha do Faial..... | 105 |
| 2. O SISMO DE 1998 NOS AÇORES | 115 |
| 2.1. O Sismo..... | 115 |
| 2.2. Danos Materiais | 117 |
| 2.3. Alojamento de emergência | 127 |
| 2.4. Alojamento provisório | 129 |

| | |
|---|-----|
| 3. METODOLOGIA GERAL DA RECONSTRUÇÃO NO PÓS-SISMO DE 1998..... | 131 |
| 3.1. Agentes intervenientes na Reconstrução | 131 |
| 3.2. O apoio à reconstrução | 137 |
| 3.3. Mitigação do Risco..... | 143 |
| 4. ESPALHAFATOS: DO PASSADO AO FUTURO | 149 |
| 4.1. O grupo..... | 153 |
| Passado: Quem habitava o lugar dos Espalhafatos? | 154 |
| Suspensão: A definição do novo grupo | 155 |
| Futuro: Integração e segregação | 157 |
| 4.2. O Território | 172 |
| Passado: O espaço construído antes do Sismo de 1998 | 173 |
| Suspensão: Como operar uma relocalização? | 177 |
| Futuro: O público expectante | 183 |
| 4.3. A Habitação | 203 |
| Passado: O espaço doméstico antes do Sismo de 1998 | 225 |
| Suspensão: O envolvimento dos sinistrados no processo de projecto da sua habitação | 227 |
| Futuro: A diversidade no comum | 229 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 239 |
| Da relação projectista – habitante: o sentido do projecto colaborativo..... | 240 |
| Do organicismo da arquitectura vernacular à arquitectura incremental..... | 243 |
| Do mimetismo da imagética à fenomenologia..... | 245 |
| Da prioridade e da expectativa..... | 246 |
| Bibliografia | 249 |
| ANEXOS | 253 |

INTRODUÇÃO

O porquê do uso da catástrofe como objecto de hipótese

É conveniente, antes de mais, esclarecer o sentido em que o conceito de catástrofe surge como base para um estudo que coloca o papel do arquitecto no centro da investigação.

No momento que sucede a catástrofe, revela-se um estado de suspensão da norma. Estão suspensos os mecanismos sociais habituais; estão desaparecidos os espaços que os suportam. Este momento, entre o passado e o futuro, não representa apenas a ausência de entorno construído, é, também, a representação física da perda material do passado, bem como da utopia realizável do futuro. As situações pós-catástrofe representam, assim, uma situação-limite do processo de projecto, em que este se poderá apoiar apenas numa avaliação daquilo que é imaterial. Esse tempo de *suspensão* é, portanto, suporte de intenções e desejos – atinentes ao futuro - apoiados em pressupostos que são baseados em práticas ou até mesmo em crenças colectivas. A pressuposição da existência do *colectivo* posiciona o indivíduo enquanto parte integrante de um grupo, e transporta-nos para a ideia de que existe algo comum entre esses indivíduos que a ele pertencem.

Ao agirmos em determinada circunstância, fá-lo-emos não só com base na nossa própria experiência, mas com base na experiência de outros, através daquilo que observamos ou do que chega até nós pelas relações que estabelecemos com o meio social do qual fazemos parte. O modo como agimos sobre o nosso entorno está, então, directamente relacionado com as experiências comuns e com a forma como interpretamos essas experiências. Por sua vez, essa interpretação vai gerar conjunto de ideologias, ambições ou interesses partilhados por um grupo ou, senão partilhados, pelo menos reconhecíveis, já que a linguagem utilizada na sua expressão é uma linguagem adquirida socialmente.

Parte-se do princípio, então, que um grupo se desenvolve sobre um denominador comum, assente na complexidade de interpretações e acções individuais bem como na contradição das suas interacções. Ainda que se esta

perspectiva se baseie na individualidade e autonomia, um grupo pode ser identificado quando nele se podem reconhecer semelhanças na forma como cada uma das partes lida com as demais e com o meio que suporta essas interações. Partilhando o mesmo território, o grupo desenvolve a sua acção no contexto de memórias adquiridas colectivamente. Essas memórias, por sua vez, têm origem na complexidade própria subjectividade individual e, consequentemente, do confronto entre as experiência e a liberdade individuais.

Aí que reside o mote do presente estudo: como poderá o arquitecto identificar aquilo que é comum a um grupo quando o espaço construído já deixa de representar e reflectir a experiência e a linguagem colectivas? Como identificar as suas problemáticas? Como encontrar uma solução reconhecível por esses indivíduos, ou seja, que utilize a sua linguagem? Como encarar essa linguagem na sua potencialidade evolutiva e produtora de discursos diversos? Como projectar segundo uma linguagem que nos é exterior? Como atender à individualidade subjectiva própria da condição humana? Como observar um território que já não vê nele reflectido o quotidiano da sua população; que já não suporta os seus mecanismos de acção? Se nos fizer sentido, como faz a Amos Rapoport¹, que o arquitecto é um mero instrumento cuja função é encontrar a melhor solução para um dado problema, teremos já algumas das preocupações colmatadas, deixando de parte o interesse pela liberdade artística inerente ao desenho de algo novo. Se assim não for, ser-nos-á imperativo descortinar até que ponto poderemos usufruir dessa liberdade, sem que para isso menosprezemos o direito à liberdade de cada indivíduo para definir os valores que considera prioritários no modo como se quer relacionar com o meio onde se insere. Ainda que acreditássemos que o papel do arquitecto se prende apenas com o encontro da solução para determinado problema, serviria o presente estudo para perceber qual a abrangência da base informacional que deveria fazer parte da análise e quais os critérios para a mesma. Em segundo lugar, como saber qual é a solução óptima, tendo presente que: 1) as ambições de um indivíduo não serão as mesmas do seu vizinho; 2) o arquitecto age - assim como os demais indivíduos - segundo a subjectividade própria da

¹ Amos Rapoport (1929-) é um arquitecto polaco que desenvolve a sua investigação em torno das relações entre a cultura e as formas da arquitectura.

interpretação individual e nessa subjectividade reside a forma como vai ser desenrolado todo o processo de projecto; 3) o sucesso de uma solução é ele mesmo altamente subjectivo, sendo que depende de quem o avalia e quais os seus critérios.

A subjectividade individual seria definitivamente introduzida pelos movimentos experimentalistas (aquando do final dos CIAM²) que, ao romper com o Movimento Moderno, afastavam a ideia de um indivíduo abstracto e que devia tender para a mesma forma de apropriar o espaço, propondo a assunção da complexidade e da especificidade humanas no processo de projecto. A evidência de um Homem complexo e interactivo rejeitava a posição do arquitecto enquanto definidor de modelos cuja pretensão remetia a uma «maquinização» do espaço, aproximando o projecto à personalização.

A análise dos comportamentos individuais e colectivos torna-se, então, premente, já que a acção humana varia segundo o espaço e o tempo: varia segundo a circunstância. Mas a análise comportamental, por si só, não garante o sucesso da obra arquitectónica, pois a sua aplicação directa pressupõe - de forma determinista e unidirecional - que os indivíduos apenas respondem à circunstância que lhes é apresentada. Essa perspectiva não tem em conta a evolução; não considera a interacção e a produção de significados resultante da interpretação individual.

Amartya Sen³ coloca o centro da questão do desenvolvimento na liberdade individual, considerando que o desenvolvimento deve ser «um processo de expansão de liberdades reais de que as pessoas gozam»⁴. Para tal, a avaliação a levar a cabo nesse processo não poderá partir de outra parte senão do próprio indivíduo. Deverá perscrutar as suas ambições e que sentido este dá às suas liberdades, afastando a imposição de modelos de desenvolvimento à luz

² Os CIAM (*Congrès Internationaux d'architecture moderne*) foram uma organização fundada em 1928, que consistia no encontro de arquitectos modernistas para a discussão de problemáticas da actualidade relacionadas com os vários campos de interesse da arquitectura. Em 1956, em Dubrovnik, Jugoslávia, teria lugar o último dos CIAM, o décimo, de onde é originária a toponímia do grupo experimentalista Team X.

³ Amartya Sen (1933-) é um economista indiano laureado com o prémio Nobel da Economia em 1998 pelas suas contribuições no âmbito das decisões sociais em vista ao desenvolvimento. Sen relaciona directamente a capacidade de desenvolvimento de determinada população com as limitações e oportunidades estabelecidas pelo Estado.

⁴ SEN, Amartya - O desenvolvimento como liberdade. Lisboa: Gradiva, 2003. Pág.50

de quem projecta ou de quem regula, pois cada indivíduo possui definições distintas de qualidade de vida. Não obstante o desenvolvimento estar inerente a qualquer projecto de arquitectura, numa situação pós-catástrofe a sua importância assume um maior relevo. É nesses momentos de suspensão da normalidade que se abre espaço ao encontro de novas soluções para problemas pré-existentes. E sendo que se deverá reconstruir todo o ambiente que suporta a vida de um grupo, desde o habitat mais íntimo ao espaço público, as decisões tomadas verão exponenciadas as suas repercussões sociais.

O processo de projecto desenrola-se, então, sob o olhar de Janus⁵, o deus romano de duas cabeças que condensa, no seu olhar, a transição entre o passado e o futuro, sendo capaz de mirar, simultaneamente, direcções opostas. E Janus não encarna apenas o arquitecto ou demais projectistas, mas engloba uma entidade formada por todos os intervenientes na idealização do novo espaço. Janus ocupa-se simultaneamente do entendimento do passado e da projecção do futuro, e posiciona-se num umbral que pertence a ambos os tempos e que deles transporta ideias, pressupostos ou até mesmo presunções.

O que é uma Catástrofe?

Uma catástrofe não é obrigatoriamente uma fatalidade. Um terramoto, um furacão ou mesmo um bombardeamento, podem não corresponder a um efeito catastrófico. Por catástrofe, entende-se o efeito destrutivo de determinado acontecimento num dado local, e esse efeito surge pela combinação de vários factores agravantes ou atenuantes da situação de risco. Imagine-se um forte terramoto, indicando 8.9 na escala de Richter⁶, no meio de um deserto onde não existam construções e onde a vida, mesmo sob as formas mais elementares, é escassa. De facto, é um fenómeno natural de larga escala, mas não seria por nós considerado um desastre natural, e muito menos uma

⁵ Janus foi o deus romano que deu origem ao nome do mês de Janeiro, já que as suas duas cabeças podem concentrar a mirada para o ano anterior e para o ano vindouro. A mitologia associa este deus às épocas de transição e à capacidade de concentrar, em si, a ideia do passado e do futuro, simultaneamente.

⁶ A escala de Richter ou Escala de Magnitude Local é uma escala que classifica um episódio sísmico segundo a energia libertada pelo mesmo.

catástrofe. Por outro lado, um terramoto de 4.5 com epicentro numa cidade sem preparação anti-sísmica teria um efeito devastador.

Este efeito é fruto da relação entre um risco – seja ele natural ou provocado pelo Homem – e uma condição vulnerável⁷. Nunca tendo obtido sucesso em impedir que as catástrofes sucedessem, as sociedades foram aplicando esforços no sentido da mitigação dos riscos. Ainda que veja destruída a sua casa, a sua comunidade ou até mesmo a totalidade da região onde vive, o grupo afectado tende a permanecer no mesmo local, desafiando a natureza e acreditando no seu poder para minimizar as «condições vulneráveis».

Os episódios da história em que se relata a realocização de um grupo como resposta à consciencialização do risco não são frequentes, mesmo nos casos em que as catástrofes são fenómenos recorrentes. A memória de um indivíduo - como parte da memória colectiva de um dado grupo - é capaz de, controversamente, reconhecer no território do passado paradigmas culturais que apropria como sendo seus mas não de reconhecer nele as ameaças futuras de uma natureza que se nos apresenta cíclica, com ritmos cuja frequência tende a ser constante. Nesta aparente controvérsia, tem um enorme peso o facto desses ritmos da natureza representarem, numa escala temporal humana, o passar de gerações e gerações, e, com elas, a perda de intensidade de um problema que pertence ao passado e cuja repetição tem data indefinida.

O caso de Estudo

A necessidade de investigar a implementação dos conceitos teóricos estudados ao longo da primeira parte da presente dissertação, levou à análise de um caso de estudo concreto. O Sismo de 1998 nos Açores foi escolhido essencialmente pela distância temporal que temos hoje em relação ao seu acontecimento, facto que ainda tornaria possível reconhecer e abordar os intervenientes no processo de projecto, bem como estar suficientemente longe para perceber as repercussões directas da reconstrução.

⁷Philip O’Keefe *apud* DAVIS, Ian – *Arquitectura de Emergencia*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1980.

Esta catástrofe assolou essencialmente a Ilha do Faial, tendo sido devastadora nas freguesias do Norte da Ilha. A deslocação à ilha tornou-se imperativa para o estudo, onde a bibliografia específica poderia ser consultada e onde se poderia investigar *in situ* as consequências da abordagem dos intervenientes na reconstrução durante o momento de suspensão. Após um reconhecimento geral do processo de reconstrução, a investigação focou-se no lugar de Espalhafatos - uma localidade da freguesia da Ribeirinha - e no grupo que aí habitava antes do sismo. Esta escolha decorreu essencialmente do grau extremo de devastação sofrido naquela localidade e no facto de se ter operado uma realocização de parte do grupo. A realocização foi consequência de uma aposta governamental na redução da vulnerabilidade do edificado faialense, tendo levado a cabo inúmeros estudos geológicos que resultariam na delimitação de zonas de risco, onde a construção seria condicionada.

A Segunda Parte da presente dissertação expõe, em primeira instância, um contexto histórico geral da ilha do Faial e um breve apontamento acerca das catástrofes mais importantes aí vividas, partindo, logo após, para a introdução do contexto gerado pelo Sismo de 1998. A metodologia geral seguida na reconstrução é alvo de análise detalhada no sentido de proporcionar um melhor entendimento das condicionantes que levaram às decisões efectuadas durante o processo de projecto e dos pressupostos sob os quais se projectava o desenvolvimento, após tamanha ruptura com o espaço do passado.

O último capítulo da Segunda Parte é o culminar do estudo, aquilo para onde se caminhou desde início. Será lugar de conjugação da informação de arquivo, bibliográfica e documental, com as entrevistas realizadas à população de Espalhafatos. Foi perscrutado o seu envolvimento no processo de projecto de reconstrução e tentou-se levar a cabo uma reconstituição do seu habitat anterior ao sismo através das suas memórias e, pontualmente, através de registos fotográficos pessoais de cada um. As entrevistas tiveram já lugar no novo habitat próprio, sendo que as comparações desejadas entre o antes e o agora eram inevitáveis no decorrer das conversas. Esta análise em campo caminhou no sentido da identificação da base informacional através da interpretação das memórias e desejos da população em estudo, ou seja, o desvendar do caminho para a identificação daquilo que é *comum* ao grupo.

PRIMEIRA PARTE

1. A Procura do Comum

Procurar o *comum* implica assumir a diversidade. Uma abordagem que parta da análise daquilo que é comum, parte de um princípio integrador, de compatibilidade. Por outro lado, ao pressupor uma unidade, inclui a possibilidade da diferença. Não nos faria sentido procurar uma base comum perante uma hipótese de homogeneidade total.

*Comum: «adjectivo do latim commuñe. Comum, que pertence a vários ou a todos; comum a, em comum com; acessível a todos, afável, aberto, gracioso, agradável.»*⁸

O conceito mais explicitamente implícito na definição proposta por este dicionário etimológico é a existência de um «todos», ou seja, de um grupo que pode ser identificado por alguma(s) característica(s) partilhada(s) pelos seus elementos. Apropriando a definição de Paul Connerton⁹, «*o termo grupo é aqui utilizado num sentido generosamente lato e com alguma flexibilidade de significado, de forma a incluir tanto as pequenas sociedades, em que todos se conhecem (tais como as aldeias e os clubes), como as sociedades territorialmente extensas, em que a maior parte dos seus membros não se pode conhecer pessoalmente (tais como os estados-nação e as religiões mundiais)*»¹⁰.

Em limite, todos pertencemos ao mesmo grupo - esse de um *mundo comum* - já que todos partilhamos a «*riqueza comum do mundo material – o ar, a água, os frutos, o solo, e tudo o que a natureza tem para oferecer*»¹¹. Na era actual, pautada pela ideia de uma globalização, as centralizações do poder e a criação de «verdades universais» evocam a presunção de que os valores e os

⁸ «Comum» in *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*

⁹ Paul Connerton é um antropólogo britânico que posicionou o seu estudo na génese performativa e ritualística da memória colectiva. Os seus trabalhos mais reconhecidos são as publicações *How society remembers*(1989) e *How modernity forgets*(2009).

¹⁰ CONNERTON, Paul – *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993. Pág.8

¹¹ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael – *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009. Pág. viii

funcionamentos sociais deveriam tender para a uniformização dentro deste grupo global.

Antonio Negri e Michael Hardt¹² apresentam o *comum* como causa e consequência das produções culturais e consideram que a nossa capacidade de interacção social está altamente dependente da forma como se desenvolve a sua produção.

«We consider the common also and more significantly those results of social production that are necessary for social interaction and further production, such as knowledge, languages, codes, information, affects, and so forth.»¹³

A diversidade de formas de actuação de um grupo perante o seu entorno deve ser assumida pelo arquitecto em todas as suas vertentes. Sendo que o espaço construído é suporte das relações e produções sociais, os critérios culturais, relativos tanto ao passado (sob a forma da memória colectiva) quanto ao futuro (sob a forma do desejo e da ambição) não podem ser ignorados no processo de projecto. As práticas e as problemáticas ideológicas de determinado indivíduo assentam sobremaneira em pilares que lhe foram transmitidos através de experiências colectivas no seio de determinado grupo. As produções do conhecimento e da linguagem surgem dessa interacção e, portanto, os indivíduos aproximam-se pelo reconhecimento de práticas comuns, nascidas e constantemente reinterpretadas no meio social. No entanto, cada indivíduo desse grupo terá experiências interculturais e formas de interpretação dos fenómenos que o farão desenvolver outras formas de pensar o mundo e nele agir.

¹² Antonio Negri (1933-) é um filósofo político italiano. O seu alegado envolvimento na liderança de um grupo denominado Brigadas Vermelhas (*Brigate Rosse*, um grupo de guerrilha comunista italiano formado em 1969) levou ao seu exílio em França e ao seu encarceramento em Itália. Michael Hardt (1960-) é um teórico literário e filósofo político estadunidense que lecciona na Duke University em Washington D.C. e que, juntamente com Negri, escreveria a trilogia *Empire*, *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire* e *Commonwealth*.

¹³ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael – *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009. Pág. viii

«O indivíduo e o comum não são perfeitamente sobreponíveis. Por isso é necessário proteger a integridade da identidade individual contra as identidades colectivas ou o que é considerado como verdadeiramente geral.»¹⁴

A procura do *comum* opera, então, sobre a subjectividade das interacções e interpretações humanas, considerando o papel da arquitectura enquanto suporte catalisador das produções sociais. Baseadas na complexidade, essas produções são fundadas na diversidade de critérios de aproximação a um problema; na controvérsia dos discursos coexistentes num mesmo lugar, ainda que esse lugar possa ser o mundo globalizado dos nossos tempos.

«Cada sociedade tem o seu regime de verdade, a sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e que faz operar enquanto verdade.»¹⁵

Foucault¹⁶ assume que cada grupo opera segundo um sistema de base que se rege por verdades comuns. Segundo a sua linha de pensamento, essa «política geral de verdade» está directamente relacionada com as relações de poder instituídas, capazes de regular os tipos de discurso que serão aceites ou rejeitados dentro da mesma sociedade.

O *comum* inclui tudo o que é reconhecível, aceitável ou desejável dentro dos seus pressupostos, excluindo o que ignora, despreza ou não compreende. A procura do *comum* não constitui uma análise que ambiciona a uniformidade ou a estandardização. É antes uma análise que pretende ter como referência o âmbito cultural em que se insere a obra arquitectónica a projectar, assumindo a diversidade das características individuais. Amos Rapoport defende que a aproximação do arquitecto deve basear-se numa análise

¹⁴ INNERARITY, Daniel – O Novo Espaço Público - Lisboa: Teorema, 2006. Pág. 37

¹⁵ FOUCAULT, Michel – *Microfísica do Poder*. Editora Graal (online). Pág.10

¹⁶ Michel Foucault (1926-84) foi um filósofo francês que, entre outras procuras, questionou a imposição das verdades científicas e teorizou a relação entre o poder exercido pelas instituições e a evolução do conhecimento. Entre as suas obras mais importantes encontram-se a *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), a *Arqueologia do Saber* (1969), *Vigiar e Punir: O nascimento da prisão* (1971), a *História da Sexualidade* (em três volumes) (1976 e 1984).

comportamental entre os indivíduos e o seu meio no sentido de esta lhe possibilitar a formação de «padrões, regularidades e constantes»¹⁷. Essa análise deve partir ao encontro das atitudes que o grupo considera evidentes. E é nesta evidência, na ideia do banal, do reconhecível, que aflora um sentido de identidade comum¹⁸.

Pertencer a um grupo

A integração de um indivíduo num grupo é baseada nos reflexos da memória que este suporta das suas experiências passadas (baseadas, também elas, num contexto social específico) ou nas suas ambições pessoais (desejos fundados também no âmbito do comum, ainda que possam ser formados a partir da rejeição daquilo que é reconhecível). Ao posicionarmos o indivíduo enquanto integrante de um grupo colocamos a acção individual numa posição relativa a esse grupo, pois será no seio deste e relativamente a este que essa acção será interpretada com um valor positivo ou negativo. Podemos referir-nos, então, a intencionalidades ou potencialidades partilhadas por um grupo que têm fundamento na colocação dos indivíduos perante a atribuição de uma responsabilidade que não é apenas sua enquanto indivíduo, mas onde está implícita a sua pertença a um colectivo. Hannah Arendt¹⁹ considera que a responsabilidade política é algo a que não podemos ser alheios²⁰, e esta afirmação será verdade, segundo a autora, quer no caso em que *«a comunidade assume ela própria a responsabilidade pelo que qualquer um dos seus*

¹⁷ RAPOPORT, Amos – The meaning of the built environment. Tucson: The University of Arizona, 1982. Pág.9

¹⁸ Aprofundar-se-á esta abordagem de Rapoport em «Abordagem avaliativa e base informacional», no capítulo 0

¹⁹ Hannah Arendt(1906-75) foi uma teórica política alemã de origem judaica. A perseguição nazi aos judeus viria a ser mote da sua emigração para os EUA onde viveu grande parte da sua vida. A sua obra desenvolve-se em torno da teoria do totalitarismo e do existencialismo e ganharia mediatismo pela sua polémica e controversa crítica ao *Caso Eichmann*, o caso de um julgamento a um ex-militante do partido nazi em Jerusalém, quem Arendt considerou um mero burocrata ao serviço do partido, sem discernimento entre o bem e o mal.

²⁰ Ao contrário da culpa que, segundo Arendt, apenas num sentido metafísico se pode transportar de um sujeito ao outro; é sempre singular. ARENDT, Hannah – *Responsabilidade e Juízo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2007.

membros fez, quer no caso de uma comunidade que é responsabilizada por aquilo que foi feito em seu nome»²¹. A acção individual assume assim, um fundamento relativo a determinado grupo e que diz respeito a costumes e usos baseados em pressupostos comuns. Somos colocados, assim, perante a evidência da responsabilidade pelas nossas acções individuais, mas também por aquelas que pertencem ao grupo onde nos inserimos. Segundo a autora, a única forma de não sermos alvo de responsabilização é abandonando o grupo e esse abandono significaria apenas «trocarmos uma comunidade por outra e, também, uma responsabilidade por outra»²².

As escalas do comum

A diversidade de grupos e de indivíduos dentro um mesmo grupo torna difícil a tarefa da identificação de uma base comum. Isto sucede pela existência de infinitos grupos dentro de um grupo: da casa ao bairro, da cidade ao país e assim sucessivamente até se atingir uma escala global. Mas a questão reside, novamente, na subjectividade e liberdade individuais, já que uma das grandes complexidades que encontraremos na identificação do grupo é que este, muitas vezes, não está definido claramente. Os indivíduos tendem a organizar-se segundo os seus critérios de eleição individuais, procurando contextos que se insiram na esfera do que lhe é comum. A definição do grupo não tem necessariamente que ver com os limites territoriais ou as fronteiras administrativas e os próprios indivíduos podem não estar determinados (como no caso de uma grande metrópole onde a variação dos habitantes é a constante). Uma religião, por exemplo, inclui todos os indivíduos que a praticam ainda que estes não habitem todos o mesmo espaço demarcado e o facto de pertencerem a esse grupo pode ter implicações na forma como estes ocupam o espaço, como se organizam em sociedade e como interpretam o próprio ambiente e se relacionam com ele. Por outro lado, temos a possibilidade inversa. Num mesmo «grupo territorial» (o mesmo bairro, o mesmo país, etc.), podemos deparar-nos com uma enorme diversidade, se nesse

²¹ ARENDT, Hannah – *Responsabilidade e Juízo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2007. Pág.135

²² *Idem*. Pág.136

território coabitarem inúmeros indivíduos de origens e culturas diferentes, apropriando o espaço de formas distintas (ou possuindo memórias de ocupações distintas cuja aplicação já não é possível ou desejada). No entanto, esta diversidade deve ser considerada também em escalas mais pequenas da diferença, ou onde esta é menos notória através da observação fenomenológica, como seja numa pequena aldeia de ocupação tradicional, numa tribo ou mesmo numa habitação unifamiliar.

Reconstruir o comum

Num cenário de devastação total do espaço construído, a procura do comum torna-se tanto mais difícil quanto imperativa, já que impera a construção de um novo espaço que irá suportar as relações espaciais e sociais daqueles indivíduos que partilhavam o mesmo território e nele se regiam sob o mesmo «regime de verdades». Mas a diversidade das realidades anteriores não pode ser ignorada. A catástrofe por si só não terá um efeito unificador, ainda que todos os indivíduos do grupo se vejam identificados na dor *comum*. «*O problema da unidade social também não é resolvido pela solidariedade dos atingidos por uma mesma perda. Nem sequer os grupos sociais oprimidos têm o privilégio de uma solidariedade interna homogénea, da consoladora unidade das vítimas.*»²³ A construção de um novo *comum* tem a liberdade de poder partir de novos princípios, de se propor a uma construção social mais tolerante à diferença e, portanto mais unida. Construir o *comum* após uma catástrofe é construir uma unidade que poderá nunca ter existido.

²³ INNERARITY, Daniel – *O novo Espaço Público*. Lisboa, Teorema, 2006. Pág.156

1.1. O público na construção do comum

Que significado podemos atribuir ao termo *público* no contexto contemporâneo? Vivemos num momento em que se assiste a um aumento progressivo do controlo das produções sociais, sendo este ora operado por entidades governamentais, ora por entidades privadas. A privatização do *comum*, operada essencialmente através da difusão de políticas neoliberais que se tem vivido nas últimas décadas, tem vindo a converter os produtos culturais em propriedade privada, através da «privatização da informação, de ideias, e até de espécies de animais e plantas»²⁴. Em alternativa a esta privatização, deparamo-nos com a intervenção das entidades governamentais no sentido de regular o espaço público, uniformizando, assim, as performances sociais e, consequentemente, os resultados das mesmas. Ao considerar que o espaço público é suporte da projecção, construção e organização da experiência social, Daniel Innerarity²⁵ parte de uma análise que defende uma «política de mediação contra uma política de reconhecimento»²⁶.

*“A relevância do espaço público depende da capacidade de organizar socialmente uma esfera de mediação de subjectividade, experiência, implicação e generalidade.”*²⁷

Disseca-se, em seguida, os conceitos introduzidos por esta afirmação de Daniel Innerarity:

Subjectividade: Assume a relatividade da interpretação individuais e colectivas, estabelecendo um olhar sobre o espaço público enquanto lugar de coexistência de várias realidades partilhadas.

Experiência: Introduce o papel construtivista do espaço público. Coloca no centro da questão a liberdade de pensamento e, essencialmente, da acção individuais. Assim, o espaço público «*não constitui uma realidade dada mas é,*

²⁴ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael – *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009. Pág. viii

²⁵ Daniel Innerarity(1959-) é um filósofo espanhol que lecciona na Universidade de Zaragoza.

²⁶ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael – *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009. Pág. viii

²⁷ INNERARITY, Daniel – *O Novo Espaço Público*. Lisboa: Teorema, 2006. Pág. 9



FIG. 1 Los Angeles, California, E.U.A.

ao invés, uma construção laboriosa, frágil e variável»²⁸, que possibilita e induz a criação de novos modos de participação e acção.

Implicação: Considera o confronto proporcionado pelas diversidades ideológicas e, considerando a liberdade individual, contempla a responsabilidade social e a existência de limites entre os indivíduos e os grupos que partilham o espaço público.

Generalidade: Não conduz ou enfoca; permite; suporta a diversidade e, portanto, inclui as diferenças. É lugar do paradoxo e da contradição.

O autor interpreta o espaço público enquanto lugar de encontro da complexidade de interacções e interpretações individuais. Este deverá ser, portanto, esse lugar acessível, permissivo e aberto onde se desenvolvem as «produções sociais» expressas por Negri e Hardt e onde são acolhidos os seus produtos; onde se veem projectados e questionados os «regimes de verdades» de que fala Foucault; onde se reflectem e se formam as «responsabilidades políticas» apontadas por Arendt. Em suma, é o espaço onde, por excelência, se revela e recorda o *comum*, «*embora o comum não seja senão a continuidade de uma controvérsia*»²⁹.

A inexistência do conceito

Num olhar sobre o caso de Los Angeles (FIG.1), podemos notar que o crescimento populacional sem vem reflectindo numa expansão onde se propagam as zonas monofuncionais dedicadas exclusivamente à habitação, numa «*proliferação escalonada de distintos e autónomos bairros, districtos, etnias, destinos económicos, e geografias políticas, todas como peças de um puzzle dispersas informalmente pelo mapa regional*»³⁰. Neste contexto, as formas ou conceitos relativos ao espaço público tendem a não ser, sequer, objecto de discussão. De facto, o conceito de espaço público, pelo menos nas suas formas clássicas a que nos habituaram as cidades tradicionais, não está

²⁸ INNERARITY, Daniel – *O Novo Espaço Público*. Lisboa: Teorema, 2006. Pág. 8

²⁹ *Idem*, Pág.181

³⁰ MALTZAN, Michael T. – «The possibility of the Public» in *LOTUS:152 Capability in Architecture*, 2013

sequer no vocabulário desde grupo e a necessidade da sua existência não está presente na sua memória. Não porque seja inexistente a vida pública, mas porque é aí mais extrema e evidente a privatização daquilo que concerne ao comum³¹ e porque o espaço social tende a nascer nas fronteiras dessas aglomerações demográficas, em espaços-limite; de transição.

*“The presence of the “in-betweenness” is the result of a collective space characterized by parallel and simultaneous activities rather than the space of interconnected common purpose. These are places where we are engaged in the same activity as a group but isolated in our individual spaces.”*³²

No caso de Los Angeles, então, o espaço público é tido como um espaço colectivo de uso individual. A ocupação deste espaço não é feita colectivamente, mas sim em paralelo, individualmente. Os indivíduos partilham o território «*olhando para o mesmo lugar, mas não uns para os outros*»³³.

O espaço público apresenta-se, aqui, como o lugar que gera as tolerâncias (ou que nos condena à tolerância recíproca, segundo Innerarity³⁴) e, portanto, onde se assume a existência de inúmeros modos de olhar e agir em paralelo. E talvez a procura daquilo que é comum aos habitantes de Los Angeles nos leve ao encontro da definição das distâncias que produzem entre si no espaço social. Ao público e ao espaço que lhe dá lugar dizem respeito, então, a heterogeneidade humana, a combinação e a contradição das suas acções, a aceitação ou rejeição da novidade, a assunção da tradição e da mudança, a crítica e a reinvenção.

³¹ O controlo actual das produções sociais comuns é questionado por Negri e Hardt em *Commonwealth*.

³² MALTZAN, Michael T. – «A space of parallel experiences: The possibility of the Public» in LOTUS:152 *Capability in Architecture*, 2013

³³ *Idem*.

³⁴ INNERARITY, Daniel – *O Novo Espaço Público*. Lisboa: Teorema, 2006.

Giancarlo Mazzanti³⁵ expõe a responsabilidade do arquitecto no que diz respeito à construção da flexibilidade e inclusão que, segundo o mesmo, deve ser característica essencial do espaço público. Assim, o arquitecto deve ser capaz de potenciar novas formas de participação baseadas na diversidade através do desenho de suportes flexíveis e adaptáveis.

*“Only by working in a more horizontal and democratic manner will we make it possible for the inhabitants to carry out concerted actions in collaboration with planners and architects, something that will allow us to design spaces better suited to the current requirements of community participation.”*³⁶

Para Mazzanti, o desenho de elementos como o mobiliário urbano ou os pavimentos não é suficiente para o sucesso da obra, por muito atractivo que este desenho possa ser esteticamente. Portanto, propõe a inclusão do planeamento de actividades no processo de projecto, já que são estas práticas que podem proporcionar a experiência e, com ela, a produção de novas ocupações do espaço numa perspectiva de liberdade individual. É nessas actividades que se promove a capacidade performativa de um espaço: ao nele ver estabelecidas as relações entre os elementos de natureza humana e não humana. Assim, o arquitecto poderá caminhar no sentido da construção do *comum* segundo princípios democráticos e participativos³⁷.

“The value of infrastructure, architecture and public space project cannot lie solely on itself, but also in what it is

³⁵ Giancarlo Mazzanti (1963-) é um arquitecto colombiano cuja obra é centrada no papel social da arquitectura. A sua visão da arquitectura enquanto catalisadora das relações sociais é a base do seu exercício da arquitectura. Um dos seus projectos mais importantes, a construção do *Parque Biblioteca España*, em Medellín, está integrada num processo urbanístico renovador com muito sucesso na redução da criminalidade e na aproximação dos vários grupos oponentes que habitavam no bairro de Santo Domingo.

³⁶ MAZZANTI, Giancarlo - «Spazio collettivo vs. spazio pubblico» in LOTUS:152 *Capability in Architecture*, 2013

³⁷ *Idem.*

capable of activating as a mediator between the different actors involved.”³⁸

Assume-se, então, que a obra arquitectónica, por si só, não é capaz de induzir determinado comportamento, ou seja, não tem um carácter determinista. O indivíduo reconhece, interpreta e confronta o meio onde habita e as relações por ele suportadas, e o espaço que o envolve funciona como catalisador ou inibidor das relações entre os vários agentes do meio. Os fundamentos das acções perante o meio são baseados na memória e experiência colectivas e, portanto, o processo de projecto não pode ser desenvolvido segundo uma aplicação directa da observação do arquitecto mas deve, antes, propor-se a proporcionar novas experiências, assumindo a controvérsia das interacções entre o grupo e o seu meio.

“Em comparação com a homogeneidade e o consenso que se supõe existir na comunidade, o conceito de “público” como coisa plural e inacabada, com diferenças internas e antigonas, pode, em contrapartida, ser uma noção muito mais rica e respeitada da complexidade das nossas sociedades.”³⁹

Os diferentes actores a quem concerne o espaço público são, no entanto, relativos a um grupo abstracto, baseado na diversidade dos seus constituintes e na incerteza de quem eles possam ser. Portanto, refere-se a um grupo sempre mutável e inacabado. Então, os assuntos relativos ao público não podem ser tratados como os que concernem a um colectivo, já que neste caso se impõe a existência de, pelo menos, uma prática ou uma ideologia comum. Mas no caso de assentamentos «tradicionais», onde o grupo pode ainda ser bem identificado em todas as suas partes como consequência da fraca variação populacional pontual ou contínua ao longo do tempo (que se observa quase unicamente pela morte ou pelo nascimento)⁴⁰, o espaço público pode ainda revelar a existência de um sentido de comunidade, já que o que existe de *comum* pertence mais

³⁸ *Idem.*

³⁹ INNERARITY, Daniel – *O Novo Espaço Público*. Lisboa: Teorema, 2006. Pág.17

⁴⁰ Como será o caso de estudo em análise na Segunda Parte desta dissertação.

essencialmente à esfera do privado do que propriamente à do público. O privado adota uma posição mais íntima, menos partilhável precisamente porque é mais comum. Assim, a necessidade de recolhimento e da existência do *individual* provoca uma transição mais explícita entre estes dois mundos mas, simultaneamente, mais reconhecível pelos demais elementos da comunidade. É nos interstícios dessas duas posições, na formação dos limites entre o público e privado; o interior e o exterior; o íntimo e o social, que se revela o *comum*. No entanto, a diversidade de interpretações individuais dentro de um grupo permanece e não pode ser ignorada, mesmo quando o grupo aparenta uma homogeneidade formal e comportamental.

1.2. Cultura e memória colectiva

A acção do Homem perante o meio que habita difere bastante da dos outros animais. O seu *modus operandi* não está predeterminado, não é genético – não nasceu com a espécie – nem hereditário. Permite-se à mutação, que por sua vez implica que haja memória do seu estado anterior. Propõe-se a mudanças adaptativas que transportam algo enquanto criam algo novo. Assim, podemos dizer que o Homem é um ser cultural e que as suas formas de interpretação e acção sobre o entorno - natural e construído - variam com o tempo e com o espaço, adaptam-se à circunstância e dependem tanto do meio em que se inserem quanto o influenciam.

“...that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society.”⁴¹

O conceito de cultura apresentado por Edward Tylor⁴² surgia no séc. XIX como reacção ao uso do termo para identificar algo que pertencia apenas a uma minoria privilegiada ou para funcionar como sinónimo de raça. Considerar que existe uma «*alta cultura*» em oposição a uma «*cultura popular*» era uma teoria que propunha o entendimento do conceito enquanto atributo ou qualidade inacessível a todos. Ao refutar essa teoria, Tylor coloca a *cultura* como uma capacidade humana para formular um carácter comum dentro de determinado grupo, característica que se apresenta como uma capacidade suficientemente integradora para obter repercussões significativas na expressão colectiva, ou seja, nos resultados das suas produções sociais. Essas manifestações terão génese e desenvolvimento individuais, mas baseiam-se em experiências passadas que se referem a um enquadramento específico no tempo

⁴¹ Edward B. Tylor *apud* SCHNEIDER, Louis; BONJEAN, Charles M. (editores) - *The Idea of Culture in the Social Sciences*, 1973.

⁴² Edward Burnett Tylor (1832-1917) foi um antropólogo britânico cujo interesse pelo evolucionismo social viria a resultar nas primeiras aproximações a uma ideia moderna de cultura.

e no espaço. Essas experiências não só se referem a um tempo e um espaço determinados, como associam os indivíduos que as partilharam.

Maurice Halbwachs⁴³ viria a revolucionar a forma como se estudavam as sociedades e as suas acções aos expor as suas teorias acerca da formação da memória colectiva. O autor, assumindo as implicações que o passado projecta no presente, acrescenta que as próprias memórias do passado são moldadas à luz do que vivemos no momento presente. Halbwachs serve-se de um exemplo comum⁴⁴, de um caso em que um indivíduo relê um livro que havia lido na infância, e do qual já não consegue extrair o mesmo entusiasmo, dando-lhe inclusive a impressão de que está a ler um livro diferente, ou uma versão alterada. De facto, a leitura focar-se-á em aspectos diferentes, aspectos que lhe são mais facilmente reconhecíveis no momento actual e cujo reconhecimento não estava ao alcance do indivíduo enquanto criança - não era capaz de relacionar aqueles factos com a sua experiência individual ou reconhece-los como experiências de outros indivíduos do seu meio social e, portanto, ignorava-os. A sua teoria parte do princípio de que necessitamos da existência de outros indivíduos para recordar o passado, já que é em sociedade *que «relembramos, reconhecemos e localizamos»* as memórias⁴⁵. No nosso quotidiano, quando confrontados com uma questão ou com um problema, utilizaremos meios que se baseiam não só na experiência própria mas também na experiência de outros indivíduos.

*“É uma regra implícita pressupor uma memória partilhada entre os participantes em qualquer ordem social. Se as memórias que têm do passado da sociedade divergem, os seus membros não podem partilhar experiências ou opiniões.”*⁴⁶

⁴³ Maurice Halbwachs (1877-1945) foi um filósofo e sociólogo francês. Seria o primeiro a utilizar a expressão *memória colectiva* e a dedicar-se ao seu estudo. Viria a ser detido e executado pela Gestapo após a invasão nazista de Paris, onde leccionava à data.

⁴⁴ HALBAWCHS, Maurice - *On Collective memory*. Chicago: Chicago University Press, 1992

⁴⁵ “Just like God needs us, so memory needs others.” Lewis A. Coser in *On Collective memory*. Chicago: Chicago University Press, 1992

⁴⁶ CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993. Pág.3

Ao estabelecermos contacto regular com determinados indivíduos, a nossa memória referenciará mais facilmente aquelas vivências que já foram partilhadas connosco por esses indivíduos, mas, em sistema de cadeia, essas referências poderão alargar-se a um limite onde recordaremos acontecimentos que foram experienciados por indivíduos com os quais nunca estabelecemos contacto. Em limite, a história representa essa referência de forma continuada nas nossas vidas, ajudando-nos na tarefa de suportar, legitimar e encontrar soluções para os acontecimentos do presente, mas tem um alcance determinado. Para o arquitecto, o estudo da História revela-se imperativo para o entendimento do ambiente onde irá intervir.

No entanto, o grupo não carrega todo o peso da sua história simultaneamente - porque o seu conhecimento na totalidade e em profundidade seria utópico e, provavelmente, inútil - nem representa expressivamente toda a sua história no meio onde habita. Ainda, porque a história vai sendo reescrita ao longo dos tempos conforme as interpretações que fazemos dos acontecimentos do passado, sugeridas pelo presente. É, de facto, uma possível aproximação ao estudo da cultura do grupo, contudo, não constitui o único conhecimento específico que interessa ao exercício da arquitectura.

Enquanto disciplina, a história deve-nos servir, em primeira instância, para entendermos a capacidade de mutação e adaptação das sociedades bem como a fragilidade das suas verdades.

“A história é fundamentalmente um meio de cultivar a memória da nossa contingência, de recordar a futilidade de qualquer categoria definitiva e o provisório das nossas definições.”⁴⁷

Devemos compreendê-la no âmbito da sua subjectividade, já que os factos históricos são resultado de uma selecção e interpretação realizada por alguém que assume uma posição em relação ao acontecimento que relata, por mais que este ambicione a imparcialidade. E além disso, «a caracterização de um momento como historicamente relevante é sempre posterior aos factos. A

⁴⁷ INNERARITY, Daniel – *O Novo Espaço Público*. Lisboa: Teorema, 2006. Pág.184

*celebridade de uma batalha é assunto de historiadores e não de militares»*⁴⁸, o que significa que infinitos acontecimentos não serão recordados apenas por não ter havido alguém interessado em registá-los e fazê-los perdurar no tempo e, ainda, que a forma como se nos apresentam os acontecimentos é sempre revogável.

No processo de registo da informação, os símbolos são interpretados de acordo com as memórias de cada um e sujeitos a um processo de codificação. Assim, os significados que lhes correspondem são transformados. E é a partir desses códigos armazenados que vamos estabelecer relações com os acontecimentos do presente e agir segundo padrões que surgiram da nossa interpretação, selecção e organização dos fenómenos. Quando observamos algo novo, automaticamente vamos relacioná-lo com algo existente na nossa memória e agrupá-lo segundo um sistema de relações que tem que ver com a nossa interpretação do observado ou do recordado. A memória permite formular representações da realidade, é fruto de interpretações e apropriações manipuladas por cada indivíduo e pela sociedade em que este habita. É uma capacidade humana de conservação do passado, operada através de uma selecção dos acontecimentos, ou seja, pelo esquecimento. Aquilo a que chamamos memória, é portanto, uma faculdade que nos permite reconhecer e identificar algo, ao mesmo tempo que organiza o reconhecido arrumando-o em grupos de fenómenos e estabelecendo padrões de comportamento que nos são úteis para a vida em sociedade no presente. Mas a memória, que muitas vezes confundimos com a realidade, é desta apenas um reflexo não contínuo; cortado e remete automaticamente para a imaginação e para a ficção. Como tal, deve ser assumida enquanto pertencente a um sujeito ou a uma representação criada em colectivo com vista ao reconhecimento da identidade.

⁴⁸ *Idem*. Pág.182

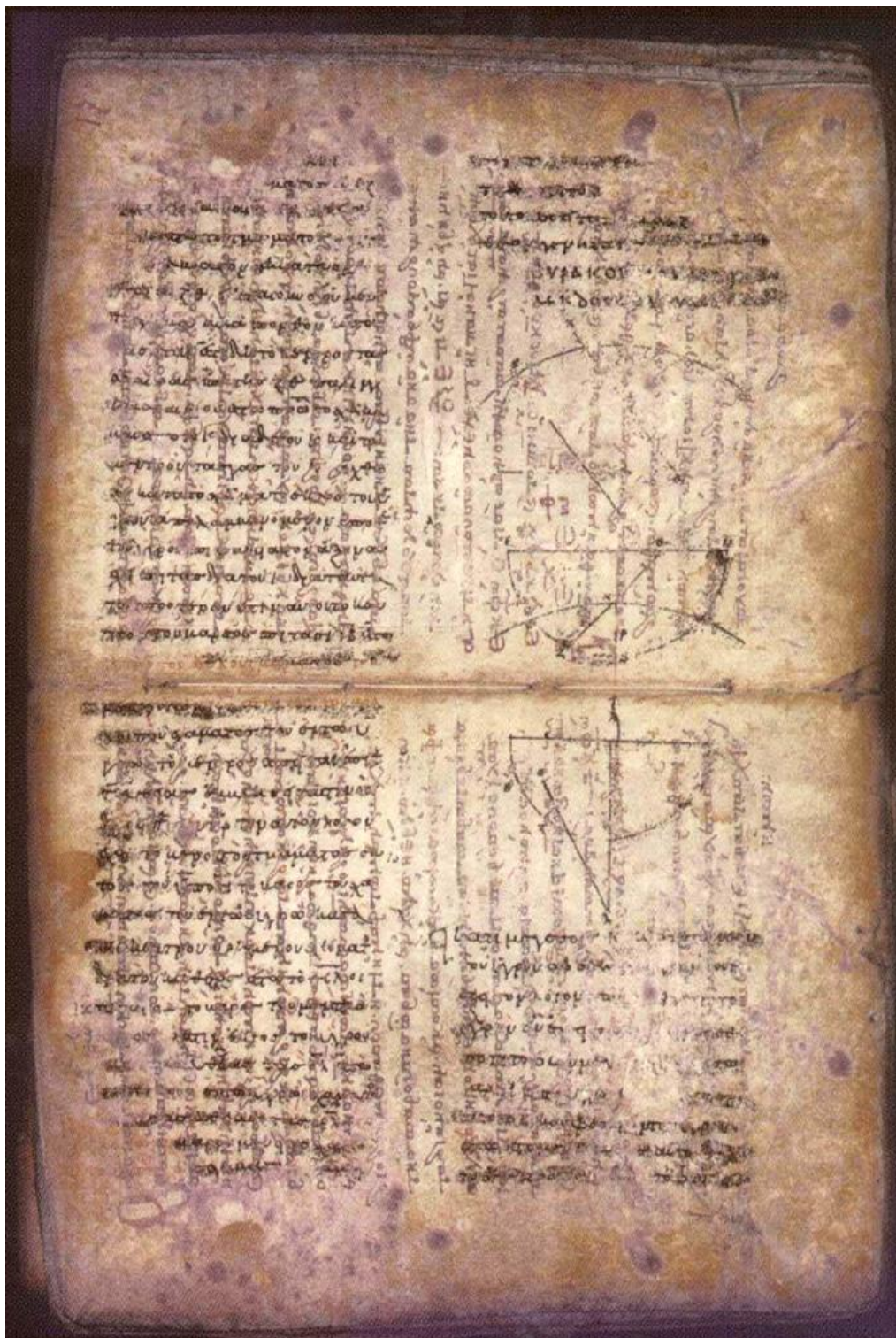


FIG. 2 Um palimpsesto

2. A obra arquitectónica enquanto palimpsesto

*«Los habitantes de un territorio nunca dejan de borrar
y de volver a escribir en el viejo libro de los suelos»⁴⁹*

A analogia estabelecida nesta afirmação entre a acção humana sobre o território e a escrita constante sobre o mesmo permite-nos, por um lado, identificar a mutabilidade inerente aos espaços construídos e, por outro, prever que esse processo diz respeito a mudanças apoiadas na complexidade de motivos e interesses gerados pela ocupação humana. A arquitectura, expressão essencial da ocupação do território, é também ela derivada de escritas que perduram no tempo e que se apresentam sob diferentes linguagens. Assim, em sentido lato, o espaço construído pode ser visto como um palimpsesto, onde o Homem vai deixando marcas dos seus passos, formando-o e transformando-o segundo a necessidade e o desejo de nele intervir.

A acção sobre o espaço construído petrifica o pensamento que lhe deu origem, mas a obra resultante não se cinge à existência estática desse pensamento. A diversidade de pensamentos, de linguagem para expressar esse pensamento e de interpretações possíveis para essa expressão, demonstram-nos a complexidade do espaço em que habitamos, onde residem retalhos de vários passados e onde, a cada momento, se projectam novos futuros. A obra arquitectónica é, assim, um ponto sobre um território comum e controverso, algo que transforma e que é passível de transformação. Reinventando-se a cada momento quer por novas intervenções ou por novas interpretações, a obra arquitectónica sugere o confronto e a negociação continuados entre os indivíduos, as ideias e o tempo. O presente do momento da escrita, carregado pela bagagem do passado que transporta, assume transfigurações distintas a cada novo presente, não só pela presença de indivíduos que se situam num outro lugar dessa linha temporal, como pelo modo de olhar desses indivíduos

⁴⁹ CORBOZ, Andre – «El territorio como un palimpsesto» in *Lo Urbano en 20 autorescontemporáneos*. Barcelona, Edicions UPC, 2005 Pág.35

Que, por mais ou menos explorador e contundente, é capaz de o transformar e de o reinventar.

2.1. A arquitectura enquanto linguagem

As imagens que transportamos do passado permitem-nos formular um conhecimento reconhecível entre indivíduos que partilhem, além da mesma linguagem, um vocabulário comum. Paul Connerton apresenta-nos um exemplo em que duas pessoas, de gerações distintas, habitam no mesmo contexto social parisiense, mas em tempos distintos⁵⁰. No seu exemplo, Connerton expõe:

“A conversa era ininteligível porque havia um intervalo de vinte e cinco anos entre a vivência dos dois no mesmo mundo social.”⁵¹

No encontro entre os dois, a conversa decorria, até certo ponto, de forma em que todos os acontecimentos eram perfeitamente reconhecíveis pelos dois, no entanto, *«quando se tratava de nomes – ou seja, quando se tratava de efectuar uma permuta de memórias socialmente legitimada – os seus vocabulários nada tinham em comum»⁵²*. O diálogo é possível quando os conceitos inerentes ao vocabulário são capazes de perdurar através de rituais e performances praticados colectivamente. Assim, sendo possível uma identificação com as imagens e conceitos expostos - atinentes a um passado comum - está aberto o caminho para uma troca de informações inteligível pelos sujeitos participantes: estes pertencem, de alguma forma, a um grupo comum.

“La arquitectura es un lenguaje, o al menos actúa como un lenguaje. (...) Esa posibilidad de entender la arquitectura como una forma de lenguaje es la que permite, por analogía con el lenguaje escrito, afirmar que es necesario

⁵⁰ Este exemplo é referido por Marcel Proust em *Remembrance of things Past* e explorado por Paul Connerton em *Como as sociedades recordam*.

⁵¹ CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993. Pág.4

⁵² *Idem, Ibidem*

*aprender a leer para poder aprender a escribir, también en el lenguaje arquitectónico.”*⁵³

A analogia entre a arquitectura e uma linguagem escrita tem vindo a contribuir para o seu entendimento enquanto processo e não enquanto objecto estático. Considerando que o momento de *suspensão* é o espaço expectante que dá lugar ao projecto, este situa-se entre a aprendizagem da linguagem e a sua consequente interpretação - que remete a um olhar para o passado, para o pré-existente - e a expressão de um pensamento através dessa mesma linguagem cujos símbolos foram entendidos previamente⁵⁴. Em situações onde o meio construído tenha sofrido alterações profundas, ou mesmo devastação total, o arquitecto não dispõe dos meios habituais para a leitura e interpretação dos signos produzidos e reconhecíveis pelo grupo para o qual pretende projectar o novo *habitat*. E se o arquitecto – como é o caso mais comum – não pertence ao grupo afectado, esta interpretação está ainda mais sujeita às dificuldades de entendimento da linguagem pela qual se expressa esse grupo. Ainda, sendo a linguagem um complexo sistema não estático, fruto de constantes reinterpretações e novas expressões, os significados que transporta do passado tornam-se altamente difíceis de decodificar.

*“Meanings are in the people, not in objects or things.
The question is how meanings can be encoded in things in
such a way that they can be decoded by the intended users.”*⁵⁵

⁵³ LLORENS, Vincent Más; MAZA, Ricardo Merí de la – «Leer para escribir» in *Las herramientas del Arquitecto*. Valencia, 2004

⁵⁴ “Falamos sempre a partir da linguagem. Isso significa que somos sempre ultrapassados pelo que já nos deve ter envolvido e tomado para falarmos a seu respeito”. HEIDEGGER, Martin – *A caminho da linguagem*. São Paulo: Editora Vozes, 2003. Pág. 138

⁵⁵ RAPOPORT, Amos – *The meaning of the built environment. A nonverbal communication approach*. Arizona: The University of Arizona Press, 1990. Pág.19

Encarando a subjectividade da expressão das linguagens - pelo espaço criado entre o pensamento e a sua interpretação - a leitura que antecede a escrita arquitectónica deve atender à complexidade dos discursos formados por estas e projectar segundo uma linguagem que os futuros habitantes possam reconhecer e identificar, com liberdade para lhe atribuir novos significados e, através dela, produzir novos discursos. Esta distância entre a expressão e o seu entendimento pressupõe a existência do *outro*.

Considerando a capacidade da arquitectura enquanto possibilitadora de uma reestruturação social, Allison e Peter Smithson remetiam – no seio da discussão entre os elementos do Team X⁵⁶ – o papel do arquitecto para uma posição de responsabilidade social no desenho, que se viria a reflectir na sua forma de encarar o processo projectual.

Os Smithson rejeitariam a ideia de que a investigação processual está restringida à leitura dos discursos do passado; ao entendimento das expressões sociais e à sua reprodução. E propunham que o arquitecto deverá conceber o novo espaço segundo a possibilidade de projecção de um novo futuro; um futuro melhor, e não se prender a conceitos puramente saudosistas que impeçam uma renovação social.

“Only a person embedded in culture can exactly define and re-project its potential, and when this potential is low, it is surely better to import a live plant that may seed, than to plant dead trees.”⁵⁷

As suas ideologias viriam a ser mote de investigação com mais notoriedade no bairro de *East End*, em Londres, onde partiriam para um estudo antropológico e sociológico acompanhados pelo fotógrafo Nigel Henderson. Desse processo resultariam noções de «*identidade*» e «*associação*» que seriam aplicados, mais tarde, no projecto para um conjunto de vivendas em Golden

⁵⁶ O Team X foi um grupo de arquitecto e outros convidados formado no ano de 1953 durante o 9º CIAM, como crítica à urbanística Moderna defendida por Le Corbusier. O nome do grupo deriva da proposta que foi feita a este grupo de jovens para que realizassem o 10º CIAM em torno do tema «Habitat Humano».

⁵⁷ SMITHSON, Allison; SMITHSON, Peter – *Ordinariness and Light: urban theories 1952-1960, and their application in a building project 1963-1970*. Pág.166

Lane City (FIG. 3 e 4). O bairro, onde se desenvolviam ruas suspensas, as *streets-in-the-air*, era formado por vários *clusters*⁵⁸ (conceito definido neste mesmo projecto). A perspectiva do casal quanto ao papel do arquitecto incluía a investigação aprofundada das características culturais do grupo para quem se pretendia projectar e consideravam, assim, que a tarefa maior do arquitecto no seu tempo era a de «*re-identificar o homem com a sua casa, a sua comunidade, a sua cidade*»⁵⁹.

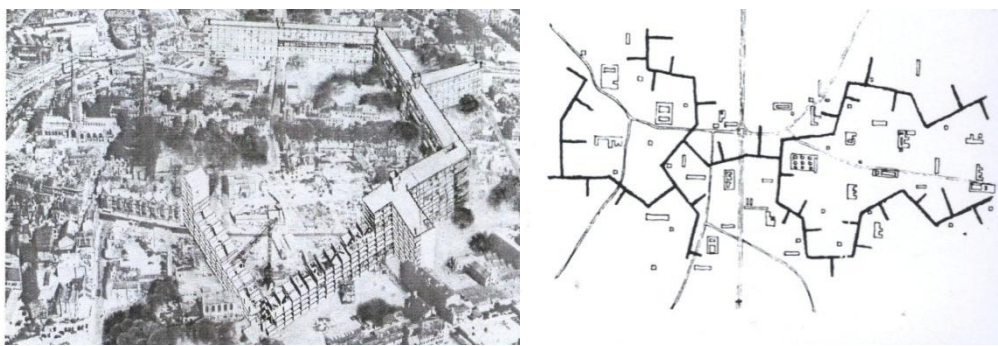


FIG. 4 «Streets-in-the-air», projecto para o Golden Lane. Smithsons, 1952

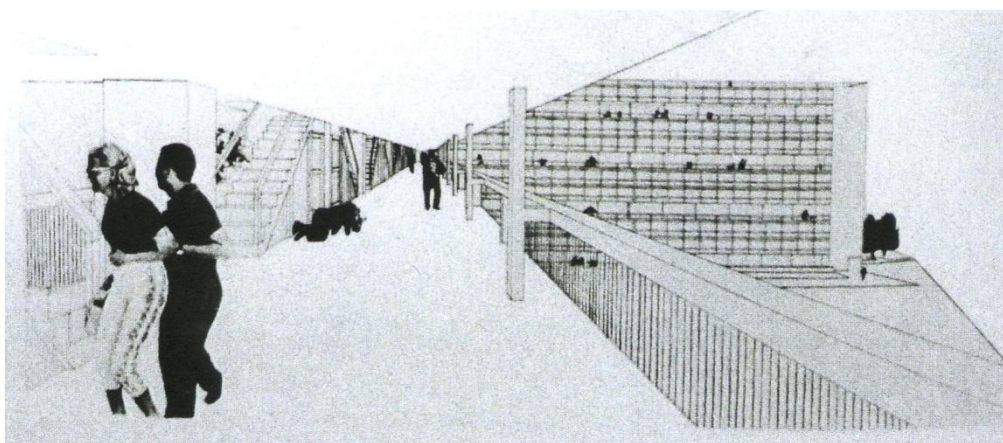


FIG. 3 Golden Lane. Smithsons, 1952

⁵⁸ Aglomerado ou grupo de semelhantes.

⁵⁹ *Idem*. Pág.18

2.2. A evocação das memórias: a arquitectura como máquina do tempo

Através do jogo entre dispositivos físicos concretos que lhe permitem criar e organizar espaço, o arquitecto propõe relações entre o habitante e o espaço, manipulando o vazio. Neste sentido, cada obra arquitectónica funciona como ‘máquina do espaço’, com mecanismos, ritmos próprios, estabelecendo diálogos irrepetíveis com quem o habita.

Quando o contexto é o *vazio* – real (devastação do espaço construído) e figurativo (dor colectiva da perda)– a arquitectura deverá funcionar como *máquina do tempo*, ou seja, o arquitecto deverá desenvolver mecanismos que permitam à obra referenciar três tempos, simultaneamente: passado, presente (*suspensão*) e futuro. A obra arquitectónica, sendo suporte e condicionante de todas as práticas do quotidiano, é o lugar onde todas as memórias são evocadas. Num momento onde a possibilidade de repetição do hábito rotina é suspensa, o presente não se encontra capaz de impor um sistema reconhecível de suporte à acção.

A acção, praticada no presente, remete para uma consequência futura e cresce na supremacia das memórias do passado. Este processo, metaforicamente semelhante ao sonho - em que há uma evocação de memórias cuja formação sequencial, na maior parte das vezes, não representa uma lógica reconhecível para o indivíduo em vigília - permite a formação de novas possibilidades de acontecimentos.

As memórias invocadas pelo grupo, com lapsos criados pelo esquecimento e ajustes criados pelo debate, irão criar novas realidades aceites pelo grupo como verdadeiras. É neste processo de *invocação - partilha - adaptação – consolidação - evocação* que se pode considerar a existência de memória colectiva. Não obstante estarem estas memórias enraizadas em experiências passadas, não é já possível reconhecer o seu reflexo no meio físico, e aliando esse facto à necessidade básica de habitação e da vida em sociedade, introduzir-se-á, nessa fase de ‘sonho’, a vontade de restabelecer os aspectos do passado a que o grupo atribuía valor positivo. Nesse processo, a imaginação encontra-se mais próxima pela impossibilidade de resolução dos



FIG. 5 «A condição humana», René Magritte

problemas quotidianos da mesma forma. Portanto, encontra-se aberta a discussão dos potenciais e das possibilidades futuras.

“Entendemos o mundo presente num contexto que se liga causalmente a acontecimentos e a objectos do passado e que, portanto, toma como referência acontecimentos e objectos que não estamos a viver ao vivermos o presente.”⁶⁰

Segundo Connerton, a dificuldade com que nos deparamos ao tentar extrair o nosso passado da realidade do presente reside na influência mútua exercida entre a interpretação das memórias passadas e os acontecimentos do presente. A forma como relembramos os acontecimentos passados tende a «distorcer» a nossa percepção do presente, assim como o nosso contexto actual imputa novos significados às recordações assimiladas. Assim, este autor defende que esta dualidade interpretativa do mundo real está presente «*nos mais ínfimos e quotidianos pormenores das nossas vidas*»⁶¹

O LUGAR EXISTENCIAL

O conceito de lugar é relativo a um espaço físico determinado, com especificidades topográficas e geológicas e automaticamente refere uma localização, uma ordem e uma posição relativamente a outras, bem como a (in)existência de espaço construído. Christian Norberg-Schulz diz-nos que “o lugar” é parte integrante da própria existência pois é inimaginável a ocorrência de algo sem relação a uma localização – ainda que esta possa não pertencer ao campo do palpável. Sendo a acção indissociável do espaço onde se desenrola, este estabelece-se como suporte da coexistência de todos os fenómenos da vida quotidiana e, portanto, espaço onde todas as coisas se relacionam.

⁶⁰ CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.

⁶¹ *Idem*.

*“A place is therefore a qualitative, “total”
phenomenon, which we cannot reduce to any of its properties,
such as spatial relationships, without losing its concrete
nature out of sight”⁶²*

Norberg-schulz propõe, assim, um entendimento do ambiente que nos rodeia pela observação dos fenómenos na sua totalidade, sem recorrer a abstracções que permitam a análise dos fenómenos individualmente. No seu discurso, Schulz apoia-se no conceito de lugar existencial de Heidegger, que por sua vez se refere ao lugar como suporte da existência humana, compreensão e projecção do ser humano, desenvolvido através de um tempo existencial não cronológico. Nesse sentido, a casa é, por excelência, o lugar onde se exerce a plenitude do ser.

*“O inconsciente permanece nos locais. As lembranças
são imóveis, tanto mais sólidas quanto mais bem
especializadas. Localizar uma lembrança no tempo não passa
de uma ocupação de biógrafo e corresponde praticamente
apenas a uma espécie de história externa (...). Mais urgente
que a determinação das datas é, para o conhecimento da
intimidade, a localização nos espaços da nossa intimidade.”⁶³*

A Topoanálise

Gaston Bachelard considera que a memória é indissociável da imaginação. Assim, as nossas memórias são já resultado de apreensões fantasiadas do real passado. A casa, sendo o espaço que permite o sonho; o «abrigo do devaneio», nunca poderá ser evocada sem que a sua recordação se funde, ela mesma, num novo devaneio, e isso torna-a imune ao tempo: eterna.

⁶² NORBERG-SCHULZ, Christian – *Genius Loci. Towards a phenomenology of Architecture*, 1980.

⁶³ BACHELARD, Gaston - *A poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

“(...)na mais interminável das dialéticas, o ser abrigado sensibiliza os limites do seu abrigo. Vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos. Por conseguinte, todos os refúgios, todos os aposentos têm valores oníricos consoantes. Já não é em sua positividade que a casa é verdadeiramente “vivida”, não é somente no momento presente que reconhecemos os seus benefícios.”⁶⁴

O autor atribui à casa uma força essencial onde se reúnem e consolidam os pensamentos. Ao estabelecer a comparação entre a habitação e o sonho, Bachelard posiciona conceptualmente este espaço como lugar atinente ao inconsciente. Assim, produz-se uma dialéctica entre o onírico do espaço íntimo individual e a vigília do mundo social. As fantasias do habitante, produzidas e reflectidas no seu *habitat* privado, são, portanto, transversais ao tempo (entre o passado, o presente e o futuro), criando dinamismos próprios que se influenciam mutuamente, ora com efeito catalisador ora com efeito inibidor.

“Nesse teatro do passado que é a memória, o cenário mantém os personagens em seu papel dominante.”⁶⁵

O elemento que perdura ao longo do tempo - inclusive perante a mudança de espaço construído - é o próprio indivíduo, já que nas suas memórias individuais, este é o principal actor e todas as realidades apreendidas se desenrolam segundo a sua interpretação. Assim, ao projectar o *habitat*, o arquitecto deverá, também, assumir a sua função de topoanalista, procedendo ao estudo psicológico sistemático dos locais da vida íntima.

“O aposento era grande? O sótão estava atravancado de coisas? O canto era quente? E donde vinha a luz? Como também, nesses espaços, o ser tomava contato como silêncio?”

⁶⁴ BACHELARD, Gaston - *A poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Pág.26

⁶⁵ *Idem*.

Como ele saboreava os silêncios tão especiais dos diversos abrigos do devaneio solitário? ”⁶⁶

Para tal, será necessário «*dessocializar* nossas grandes lembranças e atingir o plano dos devaneios que vivenciámos nos *espaços de nossas solidões*»⁶⁷, já que, quando o tempo já não pode animar a memória, o espaço é tudo o que resta à análise.

⁶⁶ BACHELARD, Gaston - *A poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

⁶⁷ *Idem*

A evocação imagética

Quando Venturi e Scott Brown projectam as casas Wislocki e Trubek (FIG.6) transportam a concepção arquitectónica para a sua capacidade evocativa das memórias visuais. Ao evocar elementos formais e materiais da arquitectura vernacular americana – o alpendre, a escada, a madeira - estas obras manifestam a capacidade representativa da arquitectura enquanto objecto referenciador de uma memória colectiva. A proposta destes arquitectos propõe uma linguagem que não só é concordante com o passado, como remete para um discurso que pretende essa mesma semelhança, como se desejasse uma atemporalidade; uma referência a um tempo que ainda não acabou, que perdurará.

A produção teatral coloca o habitante no papel de espectador e não de participante activo e construtor do seu futuro. Se focarmos a atenção num contexto de perda total do espaço construído, vemo-nos perante um momento onde impera a construção de algo novo.

*“Mas o que é totalmente novo é inconcebível. Não é só por ser muito difícil começar de um ponto de partida inteiramente novo, por existirem inúmeros hábitos velhos e lealdades que inibem a substituição de um empreendimento antigo e já estabelecido como novo. Mais importante ainda é o facto de, em todas as formas de conhecimento, fundamentarmos sempre as nossas experiências particulares num contexto anterior para garantirmos que são de todo inteligíveis, e que, antes de qualquer experiência isolada, a nossa mente se encontra já predisposta com uma estrutura de contornos, de formas conhecidas de objectos já experimentados.”*⁶⁸

⁶⁸ CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993. Pág.1



FIG. 6 Casas Wislocki e Trubek, . Robert Venturi e Scott Brown, 1972

A afirmação de Connerton remete, em todo o caso, à experiência, mais num carácter de interacção (que não é oposto à ideia da utilização da mesma linguagem), do que de observação, relativo à produção teatral e imagética. A evocação da memória tem sentido enquanto facilitadora de um processo de identificação de um passado *comum* através da linguagem e, no caso da destruição do espaço construído, essa representação tem sentido enquanto marco e afirmação de que existiu um passado. Mas para ultrapassar a perda é necessário atender aos desejos; é necessário entender as ambições sugeridas pela possibilidade do desenvolvimento. Tentar-se-á fazer melhor. A *mimesis* da forma ou da imagem não conduzirá a novas experiências, antes fará referência ao *comum* através da linguagem do «tradicional». Mas o desenvolvimento tem mais que ver com a formulação de novos discursos do que com a própria linguagem. O discurso é relativo a um tempo e lugar específico, tem sentido naquele contexto e a sua reprodução vazia de função perverte o curso normal do palimpsesto. O grupo deseja um futuro: um melhor. Lamenta a perda e não pretende esquecer as suas referências ao passado, para não voltar a cometer os mesmos erros (opera em função da mitigação do risco) e para não sentir que perdeu a sua identidade. A identidade ver-se-á reflectida no ímpeto da construção do novo e a identificação chegará através de novos processos de produção social. Não perder essa identidade é seguir utilizando uma linguagem reconhecível para a produção de novos discursos e não para a mimetização dos discursos existentes no contexto passado, onde a perda ainda não era uma condição presente. Esse momento da perda não pode ser ignorado, e deve ser, também ele, matéria-prima da nova construção.

2.3. Identificação ou definição?

*“La arquitectura no es una libre actividad artística. La arquitectura es una profesión basada en la ciencia y encaminada a la solución de problemas.”*⁶⁹

Amos Rapoport considera que a prática arquitectónica não pode corresponder a uma livre expressão artística do autor, mas sim que deve reflectir o seu entendimento das relações que um grupo estabelece com o seu meio e procurar o caminho para a sua melhoria. Nas questões apresentadas pelo autor, a cultura está representada como suporte fundamental da análise. Então, as evoluções das ciências que estudam a espécie humana (biologia, psicologia, sociologia, antropologia, etc.) devem ser sempre alvo de criteriosa atenção por parte do arquitecto. Para o estudo das relações comportamentais humanas, Rapoport propõe a procura da resposta a três questões básicas:

- i) Assumindo que as características humanas e as do espaço construído se influenciam mutuamente, quais as características biossociais, psicológicas e culturais humanas que influenciam o espaço construído e, neste, que características são influenciáveis?
- ii) “Que efeitos produzem que aspectos de que espaços, relativamente a que grupos, sob que circunstâncias e porquê?”⁷⁰
- iii) Que mecanismos ligam estas interacções bidireccionais entre as pessoas e os ambientes que as envolvem?

A primeira questão apresentada pelo autor no que respeita à análise das relações comportamentais humanas em relação ao seu meio (*Environment-behaviour studies*) baseia-se no princípio de que o nosso conhecimento sobre o comportamento humano não é estanque: deve permanecer aberto e pode

⁶⁹ RAPOPORT, Amos – *Cultura, Arquitectura y Diseño*. Barcelona: Edicions UPC, 2003. Pág.7

⁷⁰ *Idem*. Pág. 23

sempre ser objecto de evolução. Assume-se que não sabemos quais são as características relevantes para o desenho, nenhuma deve ser ignorada *a priori*. A formação do arquitecto deverá permitir-lhe fazer uso da sua sensibilidade para a identificação das problemáticas inerentes a determinado grupo: descobrir e identificar, nunca inventar ou definir. Para tal, a investigação deve partir no sentido da «*compreensão das qualidades humanas*»⁷¹, sem a qual o arquitecto se proporia a desenvolver uma solução que - ao invés de ter em conta as relações entre o grupo e o meio onde habita - reflectisse puramente o seu entendimento, ambicionando somente a expressão do seu próprio discurso. A segunda considera o efeito potenciador ou condicionador do espaço construído em relação ao comportamento humano⁷² (chamando a atenção de que existe maior facilidade em bloquear comportamentos, ou seja, desenhar um espaço com efeitos inibidores de comportamentos, do que pelo contrário, ser capaz de gerá-los). O desenho do espaço pode interferir directamente nas actividades humanas ou, indirectamente, proporcionar sinais que possibilitam a interpretação da situação social. Se esses sinais são correctamente identificados e interpretados pelos habitantes, podemos dizer que o comportamento e o espaço se conjugam de forma concordante (relação entre as regras, normas e esquemas de um espaço e a crítica social em relação às mesmas segundo critérios culturais específicos). É neste sentido, segundo o autor, que o ambiente entorno pode ser considerado como uma forma de comunicação não-verbal.

A Terceira questão apresentada tem que ver com os mecanismos de identificação. O entendimento destes mecanismos apresenta-se essencial para o exercício da arquitectura, já que nos permite, através da observação fenomenológica, partir para a procura de formas de modificar esses fenómenos. Esta questão afasta já o arquitecto da sua posição de mero observador e analista, reposicionando-o enquanto agente com extrema responsabilidade

⁷¹ *Idem, Ibidem*

⁷² Rapoport comenta o facto de alguns estudiosos das ciências sociais considerarem que a influência exercida nas pessoas pelo espaço construído é mínima. Na sequência deste argumento o autor esclarece que essa não contempla o facto de os indivíduos terem possibilidade de escolha, e que a eleição do espaço em que desejam habitar é a primeira das influências exercidas pelo meio. RAPOPORT, Amos – *Cultura, Arquitectura y Diseño*. Barcelona: Edicions UPC, 2003. Pág. 25

social. Destes mecanismos identificadores, o autor apresenta aqueles que já foram objecto de estudo (aos quais se poderão sempre acrescentar mais) e entre eles estão a *fisiologia* (condições climatéricas), a *anatomia* (dimensões; ergonomia e conforto anatómico), *percepção* (capacidade de recepção multisensorial da informação, que não se deve centrar exclusivamente na visão), *cognição* (processos mentais que implicam directamente na percepção do ambiente; «racionalização do mundo»), *avaliação* (preferência, prioridade, eleição), *significação* (aspectos antropológicos da cognição: imagens, ideais, identidade), *afecto* (emoções, estados de humor relacionados com o envolvente).

A diversidade de tipos de construções (especialmente no que diz respeito à arquitectura vernacular) existentes no mundo indica-nos que, por um lado, as formas de ocupação do espaço estão directamente relacionadas com o ambiente em que se localizam essas construções (materialidade, topografia, clima, etc.) e, por outro, com as actividades produzidas por determinada sociedade. Obviamente que a influência entre estas componentes é mútua e progressiva com o evoluir das sociedades e da própria apropriação do espaço segundo esta evolução. Então, o autor considera que, relativamente à observação das actividades realizadas por um grupo, é importante identificar: a actividade em si; como é que esta se realiza; como se associa a outras actividades; o significado da actividade. Uma das considerações mais fundamentais da procura informacional deste aspecto é a existência de *funções latentes*. Estas funções dizem respeito - entre os mecanismos apresentados anteriormente - ao campo da significação, ou seja, da produção de significados. Estas funções aparecem associadas às produções da vida quotidiana, quer seja da vida individual ou colectiva e o seu carácter oculto é um indicador apurado da complexidade das relações entre os indivíduos e o espaço onde estes coabitam. Fala-se daquelas funções que não são directamente relacionáveis com a componente funcional da actividade a ser praticada e que se traduzem, muitas vezes, em dispositivos de interacção social. A preparação da comida, por exemplo, «*pode ser uma actividade solitária, uma tarefa encomendada a serventes, uma actividade comunitária, social ou de ensino (transmitindo a*

experiência a uma nova geração)»⁷³. A responsabilidade do arquitecto vai, então muito para além da sua capacidade para projectar espaços que sirvam uma função específica, já que os aspectos culturais específicos de cada grupo propõem uma forma particular de exercer mesmo as actividades mais básicas, praticadas por todo o ser humano. Então, interessa saber, para além das funções associadas directamente a determinado espaço, quais os sistemas de actividades que são implicados pela maneira de desenvolver essas funções. O desenho dos espaços influenciará determinantemente a sua utilização e, se não tivermos em conta as funções latentes às que são directamente relacionadas com o programa a projectar, corremos o risco de cometer um «etnocídio»⁷⁴.

Determinismo ou interaccionismo?

Lars Lerup detém o seu olhar crítico sobre a prática arquitectónica de sentido comportamentalista, em que o arquitecto transfere directamente os resultados do seu estudo das relações entre os indivíduo e o seu meio para o desenho e onde as pessoas são vistas como «unidades comportamentais».

*“People are not responding organisms but active individuals who, in their approach to things, produce meaning.”*⁷⁵

Esta posição, que considera determinista, considera o desenho como último momento do processo arquitectónico, irreversível, com preocupações puramente mecânicas e funcionalistas de *fit and effect*. Acreditar cegamente num sistema paradigmático em que um melhor entendimento do comportamento humano se traduz obrigatoriamente numa melhor prática do desenho e, por sua vez, numa melhoria efectiva das condições de habitabilidade e das relações entre indivíduo, grupo e espaço construído é, segundo Lerup, o principal problema da acção corrente dos arquitectos.

⁷³ RAPOPORT, Amos – *Cultura, Arquitectura y Diseño*. Barcelona: Edicions UPC, 2003. Pág. 25

⁷⁴ Termo utilizado por R. Jaulín no artigo «Etnocídio: teoría y práctica de asesinato cultural». *The Ecologist* Vol. I, nº18, Dezembro de 1971. Pág. 12-15

⁷⁵ LERUP, Lars – *Building the Unfinished*. London: SAGE Publications, 1977. Pág.20

*“Human action, in the perspective of interaction, is a complicated matrix with unknown combinations – the result of which is considerable unpredictability, a marvelous unfinishedness and openness.”*⁷⁶

O ser humano, ao habitar o espaço que é novo suporte para os processos sociais, nele deposita novos significados e formula novas interpretações. Tanto o espaço construído quanto as pessoas que o habitam transportam já significados adquiridos anteriormente que, ao interagirem, se influenciam mutuamente criando novas significações. Assim, Lerup propõe uma visão interaccionista, em que se prevê que os significados criados continuamente pelas pessoas e interpretados num novo contexto social, influenciarão o pensamento e, conseqüentemente, a nova acção. Não reagimos, mas sim interagimos. Interpretamos e atribuímos classificações e significados ao que nos rodeia; não somos passivos em relação à mutação das linguagens que utilizamos para diminuir a distância em relação aos outros indivíduos e ao meio em que habitamos. Assim, poderemos considerar que o espaço construído está em permanente mutação, quer pela mudança dos significados que lhe atribuímos, quer pela criatividade das apropriações que somos capazes de aí materializar.

⁷⁶ LERUP, Lars – *Building the Unfinished*. London: SAGE Publications, 1977. Pág.20

Definir o comum

“(...)a process of unfolding, which to be understood requires us to put aside the ontological concept of determination and accustom ourselves instead to a progressive and continuous implementation-deimplementation, in which the individual character inevitably plays a fundamental part.”¹²

Quando Toyo Ito coloca a questão: «Arquitectura, possível aqui?»⁷⁷ pretende salientar que cada obra é referente a um contexto e a um lugar particulares. No Japão, vários territórios costeiros ao longo de 400km da costa Este de Honshu vir-se-iam extremamente afectados após o terramoto e o *tsunami* de 2011. No âmbito do projecto *Home-for-all*⁷⁸, coordenado por Toyo Ito, surgiriam diferentes propostas de distintos projectistas, desenhadas para cada território e grupo específicos afectados. No respeitante às relações entre os indivíduos e o grupo onde se inserem, o coordenador do projecto colocava a questão de forma distinta: a construção de um espaço comum era imperativa. Todo o contexto dos tempos de crise gera inibições nas práticas do grupo (ao nível individual e social), especialmente aqueles que dizem respeito à destruição dos espaços de habitação. As habitações de emergência tendem a individualizar a vida dos habitantes, condicionando largamente os mecanismos de partilha e encontro sociais. Nesse sentido, a proposta do grupo de projectistas consistia em – antes de tudo; antes das próprias habitações - partir da construção de um espaço que deveria ser não apenas público e colectivo, mas também um espaço comum⁷⁹, identificável por todos e suporte das relações entre estes. Criava-se, então, um abrigo comum de emergência. Nesse espaço haveria lugar, antes de mais, para a criação de significados construídos por todos, de raiz.

⁷⁷ ITO, Toyo - «A reconstruction of ties» in *Lotus 152: Capability Approach*, 2013. Pág.11-13

⁷⁸ O projecto *Home-for-all* foi levado a cabo pelo grupo Kisyn, do qual faziam parte Toyo Ito, Riken Yanamoto, Hiroshi Naito, Kengo Kuma, Kazuyo Sejima.

⁷⁹ *Idem*



FIG. 7 «Home-for-all» em Rikuzentakata



FIG. 8 População de Rikuzentakata na construção da obra

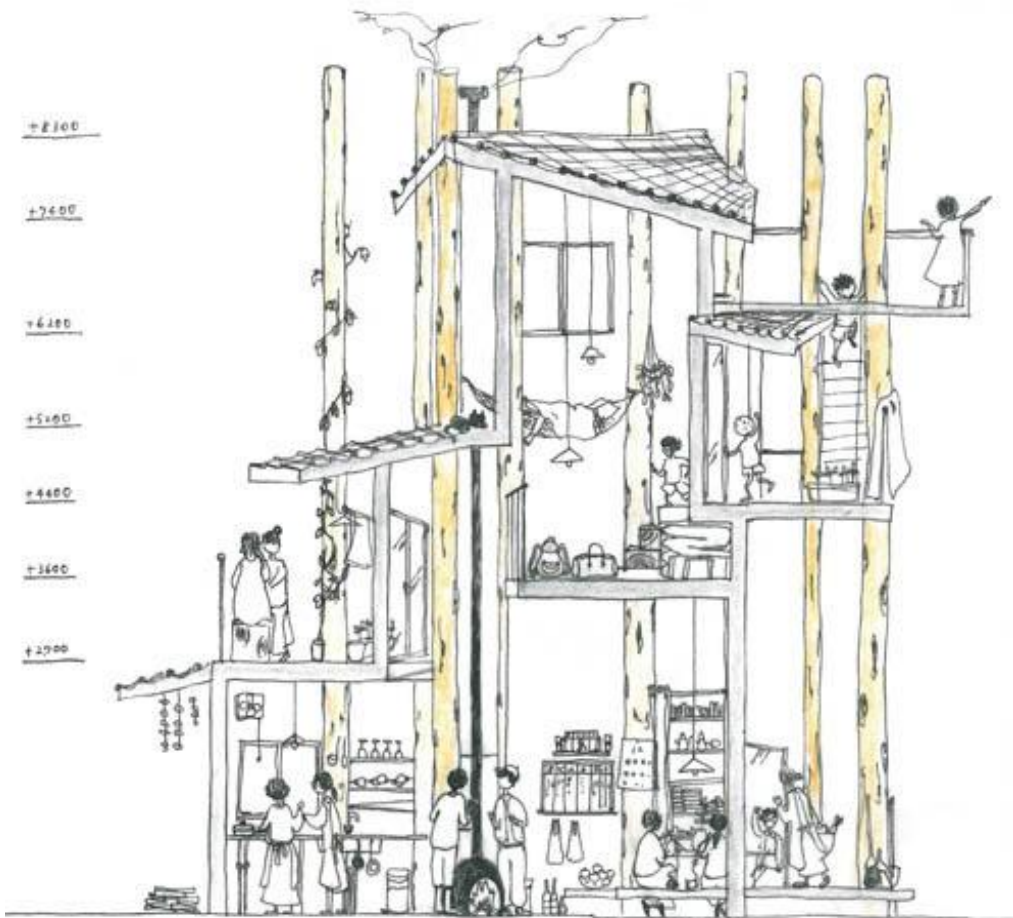


FIG. 9 Projecto para «Home-for-all» em Rikuzentakata

O programa desenvolvido em Rikuzentakata⁸⁰ ia no sentido de albergar funções capazes de catalisar uma aproximação social, onde se comesse em conjunto, onde se proporcionasse a discussão, onde se lidasse com a perda em conjunto, onde se caminhasse ao encontro do desejo e se definisse um futuro em comum (FIG.9).

A forma encontrada para levar a cabo essa obra comum foi a integração dos habitantes tanto no processo de projecto, como na própria construção (FIG. 8). Na construção, foram utilizados troncos das árvores caídas pela força do *tsunami*. Esta reutilização remete para uma transformação cíclica no processo de construção da sociedade e dos espaços onde ela tem lugar. Para além dessa alusão à transformação como modo de ultrapassar a dor da perda, esta acção tenciona aproximar os habitantes à natureza que os envolve, que naquele “aqui e agora” viam alterada profundamente, não correspondendo à imagem das suas memórias. Cada indivíduo participaria na construção da obra, erguendo troncos e formando o espaço que viria a ser tanto seu, como da comunidade em que se inseria.

⁸⁰ Em Rikuzentakata, o projecto foi coordenado por Kumiko Inui, Sou Fujimoto e Akihisa Hirata.

3. **Suspensão: A Gestão do processo de projecto**

“It is said that in the loss of sense and order generated by a grave traumatic event hidden processes in the development of a community can be revealed and unexpected and highly unusual capacities can emerge in some particularly predisposed individuals.”⁸¹

O vazio do presente não representa apenas a ausência de entorno construído, é também a representação física da perda do passado material, bem como das utopias realizável do futuro. Na ausência do espaço construído, o projecto nasce num limbo: num momento de suspensão da norma que se rege simultaneamente pelo passado e pelo futuro, mas que deles transporta apenas ideias; retalhos de realidades abstractas. Do passado, retém ideia(s) de realidade sob a forma de memórias e, do futuro, sob a forma de ambições e pretensões. Neste espaço atemporal, de transição, existem apenas os significados, resultado de sucessivas interpretações, e os objectos que os suportavam desapareceram. O arquitecto analisa, assim, os factores intervenientes na composição do carácter próprio daquele lugar do passado, um lugar que existiu outrora num território concreto, e que existe agora como representação abstracta na memória dos habitantes desse lugar anterior ou sob a forma de registos. O processo de projecto corresponde, portanto, ao *tempo do desejo*, em que os fragmentos de ambas as realidades temporais se encontram, impulsionando a formação de uma nova realidade.

Mas a tarefa do arquitecto não se limita à concretização de espaços que potenciem o seu imaginário de desenvolvimento. O seu papel é central na mediação entre os vários objectivos expressos pelos agentes intervenientes na construção, e aí reside a complexidade da escolha criteriosa da informação a considerar.

⁸¹ ARAVENA, Alejandro - «What comes first?» in *Lotus 152: Capability Approach*, 2013. Pág.96-106



FIG. 11 Projecto de qualificação do espaço público na zona costeira de Constitución



FIG. 12 Zona costeira de Constitución depois do Sismo de 2010



FIG. 10 Projecto para a reconstrução da zona costeira de Constitución. Elemental, 2010

Dessa forma foi também decidido quais os edifícios e equipamento público teriam prioridade na construção. Interessa, ainda, salientar que foram vários os agentes intervenientes nas decisões relativas à obra e na sua facilitação. Uma empresa privada relacionada com a exploração madeireira suportaria os custos do projecto - para o qual convidou a Elemental – e ainda, os custos da florestação do novo espaço público. O processo de projecto evidencia-se largamente complexo, já que implicaria negociação de ambições de empresas públicas e privadas (financiamento do edificado que viria a albergar o equipamento público), gabinete de projectistas e grupo afectado.

O grupo-alvo da intervenção foi definido como a totalidade de habitantes da cidade, visto a discussão-base assentar numa redefinição do espaço público e, assim, todos se verem incluídos nas repercussões da decisão a tomar.

A problemática determinante assenta na forma como a abordagem é feita, o tipo de informação a recolher e o método de formação dos critérios que irão ser a base da negociação no caminho para o encontro da solução. Há que atender, aquando deste processo de mediação levado a cabo pelo arquitecto que, nos momentos de grandes rupturas com o passado, onde se vivem crises que vão desde o campo da economia ao da sociologia, da política e ao mais íntimo e profundo campo sentimental, a negociação é operada sob circunstâncias anómalas e nem sempre serão os objectivos que mais autenticamente anseiam pelo desenvolvimento que irão avante. Innerarity aponta que as catástrofes ecológicas, bem como as guerras, são *«fontes de dramatização com especial capacidade mobilizadora. Num momento em que as identificações são mais fracas, a indignação parece ser o mais poderoso aglutinante social. E a política transforma-se em vitimologia: a arte de dramatizar de maneira convincente e de utilizar em benefício próprio a força emocional gerada pelas vítimas da injustiça.»*⁸²

⁸² INNERARITY, Daniel – *O Novo Espaço Público*. Lisboa: Teorema, 2006. Pág.41

3.1. Leitura e Interpretação

A construção do futuro lugar, será baseada na relação habitante(s)-arquitecto e na observação de registos. O projecto é, assim, resultado de várias interpretações inter-subjectivas:

- 1) a interpretação individual e capacidade de expressão dos valores positivos ou negativos que os habitantes atribuem às memórias que possuem do passado;
- 2) a (re)interpretação do arquitecto dessas qualidades expressas pelos habitantes;
- 3) a interpretação do arquitecto dos registos observáveis do passado.

A *leitura* corresponde ao momento em que o arquitecto se propõe a identificar a linguagem do passado e a entender os discursos formados – no seio dessa linguagem - por aquele grupo, na circunstância que antecedia a catástrofe. Propõe-se, no fundo, a diminuir a distância entre o seu imaginário cultural e o do grupo para o qual irá projectar. Sem a tentativa dessa aproximação, o arquitecto irá propor um desenho que se baseia apenas na sua capacidade interpretativa dos discursos, e essa abordagem torna-se ainda mais problemática (no sentido em que tem menor probabilidade de sucesso) quando se trata de redesenhar o espaço construído na sua totalidade: desde o habitat mais íntimo ao mais partilhado. A investigação projectual deve ter como principal objectivo o desenvolvimento das potencialidades a que o grupo atribui um valor positivo⁸³. Está claro que esses valores são fundados num contexto cultural específico, próprio de cada grupo, mas também que cada indivíduo os reconhecerá de formas distintas, segundo a sua interpretação do ambiente que o envolve e os desejos que é capaz de evocar, ou seja, o desenvolvimento que é capaz de imaginar. As ambições particulares de um indivíduo ou grupo relativamente ao seu futuro estão directamente relacionadas com a possibilidade do usufruto da liberdade e, ainda, com a sua capacidade

⁸³ SEN, Amartya – *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva, 2003.

para reconhecer liberdades a que não tem acesso⁸⁴. Assim, além da posição tomada pelo arquitecto na investigação não poder ser tomada como um processo linear e determinista pela subjectividade que resulta da sequência interpretativa supracitada, o papel do arquitecto passa também pela avaliação das possibilidades de desenvolvimento reconhecíveis pelos indivíduos. Quando Amartya Sen se propõe a investigar a posição actual dos poderes institucionalizados em relação à pobreza, à qualidade de vida e à igualdade, conclui que essa aproximação não tem colocado no centro da discussão o alargamento das liberdades individuais. E para o autor, este é o fim último do desenvolvimento. Pelo contrário, o desenvolvimento tem sido pensado apenas segundo critérios económicos de disponibilidade e quantidade de bens e serviços, deixando de parte os indicadores de bem-estar ou felicidade. Assim, Sen propõe que o processo de desenvolvimento seja pensado numa perspectiva de expansão das liberdades «*reais*» dos indivíduos, já que «*a efectividade do desenvolvimento está rigorosamente dependente da acção livre das pessoas*»⁸⁵. A concretização das liberdades individuais está altamente dependente dos dispositivos sociais e económicos (serviços educativos e de saúde), bem como da industrialização e modernização tecnológicas e do acesso a direitos cívicos e políticos (liberdade de participar na discussão pública). No entanto, apesar de estes factores representarem um papel muito importante como meio para atingir o desenvolvimento, não podem nunca ser considerados o seu fim último.

*«Para muitos fins avaliativos, o «horizonte» adequado não é o das utilidades (como reclamam os teóricos do bem-estar), nem o dos bens primários (...), mas o das liberdades concretas – as potencialidade – para escolher a vida que cada um tem razões para estimar.»*⁸⁶

⁸⁴ SEN, Amartya – *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva, 2003. Pág.51

⁸⁵ *Idem*. Pág.20

⁸⁶ *Idem*. Pág.88

Abordagem avaliativa e base informacional

Transpondo esta linha de pensamento para o âmbito do processo de projecto em arquitectura – cuja preocupação é, também ela, centrada no progresso e na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos –, o sucesso da intervenção depende, em primeira instância, do tipo e quantidade de informação específica de que dispomos (aquela que foi objecto de pesquisa) e, por conseguinte, da nossa capacidade para avaliar a atribuição de valores por parte do indivíduo/grupo para quem se pretende projectar. Interessa, então, identificar quais os factores que se considera válido incluir ou excluir da análise, e essa decisão não pode partir senão de uma abordagem que coloque o indivíduo e as suas potencialidades – e, consequentemente, a sua liberdade de escolha, a sua realização e a sua concepção de qualidade de vida - no centro da investigação e considera que a procura deve ser feita em direcção ao encontro dos *funcionamentos* estimados pelos indivíduos. Esses funcionamentos, apontados por Sen, reflectem *«as várias coisas cujo exercício ou posse uma pessoa pode valorizar, (...) desde os mais elementares, como alimentar-se convenientemente e estar ao abrigo das doenças evitáveis, até a actividades muito complexas ou as condições pessoais, como tomar parte na vida social e ter auto-estima»*⁸⁷. Nesse sentido, uma correcta definição dos critérios que iremos utilizar na procura da solução para um problema é influenciada pela base informacional de que dispomos. Segundo Rapoport, o arquitecto tem à sua disposição um sem número de métodos através dos quais deverá conseguir entender como as pessoas se posicionam em relação ao ambiente que habitam e quais são os sentimentos que nutrem em relação a este⁸⁸. O interesse do autor é entender que atitudes aquele indivíduo ou grupo têm tendência a exercer sobre o espaço que os envolve e, prevendo uma investigação que posiciona a observação a partir do entendimento do futuro habitante, propõe a análise de registos observáveis no espaço construído, bem como de outras produções culturais que nos podem levar ao entendimento dessa perspectiva.

⁸⁷ *Idem.* Pág.89

⁸⁸ Esta perspectiva vê-se aprofundada no subcapítulo 2.3 desta Primeira Parte.

*“A number of specific methods can be used for analysis: such as interviews, questionnaires; one can analyze historical and cross-cultural examples and trace patterns, regularities and constancies; written and pictorial material; travel descriptions, novels, stories, songs, newspaper reports, illustrations. - such material tends to show how people see environments, how they feel about them, what they like or dislike about them, and which attitudes seem to be self-evident.”*⁸⁹

Numa situação pós-catástrofe, os registos históricos e alguns registos culturais como a música, os jornais, livros, etc., podem, na maior parte das vezes e dos lugares do mundo actual, estar ao alcance da análise do arquitecto. Contudo, registos fotográficos, por exemplo, podem ser escassos, principalmente no que concerne à vida íntima das populações, já que muitas dessas informações pessoais são únicas e irreproduzíveis e ficaram, provavelmente, perdidas aquando do episódio de destruição. Nesse caso, a fonte de informação mais autêntica que o arquitecto tem ao seu dispor será, provavelmente, a comunicação directa, através de entrevistas aos habitantes. Nessa comunicação, a procura daquelas relações que o habitante considera evidentes será das tarefas mais importantes e mais difíceis, já que se trata de procurar aquilo que não se conhece; ouvir aquilo que não é dito. Esse será – também - o momento de atentamente perscrutar as projecções de futuro de cada habitante e reconhecer o que há de comum entre os vários indivíduos que constituem o grupo.

Não podemos ignorar, no entanto, que o arquitecto é aqui colocado ainda na posição de observador. Esta análise assenta em variáveis altamente subjectivas que dizem respeito à relação que se estabelece entre o Homem e a obra arquitectónica: a primeira, tem que ver com o «modo de olhar» do arquitecto, que não será nunca imparcial em relação ao que pretende analisar

⁸⁹ RAPOPORT, Amos – The meaning of the built environment. Tucson: The University of Arizona, 1982.

(tal seria apenas possível numa situação de tabula rasa ideológica e cultural); a segunda, prende-se com a imprevisibilidade do comportamento humano e da sua evolução, que se reflecte directamente no modo como este habita o espaço, ou seja, o modo como este se relaciona com ele.

*“Users' meaning and designers' meaning - One of the hallmarks of man-environment research is the realization that designers and users are very different in their reactions to environments, their preferences, and so on, partly because their schemata vary. It is the users meaning that is important, not architects' or critics'; it is the meaning of everyday environments, not famous buildings.”*⁹⁰

Então, quando Rapoport nos diz que este tipo de material nos «mostra» a forma como as pessoas se relacionam com o seu meio, coloca no campo da evidência um sistema complexo de *funcionamentos* que na verdade decorrem de acções interpretativas dos projectistas e são, portanto, baseadas na subjectividade do seu campo cultural.

Evitando o risco de projectar segundo critérios deterministas e caminhando no sentido de diminuir a subjectividade das interpretações, uma investigação que parta da aproximação profunda entre aquele que projecta e aquele que habita - ou seja, em que ambos são agentes activos no processo de projecto - permitirá uma melhor definição da posição de quem observa, traduzindo-se numa investigação mais efectiva por estabelecer, de raiz, um vínculo interno com o seu fim último.

⁹⁰ RAPOPORT, Amos – The meaning of the built environment. Tucson: The University of Arizona, 1982.

3.2. A intervenção do habitante

Não pode o arquitecto permitir-se a uma actuação baseada puramente numa observação semiótica, já que deve entender os fenómenos no seio da subjectividade do seu conhecimento. Sendo que projecta para outros e não para si mesmo, a aproximação à base informacional a considerar pelo arquitecto deve atender às diferenças de interpretação de indivíduo para indivíduo e, portanto, caminhar no sentido da máxima redução das distâncias que separam a sua realidade da possibilidade do real do outro. Impossibilitado de determinar a forma como se produzirão as relações entre o novo espaço construído e os indivíduos do grupo, o arquitecto toma consciência do seu desenho como suporte da circunstância e, portanto, da possibilidade do real.

“Today the architect has to anticipate needs and to solve problems that exist only half consciously in the crowd. This involves great responsibility. The architect has to have the rare gift of a peculiar sensivity that we would like to term social imagination.”⁹¹

Consciente, também, do efeito da arquitectura enquanto catalisador ou inibidor de tais possibilidades, a flexibilidade deverá ser um dos pilares mais fixos da obra arquitectónica que não presume e determina, mas sim que identifica e permite. No fundo, que tem em conta, dentro dos valores a avaliar, a própria identificação desses valores, ou seja, assume uma mudança de critérios para a inclusão ou exclusão de informação segundo o contexto para o qual pretende desenhar. A eleição e interpretação dessa informação não parte de si mas do próprio estudo das *«potencialidades das pessoas para levarem a espécie de vida a que dão valor»*⁹².

Yona friedman e Frei Otto, em 1985, propõem uma situação-limite da flexibilidade sugerida pelo projecto de arquitectura. No seu manifesto

⁹¹ GIEDION, Sigfried – *Space, time and architecture*. Cambridge: Harvard University Press, 1973

⁹² SEN, Amartya – *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva, 2003. Pág.33

L'Architecture Mobile, assumem a importância da integração da tecnologia moderna nos processos projectuais ao invés de a considerarem um problema e de a rejeitarem. Nessa perspectiva, consideram que o processo de projecto deve funcionar dentro de um sistema de tentativa-erro, ou seja, que esse processo deve ser contínuo e mais baseado na experimentação do que na formulação de pressupostos teóricos, transformando o «usuário em criador»⁹³.

O desenho do novo espaço construído deverá reflectir, portanto, um equilíbrio entre os mecanismos observados segundo a expressão da memória colectiva e as evoluções que o grupo pretende/manifesta nas suas relações como entorno. Neste sentido, Rapoport chama à atenção de que uma mudança demasiado rápida ou de longo alcance tem grande probabilidade de não ser aceite pelos indivíduos⁹⁴. Se o grupo sente que não pode controlar essas mudanças, não se inclui nelas e fica negligenciada a sua relação com o espaço construído. Ainda, terá o arquitecto de identificar se aquele grupo pretende sequer uma mudança; se tem estabelecidos desejos para o futuro ou não. No caso de uma reconstrução pós-catástrofe, a mudança é imperativa, já que não é possível prosseguir no estado actual. No entanto, a rejeição da mudança poderá aparecer sob a forma de um sentimento saudosista relacionado com a perda involuntária do habitat. Nesse sendo, o envolvimento do grupo no processo de projecto é fulcral para o sucesso da obra. A participação dos futuros habitantes na transição entre o espaço construído do passado e o do futuro é a garantia de que esse processo caminhará de encontro às vontades expressas pelo grupo e que os factores a que este atribui valor positivo não ficarão negligenciados. Ainda – e no caso específico de reconstruções após uma catástrofe, a participação dos habitantes no processo de projecto representa uma forma activa de lidar com a perda vivida. A inclusão nas decisões, permitindo um envolvimento profundo no imaginário do futuro que lhes pertencerá é imperativa no momento de suspensão e pode ser vista como um ritual iniciático do futuro que se avizinha.

⁹³ FRIEDMAN, Yona – *Pro Domo*. Barcelona: Actar, 2006. Pág.16

⁹⁴ RAPOPORT, Amos – *Cultura, Arquitectura y Diseño*. Barcelona: Edicions UPC, 2003.

Pág.13



FIG. 13 Matteotti Villaggio

Metodologias de inclusão do habitante no processo de projecto

Giancarlo De Carlo⁹⁵ já considerava com muita importância a intervenção dos futuros habitantes no processo de projecto, assumindo que se deve caminhar no sentido de eliminar qualquer barreira entre projectista e «utilizador», e que só nessa circunstância será possível assimilar os actos de «projectar e usar» como parte integrante de um mesmo processo de planeamento. Ao contemplar o futuro da obra como uma etapa do processo de projecto, o arquitecto considera que o habitante detém uma posição interaccionista perante o espaço que o envolve e que o projecto não pode ser concebido como uma escrita estática. Na década de 70, Giancarlo De Carlo coordena o projecto do *Villagio Matteotti* (FIG.13), um bairro operário em Terni, Itália. Aí, coloca a sua perspectiva de participação em prática, realizando um sistema de escolha entre tipologias de apartamentos que apresentava 45 tipos aptos a eleição pelos futuros habitantes. No entanto, ao habitante não seria dada oportunidade de intervenção desde a fase inicial de projecto, estando a sua colaboração limitada à eleição. Esta metodologia, apesar de considerar a relação entre a inclusão do grupo no processo de projecto e o sucesso da obra arquitectónica, não chega a colocar o habitante no centro da investigação, já que a intervenção do habitante permanece limitada à eleição entre as propostas apresentadas pelos projectistas. O contributo de Christopher Alexander para o entendimento da importância dos processos participativos tem duas vertentes que interessa analisar. A primeira, diz respeito à forma como estabelece a analogia entre a arquitectura e uma linguagem. A segunda tem que ver com a forma como investiga essa linguagem, propondo uma dicotomia entre abstracção e definição concreta e detalhada de sistemas reconhecíveis pela pessoa comum (não especializada). A sua aproximação é consciente de que a discussão se fará, maioritariamente, com indivíduos que não dispõem de meios que lhes possibilitem efectuar uma leitura de representações desenhadas e,

⁹⁵ Giancarlo de Carlo (1919-2005) foi um arquitecto genovês integrante do Team X. Foi fundador e professor do ILAUD (International Laboratory of Architecture and Urban Design), em Urbino.

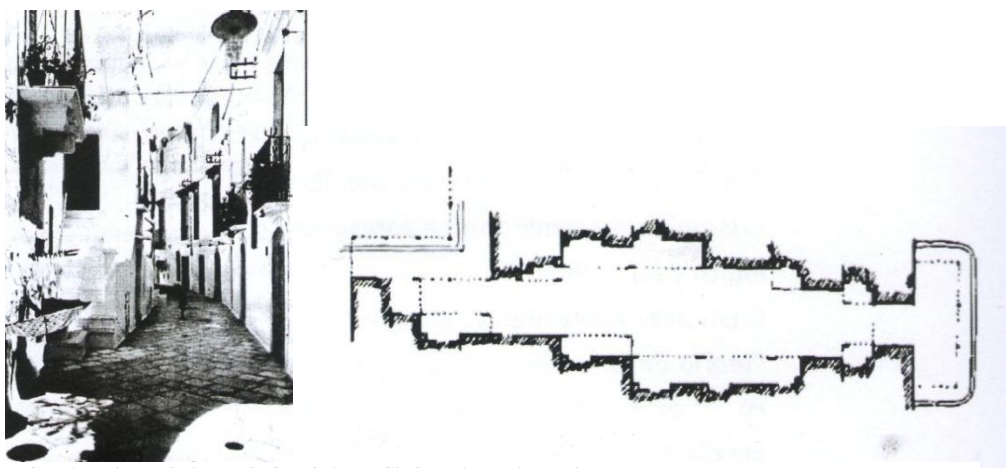


FIG. 14 Padrão nº121 - «O Caminho», Christopher Alexander



FIG. 15 Maqueta utilizada no processo de planeamento para a reconstrução de Myioto-jima, no Japão

ainda, que lhes permitam figurar um espaço imaginário. Assim, propõe-se à tarefa da busca incessante de padrões espaciais através de descrições que vai recolhendo em contextos habitacionais diversos (FIG.14). Dessa busca resulta uma espécie de dicionário constituído por 253 padrões, aos quais não são atribuídos significados concretos, assumindo a liberdade de interpretação do futuro habitante. Com base nesses padrões, tanto arquitecto como habitante poderão discutir, aglomerar, substituir e adaptar, num processo dinâmico e acessível ao entendimento de todos. Assim, potencia um equilíbrio entre a linguagem utilizada pelo arquitecto e pelo habitante, promovendo um diálogo justo entre ambas as partes, já que estas «falam o mesmo idioma». Cada padrão corresponde a um imaginário espacial independente, reproduzindo configurações distintas que se apresentam num variado leque de possibilidades e escalas, desde a cidade à praça; desde a habitação ao mobiliário. O arquitecto parte do princípio de que é na expressão da vontade dos habitantes que reside o maior problema do diálogo, já que, apesar de serem capazes de reconhecer aquilo de que gostam, muitas vezes não são capazes de atribuir justificações às suas escolhas. Os pressupostos base para o funcionamento da sua linguagem de padrões indicavam que - para além do reconhecimento das limitações técnicas do indivíduo comum - todo o indivíduo tem sensibilidade inata no que concerne ao espaço e sendo confrontado com um problema e com a forma de o resolver, a confiança e a criatividade surgem através da relação directa com o espaço.

Veja-se o caso da reconstrução de Myiato-jima após o terramoto e *tsunami* do Japão em 2011. O atelier SANAA, responsável pela coordenação do projecto, na tentativa de criar uma relação mais estreita entre os habitantes e o processo de projecto, criaram uma maquete de grandes dimensões com o intuito de permitir aos habitantes uma leitura mais “real” do território (FIG.15). As maquetas, comumente usadas pelos projectistas, são elementos muito mais perceptíveis do que uma planta, quando interessa a discussão com indivíduos que não têm desenvolvidas as capacidades de leitura de desenhos técnicos. O modelo utilizado pelo atelier ocupava uma sala inteira. Podendo ser «percorrido» e visto de várias perspectivas, permitia o posicionamento dos futuros habitantes em localizações que lhes eram familiares, traduzindo-se num

melhor entendimento do espaço e da vida que nele poderiam projectar. Esta acção, além da sua eficácia funcional, transportava também o simbolismo de um convite, incitando à integração e colaboração no processo de projecto por parte de quem é o seu fim último.

3.3. O arquitecto entre os outros agentes do processo de projecto

Existem vários agentes que intervêm directa ou indirectamente na reconstrução. Entre tais agentes podemos identificar, à partida: o grupo afectado (cuja identificação prévia é basilar na aproximação ao problema), o arquitecto (que se pretende referenciar como sendo uma entidade que engloba os indivíduos que possuem capacidades técnicas que lhes permitem materializar uma ideia desenhando o espaço), entidades estatais (ou representativas de um poder de decisão global em relação ao grupo em causa) e entidades privadas com influência (Organizações Não Governamentais; empresas privadas ou públicas com investimento na obra). Poder-se-ia ainda acrescentar entidades com influência mundial, como sejam associações de protecção da natureza, etc. A forma como o arquitecto se propõe a formular hipóteses de reconstrução, posicionando-se como o agente capaz de projectar as intenções do acordo entre os demais agentes, é uma das questões fundamentais do presente estudo.

A intervenção do grupo na discussão do projecto permite, por um lado, uma recolha mais específica dos factores considerados importantes pelo grupo e, por outro, que ambas as partes apresentem condicionantes e possibilidades de projecto. Numa lógica de negociação e cedência, os indivíduos do grupo incluem-se previamente nos resultados, pois são capazes de os imaginar e entender os seus benefícios e as suas falhas segundo a sua avaliação criteriosa. A obra arquitectónica não se lhes apresenta como uma imposição; a arquitectura não se lhes apresenta como uma instituição representativa do poder. De facto, é árdua a tarefa de se encontrar entre a instituição e o grupo, e é esse o papel que mais frequentemente assumem os projectistas aquando de uma situação pós-catástrofe. Quer a intervenção seja operada por Organizações Não Governamentais ou pelo próprio Estado, o arquitecto encontra-se entre a entidade que a financia (ou suporta) e o grupo para quem pretende projectar, sendo-lhe apresentados *a priori* desejos e rejeições distintos originários de ambas as partes (se forem intervenientes apenas estas duas partes). Cabe aos projectistas a consideração de ambos e ainda a identificação das condicionantes

por estes ignoradas. Logo, proceder-se-á à execução de propostas que deverão permanecer abertas à negociação perante a evidência das necessárias cedências por parte de cada um dos intervenientes.

Quando se vê suspenso o curso normal dos acontecimentos, surge a oportunidade de questionar o passado, já que as bases segundo as quais se regia o grupo deixaram de se ver reflectidas nas formas de organização e apropriação do espaço construído. O vazio de forma é, então, preenchido pela ideia das infinitas possibilidades futuras e, nesse processo, as verdades constituintes da ordem anterior serão invadidas pela dúvida, perante a constituição de novas ordens circunstanciais.

“O presente deve ser separado daquilo que o precedeu por um acto de demarcação inequívoco. O julgamento feito por um regime substituto é semelhante à construção de um muro, indiscutível e permanente, entre os novos começos e a velha tirania. Julgar as práticas do regime anterior é o acto constitutivo da nova ordem.”⁹⁶

Esta afirmação de Connerton explora um momento de mudança social relacionado com o abandono de um regime político para dar lugar a um novo. Certamente que, no que diz respeito ao voluntarismo da ruptura com o passado, uma catástrofe natural não é equiparável a uma revolução social. No entanto, ambos representam um marco entre o passado e o futuro e podem ser comparados no sentido em que propiciam a produção social de um espírito crítico em relação aos poderes e às normas sociais vigentes anteriormente. No caso de uma catástrofe, isto sucede pela falta de suportes físicos que representem esse mesmo «*regime de verdades*»⁹⁷ anterior, bem como pelo facto de se proporcionar uma crítica mais constante e intensa às decisões tomadas pelas várias entidades intervenientes em todo o processo. O confronto com as possibilidades do futuro vai ser proposto segundo as novas

⁹⁶ CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993. (Pág.9)

⁹⁷ FOUCAULT, Michel – *Microfísica do Poder*. Editora Graal (online).

condicionantes e deverá ter em vista o desenvolvimento desejado pelo grupo, atentamente perscrutado pelo arquitecto.

Na construção dos meios para o desenvolvimento apontados por Amartya Sen, como sejam os dispositivos sociais ou os suportes para a produção industrial, as entidades reguladoras do processo tendem a indicar o caminho de forma quase indiscutível, já que, no mundo moderno, é impossível conceber um país desenvolvido em que os seus habitantes sofram de falta de cuidados médicos ou de um sistema de educação funcional. Contudo, na perspectiva do desenvolvimento como liberdade, deverá caber à população a escolha entre a passividade (já que se deve assumir que nem todo o ser humano demonstra vontade de participação política) ou a participação activa no processo de projecto. Em todo o caso, quando impera a escolha entre que aspectos da tradição é válido sacrificar numa perspectiva da melhoria de qualidade de vida trazida pela modernidade, a decisão deve ser tomada pelo grupo que irá experienciar essa mudança. Portanto, a decisão entre aquilo que pode ou não ser feito em nome da tradição ou da modernidade não pode ser normalizado nem pelos representantes do poder político, nem por outros agentes que detenham um poder de decisão representativo. A eleição requer um processo participativo.

“A orientação a tomar, em qualquer conflito real entre a preservação da tradição e as vantagens da modernidade, requer uma resolução participativa, não a rejeição unilateral da modernidade, em prol da tradição, decidida por governantes, autoridades religiosas ou antropólogos admiradores dos legados do passado.”⁹⁸

⁹⁸ *Idem.* Pág.47

Ao longo da história, a escrita arquitectónica esteve sempre do lado do poder, mais directamente a chamada *arquitectura de autor*⁹⁹, mas também, indirectamente, a arquitectura vernacular. Ainda que certas intervenções arquitectónicas pretendessem uma ruptura com ideologias passadas, os meios para a sua realização bem como o impacto social do seu manifesto estariam dependentes dos tipos de discurso aceites socialmente no seio do grupo a quem se dirigia. A circunstância é fundada na aceitação de uma ou várias verdades que dependem dos órgãos de idealização e formalização do poder. Foucault interpreta a História como uma linha de acontecimentos sucessivos, produzidos por «*relações de poder, não relações de significado*»¹⁰⁰, propondo, assim, a sequência das interacções humanas «mais sob a forma de uma guerra do que a de uma linguagem»¹⁰¹. Nesse sentido, se o poder vigente não propõe a intervenção da população alvo na discussão do seu futuro, caberá aos projectistas reconhecer a importância dessa ferramenta colaborativa e promover a oportunidade para de expressão e imposição dos desejos do grupo.

⁹⁹ “Hoy nos vemos envueltos por unos movimientos parejos a los que recorrió el mundo del arte durante los años cincuenta y sesenta (...). Cada artista necesitaba descubrir una forma de expresión innovadora, específica y personal. El objeto final resultante, la obra de arte, debería distinguirse del resto de producciones. (...)La obra pasa a tener un título que es el propio nombre del artista. Pierde su contenido por una rúbrica. En arquitectura es fácil seguir un proceso similar; cuanto desaparece un edificio al sustituirse por la figura de su autor; cuántas veces se selecciona un proyecto para una ciudad para cubrir un hueco de nombres que faltan en la colección. La diferencia se crea por el gesto entendido con estilo personal. Los posibles campos de intervención son las formas, la extravagancia, la originalidad, los esfuerzos y la mercadotecnia.” SORIANO, Federico – «La mano del gigante y la gota de agua(sín_gesto)» in *Práticas de Arquitectura. Projecto, Investigación e Escrita*. Porto: FAUP, 2012

¹⁰⁰ FOUCAULT, Michel – *Microfísica do Poder*. Editora Graal (online).

¹⁰¹ *Idem*.

3.4. O que é o sucesso?

Para uma análise do êxito da nova construção é necessário definir, em cada caso, a que corresponde esse sucesso. Saber se o problema foi solucionado, ou seja, voltar à leitura e efectuar críticas que possam vir a ser construtivas na continuação do desenho do meio.

O sucesso está directamente relacionado com o desenvolvimento que a obra é capaz de proporcionar. Ou seja, para além de proporcionar a expansão das «*liberdades concretas*»¹⁰², que permitem que o indivíduo não seja privado de «*potencialidades elementares*»¹⁰³ (como a capacidade para evitar a fome ou doenças evitáveis, viver em ambientes salubres, etc. bem como ter acesso à literacia; ter liberdade de expressão), potenciar as «*liberdades instrumentais*», aquelas que constituem um meio para poder projectar novas liberdades (a oportunidade de ter um papel activo nas decisões que dizem respeito à sua vida, usufruir de protecção social; ter oportunidades sociais, etc.). No fundo, o sucesso da obra provém, também, do alargamento do horizonte de possibilidades que é proporcionado pelo novo espaço construído; da possibilidade para dar lugar a novos sistemas de relações entre o indivíduo e o seu meio.

É importante, nesta observação, ter em conta que a privação de certas liberdades durante um período alargado (ou o facto de nunca lhes terem sido acessíveis), poderá levar a que o grupo não seja capaz de as reconhecer e, consequentemente, não as identificar como objecto de desejo¹⁰⁴. Nesse caso, Rapoport refere que é importante perceber que uma mudança não desejada ou demasiado rápida tem pouca probabilidade de surtir o efeito que o arquitecto ou outra entidade interveniente deseja¹⁰⁵. Esta questão é frequente nas intervenções levadas a cabo nos países de “terceiro mundo” pelos “países desenvolvidos” e à imagem destes últimos. É neste contexto que Carolina Vallejo¹⁰⁶ propõe um concurso denominado *Design for the First World*¹⁰⁷,

¹⁰² SEN, Amartya – *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva, 2003. Pág.50

¹⁰³ *Idem*

¹⁰⁴ *Idem*

¹⁰⁵ RAPOPORT, Amos – *Cultura, Arquitectura y Diseño*. Barcelona: Edicions UPC, 2003. Pág.25

¹⁰⁶ Carolina Vallejo é uma Designer e escritora de Bogotá, Colômbia.

expondo, em tom irónico, a presunção do primeiro mundo ao propor intervenções à sua imagem nos países mais pobres¹⁰⁸. Estas intervenções, maioritariamente levadas a cabo por Organizações Não Governamentais a nível mundial, têm tendência a impor modelos aplicados nos seus países de origem, não tendo em conta os critérios e «funcionamentos» tomados como positivos pela população-alvo da intervenção.

No mesmo sentido, Amos Rapoport apresenta o exemplo de uma tribo amazónica habitante da fronteira entre a Venezuela e a Colômbia: os índios Motilone. As suas habitações plurifamiliares sob a forma de tendas compridas capazes de albergar entre 10 a 30 famílias: os *bohíos*(FIG.16). De estrutura circular e uma cobertura em palha que atingia praticamente o nível do solo, o ambiente interior resultava numa penumbra que se prolongava mesmo durante o dia. Ao deparar-se com estes agrupamentos, as «*bem-intencionadas pessoas que consideravam este modo de vida uma barbárie*»¹⁰⁹ levaram a cabo uma intervenção que se propunha a melhorar as condições de habitabilidade da tribo. Para tal, procederam à substituição destas habitações por umas mais luminosas, abertas e ventiladas. O solo original em terra foi substituído por uma pavimentação em betão, procedeu-se à construção de uma cobertura metálica no lugar da cobertura em palha e à instalação de luz eléctrica. Aquilo que pretendia ser uma melhoria nas qualidades habitacionais deste grupo iria acabar por ter consequências negativas. Como podemos observar na figura 15, na habitação original, a cada família correspondia um espaço próprio, que não tinha interferência directa de outras famílias. O estabelecimento dos limites interior/exterior de cada uma das células habitacionais era operado

¹⁰⁷ Sob o slogan “The Rest Saving the West”, o concurso *Design for the First World* propunha aos países de “terceiro mundo” que apresentassem soluções para problemas existentes nos países do “primeiro”. Entre esses problemas, Vallejo aponta: a produção industrial alimentar, os distúrbios alimentares, o envelhecimento da população, as baixas taxas de natalidade, as segregações sociais, o consumismo, etc.

¹⁰⁸ “While I give the OLPC[One Laptop Per Child] project props for understanding that things other than water and medicine are useful for communities in need, the whole project is nothing more than a generalized remedy that ignores particularities...Who cares if there's no electricity! Let's give computers to the children!” VALLEJO, Carolina cit. Allison Arieff - «Design for the First World - The Rest Saving the West». <http://magazine.good.is/articles/design-for-the-first-world-the-rest-saving-the-west>. 23 Jun. 2010

¹⁰⁹ RAPOPORT, Amos – Cultura, Arquitectura y Diseño. Barcelona: Edicions UPC, 2003.

essencialmente pela presença da fogueira. Posicionando-se em frente ao compartimento exclusivo a cada família e sendo o local utilizado para cozinhar,

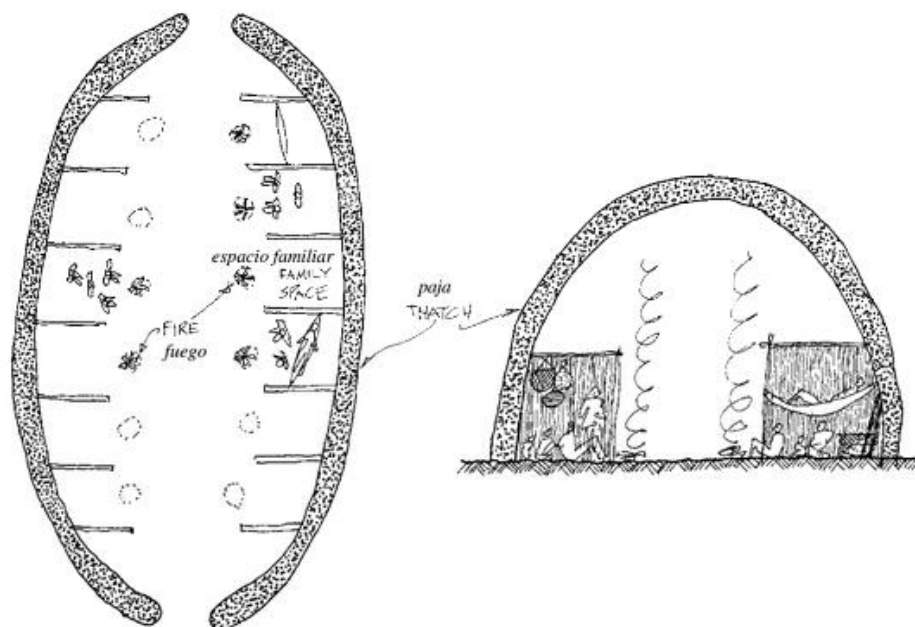


FIG. 16 Bohío dos índios Motilone. Baseado numa descrição verbal de R. Jaulín

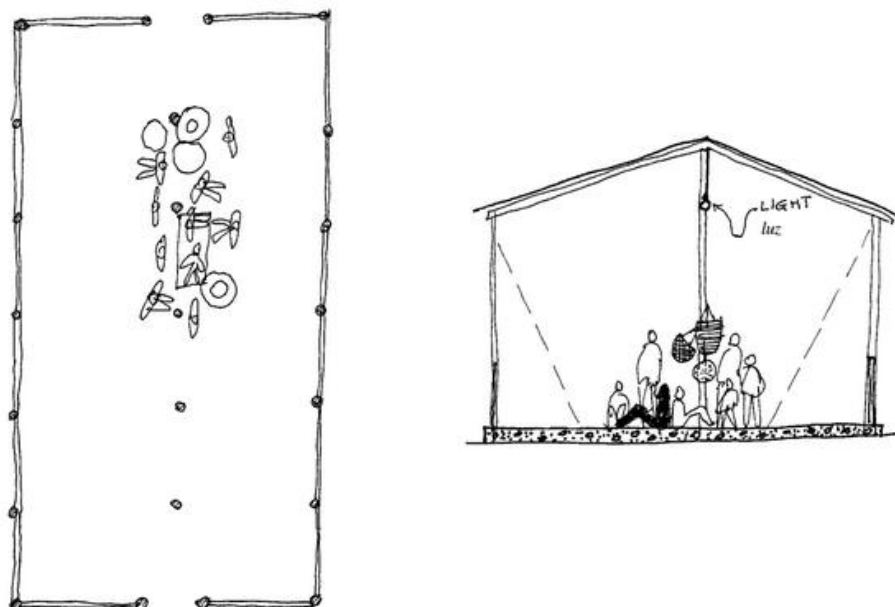


FIG. 17 Habitação substitutiva para os índios Motilone. Baseado numa descrição verbal de R. Jaulín

era aí que se desenvolviam as relações familiares, numa transição entre a intimidade e vida social comum. Mas a fogueira não teria apenas a funcionalidade de cozinhar e ser fonte de iluminação. A luz proveniente das fogueiras, pontual e intensa, contrastava com a fraca iluminação do restante espaço e não permitia uma grande visibilidade para as zonas íntimas de cada família, sendo, simultaneamente, dispositivo organizador das relações sociais. A introdução de luz eléctrica bem como a mudança de pavimento (de terra para betão) inibia a execução de fogueiras no interior dos *bohíos* e a existência de iluminação uniforme e abundante em todo o espaço permitia visibilidade para todos os espaços, diminuindo amplamente a privacidade das famílias. Os limites reguladores das relações sociais ver-se-iam largamente afectados pela nova disposição e infra-estruturas adoptadas, resultando na geração de conflitos internos entre famílias (FIG.17). Nestas intervenções devem, portanto, estar atentamente contempladas as *funções latentes* derivadas das organizações adoptadas e das práticas quotidianas. O sucesso não depende directamente de classificações que sugerem uma definição de bem e de mal, já que estas definições assentam em critérios culturais que são específicos de cada grupo e não podem ser transportados de um lugar ao outro sem ser questionado o fim último da sua introdução naquela comunidade em específico.

Portanto, deve ser o próprio grupo a definir se pretende seguir determinadas práticas, ainda que aos olhos do arquitecto as liberdades dos indivíduos do grupo se vejam afectadas e ainda que para isso se negligenciem tradições em prol da modernidade ou vice-versa. Uma mudança mais lenta tem maior probabilidade de surtir efeitos positivos, permitindo uma «*adaptação criativa*»¹¹⁰, ou seja, dando possibilidade de rejeitar algumas inovações assimilando outras, propondo uma evolução gradual do sistema cultural. A rejeição ou integração de uma nova prática na vida quotidiana – principalmente no que diz respeito à habitação – estão altamente relacionadas com o envolvimento nos processos de negociação projectual. Se o futuro habitante tem consciência das condicionantes sob as quais se desenvolve o projecto e tem voz activa na imposição de critérios de eleição, a cedência em relação a

¹¹⁰ RAPOPORT, Amos – Cultura, Arquitectura y Diseño. Barcelona: Edicions UPC, 2003. Pág.13



FIG. 19 «Earthship» projectada sob a coordenação de Michael Reynolds



FIG. 18 «Earthship» projectada sob a coordenação de Michael Reynolds

determinados factores em detrimento de outros surge de forma natural. A responsabilização apresenta um papel extremamente importante na aceitação da mudança e dos possíveis problemas que possam surgir na vivência do novo espaço construído.

A crítica e o retorno à leitura

Michael Reynolds, arquitecto fundador da *Earthship Biotecture*¹¹¹ (FIG.18 e 19), coloca a atenção na crítica constante naturalmente exercida pelo habitante ao longo da vida na habitação. Nesse sentido, considera que o acompanhamento da obra após o seu “término” é fulcral e não deve ser negligenciado. Ele e o seu colectivo, construindo habitações que tendem a ser auto-suficientes energeticamente, nestas vão intervindo no sentido de as tornar cada vez mais aproximadas ao desejo dos habitantes. Considerando que existem falhas que são apenas observáveis durante a vivência espacial da obra e que a crítica é natural e intrínseco ao ser racional, acredita que o seu papel enquanto arquitecto é também o de proporcionar os melhoramentos possíveis ao longo da vida da obra¹¹².

Voltar a ler, ou seja, voltar a percorrer a base informacional perscrutando as suas possíveis falhas bem como aquelas relativas à interpretação individual do arquitecto é um exercício que se vê impossibilitado na maior parte das construções actuais. A velocidade e abundância das construções no contexto actual apresentam-se como factores impeditivos de uma paragem que permita olhar para trás, entender o erro e intervir novamente. O sistema de tentativa-erro proposto por Yona Friedman é, actualmente, difícil de se proporcionar, principalmente com o acompanhamento do mesmo projectista que executou o projecto em primeira mão. Esta é uma realidade que,

¹¹¹ As *Earthships* são habitações construídas segundo princípios de auto-suficiência energética que se concentram essencialmente em técnicas de arquitectura solar passiva. As construções são elaboradas com técnicas manuais e materiais obsoletos em relação à sua função original (essencialmente pneus, garrafas e latas). O nome *Biotecture* provém da estreita ligação entre arquitectura e ecologia.

¹¹² REYNOLDS, Michael, in *Garbage Warriors* (Filme). Realização: Oliver Hodge. EUA, 2007

além de não permitir a futura evolução da obra através de um conhecimento técnico, resulta numa desresponsabilização dos projectistas em relação aos efeitos reais dos seus pressupostos. Ademais, provoca nos habitantes um sentimento de impotência em relação à resolução dos problemas que possam surgir ao longo do tempo (tanto ao nível espacial como de patologias construtivas), principalmente se estes não foram intervenientes activos no processo de projecto.

«As deficiências e as imperfeições na própria casa são infinitamente mais toleráveis se forem responsabilidade própria do que se forem da de outra pessoa qualquer.»¹¹³

¹¹³ TURNER, John F. C. – *Housing by people: towards autonomy in building environments*. Maryon Boyars: London, 1976. Pág.6



SEGUNDA PARTE

*“Ei-lo filho das serras gigantes
Que nasceu entre rudes crateras,
Entre rochas disformes e feras
Ainda quentes de extintos vulcões.
Numa terra onde a voz da tormenta
Nunca a fronte dos bravos descora,
Onde o mar é leão que devora
Altas pedras com os seus vagalhões.”*

O Ilhéu, Ernesto Rebelo

*“A vida açoriana não data espiritualmente da colonização das
ilhas; antes se projecta num passado telúrico que os geólogos
reduzirão a tempo, se quiserem.*

(...)

*A geografia para nós, vlæe tanto como a história, e não é
debalde que as nossas recordações escritas inserem sempre dos
cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias
temos uma dupla natureza: somos de carne e de pedra. Os nossos
ossos mergulham no mar.”*

in O corsário das ilhas, Vitorino Nemésio

1. CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA ILHA DO FAIAL

A Ilha do Faial é uma das cinco ilhas que formam o Grupo central do Arquipélago dos Açores. Desde o povoamento destas ilhas¹¹⁴, terão os seus habitantes presenciado um sem fim de catástrofes naturais, que a história vem acumulando desde o ano de 1522, primeiro episódio catastrófico de que se tem registo¹¹⁵. A história do povoamento do Faial permanece envolta de incógnitas¹¹⁶, bem à maneira deste arquipélago atlântico, cuja vida se vai levando entre a misteriosa bruma e onde a incerteza reina, quer seja pela inconstância climática ou pela dúvida do amanhã a que a sua fervilhante natureza assim habituou este povo. No entanto, é certo que, em 1466, Joz Van Huerter¹¹⁷ foi nomeado Primeiro Capitão Donatário das ilhas do Faial e do Pico, trazendo para a ilha do Faial população flamenga que se terá instalado na zona ainda hoje denominada *Flamengos*, a única freguesia não costeira da ilha.

114 O povoamento dos Açores foi iniciado na ilha de Santa Maria, no ano de 1439. É nesta data em que o Infante D. Henrique recebe a carta régia de D. Afonso V concedendo autorização para o povoamento das “sete” ilhas dos açores (excluía as Flores e o Corvo, só mais tarde descobertas), onde já havia mandado lançar algumas cabeças de gado.

CAMPOS, Viriato - *Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores*. Odivelas: Europress Odivelas, 1983

115 Este sismo terá atingido maioritariamente a ilha de São Miguel, onde perderam a vida entre 4000 a 5000 pessoas. NUNES, João C. *et al* - «Catálogo Sísmico da Região dos Açores» in *SÍSMICA 2004 - 6º Congresso Nacional de Sismologia e Engenharia Sísmica*, 2004

116 Entre lendas e factos com relações mais ou menos credíveis, aponta-se para uma “descoberta” da ilha por habitantes de São Jorge, que frequentemente a passaram a visitar. No entanto, os primeiros povoadores do Faial terão assentado, provavelmente, na zona nordeste da Ilha, vindos da Terceira e da Graciosa. Aí terão permanecido, até descobrirem o abrigo da baía onde hoje se encontra a cidade da Horta. Aí, as práticas da agropecuária e da pesca se viram facilitadas pela calma do mar e pela protecção de um extenso monte de Norte a Sul. in CAMPOS, Viriato - *Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores*. Europress ODIVELAS, 1983

117 Vulgarmente conhecido pela adaptação portuguesa do nome, Jorge d’Utra (de onde se acredita ter surgido a toponímia da cidade da Horta). Era um “fidalgo flamengo natural de Bruges do ducado de Flandres, (...) que atrahido pelos heroicos feitos dos portuguezes n’aquella epoca se tinha ido offerecer ao serviço de Portugal”. in MACEDO, António Silveira, *História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta*. Pág.13

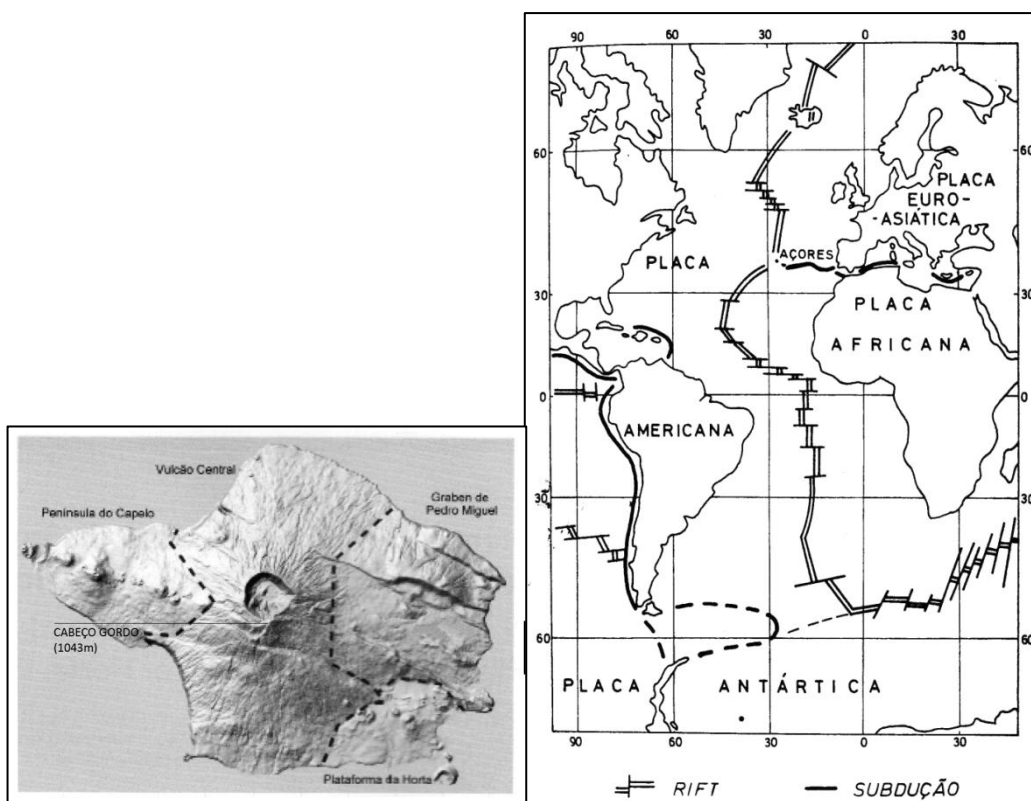


FIG. 24 As quatro Unidades geomorfológicas da ilha de Placas

FIG. 23 O Arquipélago dos Açores na Junção Tripla de Placas

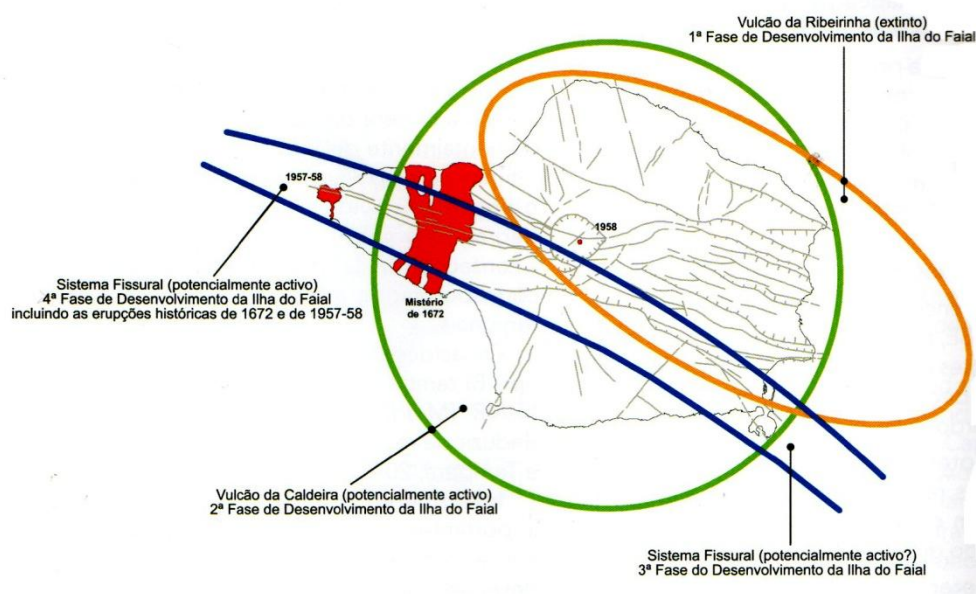


FIG. 22 Esquema evolutivo da Ilha do Faial

Nas palavras de Vitorino Nemésio, «(...)para os açorianos, a geografia vale tanto como a história»¹¹⁸, sendo as suas memórias marcadas pelas consequências da geodinâmica que deu origem à formação destas ilhas. A posição do arquipélago, tão isolada quanto central, está enraizada num mar que vai beber tanto às Américas quanto à Europa. Mar cujas ondas vão trazendo e levando bens e costumes, gentes e culturas. Mar que esconde, nas suas profundezas, a actividade tectónica que fez nascer a acidentada *Plataforma dos Açores*¹¹⁹, onde emergiram estas ilhas sob pena de constante mutação (FIG.23).

Assentes na denominada *Junção Tripla de Placas* (FIG.22), uma encruzilhada tectónica entre as placas Euroasiática, Africana e Norte-americana¹²⁰, estas são ilhas de territórios metamórficos onde os ciclos do tempo são marcados pelos pela dor da perda e pela novidade dos recomeços.

Geomorfologia

. A Ilha do Faial, no contexto das restantes ilhas, não apresenta um território com acidentes físicos muito elevados. O lugar de Espalhafatos, bem como toda a freguesia da Ribeirinha à qual este pertence, encontram-se incluídos nos 53,5% de território que se encontra abaixo dos 300 metros de altitude. A partir de todo o entorno costeiro, o relevo vai aumentando em direcção ao centro deste pentágono irregular, onde se encontra a Caldeira e onde a ilha atinge a sua máxima altitude, nos 1043m do Cabeço Gordo (FIG.21).

Das quatro unidades geomorfológicas em que pode ser dividida a ilha (FIG.21), duas correspondem a vulcanismo central e as outras duas a vulcanismo fissural, sendo neste último tipo que se encontra o Complexo

¹¹⁸ NEMÉSIO, Vitorino - *O Corsário das Ilhas*. Lisboa: Bertrand, 1956

¹¹⁹ A Plataforma dos Açores tem forma triangular e é delineada pela curva batimétrica dos 2000m, sendo limitada, a Oeste pela Crista Média Atlântica, a Sul pela zona de fractura Este Açores e a Norte pelo *Rift* da Terceira. *Idem*

¹²⁰ Há cerca de 20 milhões de anos, as complexas interações entre as três referidas placas litosféricas daria origem à edificação da Plataforma dos Açores, de onde emerge o Arquipélago. SILVA, Pedro F. *et al* - «Resultados preliminares de um estudo paleomagnético da ilha do Faial (Arquipélago dos Açores)» in Sismo 1998 – Açores, Uma década depois.

Vulcânico da Ribeirinha, a mais antiga formação tectónica da Ilha (0,73 Ma)¹²¹ (). É neste complexo, situado no extremo Nordeste da ilha, que se insere o território da freguesia da Ribeirinha. Aí se encontra um conjunto de falhas, alinhadas na direcção WNW-ESSE, delimitando o denominado *Graben*¹²² de Pedro Miguel (FIG.21).

Administração do arquipélago e centralização do poder

No séc. XV, o afluxo das gentes e o interesse da coroa pela exploração dos recursos das ilhas impulsionaram a introdução de um modelo de administração já experimentado na Madeira: o modelo senhorial. A atribuição do cargo a capitães-do-donatário surgiria da pouca disponibilidade do Infante, que se ocupava então com as expedições de expansão marítima para Sul. A primeira centralização do poder decorre de uma reforma pombalina, com o estabelecimento da Capitania-Geral dos Açores em Angra. Contudo, as limitações de poder aplicadas ao capitão-general no exercício efectivo das competências regimentais seriam impeditivos do desenvolvimento das ilhas¹²³. Em 1822 o Faial encabeçaria uma das três comarcas estabelecidas nos Açores¹²⁴, mas nova centralização do poder em Angra seria introduzida uma década depois, apenas durante um curto período que antecedeu a formação do Distrito Autónomo da Horta¹²⁵. Essa formação, sob um modelo de administração largamente dependente das vontades políticas do Governo Central perduraria até ao fim da ditadura e as «suas sequelas até hoje se repercutem na persistência de obstáculos impeditivos de uma visão unificadora

¹²¹ SILVA, Pedro F. *et al* - «Resultados preliminares de um estudo paleomagnético da ilha do Faial (Arquipélago dos Açores)», in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008

¹²² *Graben* denomina uma depressão do território formada pelos movimentos de falhas geológicas paralelas.

¹²³ COSTA, Ricardo - «Uma breve perspectiva histórica da Ilha do Faial» in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008. Pág.33-45

¹²⁴ Agregando a administração das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo.

¹²⁵ Novamente centralizando as administrações das mesmas 4 ilhas.

capaz de impulsionar o desenvolvimento das ilhas de forma harmónica»¹²⁶.

Actualmente, os órgãos governamentais dos Açores localizam-se em São Miguel, à excepção da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que tem lugar na Horta.

A economia

Nos dois primeiros séculos de ocupação das ilhas - apesar de ser uma ilha pequena e com poucos terrenos agrícolas - o Faial cumpria as suas funções de subsistência das suas gentes e ainda no escoamento de excedentes cerealíferos para as Áfricas e Madeira, compensando os géneros que obrigatoriamente deveria importar. A produtividade da Ilha residia essencialmente na produção de cereais, pastel e linho. Os cereais apresentavam, no entanto, uma crónica irregularidade de produção e o pastel viria a entrar em crise no séc. XVII pela modificação da composição dos solos¹²⁷.

Entre os finais do séc. XVIII e meados do séc. XIX a paisagem faialense seria largamente ocupada por laranjais, essencialmente para consumo próprio e das ilhas vizinhas, tendo um papel modesto nas exportações da ilha¹²⁸. Pelo contrário, a exportação do vinho do Pico (o *Verdelho*) representaria, nesta altura, a grande riqueza da ilha do Faial, já que eram faialenses os proprietários da quase totalidade dos vinhedos picoenses. No entanto, por meados do séc. XIX a propagação de pragas acabaria por comprometer largamente a viticultura, provocando uma grande decadência económica. A presença dos navios baleeiros americanos na Horta marcou todo o séc. XIX (FIG.25), reforçando a economia faialense até ao seu declínio provocado pelo fim da guerra civil estadunidense e pela descoberta de petróleo na Pensilvânia.

¹²⁶ COSTA, Ricardo - «Uma breve perspectiva histórica da Ilha do Faial» in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008. Pág.33-45

¹²⁷ COSTA, Ricardo - «Uma breve perspectiva histórica da Ilha do Faial» in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008. Pág. 33-45

¹²⁸ *Idem, Ibidem.*



FIG. 25 Navios baleeiros americanos no Porto da Horta, Faial



FIG. 26 A caça ao cachalote no bote baleeiro açoriano

A caça ao cachalote viria a tomar o seu lugar com a constituição de armações baleeiras açorianas¹²⁹(FIG.26). O legado da baleação pode ainda ser verificado nas antigas fábricas tornadas museu¹³⁰ e na presença de alguns antigos postos de vigia um pouco por toda a ilha. O séc. XX seria pautado por um novo crescimento económico relacionado com a produção ganadeira e a pesca industrial¹³¹, às quais, nos anos 70, se juntaria o início de uma forte afluência turística proporcionada pelo posicionamento estratégico da cidade em relação às rotas transatlânticas e pela existência da sua marina, que ainda hoje recebe milhares de iatistas por ano.

O nó transatlântico

A posição estratégica do Faial no contexto das rotas transatlânticas foi marcando a vida – principalmente – da cidade da Horta. Aquando da transferência da corte real para o Brasil, por altura das Invasões Napoleónicas, as suas condições portuárias e a posição geográfica assumem extrema importância no favorecimento da movimentação britânica para o Brasil e para os Estados Unidos¹³².

A mais-valia estratégica do porto da Horta revelaram-se instrumentais durante a guerra civil¹³³. A instalação dos cabos submarinos, a construção da doca¹³⁴ e as escalas de aviação transatlânticas dos *Clippers* americanos¹³⁵ dariam definitivamente o estatuto à ilha enquanto nó transatlântico por

¹²⁹ As embarcações baleeiras faialenses tiveram forte impulsionamento pela experiência que os baleeiros haviam adquirido nas embarcações americanas, Contudo, os métodos utilizados, incluindo o próprio bote baleeiro (mais longo e elegante do que o americano, entre outras diferenças) seriam resultado de adaptações açorianas.

¹³⁰ Na Horta, o museu dedicado à baleação é a antiga Fábrica da Baleia do Porto Pim.

¹³¹ COSTA, Ricardo - «Uma breve perspectiva histórica da Ilha do Faial» in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008. Pág.33-45

¹³² Essencialmente pela viabilização do comércio com a coroa portuguesa e com os EUA no decorrer da Guerra de 1812. COSTA, Ricardo - «Uma breve perspectiva histórica da Ilha do Faial» in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008. Pág.33-45

¹³³ Daí partiram as embarcações para o desembarque do Mindelo das tropas liberais contra D. Miguel. *Idem, Ibidem*

¹³⁴ A doca da Horta foi construída em 1893. *Idem. Ibidem*

¹³⁵ As rotas transatlânticas dos *Clippers* americanos fizeram escala na Horta desde 1919 até ao final da II Grande Guerra. *Idem, Ibidem*



FIG. 27 A Cidade da Horta. Ao fundo, a montanha do Pico, 2014

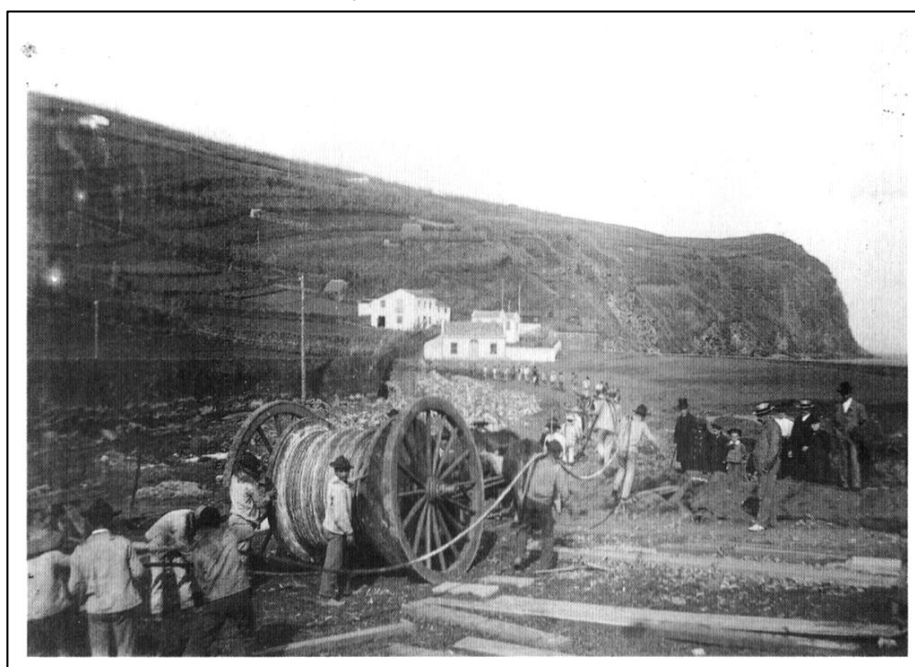


FIG. 28 Amarração dos Cabos submarinos na Praia do Porto Pim, 1924

excelência, impulsionando o desenvolvimento que perduraria até meados do séc. XX¹³⁶.

A emigração

As vagas de emigração são uma constante na história do arquipélago. A sua maior expressão teve lugar com as estratégias migratórias expansionistas da coroa para o Sul do Brasil, desde meados do séc. XVIII prolongando-se pelo séc. XIX¹³⁷. Às políticas da coroa juntar-se-ia, no séc. XIX, a decadência económica provocada pelas baixas na exportação do vinho Verdelho que provocou um intenso fluxo migratório para o Brasil e E.U.A. A erupção do Vulcão dos Capelinhos e a crise sísmica associada (em 1957-58) seriam novo mote de emigração, especialmente para os E.U.A.¹³⁸

Contexto Socio-cultural

O nascimento da Imprensa em 1857 e uma «apreciável pujança cultural patente nos sectores da elite faialense»¹³⁹, enraizada numa cultura laica de princípios iluministas viria a revelar vários talentos da literatura e do jornalismo¹⁴⁰ (nota: escritores) que seriam mote da projecção social da Horta.

A dedicação ao Espírito Santo permanece enraizada na cultura até hoje, assim como em todo o Arquipélago. Marcando a paisagem, os rituais e as crenças, assume um papel muito mais importante do que no continente português, de onde era originário o culto¹⁴¹.

A arquitectura da cidade da Horta sofreria algumas alterações com a instalação das empresas de cabos submarinos, desde 1893 (FIG.28) e com a

¹³⁶ *Idem. Ibidem*

¹³⁷ *Idem. Ibidem*

¹³⁸ A questão da emigração associada à erupção do Vulcão dos Capelinhos ver-se-á aprofundada no subcapítulo 1.1. desta Segunda Parte.

¹³⁹ COSTA, Ricardo - «Uma breve perspectiva histórica da Ilha do Faial» in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008

¹⁴⁰ Entre eles João José da graça, Street de Arriaga, Garcia Monteiro, Florêncio Terra, Ferreira de Serpa, Silveira Macedo, Marcelino Lima. COSTA, Ricardo - «Uma breve perspectiva histórica da Ilha do Faial» in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008. Pág.33-45

¹⁴¹ O culto ao Espírito Santo é uma questão aprofundada no subcapítulo 4.1.

reconstrução após o terramoto de 1926, que aí introduziria novos edifícios de grande porte contrastando com a arquitectura vernacular, com características decorativas inspiradas na Arte Nova (FIG.27).

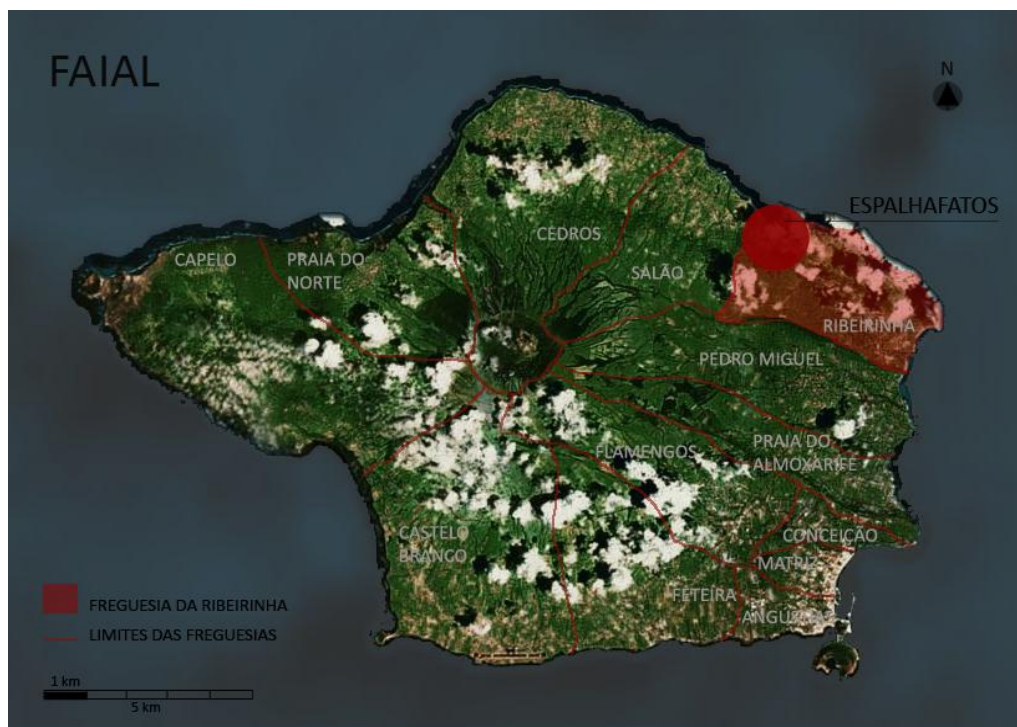


FIG. 29 A ilha do Faial e a divisão administrativa em 13 freguesias. No nordeste da ilha, a localização do caso de estudo: O lugar de Espalhafatos, na freguesia da Ribeirinha



FIG. 30 Em primeiro plano, a Ribeirinha, no Faial. Ao fundo, a ilha do Pico (direita) e a ilha de S. Jorge (esquerda)

O lugar dos Espalhafatos, que será especificamente o objecto de estudo desta dissertação, pertence à freguesia da Ribeirinha, uma das 13 freguesias do Concelho da Horta, sendo este o único concelho do Faial (FIG.29). Esta freguesia encontra-se no vértice nordeste do pentágono irregular que é a ilha do Faial e é daqui que – observando desta ilha - melhor se tem a percepção das potenciais relações entre as três ilhas irmãs: Faial, Pico e S.Jorge. É nessa proximidade que se funda o termo *Ilhas do Triângulo* (FIG.30).

1.1. Breve História das Catástrofes na Ilha do Faial

*“Ó Senhor Espírito Santo
Nós rogamos com clamores
Mandai oprimir a terra
Que não faça mais tremores.*

*Sois pai de misericórdia
Livrai-nos de todo o mal
Não castigais com tremores
Esta ilha do Faial.”¹⁴²*

A ilha do Faial foi várias vezes assolada por catástrofes cuja frequência foi habituando os faialenses às constantes mudanças de paisagem e de espaço construído e, portanto, às mudanças de rumo nas suas vidas. Nestes momentos de vazio é já natural o nascimento do desejo: a perspectiva de uma nova vida suportada por novos espaços e novas práticas. As catástrofes no Faial foram muitas vezes sinónimo de vagas de emigração da população mas, outrossim, de inúmeras reconstruções levadas a cabo por mãos diferentes, em contextos de apoio distintos, mas sempre fruto da «*teimosia destes ilhéus*»¹⁴³ que ficaram, lutando por fazer da tragédia uma bênção.

¹⁴² Oração faialense para «*quando a terra treme*». in LOBÃO, Carlos – *O ano do Vulcão 1957-1958*, 3ª ed., Horta, Cube de Filatelia “O Ilhéu”, 2000, pág.89

¹⁴³ LOBÃO, Carlos, «Faial, Terra de Sismos e Vulcões», in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008

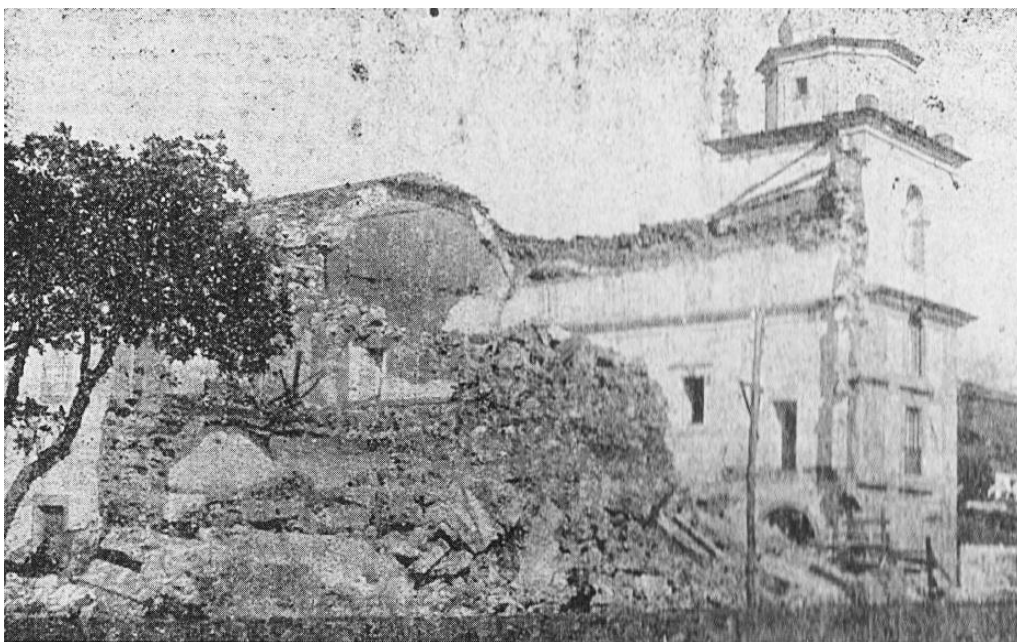


FIG. 31 Efeitos do Terramoto de 1926 na cidade da Horta

A erupção de 1672

Desde o mês de Setembro de 1871 que os constantes abalos de terra iam presumindo a notícia da erupção que teve início naquele Domingo de Páscoa de 1672 (23 de Abril), entre a Praia do Norte e o Capelo. Desses tremores premonitórios, o do dia 17 de Abril terá sido o mais forte, tendo provocado o desalojamento de 1200 pessoas¹⁴⁴. Esta erupção, com início em fase explosiva seguida de uma fase efusiva que terá durado 10 meses, levou a que cerca de 400 pessoas emigrassem com destino ao Grão-Pará, no Brasil. Foi no final desse episódio vulcânico que o povo faialense prometeu que *«todos os anos e enquanto o mundo durar»*¹⁴⁵, se faria uma procissão solene em Dia do Espírito Santo – e em sua honra – por considerarem que, dada a dimensão da crise, os danos poderiam haver sido muito maiores¹⁴⁶.

O terramoto de 1926

O dia 31 de Agosto de 1926 veio confirmar a gravidade da crise sísmica que se vivia desde o dia 5 de Abril do mesmo ano. Esta crise sísmica afectou sobremaneira a cidade da Horta (FIG.31), onde apenas 10% das casas permaneceram habitáveis¹⁴⁷, mas não poupou as restantes freguesias do Faial, tendo provocado estragos enormes na Feteira, Flamengos, Pedro Miguel, Praia do Almoxarife, Espalhafatos e Salão. Numa ilha que teria cerca de 22.000 habitantes, 9 faleceram e aproximadamente 12.000 ficaram desalojados¹⁴⁸, correspondendo, este número, às 4.138 habitações que terão ficado destruídas, entre as quais 240 na freguesia da Ribeirinha.

¹⁴⁴ LOBÃO, Carlos - *O Ano do Vulcão 1957-1958*. Horta: Clube de Filatelia “O Ilhéu”, 1999

¹⁴⁵ *Idem*

¹⁴⁶ Ainda hoje se realiza esta procissão, que tem início no *Império dos Nobres* (oficialmente, Império de Reconhecimento e Beneficência) e ruma à Igreja Matriz da Cidade da Horta.

¹⁴⁷ LOBÃO, Carlos - *O Ano do Vulcão 1957-1958*. Horta: Clube de Filatelia “O Ilhéu”, 1999

¹⁴⁸ *Idem*

O plano de reconstrução terá sido organizado em duas etapas: a construção de barracas provisórias, até 31 de Dezembro e a construção de bairros de casas definitivas, reedificação e transformação da cidade da Horta. Dessa reconstrução surgiriam três novos bairros na cidade, onde se procuraria «fazer casas que resistam tanto quanto possível aos terramotos. Serão construídas em cimento armado e também à prova de rato»¹⁴⁹.

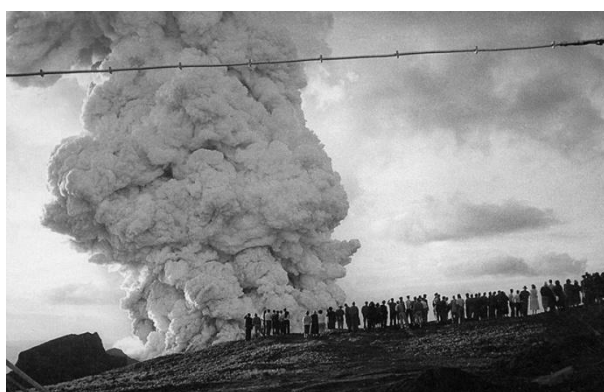


FIG. 32 População observando a erupção do Vulcão dos Capelinhos, 1957

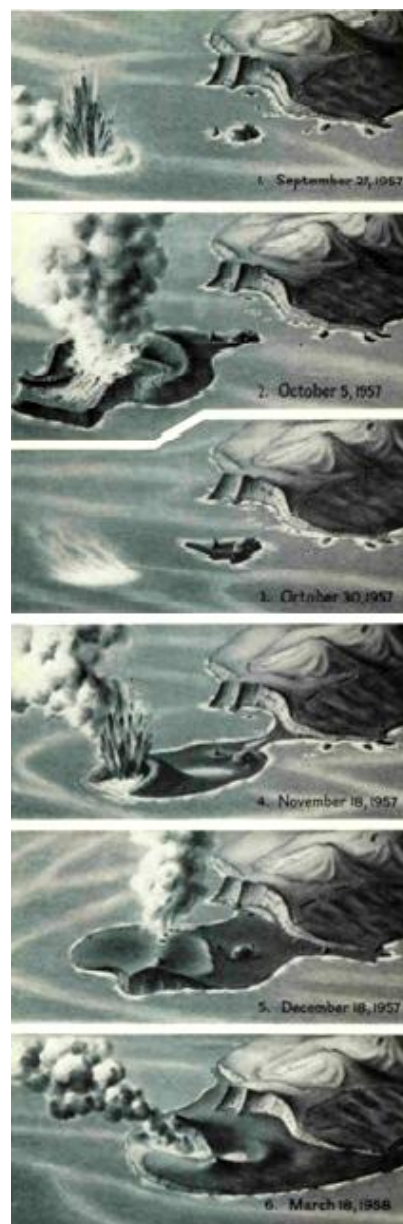


FIG. 33 Desenhos de John L. Loughlin ilustrando o desenvolvimento da erupção do Vulcão dos Capelinhos. Baseados nas observações do vulcanólogo Frederico Machado.

¹⁴⁹RODRIGUES, Ruben - *Ilha do Fayal – crises sísmicas -1926* (vol.I). Horta: Telégrafo, 2013.

A erupção do Vulcão dos Capelinhos, 1957-1958

No ano de 1957, «rebentou» um vulcão submarino próximo da Freguesia do Capelo, no extremo ocidental da ilha do Faial. Os longos e distintos períodos de actividade vulcânica¹⁵⁰ - acompanhados por sismos constantes - acabariam por resultar no aumento do território da ilha em 240 hectares. Tendo passado por várias fases de transformação, a ilha que se formou a Oeste do Faial acabou por se unir à ilha-mãe por um istmo¹⁵¹, formando uma nova península que é, actualmente, o ponto mais ocidental da Ilha do Faial (FIG.33).

Entre danos provocados pelas lavas e cinzas (FIG.34) e os provocados pelos sismos que acompanharam as erupções, ficaram destruídas inúmeras terras de cultivo e de vegetação¹⁵², bem como um total de 1037 casas¹⁵³, pertencendo, a maioria, às freguesias ocidentais do Faial (em especial, Capelo e Praia do Norte). As freguesias orientais da ilha também sofreram danos, havendo o registo de 12 casas totalmente destruídas no lugar dos Espalhafatos¹⁵⁴.

Foram armados acampamentos provisórios para 3.023 pessoas¹⁵⁵ nas freguesias orientais da ilha, incluindo as da cidade da Horta. A estes treze meses de actividade vulcânica ficou para sempre associada a maior onda de emigração para os E.U.A. resultante de um episódio catastrófico. Ficou conhecida como *Azorean Refugee Act of 1958*¹⁵⁶ a lei estadunidense que

¹⁵⁰ O período de explosão prolongou-se desde o dia 27 de Setembro de 1957 a Abril de 1958 (com actividade explosiva mais forte até Dezembro de 1957). O período de actividade efusiva-estromboliana durou de Maio a Agosto de 1958 e a actividade cessou totalmente apenas a 24 de Outubro de 1958. LOBÃO, Carlos - *O Ano do Vulcão 1957-1958*. Horta: Clube de Filatelia "O Ilhéu", 1999

¹⁵¹ Um istmo é um a formação geológica estreita que liga duas porções de terra.

¹⁵² Segundo o Eng. agrónomo Sacadura Garcia, em 1958 estariam cobertos de cinza 4.652 hectares de terrenos de cultivo.

¹⁵³ «Faial, Terra de Sismos e Vulcões», in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*

¹⁵⁴ LOBÃO, Carlos - *O Ano do Vulcão 1957-1958*, Clube de Filatelia "O Ilhéu", Horta, 1999

¹⁵⁵ Onde se incluíam os sinistrados e população deslocada preventivamente.

¹⁵⁶ Também conhecida como *Pastore-Kennedy Act of 1958*, a proposta de lei foi apresentada por John F. Kennedy, então senador de Massachussets, e John Pastore, senador de Rhode-Island, resultado de um apelo feito pelo senador Joseph Perry Jr., de descendência açoriana. Foram atribuídos 1500 vistos (em que um visto abrangia não uma pessoa, mas uma família) a ser usados entre até 1960, tendo sido este número alargado a mais 500 vistos, a utilizar até 1962. «Faial, Terra de Sismos e Vulcões», in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008.



FIG. 35 Casas soterradas pelas cinzas no Porto do Comprido, Capelo



FIG. 36 Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, Capelo, 2014



FIG. 34 Casas construídas após a erupção do Vulcão dos Capelinhos. Espalhafatos, 2014

permitiu a emigração de 4811 açorianos entre 1958 e 1962 e que marcaria o início de uma redução drástica na demografia do Faial¹⁵⁷. Apesar de a população faialense ter enfrentado a partida de muitos familiares e vizinhos e de ter experienciado dificuldades no cultivo dos solos durante os primeiros tempos, esta migração acabou por ser - por alguns - considerada benéfica, já que «*criou mais espaços para os que ficaram*»¹⁵⁸, permitindo a expansão das actividades agrícola e pecuária.

¹⁵⁷ Em 1950, o Faial tinha 23.923 habitantes, de entre os quais 15.389 habitavam nas freguesias rurais. Em 1981, 15.489 no total, 8.732 nas freguesias rurais.

¹⁵⁸ M.Azevedo (sinistrado da erupção de 1957-1958) *apud* LOBÃO, Carlos - *O Ano do Vulcão 1957-1958*. Horta: Clube de Filatelia “O Ilhéu”, 1999



FIG. 37 Efeitos do sismo de 1973 na cidade da Horta

O terramoto de 1973

A crise sísmica iniciada a 11 de Outubro de 1973, teve o seu maior evento no dia 23 de Novembro do mesmo ano e terminou apenas no final de Janeiro de 1974 (FIG.37). Era o sismo sentido com mais intensidade desde o de 1926 e afectava, novamente, as ilhas irmãs: Pico e Faial. Reconstrução, desta vez provocando maiores estragos na Ilha do Pico (em 2021 casas afectadas, das quais 243 completamente destruídas). No Faial seriam destruídas e construídas de raiz 30 casas; 100 viriam a ser alvo de grandes reparações e 480 de pequenas reparações, numa «linha» que atravessou as freguesias de Flamengos, Conceição e Matriz. As informações existentes sobre a reconstrução indicam que a 2 de Janeiro já teriam começado as obras na freguesia dos Flamengos e que dois anos depois a freguesia já estaria totalmente reconstruída¹⁵⁹.

¹⁵⁹ LOBÃO, Carlos - «Faial, Terra de Sismos e Vulcões» in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008. Pág.47-58

CORREIO DA HORTA



Concessionário Autorizado
TRILHA LDA.

Director: Ruben Rodrigues

Ano 68

• DIÁRIO •

N.º 19288

Preço: 50\$00 (Iva incluído)

6.ª feira, 10 de Julho de 1998

EDIÇÃO ESPECIALMENTE DEDICADA AO SISMO DE 9 DE JULHO DE 1998

Violento sismo abalou as Ilhas do "Triângulo" População acordou às 5H20 em pânico



**No Faial: 8 mortos a lamentar
130 feridos, 9 em estado grave
No Faial e Pico mais de 500 casas
parcial ou totalmente destruídas
Pontes derrubadas**

Estimativa aponta para 12 milhões de contos de prejuízos

2. O SISMO DE 1998 NOS AÇORES

“A história da ilha do Faial mudou, tão abrupta e drasticamente como em 1672, 1926, 1957 e 1973. Tão natural e necessariamente como determinam os elementos que compõem a Crista médio-atlântica em que assentam, periclitantes, estes pedaços de terra. Talhados no convívio com a pujança da natureza - para o bem e para o mal -, os faialenses, como todo o povo açoriano, aliás, admiram-na e respeitam-na. É por isso, certamente, que a entendem e contrariam quanto é razoável.”¹⁶⁰

2.1. O Sismo

Às 5:19h do dia 9 de Julho de 1998, mais uma vez tremiam as terras açorianas. O sismo, de magnitude 5.9¹⁶¹ e com epicentro a cerca de 15km a nordeste da cidade da Horta (FIG.38), foi sentido em quase todas as ilhas do arquipélago¹⁶², tendo provocado danos apenas nas *Ilhas do Triângulo*. Este primeiro terramoto da *Crise Sísmica de 1998*¹⁶³ provocou 8 mortos - todos no Faial, 5 dos quais na freguesia da Ribeirinha, 150 feridos e o desalojamento de 1.457 pessoas¹⁶⁴, *«tudo nos escassos segundos em que a terra pareceu tremer por uma eternidade»*¹⁶⁵.

¹⁶⁰ “*Mudámos de Rumo*” in Telégrafo, 13 de Julho de 1998

¹⁶¹ Existem valores discordantes, que variam entre 5.8 e 6.2 ML, no entanto o valor assumido pelo Instituto de Meteorologia corresponde à rede de monitorização SIVISA (Sistema de Vigilância Sismológica dos Açores). In SENOS *et al* - «O Sismo de 9 de Julho de 1998» in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008

¹⁶² À excepção das ilhas das Flores, do Corvo e de Santa Maria.

¹⁶³ Denominação atribuída à crise sísmica iniciada a 9 de Julho de 1998. Esta crise sísmica terá durado cerca de 4 anos, período durante o qual 15.445 sismos foram registados pelos sismógrafos. Só no primeiro mês ocorreram 7.600, dos quais 325 foram sentidos pela população. SENOS *et al* - «O Sismo de 9 de Julho de 1998» in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008.

¹⁶⁴ «Solidariedade» in *Correio da Horta*, dia 13 de Julho de 1998

¹⁶⁵ In Diário de Notícias, 10 de Julho de 1998

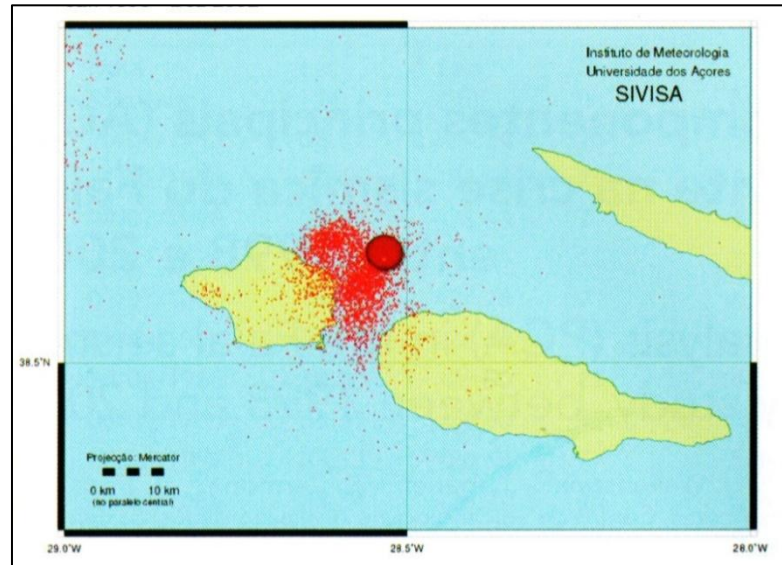


FIG. 39 Carta de Epicentros entre Janeiro de 1998 e Dezembro de 2002. Registo do sistema de monitorização SIVISA

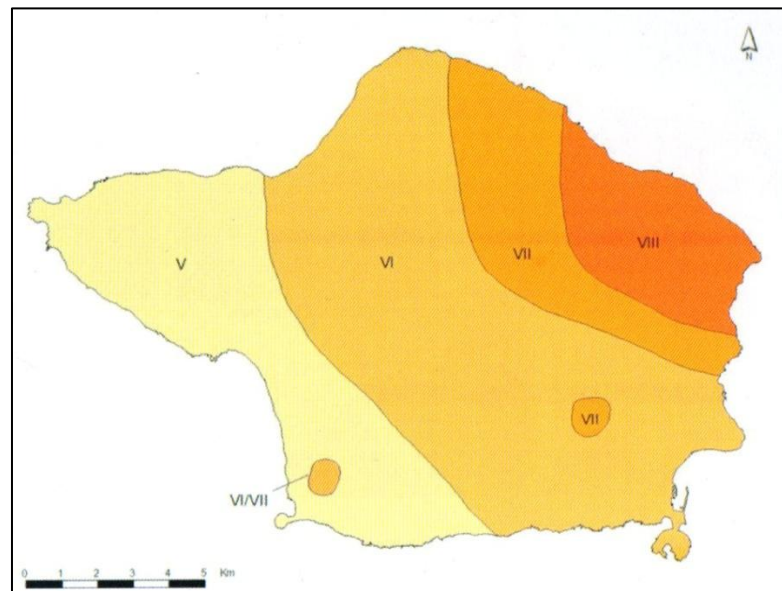


FIG. 38 Efeitos macro-sísmicos do sismo de 1998 na Ilha do Faial (classificação de danos sobre as construções), segundo a Escala macro-sísmica europeia de 1998 (anexo 1)

2.2. Danos Materiais

No Faial, a ilha mais afectada, o sismo provocou danos em cerca de 1700 habitações¹⁶⁶ (de entre as quais 377 casas completamente destruídas e 343 com danos muito importantes¹⁶⁷), correspondendo a 70% do edificado habitacional. Enquanto a ilha de S. Jorge sofreu apenas danos ligeiros, na ilha do Pico o sismo afectou cerca de 20% do parque habitacional¹⁶⁸. Inúmeras infraestruturas primárias e equipamentos ficaram destruídos ou fortemente danificados na Ilha do Faial, tendo também algumas sofrido danos na Ilha do Pico¹⁶⁹.

Apesar de se terem verificado danos na generalidade do edificado da ilha do Faial, a avaliação dos danos nas construções levada a cabo pelo LREC¹⁷⁰ e baseada na metodologia exposta na Escala Macrossísmica Europeia de 1998¹⁷¹, concluiu que a intensidade máxima foi experienciada nas localidades da Ribeirinha e dos Espalhafatos (VIII – Fortemente Danificado¹⁷²), seguindo-se as freguesias do Salão e Pedro Miguel (VII a VIII), Cedros e Flamengos (VII). (anexo 2). No caso da freguesia da Ribeirinha, à intensidade sísmica aliou-se o movimento de massas e o recuo de arribas, aumentando o efeito catastrófico. Aqui, a destruição - total ou parcial - atingiu 78% do parque habitacional da freguesia e o colapso de uma ponte de acesso ao lugar de Espalhafatos.

¹⁶⁶ CONTENTE, José in «Acta da Reunião da Assembleia Regional do dia 9 de Setembro de 1998» (onde se fez discutir a proposta para o Decreto Legislativo Regional que «estabelece os apoios e concede aos sinistrados do sismo de 9 de Julho de 1998 com vista a promover a reconstrução das habitações afectadas, através da adopção de medidas excepcionais de carácter financeiro.»)

¹⁶⁷ «Custos da reconstrução aumentam» in *Correio da Horta*, 16 de Julho de 1998

¹⁶⁸ *Idem*. Em São Jorge 8 casas ficaram destruídas pelos efeitos do sismo; no Pico, cerca de 600.

¹⁶⁹ «Estradas, pontes, aquedutos, muros de suporte e delimitação de propriedades, igrejas, cemitérios, escolas e instituições culturais ou desportivas» (NASCIMENTO, 2008), bem como «algumas infraestruturas de saúde, portuárias, comerciais e associativas» (CÉSAR, 2008)

¹⁷⁰ Laboratório Regional de Engenharia Civil.

¹⁷¹ A Escala Macrossísmica Europeia de 1998 (EMS-98) é uma escala elaborada segundo uma adaptação da Escala de Mercalli Modificada. A EMS-98 destina-se especificamente à classificação dos danos ocorridos sobre as construções como resultado de um sismo.

¹⁷² «Muitas pessoas têm dificuldade em se manter de pé. Muitas casas têm grandes rachas nas paredes. Muitos edifícios normais, bem construídos, sofrem queda de paredes, enquanto os edifícios mais frágeis e velhos podem colapsar.» GRUNTHAL, G – *Escala Macrossísmica Europeia 1998*, Luxemburgo, 1998.



FIG. 40 Casa danificadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998 no Faial

Na generalidade do edificado afectado no Faial e no Pico, algumas construções de betão armado e com ligas de ferro também ficaram algo danificadas, apresentando pequenas rachas e telhas deslocadas. No entanto, os danos mais importantes verificaram-se ao nível das construções vernaculares: construções em alvenaria de pedra, revestidas com cal e sem cintas de ferro. Com base nos critérios de vulnerabilidade estabelecidos na Escala Macrosísmica Europeia de 1998¹⁷³ (anexo 1), à maior parte das construções afectadas foi atribuída a classe de vulnerabilidade A¹⁷⁴, significando que a maioria das construções afectadas foram as que a capacidade de resposta aos abalos sísmicos era muito fraca.

A vulnerabilidade do edificado

“Ficou demonstrado no sismo de 9 de Julho de 1998, que o parque habitacional da ilha do Faial, era constituído por um elevado número de habitações antigas e com deficiente estrutura, cuja resistência à acção sísmica não era adequada para o tipo de actividade passível de se registar.”¹⁷⁵

Não teria sido necessário presenciar a catástrofe para perceber a vulnerabilidade do edificado faialense. Aquilo que *«ficou demonstrado no sismo de 9 de Julho de 1998»*, poderia ter sido demonstrado antes, se se tivessem levado a cabo, com o mesmo empenho, os estudos de risco que tiveram lugar no momento pós-sismo, nomeadamente os estudos de condicionantes hidrogeológicas¹⁷⁶ e as avaliações da vulnerabilidade das construções.

¹⁷³ A escala de vulnerabilidade exposta na EMS-98 pretende expressar as diferenças na maneira como as construções respondem a sismos. GRUNTHAL, G. - «Vulnerability» in *European Macroseismic Scale 1998*, Luxemburgo, 1998

¹⁷⁴ Segundo a EMS-98, na classe A integram-se as construções em pedra, sem reforço estrutural e com pouca resistência sísmica. SENOS, M. L. *et al* - «O Sismo de 9 de Julho de 1998» in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008

¹⁷⁵ VIEIRA, Raquel - «O Serviço Regional de Protecção Civil Bombeiros dos Açores», in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008

¹⁷⁶ Estes estudos serão expostos com mais profundidade no subcapítulo 3.3.

No entanto, a aplicação das soluções mais correctas de acordo com os resultados desses estudos teria sido uma tarefa de enorme esforço, principalmente no que diz respeito ao abandono de construções em locais de alto risco (sísmico ou de movimento de massas).

Tal processo de realocização ver-se-ia confrontado com, pelo menos, três argumentos castradores, de estreita relação entre eles:

- 1) O primeiro diz respeito ao esforço económico que representaria esta mudança, agravado pela incerteza de uma crise sísmica num futuro próximo. Não podendo prever a data do próximo evento desta natureza, impera a pergunta: *Porquê agora?*;
- 2) O segundo, a que nos chama à atenção Ian Davis¹⁷⁷ e de cariz sociológico, produzido essencialmente pela capacidade humana de esquecimento, demonstra a «teimosa» vontade de permanência que historicamente se pode verificar na generalidade dos povos, ainda que reconheçam a sua condição vulnerável. Essa teimosia não representa apenas um sentimento telúrico da população em relação ao seu passado e às suas memórias, mas tem estreita relação com o motivo primeiro da ocupação do território, normalmente associado à sua produtividade e acessibilidades. No exemplo açoriano, denota-se a constante ocupação em torno de linhas de água¹⁷⁸ e, apesar de pertencer ao conhecimento geral que estas estão directamente associadas a falhas sísmicas, pesa o facto de serem um recurso de extrema importância na subsistência do sector primário;
- 3) O terceiro, aparece no seguimento do segundo, mas pela mão de Rapoport, quando este nos diz que qualquer solução, não sendo

¹⁷⁷ DAVIS, Ian - *Arquitectura de Emergencia*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980

¹⁷⁸ PORTEIRO, Pedro Mora; RAPOSO, Arnaldo - «O processo de ordenamento do território implementado nas freguesias do norte do Faial. O Caso particular da Ribeirinha», in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008

desejada pelo grupo a quem se destina, está condenada ao fracasso¹⁷⁹.

Neste sentido, apenas a evidência da catástrofe e o consequente momento de suspensão da norma¹⁸⁰, poderiam imputar uma força suficientemente capaz de provocar o desejo da mudança. Ainda assim, a história - bem como este caso de estudo - revelam-nos que este desejo não é frequente¹⁸¹. No entanto, uma aposta na informação e no apoio logístico e financeiro aos proprietários das casas no sentido de proporcionar uma maior segurança anti-sísmica às construções - ainda que não se concretizasse a realocização - poder-se-ia ter traduzido numa mudança radical do cenário vivido neste 9 de Julho.

Essa solução, sendo capaz de diminuir a vulnerabilidade do grupo em relação a um evento natural com alta previsibilidade, está sujeita, de raiz, a condicionantes socio-políticas que tornam difícil e morosa a sua consciencialização bem como uma posterior aplicação.

*“Whatever the political tampering with science, the supposed «naturalness» of disasters here becomes an ideological camouflage for the social (and therefore preventable) dimensions of such disasters, covering for quite specific social interests.”*¹⁸²

A habilitação do edificado para uma boa resposta estrutural em zonas de alto risco sísmico, minoraria a necessidade de posterior reabilitação e, com certeza, reduziria o número de reconstruções necessárias. Revela-se, ainda,

¹⁷⁹ Esta afirmação de Amos Rapoport surge com uma exploração mais profunda no subcapítulo 3.4 da Primeira Parte.

¹⁸⁰ Segundo o exposto no capítulo 3 da Primeira Parte.

¹⁸¹ DAVIS, Ian - *Arquitectura de Emergencia*. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 1980

¹⁸² Neil Smith fala especificamente da sequência de políticas que foram negligenciando a resposta ao furacão Katrina, em New Orleans, mesmo antes de este acontecer (já que o acontecimento estava previsto desde 2001, apesar de ser, obviamente, incerta a data da sua ocorrência). SMITH, Neil - «There is no such thing as a natural disaster» in *Understanding Katrina*, 2006

outro aspecto que implica pouco esforço social e um esforço económico ainda menor, que diz respeito à implementação de legislação - ao nível do ordenamento do território - que contemple os riscos associados à construção em certas áreas de perigo geológico. A integração das condicionantes de risco no Plano Director Municipal da Horta torna-se uma medida imperativa no desenvolvimento dos futuros planeamentos apesar de não se encontrar, até à data, contemplada nesse documento.

“A verdade é que não existe legislação que inclua o risco sísmico ou geológico como uma componente a ter em conta no ordenamento do território. Poder-se-ia pensar em verter estes condicionalismos nos modelos de ordenamento de planos regionais, ou municipais de ordenamento, sendo que, nesse caso, passaríamos a depender de vontades mais ou menos empenhadas em os fazer cumprir.”¹⁸³

Para uma região com tamanha herança de destruição (anexo 3), presente no espaço construído, na história e nas estórias, nos rituais e nos cultos deste povo, a aposta na prevenção com o intuito de minimizar o risco a que se encontram sujeitas as populações e as construções açorianas torna-se imperativa.

Intervenções de emergência

As primeiras intervenções, desencadeadas pelos serviços locais de Protecção Civil¹⁸⁴, passaram pela urgente desobstrução de caminhos, possibilitando a acessibilidade geral necessária à prestação de primeiros socorros a todas as freguesias¹⁸⁵. Aos Bombeiros coube o apoio pré-hospitalar,

¹⁸³ PORTEIRO, Pedro Mora; RAPOSO, Arnaldo - «O processo de ordenamento do território implementado nas freguesias do norte do Faial. O Caso particular da Ribeirinha», in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008

¹⁸⁴ Os serviços locais de protecção civil eram constituídos por: Obras Públicas, autarquias, Serviços Florestais e Bombeiros.

¹⁸⁵ CONTENTE, José - «Futuro em Segurança», in *Sismo 1998 – Açores. Uma década Depois*, 2008

a extinção dos incêndios deflagrados¹⁸⁶, bem como o estabelecimento das comunicações entre as povoações e a central dos bombeiros¹⁸⁷. A Comissão Local de Protecção Civil, apoiada por voluntários, pela Acção Social e por algumas instituições privadas¹⁸⁸, foi capaz de reunir condições para a preparação e distribuição de mantimentos durante as primeiras semanas¹⁸⁹. O Instituto da Acção Social esteve presente nas áreas sinistradas desde os primeiros momentos, prestando apoio psicológico e fazendo o levantamento das necessidades mais prementes da população¹⁹⁰.

Nos primeiros momentos que sucederam a catástrofe, as *Ilhas do Triângulo* foram recebendo agasalhos, víveres, electrodomésticos e dinheiro, vindos das outras ilhas do Arquipélago, de Portugal continental e de alguns países da Europa, bem como da população açoriana residente nos EUA, Canadá e Austrália. Além dos donativos a título individual, várias instituições fizeram doações monetárias¹⁹¹ - a ser geridas pelo Instituto da Acção Social¹⁹² - e algumas instituições bancárias incentivaram à doação através da abertura de *contas solidárias*, nas quais depositaram também o seu donativo¹⁹³.

¹⁸⁶ FRAGA, António M. - «Apontamentos sobre a intervenção local», in *Sismo 1998 – Açores. Uma década Depois*, 2008

¹⁸⁷ A comunicação foi concretizada com grande suporte do Clube de Radioamadores do Faial. «Radioamadores do Faial com papel preponderante nas comunicações após o sismo», in *Correio da Horta*, 20 de Julho de 1998

¹⁸⁸ Foram utilizadas as cozinhas do Hospital da Horta, do Colégio de Santo António e da Rádio Naval para a confecção das refeições. NASCIMENTO, Fernando - «O Sismo de 9 de Julho de 1998 e a reconstrução», in *Sismo 1998 – Açores. Uma década Depois*, 2008

¹⁸⁹ Os técnicos de Acção Social da Horta e de São Miguel em colaboração com a população de cada freguesia, concentraram esforços na aquisição de fogareiros industriais, no sentido de restabelecer alguma autonomia na confecção das refeições. O almoço do dia 12 de Julho foi o último a ser confeccionado fora dos próprios locais de alojamento colectivo. «Renato Leal, Presidente da Câmara Municipal da Horta fez o ponto de situação ao “Correio da Horta”» in *Correio da Horta*, 13 de Julho de 1998

¹⁹⁰ «Apoio alimentar já ultrapassou 50 toneladas» in *Correio da Horta*, 15 de Julho de 1998

¹⁹¹ Estas doações totalizaram cerca de 550 mil euros (Entre os donativos encontram-se: 15 mil contos (75.000€) da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; 50 mil contos (250.000€) de Luís Champalimaud; 35.000 contos (165.000€) de uma angariação de fundos coordenada por Maria José Rita; 8300 contos (41.500€) numa angariação de fundos das estações de rádio de língua portuguesa na Califórnia, KSQQ e KLBS, bem como donativos dos iatistas do Royal Cruising Club, com 342 contos (1.700€), Azores Whale Watching, administração da Expo '98.)

¹⁹² «Manifestação de Solidariedade de várias instituições e personalidades para com os sinistrados» in *Correio da Horta*, 10 de Julho de 1998

¹⁹³ O Montepio Geral abriu uma conta onde depositou 200 mil contos (1 milhão de €), assim como o Banif, tendo este depositado 2.500 contos (12.500€). «Manifestação de

O Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC) procedeu, logo desde o primeiro dia, à Classificação dos Danos nas Construções, quer dos edifícios de habitação, quer de equipamentos colectivos de utilização pública. Esta classificação pretendia averiguar a necessidade de evacuação de moradores ou restrição de acessos a determinadas áreas, bem como a demolição ou remoção de destroços do edificado considerado instável, pela constante eminência de réplicas. O LREC considerou uma escala em 5 graus, sendo que a cada grau correspondiam determinadas acções a levar a cabo pelos Serviços de Protecção Civil (anexo 4).

A prevenção

Nos Açores, o ciclo catastrófico é bastante curto¹⁹⁴ e, lembrando a - ainda tão próxima - grande catástrofe que assolou a Terceira em 1980¹⁹⁵, parece inverosímil que à data se verificasse uma inexistência quase geral de planos de emergência específicos para cada ilha dos Açores. O primeiro Plano Municipal de Emergência (PME)¹⁹⁶ a ser aprovado foi o da Graciosa, em Maio de 1998¹⁹⁷, vindo o da Horta a ser aprovado apenas em Outubro de 2001. Actualmente, o arquipélago já conta com um PME para cada concelho e, desde 2006, também com um Plano Regional de Emergência¹⁹⁸.

Solidariedade de várias instituições e personalidades para com os sinistrados» in *Correio da Horta*, 10 de Julho de 1998

¹⁹⁴ Como se pode verificar no anexo - sismos no arquipélago

¹⁹⁵ O sismo de 1980, na ilha Terceira, atingiu 7.2 na escala de Richter e entre 9 e 12 na de Mercalli. Provocou a morte de 73 pessoas e o desalojamento de 21.296 pessoas. A cidade de Angra do Heroísmo foi grandemente afectada (ruiu cerca de 80% do edificado habitacional), tendo, a sua reconstrução, imposto preocupações urbanísticas pioneiras nos Açores, vindo a cidade a ser classificada como Património Mundial da Humanidade apenas três anos depois. Os sinistrados foram apoiados com materiais para a reconstrução ou reabilitação (bem como com implementação de taxas moderadas em linhas crédito), tendo sido a maioria feita por auto-construção.

¹⁹⁶ Estão contemplados como principais factores de risco, em todos os Planos Municipais de Emergência do Arquipélago, os riscos sísmico, vulcânico e de movimento de massas. Este planos foram elaborados com o apoio da Universidade dos Açores, através do Centro de Vulcanologia e Avaliação dos Riscos Geológicos. VIEIRA, Raquel - «O Serviço Regional de Protecção Civil Bombeiros dos Açores», in *Sismo 1998 - Açores. Uma década depois*, 2008

¹⁹⁷ *Idem*

¹⁹⁸ Aprovado pela resolução de concelho de governo nº26/2007, a 22 de Março.

Conhecem-se vários esforços no sentido de agilizar as intervenções de emergência, nomeadamente os simulacros regularmente praticados pelos Bombeiros Voluntários Faialenses, assim como uma proposta do Clube de Radioamadores dos Açores com o intuito de possibilitar a fácil comunicação em casos de catástrofe, à qual poucas freguesias aderiram¹⁹⁹. Contudo, a «*impressionante cultura de protecção civil*»²⁰⁰ demonstrada pela população das Ilhas do Triângulo na sequência desta crise sísmica, permite verificar a acção de uma sabedoria popular marcada pela frequência de acontecimentos catastróficos e pela transversalidade das estórias relativas a estes, em todo o Arquipélago, em todas as gerações.

¹⁹⁹ O pedido de apoio financeiro tinha em vista a aquisição de aparelhos de comunicações para as 13 freguesias do Faial. «Radioamadores do Faial com papel preponderante nas comunicações após o sismo», in *Correio da Horta*, 20 de Julho de 1998

²⁰⁰ Segundo o presidente do Governo Regional dos Açores à data, Carlos César, a população das três ilhas facilitou sobremaneira as intervenções de emergência dos serviços e instituições encarregues da protecção civil. «Governo acredita que reconstrução fique concluída dentro de 3 a 4 anos» in *Correio da Horta*, 13 de Julho de 1998.



FIG. 42 Almoço na cozinha comum de um acampamento de emergência. Espalhafatos, 1998



FIG. 41 Um dos acampamentos de emergência no lugar dos Espalhafatos, 1998

2.3. Alojamento de emergência

Seguiu-se a procura de soluções para a primeira acomodação dos desalojados que, segundo o Presidente da Câmara Municipal da Horta à data, já estaria praticamente concluída no dia 13 de Julho, 5 dias após a catástrofe. O alojamento de emergência realizou-se em tendas providenciadas pelo Serviço Regional de Protecção Civil, assim como em Polivalentes, Casas do Povo e Escolas das respectivas freguesias, e ainda, para aqueles a quem foi possível, em casas de familiares. A falta de privacidade foi um dos maiores problemas vividos durante este período, quer pelas pessoas que ficaram alojadas em Polivalentes, quer pelas que, ficando numa tenda, coabitavam com outras famílias na mesma. Apesar dos Serviços de Protecção Civil garantirem a segurança estrutural do edificado destinado ao alojamento colectivo de emergência, muitas pessoas preferiram ficar em tendas²⁰¹, com receio do possível efeito das réplicas no edificado (FIG.42).

A freguesia da Ribeirinha debateu-se com alguns problemas de saúde pública durante as primeiras três semanas, devidos essencialmente à escassez de água potável. Consequência da destruição das redes de abastecimento de água naquela zona, o problema era minorado pelo abastecimento diário de água concretizado pelos Bombeiros Voluntários, que aí a depositavam em reservatórios instalados para o efeito.

²⁰¹ «Renato Leal, Presidente da Câmara Municipal da Horta fez o ponto de situação ao “Correio da Horta”», in *Correio da Horta*, 13 de Julho de 1998

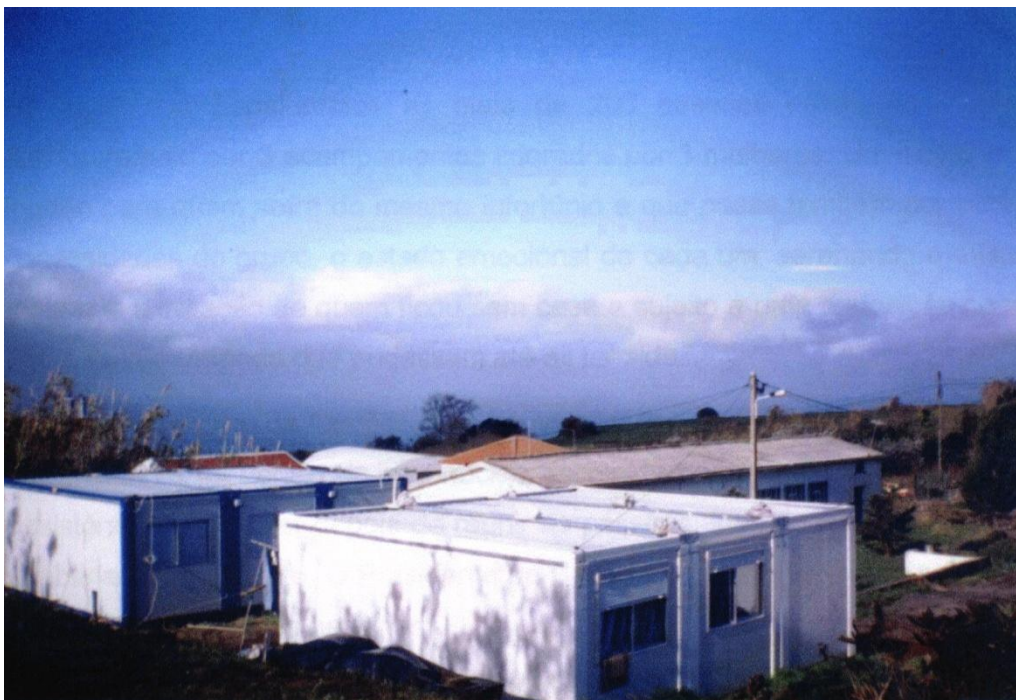


FIG. 44 Pré-fabricados para alojamento provisório. Espalhafatos, 2003



FIG. 43 Pré-fabricado ainda existente no lugar dos Espalhafatos. Utilizado actualmente para arrumos e armazenamento de produtos agrícolas. 2014

2.4. Alojamento provisório

A Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos procedeu à aquisição de 670 pré-fabricados (580 no Faial e 90 no Pico), com capacidade total para o alojamento de 2900 pessoas²⁰².

A espera pelos pré-fabricados foi longa, facto que as entidades governamentais justificaram, por um lado, com a pequena dimensão do mercado deste tipo de equipamento, que não teria capacidade para fazer jus às necessidades emergentes e, por outro, com o facto de o sismo ter ocorrido em período de férias, reduzindo a capacidade de resposta das empresas fornecedoras²⁰³. O prazo definido para a chegada da totalidade dos pré-fabricados havia sido fixado para o dia 31 de Outubro²⁰⁴, no entanto esta data não seria cumprimentada devido às dificuldades encontradas na chegada desses alojamentos.

Pretendendo evitar-se grandes aglomerados, 50% dos pré-fabricados foram instalados em agrupamentos colectivos (FIG.43), enquanto os outros 50% foram montados em logradouros privados adjacentes às habitações sinistradas que não representassem perigo²⁰⁵.

A ordem de distribuição dos pré-fabricados foi baseada em critérios de condição social e económica, de constituição do agregado familiar, dando preferência a agregados com idosos e/ou crianças.²⁰⁶ No lugar dos Espalhafatos, a grande maioria das famílias ficou alojada em pré-fabricados (87%)²⁰⁷, no Agrupamento Colectivo do Alto dos Espalhafatos, sendo que apenas 7 famílias ficaram a residir provisoriamente em casa de familiares.

²⁰² CONTENTE, José - «Futuro em Segurança», in *Sismo1998 – Açores. Uma Década Depois*, 2008

²⁰³ Segundo declarações do então Secretário Geral da Administração Interna, Armando Vara. «Atraso na chegada dos primeiros pré-fabricados» in *Correio da Horta*, 17 de Julho de 1998

²⁰⁴ Segundo José Contente, na «Acta da reunião da Assembleia Regional», 9 de Setembro de 1998

²⁰⁵ CONTENTE, José - «Futuro em segurança», in *Sismo1998 – Açores. Uma Década Depois*, 2008

²⁰⁶ «Primeiros pré-fabricados chegam amanhã», in *Correio da Horta*, 21 de Julho de 1998

²⁰⁷ Segundo o inquérito realizado aos sinistrados da freguesia da Ribeirinha cujos resultados estão patentes no relatório «População» efectuado pelo Gabinete de Reconstrução da Área Norte.

3. METODOLOGIA GERAL DA RECONSTRUÇÃO NO PÓS-SISMO DE 1998

3.1. Agentes intervenientes na Reconstrução

“A extensão do problema e os modos de acção são necessariamente complexos e envolvem várias áreas e disciplinas de conhecimento técnico e científico. A destruição da totalidade de alguns lugares e freguesias impõe a necessidade de se repor e defender as características paisagísticas e humanas locais, sobre pena do desenraizamento das populações, destruição e descaracterização da nossa cultura e do empobrecimento das potencialidades turísticas baseadas na riqueza da nossa paisagem natural e construída. A reconstrução constituirá uma prova única da nossa capacidade de acção, organização e inovação, é necessário por isso, potenciar e aproveitar esse esforço num sentido positivo de desenvolvimento e renovação.”²⁰⁸

As entidades governamentais

No processo de reconstrução após o Sismo de 1998 nos Açores, não houve directa intervenção de Organizações Não Governamentais, tendo esta sido legislada e executada por órgãos criados pelo Governo Regional e apoiada financeiramente, até certo momento, pela União Europeia e pelo Governo da República.

O investimento público na reconstrução surgiu através de um reforço financeiro extraordinário no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, através

²⁰⁸ PORTEIRO, Pedro Mora; RAPOSO, Arnaldo - «O processo de ordenamento do território implementado nas freguesias do norte do Faial. O caso particular da Ribeirinha» in *Sismo 1998 – Açores, . Uma década depois*. 2008

do programa REGIS II – Açores²⁰⁹, com financiamento nacional e da então Comunidade Europeia. Estes fundos teriam como alvo o apoio à «*reconstrução e a reabilitação do património, das infraestruturas e da actividade económica regional*»²¹⁰. No âmbito do investimento nacional, foi atribuído, pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, um subsídio à Região no valor de 150 mil contos (750 mil euros)²¹¹. No total, a Região Autónoma dos Açores suportou os custos financeiros da reconstrução em 239.2 milhões de euros. (29.000.000 para reconstrução e reabilitação de 3129 moradias e 10.200.000 para obras públicas/redes viárias)²¹².

No dia seguinte ao sismo é criado o Centro de Promoção de Reconstrução (CPR) - entidade governamental criada sob a tutela política da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos (S.R.H.E.) -, cujo objectivo seria o de coordenar as tarefas de reconstrução do parque habitacional danificado nas três ilhas. O CPR era constituído por:

- Conselho Coordenador, de funções executivas e que reunia quinzenalmente com a presença do Presidente da Câmara Municipal da Horta e um representante das Juntas de Freguesia e um representante dos Serviços de Acção Social²¹³

- Conselho Consultivo, com funções de auscultação e parecer, cuja formação incluía representantes das Câmaras Municipais das três ilhas e representantes das Juntas de Freguesia do Faial e do Pico.

²⁰⁹ Foram atribuídos à Região Autónoma dos Açores (RAA), extraordinariamente, 5,3 milhões de contos (3,3 milhões incluídos no programa PEDRRRAA II e 2 milhões de contos através do programa FEDER, de âmbito nacional e comunitário). «Parlamento Europeu apelou para o reforço de verbas para compensação dos prejuízos», in *Correio da Horta*, 20 de Julho de 1998

²¹⁰ *Idem*

²¹¹ Este subsídio foi pago através do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e destinava-se a ser aplicado pelos Serviços de Acção Social. Segundo o *Correio da Horta* (16 de Julho de 1998), foi o subsídio de valor mais alto atribuído pelo Governo à Região Autónoma dos Açores, em situações de catástrofe.

²¹² CONTENTE, José, «Futuro em Segurança» in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008

²¹³ *Idem*

A cargo do CPR estaria a contratação dos projectistas e a gestão de todo o processo, desde a obtenção e distribuição dos recursos financeiros da Região Autónoma dos Açores (RAA) destinados à reconstrução e ao encaminhando dos processos de candidatura dos sinistrados e fiscalização de obra. O CPR deveria garantir o cumprimento dos pressupostos definidos pelas entidades governamentais ao estabelecer a ponte entre projectistas e a população sinistrada, coordenando os interesses de cada uma das partes.

Em 2003, divergências entre o Governo Central e o Governo Regional no que diz respeito à disponibilização de meios financeiros para a continuação das construções forçou a suspensão das empreitadas do CPR. Nesta altura, muitas empreitadas já decorriam, sendo que a impossibilidade de prosseguir com as obras representava custos incalculáveis, assim como o óbvio esforço relativo ao prolongamento da condição precária das famílias e a instabilidade social provocada pela desigualdade de circunstâncias entre os agregados já realojados e aqueles ainda em pré-fabricados. Assim, é criada a Sociedade de Promoção e Reabilitação da Habitação e Infraestruturas (SPRHI, SA), uma empresa pública que, por possuir uma capacidade de endividamento a que o Governo Regional havia deixado de poder recorrer, permitiria seguir com as empreitadas e restabelecer o rumo normal dos trabalhos da reconstrução. Assim, o CPR deixaria de fazer a coordenação dos projectos, bem como a execução e fiscalização das obras, ficando essa fase a cargo da SPRHI.

Os projectistas

Atendendo à extensão dos danos no território e à premência de uma rápida reconstrução, as intervenções foram atribuídas a vários grupos distintos de projectistas. No caso do Faial, essa divisão teve por base critérios administrativos e territoriais, tendo sido atribuído, a cada gabinete de arquitectura, a reconstrução de uma ou mais freguesias. Nesse sentido, o CPR procedeu à contratação de 14 gabinetes de Arquitectura, em que 11 estariam incumbidos de reabilitação, enquanto 3 iriam projectar novas construções.

No caso da freguesia da Ribeirinha, o processo de reconstrução – desde o planeamento do ordenamento do território até aos projectos de execução das construções novas (as reabilitações eram executadas por outros gabinetes) – foi levado a termo por um gabinete já anteriormente instalado no Faial, coordenado pelo arquitecto Pedro Mora Porteiro, e que, para efeitos da reconstrução e integrando novos elementos na equipa, passou a denominar-se Gabinete de Reconstrução da Área Norte (GRAN). Este gabinete de projectistas ficaria responsável pelo ordenamento e construção de novas habitações²¹⁴ (por empreitada do CPR) nas freguesias do Norte do Faial: Ribeirinha, Salão e Cedros).

A investigação destes projectistas começa pela análise de um inquérito realizado à população sinistrada, que pretendia fazer uma caracterização demográfica e socio-económicas destas famílias, bem como averiguar o estado das habitações sinistradas (anexo 5). Não tendo um papel activo no delineamento dos pressupostos-base para a reconstrução - a legislação -, a sua acção esteve, desde início, balizada entre os critérios legislativos e administrativos, as condicionantes de perigo geológico ao nível territorial e de segurança anti-sísmica nas construções, as questões do financiamento e o factor *tempo*. O contacto com a população-alvo era também coordenado pelo CPR, sendo o projecto da futura habitação discutido individualmente com um representante do agregado, em reuniões periódicas. No que diz respeito à habitação, os projectistas do GRAN executaram projectos-tipo que, consoante o número de pessoas no agregado familiar, poderiam ser alvo de alteração aquando das discussões com os sinistrados. Esta aproximação, tendo sido programada e executada individualmente com cada um dos representantes do agregado familiar, poderá ter-se visto negligenciada pelo factor tempo, já que o GRAN tinha a seu cargo as três freguesias mais afectadas da ilha (anexo 2).

²¹⁴ Apenas as obras de agregados que optassem por empreitada do CPR. Procedimento que se explicitará no próximo subcapítulo, 3.2.

A população sinistrada

Os sinistrados eram encaminhados ao longo de um processo de candidatura que, mediante aprovação de financiamento²¹⁵, lhes daria a hipótese de eleger entre um regime de administração directa ou um regime de empreitada, nos seguintes moldes:

Empreitada: a obra ficaria incluída numa das empreitadas do CPR, sendo o projecto de arquitectura atribuído ao gabinete de arquitectura ao qual foi atribuída a reconstrução da área de residência à data do sismo, ou à nova, caso o agregado pretendesse mudança de freguesia (a construção em novo local teria apoio governamental apenas nos casos em que a habitação sinistrada se encontrava em zona de perigo geológico²¹⁶, não sendo, portanto, incentivada a construção no mesmo local).

Administração directa: A gestão da obra ficaria a cargo do proprietário, sendo a este concedido o valor de apoio previamente definido segundo o número de pessoas pertencentes ao agregado e os rendimentos do mesmo.

Em ambas as hipóteses, o licenciamento da obra bem como as demais tarefas burocráticas relativas ao registo da habitação estariam a cargo dos sinistrados.

Assim, caso optassem pelo regime de empreitada – caso mais frequente no presente estudo – o projecto era discutido com o proprietário da habitação sinistrada (inclusive quando a pessoa sinistrada não era o próprio, mas um arrendatário ou comodatário) com base no projecto-tipo definido previamente pelo gabinete de arquitectura responsável.

O inquérito levado a cabo no pós-sismo pela equipa técnica, permitiu uma caracterização das famílias sinistradas e perscrutou as projecções individuais de cada agregado (do representante do mesmo) em relação à sua

²¹⁵ Segundo os critérios explícitos no subcapítulo 3.2.

²¹⁶ Segundo o artigo 6º do DLR nº15-A/98/A, de 25 de Setembro, «*sempre que, por razões ambientais, urbanísticas ou de segurança, não seja legalmente permitido reconstruir, reabilitar e reparar a habitação sinistrada, poderão os sinistrados adquirir ou construir habitação em local diferente da habitação sinistrada, recorrendo aos apoios previstos neste diploma*».

preferência de localização da nova habitação (mesmo local, mesma freguesia ou outra localidade). Em relação aos espaços públicos e colectivos, a opinião dos sinistrados foi sondada no sentido de perceber quais os equipamentos que estes consideravam ser de construção mais urgente (onde se incluíam: jardim de infância, centro de dia para idosos, Polidesportivo, jardim público, posto médico). No entanto, o novo ordenamento do território – que detinha problemáticas desde as implantações das habitações/loteamentos à qualificação dos espaços em abandono - seria apenas objecto de opinião pelos sinistrados, baseada em propostas pré-estabelecidas pelo gabinete de desenho que, pretendia, por sua vez, fazer acordar os objectivos das entidades reguladoras relativos ao ordenamento, bem como incluir as condicionantes hidrogeológicas.

A segurança terá sido a ambição com maior capacidade vinculativa em todo o processo, facto que se deve essencialmente a ter representado um objecto de desejo comum a todos os intervenientes. Apesar de nem todos concordarem com a forma como esta foi levada a cabo, todos reconheceram a mitigação do risco como acção prioritária, principalmente no que diz respeito à segurança construtiva das novas habitações. Quanto à mudança de localização da habitação, as opiniões dividem-se, como veremos mais à frente²¹⁷.

²¹⁷ No subcapítulo 0 – *Suspensão*.

3.2. O apoio à reconstrução

Toda a estratégia do CPR e, consequentemente a dos projectistas, teria como base o disposto no Decreto Legislativo Regional nº15-A/98/A, de 25 de Setembro, elaborado com o objectivo de regulamentar o tipo de apoio a conceder aos sinistrados relativamente à «*aquisição, construção, reconstrução, reabilitação e reparação da habitação permanente e suas dependências.*»²¹⁸

Neste sentido, o mesmo decreto explicita:

“ «*Construção e reconstrução*»: os trabalhos necessários à edificação de um imóvel novo ou à reposição do imóvel sinistrado;

«*Reabilitação*»: os trabalhos necessários à consolidação estrutural do imóvel existente;

«*Reparação*»: os trabalhos necessários à eliminação dos danos emergentes do sismo.”²¹⁹

Na prática, após a avaliação de danos às habitações - operada através da quantificação de áreas recuperáveis e irrecuperáveis por grupo de componente estrutural (paredes exteriores, interiores, pavimentos, coberturas) e identificando os materiais constituintes (pedra; betão; madeira)²²⁰, estas eram classificadas segundo a percentagem de danos estruturais irrecuperáveis, a que se denominava *Sensibilidade pessoal aos danos globais*, e segundo a qual se consideraria:

até 19%, uma reparação;

entre 20% e 49%, uma reabilitação;

a partir de 50%, uma construção nova (após demolição, no mesmo terreno; noutra terreno, quando se tratasse de zona de risco).²²¹

²¹⁸ Artigo 1º do Decreto Legislativo Regional nº15-A/98/A, de 25 de Setembro.

²¹⁹ Artigo 2º do Decreto Legislativo Regional nº15-A/98/A, de 25 de Setembro.

²²⁰ O Auto de Vistoria utilizado para a avaliação dos danos, elaborado pelo LREC, pode ser consultado no anexo 6.

²²¹ NASCIMENTO, Fernando - «O Sismo de 9 de Julho de 1998 e a reconstrução», in *Sismo de 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008

| Agregado familiar (número de pessoas) | Habitação (tipologia) | Áreas brutas máximas (metros quadrados) |
|--|--------------------------|--|
| 1 | T1 | 70 |
| 2 ou 3 | T2 | 90 |
| 3 ou 4 (a) | T3 | 106 |
| 4 ou 5 (b) | T4 | 117 |
| 5 ou 6 (b) | T5 | 133 |
| 6 ou mais (b) | T6 | 143 |

(a) Se do agregado familiar fizerem parte pessoas de sexo diferente.
(b) Se para além do casal fizerem parte pessoas de sexo diferente.

FIG. 46 Relação entre a composição do agregado familiar e a área e tipologia da habitação a adoptar

| | Classe I (percentagem) | Classe II (percentagem) | Classe III (percentagem) | Classe IV (percentagem) |
|--------------------------|---------------------------|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Fundo perdido | 100 | 75 | 50 | 0 |
| Bonificação de juros ... | — | 100 | 75 | 50 |

FIG. 47 Classes atribuídas segundo o rendimento per capita do agregado

| Rendimento per capita | | | |
|-----------------------|---|---|------------------|
| Classe I | Classe II | Classe III | Classe IV |
| Até 1,5 o. m. n. (*) | > de 1,5 o. m. n. (*) a 2,5 o. m. n. (*) | > de 2,5 o. m. n. (*) a 4 o. m. n. (*) | > 4 o. m. n. (*) |

(*) o. m. n. — Ordenado mínimo nacional.

FIG. 45 Classes atribuídas segundo o rendimento per capita do agregado

No caso de Espalhafatos, a maioria das habitações sofreu danos de sensibilidade superior a 50%, pelo que os sinistrados seriam apoiados na construção de nova habitação, promovendo-se, desta feita, a sua localização numa zona de menor perigo hidrogeológico²²². Quando sucedia a realocização e esta era operada através duma empreitada do CPR, o sinistrado teria direito ao novo lote cedido pelo Governo Regional, sob pena de permuta com o terreno onde se encontrava a habitação sinistrada - na maioria das vezes, já inexistente ou em ruína.

Além das preocupações de segurança, na base dos pressupostos da reconstrução estaria uma melhoria das condições de salubridade das habitações. O DLR nº15 A/98/A propunha que as tipologias e áreas da habitação se mantivessem as mesmas da habitação anterior, salvo nos casos em que essas eram consideradas insuficientes e desproporcionais ao número de pessoas do agregado familiar. Essa relação foi estipulada segundo o apresentado no quadro da figura 45.

No processo de candidatura ao apoio para a reconstrução das habitações, os sinistrados eram classificados segundo os rendimentos do agregado familiar (FIG.47), no sentido de definir a percentagem do apoio que lhes seria concedida a fundo perdido, bem como a percentagem de bonificação de juros a que teriam direito (FIG.46).

No panorama geral da reconstrução do parque habitacional nas *Ilhas do Triângulo*, 80% dos agregados familiares foram apoiados em 100% a fundo perdido²²³. No presente estudo, direccionado especificamente ao lugar dos Espalhafatos, estamos perante uma situação que não foge a esta regra, sendo a grande maioria dos exemplos apresentados no seguinte capítulo (*Espalhafatos do Passado ao Futuro*) pertencente a esta classe, já que se inquiriu apenas os agregados que optaram pelo regime de empreitada do CPR. Destes, são praticamente inexistentes os casos de agregados inseridos numa classe superior a I. Caso o sinistrado pretendesse pedir um aumento da área considerada

²²² Segundo os critérios apresentados no subcapítulo 3.3.

²²³ NASCIMENTO, Fernando - «O Sismo de 9 de Julho de 1998 e a reconstrução», in *Sismo de 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008

adequada ao agregado, mediante aprovação do CPR²²⁴, esse aumento teria a contrapartida do reembolso do montante relativo ao mesmo, calculado segundo os mesmos critérios orçamentais da restante obra²²⁵.

O tempo do desejo

Este primeiro Decreto Legislativo Regional (DLR) foi fundado no desejo entusiástico de reposição da normalidade que bem caracteriza os momentos de suspensão. Neste momento, deparando-se com uma devastação selectiva que afectou principalmente as construções vernaculares, em alvenaria de pedra²²⁶ - nesta região, directamente associadas à ideia de altos níveis de humidade, falta de instalações sanitárias e deficientes instalações de gás ou electricidade - o Governo Regional vislumbrou uma oportunidade para melhorar as condições básicas de habitabilidade dos açorianos²²⁷. No entanto, o legítimo desejo de tomar partido de tal situação no sentido de proporcionar novas bases para um desenvolvimento - principalmente no meio rural - traduziu-se na produção de uma legislação que se propunha a não excluir quaisquer situações que caminhassem no sentido de tal satisfação plena, correndo o risco de apoiar tal abrangência de actuação no ainda desconhecido panorama de apoio financeiro. Podemos apontar, desde já, alguns dos pressupostos estabelecidos neste primeiro DLR que vão de encontro ao supracitado:

- i) Contemplava, no mesmo patamar da reconstrução da habitação, a reconstrução das suas *dependências*²²⁸, garantindo esforços no

²²⁴ As alterações eram usualmente aceites, desde que não representassem um custo maior do que o valor do apoio pré-estabelecido. Caso as alterações ultrapassassem esse valor, o sinistrado poderia efectuar-las mediante reembolso à R.A.A. do valor ultrapassado.

²²⁵ Nos casos de construção, aquisição, reconstrução, ou reabilitação, 80.000\$ por metro quadrado. Decreto Legislativo Regional nº15 A/98/A, de 25 de Setembro.

²²⁶ Esta afirmação é aprofundada no subcapítulo 3.3 da Segunda Parte.

²²⁷ Neste caso, dos sinistrados do Triângulo, mas com certeza não se esqueceriam - os então governadores da Região - do que representariam, enquanto precedentes de actuação para as próximas reconstruções pós-catástrofe nos Açores, os novos critérios de segurança e salubridade que desta vez prevaleceram.

²²⁸ Segundo o Decreto Legislativo Regional nº15-A/98/A de 25 de Setembro, «"Dependência": todo ou qualquer espaço ou edificação complementar à habitação, onde

sentido da «*reposição da normalidade da actividade agrícola ou vitivinícola*». Este generoso papel assumido pelas entidades legislativas procurou aliviar este momento de dor através de palavras que naturalmente se podiam, desde cedo, adivinhar de ineficiente aplicação, como mais tarde se pôde comprovar.²²⁹

- ii) A variação dos apoios seria aplicada em função da «*composição e do rendimento do agregado familiar do beneficiário*»²³⁰, em que *beneficiário* é definido como «*pessoa singular que seja arrendatário, usufrutuário, comodatário ou titular de herança indivisa*»²³¹. Assim, as entidades legislativas pressupunham apoio para todos aqueles que viram o seu habitat destruído, independentemente da questão da propriedade. Esta posição pretendia ser inclusiva, não despoletando situações habitacionais e económicas precárias para aqueles que não eram proprietários, no entanto - e sendo que nestes momentos de excepção onde a normalidade assume facetas incomuns, nem sempre são as melhores acções a revelar-se em sociedade - a abrangência destes pressupostos viria a promover, para alguns, um favorecimento que ultrapassou a melhoria da qualidade habitacional.
- iii) Nos casos em que a habitação sinistrada era maior (em área e tipologia) do que o pressuposto para a nova, nos termos da relação área/tipologia-agregado, acabou por não ser aplicável esta regra, como veremos no estudo de casos específicos de Espalhafatos.

se incluem garagens, atafonas, arrecadações, adegas ou outros necessários à reposição da normalidade da actividade agrícola ou vitivinícola.»

²²⁹ Segundo os inquéritos realizados no âmbito desta dissertação a uma parte da população sinistrada de Espalhafatos, nenhum deles obteve apoio para a construção/reconstrução de alguma das dependências da habitação ou das atafonas de apoio às actividades agrícolas, inclusivamente aqueles cuja actividade profissional principal se insere no sector primário.

²³⁰ Decreto Legislativo Regional nº15-A/98/A de 25 de Setembro

²³¹ *Idem*

- iv) A reconstrução do parque habitacional foi levada a termo, para a maioria, dentro de um prazo de oito anos²³², no entanto, no que diz respeito ao espaço público e aos espaços colectivos, muito está ainda por fazer. A habitação foi tida como prioridade máxima, no entanto, ficaram negligenciados os espaços comuns e, com, eles, o restabelecimento da normalidade colectiva, base para uma possibilidade de desenvolvimento em comunidade.
- v) As extensas áreas abandonadas devido às condicionantes hidrogeológicas encontram-se, actualmente, em verdadeiro abandono. Esses terrenos onde se encontravam as habitações sinistradas, tendo sido alvo de permuta, passaram a pertencer ao Governo Regional que, segundo o estabelecido no Decreto Regulamentar Regional nº34 2000/A, nestas deveria levar a cabo um «*projecto paisagístico de recuperação ou de renaturalização visando a reposição das condições de salubridade locais*». Na freguesia da Ribeirinha, onde extensas áreas de povoado foram abandonadas, apresenta-se actualmente um conjunto de ruínas, incluindo a Igreja da Ribeirinha, que teimam em tornar estático e dolorosamente presente esse momento do passado.

Este decreto legislativo, de ambições que naturalmente seriam de agrado geral, não foi capaz de impor a sua vontade no decorrer da reconstrução, principalmente no que diz respeito à aposta nos espaços da vida social comum, facto que ainda hoje se revela castrador do desenvolvimento colectivo. Por outro lado, o tipo de envolvimento no processo de ordenamento do território por parte dos sinistrados, operado mais pela exposição do que pela discussão, sugere a desresponsabilização do grupo e surge como uma força oposta à possibilidade de transformação do espaço público segundo as suas ambições comuns, mesmo quando o grupo se encontra perante a negligência governamental neste sentido.

²³² Havendo casos muito pontuais que se estenderam por mais tempo, por questões relativas a processos jurídicos não directamente ligados com a reconstrução.

3.3. Mitigação do Risco

“Pela primeira vez na história das reconstruções cíclicas nos Açores, assumiu-se a segurança como o vector fundamental a ter em conta na reconstrução e na reabilitação dos edifícios e infra-estruturas afectados.”²³³

Segurança foi a palavra de ordem nos pressupostos para reconstrução após o Sismo de 1998. Segundo o Departamento de Geociências da Universidade dos Açores, o elevado grau de destruição do parque habitacional deveu-se, essencialmente, a três factores:

- i) Localização em zonas de alto risco;
- ii) Incumprimento das normas de construção anti-sísmica;
- iii) Características geotécnicas de algumas formações geológicas e aterros.

Apesar de existirem, à data, vários estudos relativos aos risco geológico nos Açores, não existiam documentos que compilassem toda a informação de forma a esta servir de suporte para o uso prático no ordenamento do território, situação agravada pela escassez de instrumentos cartográficos²³⁴ e pelo facto de o Plano Director Municipal da Horta - apesar de aprovado – se manter inoperacional e não contemplar as condicionantes sísmicas²³⁵. Perante a inexistência de uma base de desenvolvimento que acompanhasse as novas exigências de planeamento, o CPR estabeleceu protocolos com várias entidades técnico-científicas²³⁶, a fim de elaborar documentos que delimitassem as áreas

²³³ PORTEIRO, Pedro Mora; RAPOSO, Arnaldo - «O processo de ordenamento do território implementado nas freguesias do norte do Faial. O Caso particular da Ribeirinha», in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008.

²³⁴ Existia apenas uma carta militar à escala 1/25000.

²³⁵ PORTEIRO, Pedro Mora; RAPOSO, Arnaldo - «O processo de ordenamento do território implementado nas freguesias do norte do Faial. O Caso particular da Ribeirinha», in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008.

²³⁶ Nomeadamente o Departamento de Geociências da Universidade dos Açores, o Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos da Universidade dos Açores, o

de maior perigo geológico para as construções, em cada uma das freguesias afectadas. Estes documentos permitiram a elaboração de um relatório de síntese e cartas/esboços dos perigos geológicos, traduzindo-se na delimitação de áreas condicionadas à construção, cuja definição foi operada segundo os seguintes critérios:

*“**Falha:** todas as áreas que se encontram a menos de 50 metros de uma falha identificada na Carta [Vulcanológica dos Açores²³⁷], independentemente do tipo de falha e do material que a afecta.*

***Linha de água:** corresponde à área situada a menos de 10 metros da margem dos cursos de água, que correm sobre os materiais lávicos dos Complexos Vulcânicos da Ribeirinha e Cedros e a uma distância de 20 metros da margem das linhas de água que correm sobre os materiais piroclásticos, ou materiais desagregados.*

***Movimentos de massa:** foram determinadas como áreas situadas na base de escarpas topográficas, cujo declive acentuado favorece a ocorrência de escorregamentos de materiais, a uma distância horizontal igual ao dobro do seu desnível.”²³⁸*

O lugar de espalhafatos está sujeito à ocorrência de três tipos de fenómenos associados a perigos geológicos:

Laboratório de Tecnofísica e Tectónica Experimental da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

²³⁷ Carta elaborada pelo Centro de Vulcanologia do I.N.I.C., Ponta Delgada, em 1989.

²³⁸ PORTEIRO, Pedro Mora; RAPOSO, Arnaldo - «O processo de ordenamento do território implementado nas freguesias do norte do Faial. O Caso particular da Ribeirinha», in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008

- i) Movimentos de massa: consequência da constituição geológica das arribas e escarpas de falha, de origem vulcânica.
- ii) Vulcanismo: apesar de não haver vulcanismo actualmente activo nesta zona, a ocorrência de erupções associadas ao Vulcão Central do Faial, que representa um factor de vulnerabilidade deste território, devido à eventual acção de produtos gerados durante essa actividade vulcânica.
- iii) Cheias e enxurradas de água em algumas ribeiras, nomeadamente as linhas de água na zona Sul de Espalhafatos.

Na zona de tradicional assentamento da população encontram-se sobrepostos vários perigos hidrogeológicos. Exceptuando os casos de imóveis de «*reconhecido valor arquitectónico*», a reconstrução ou construção nova não seria permitida nas zonas de *Linha de água* ou de *Movimentos de massa*. Já no caso das áreas de protecção por existência de falha sísmica, a construção ou reconstrução - não sendo incentivada - poderia ser admitida mediante a realização de estudos técnicos que a considerassem viável²³⁹. A esse respeito foi realizada uma classificação que explicitava o grau de perigo a que está sujeito cada terreno individualmente, atribuindo, para cada um dos tipos de perigo (sísmico, vulcânico, movimentos de massa, outros), um grau (Elevado, Médio, Reduzindo, Inexistente).

No sentido de não incentivar à construção em locais de alto risco, procedeu-se à sensibilização da população de Espalhafatos no sentido de:

- i) Abandonar totalmente o Alto dos Espalhafatos;
- ii) Admitir a construção nas zonas da Canada da Estrela e Eiras, afastando-a da falha no sítio da Ramada e admitindo-se a permanência no local da Igreja de Sto. António;
- iii) Considerar a reconstrução e construção nova no sítio do Canto

²³⁹ Artigo 8º do Decreto Regulamentar Regional nº34/2000/A

Em todos os casos, para a correcta implantação das construções, deveria ser levado a cabo um estudo de cada caso particular em relação à composição geotécnica do terreno.

Assim, a generalidade da população do Alto de Espalhafatos deveria enfrentar, por um lado, a construção de uma habitação completamente nova e por outro, a construção de uma habitação em outro local²⁴⁰. Caso o proprietário possuísse um terreno urbanizável e fora de zona de risco cartografado, era promovida a construção da nova habitação nesse terreno. Caso contrário, a construção nova seria feita num lote cedido pelo CPR mediante a permuta do terreno onde se encontrava a casa sinistrada.

Previsão dos efeitos práticos e repercussões sociais

O facto das restrições de construção aplicadas a determinadas áreas terem sido operadas através das *Normas Provisórias*²⁴¹, com vigência de dois anos, e de estas condicionantes não terem sido inseridas no PDM da Horta, significa que nos dias de hoje essa construção é já possível, encontrando-se em curso, na freguesia da Ribeirinha, obras de reabilitação e reconstrução de edificado em zonas de alto risco hidrogeológico. Decorrem, desta não adaptação da legislação à realidade do risco, duas problemáticas distintas às quais correspondem repercussões sociais, também elas, de cariz distinto:

- i) Na eventualidade de um novo episódio sísmico, estas habitações não representarão a segurança que foi mote do processo de reconstrução após o sismo de 1998.
- ii) A população que foi sujeita a realocização, muitas vezes não tendo aceiteado completamente a mudança de lugar, mesmo após 16 anos, consideram uma injustiça o facto de verem, agora,

²⁴⁰ A metodologia da realocização e a localização dos novos loteamentos serão assunto abordado no subcapítulo 4.2. – *Suspensão*.

²⁴¹ No sentido de compatibilizar as condicionantes hidrogeológicas com a definição de novas áreas com aptidão urbanística foram estabelecidas *Normas Provisórias*, que antecipariam as orientações a seguir na elaboração dos Planos de Pormenor. Segundo o artigo 6º do Decreto Regulamentar Regional nº34/2000/A, as Normas Provisórias teriam vigência de dois anos, impondo-se, temporariamente, ao Plano Director Municipal da Horta. Esta questão será aprofundada no subcapítulo 4.2 – *O Território*

construídas habitações no local onde antes habitavam. Não compreendendo a mudança de actuação entre o período de reconstrução e o agora, e acreditando que o risco é o mesmo estando na Estrada Regional ou 50 metros mais acima, parte da população crê ter-se tratado apenas de manobras políticas cujo objectivo não está ao alcance da sua compreensão.

Tendo presente que os eventos naturais deste tipo são inevitáveis e, em regiões como os Açores, altamente frequentes, a redução da vulnerabilidade do edificado é, sem dúvida, uma aposta fundamental quando se trata de reduzir o risco de nova catástrofe. Em Espalhafatos, tendo-se verificado o colapso da quase totalidade do edificado, obrigando à construção de novas habitações, a realocização surge como uma hipótese que não acarreta maiores custos ao nível financeiro (representando, aliás, a redução nos esforços da reconstrução ao nível global, se considerarmos a redução de custos que apresenta a execução das obras por empreitada conjunta²⁴². No entanto, é necessário considerar os efeitos práticos desta realocização. No exemplo-chave do loteamento do Tabuleiro, onde a mudança foi efectuada para um local que dista entre 100 e 600 metros dos locais originais (ao longo da Estrada Regional), é necessário questionar o efeito prático desta mudança aquando de novo evento sísmico e pesar na balança esse efeito com as repercussões sociais da realocização e desmembramento do grupo.

²⁴² Montagem de estaleiro único; execução das infraestruturas simultaneamente; recuperação de materiais restantes de uma obra para utilização noutra, etc.

4. ESPALHAFATOS: DO PASSADO AO FUTURO

Nos seguintes subcapítulos são abordadas as problemáticas resultantes da mudança provocada pela reconstrução, colocando os habitantes de Espalhafatos no centro da investigação. O desafio apresenta-se com base nos princípios apresentados por Amartya Sen no que concerne à busca dos valores considerados positivos²⁴³ pelos indivíduos – de onde se extraem aqueles valores que são comuns ao grupo inquirido, e a partir dos quais se crê que deveria partir a procura da base informacional a ser considerada no processo de projecto.

A metodologia seguida na procura deste conhecimento apoia-se essencialmente na conjugação da informação obtida nas entrevistas realizadas aos sinistrados dos Espalhafatos, na análise histórica e conjuntural do primeiro capítulo desta Segunda Parte e das consequências da aplicação da metodologia geral da reconstrução (capítulo 3 da Segunda Parte) a este lugar específico. Estas entrevistas eram dirigidas através de um guião e prosseguiam com alguma flexibilidade, permitindo obter informações e problemáticas que não se procuravam inicialmente e que se iam revelando ao longo das conversas. Nalguns casos foi possível obter informações mais detalhadas em relação às antigas habitações, inclusivamente pela elaboração de desenhos mais ou menos esquemáticos ou detalhados. Na maioria das vezes esses desenhos eram elaborados por mim, através das descrições dos sinistrados e, por vezes, com ajuda de registos fotográficos. Outras, ainda, pela própria mão dos inquiridos. Os desenhos apresentados, têm mais validade no que diz respeito à organização da casa e relações entre os espaços do que ao nível da escala e, em alguns casos, mesmo de proporções entre os espaços. No entanto, considera-se que a análise das práticas suportadas por cada compartimento, bem como as relações entre estes, permitem uma interpretação dos modos de ocupação que não se vê grandemente negligenciada por essa margem de erro relativa às dimensões aproximadas apresentadas.

À medida que se acumulavam informações relativas às tipologias das casas, e aos modelos de evolução comuns, aumentava a capacidade para

²⁴³ Conceito aprofundado no capítulo 3.1. da Primeira Parte.

direccionar e aprofundar as problemáticas de forma a obter maior detalhe nas descrições. O nível de apreensão da informação relativa à habitação anterior dependeu sempre da memória visual dos inquiridos e da sua capacidade para a expressar sob a forma de desenho ou de descrição verbal, bem como pela eventual possibilidade de consulta das suas fotografias pessoais relativas ao espaço temporal anterior ao sismo. Outrossim, dependeu (obviamente) da minha posição prévia relativamente às problemáticas, bem como da minha capacidade para comunicar as questões e para interpretar o que me foi dito.

Tendo em vista uma observação das mudanças no quotidiano da população de Espalhafatos relacionadas com as alterações ao nível do espaço construído, tanto ao nível do núcleo habitacional - com maior enfoque - como territorial, o desenvolvimento do último capítulo reflectirá os conceitos e questões desenvolvidos na Primeira Parte. Assim, os seus subcapítulos apresentam-se estruturados segundo os três tempos condensados no processo de projecto: passado, suspensão e futuro.

- Em *Passado*, é ensaiada uma análise de cariz etnográfico, onde se pretendem dissecar as memórias possíveis relativas ao pré-sismo, de acordo com o tema em exploração no subcapítulo em curso. Esta análise vai no sentido de entender quais dessas memórias transportam valores considerados positivos pelo grupo que actualmente forma a Ribeirinha (onde se inclui também o grupo que ocupava o lugar de Espalhafatos) e quais os que, pelas variadas expressões da ambição, transportariam um desejo de mudança com vista à ampliação das suas liberdades e, portanto, com vista ao desenvolvimento.

- Em *Suspensão*, perscruta-se as condições em que se construiu a passagem do passado ao futuro. As condições provocadas 1) directamente pelos efeitos do sismo; 2) pela forma como foram colocadas as questões pelas várias entidades intervenientes, com vista ao restabelecimento do equilíbrio social (onde se coloca na posição central da investigação as questões e ambições da população de Espalhafatos, e se posicionam as questões das demais entidades relativamente àquela); 3) pela forma como essas entidades levaram a cabo a coordenação da totalidade das ambições (cooperação e

cedência); 4) por outros factores que especificamente tenham que ver com cada subcapítulo. No momento de suspensão é possível identificar algumas prioridades do grupo, principalmente no que diz respeito aos limites entre o individual e o social – é uma situação que se prevê e se deseja temporária, o que pode expandir ou reprimir a capacidade de tolerância individual, no entanto, é também altura de reivindicação de direitos básicos, onde se poderão identificar algumas prioridades básicas comuns ao grupo. Talvez por isso, este seja o intervalo de tempo onde essas necessidades estejam mais evidenciadas.

- Em *Futuro*, considera-se o seu início a partir do início do processo de reconstrução, partindo do princípio de que esse processo se prolonga até à data de hoje e continuará prolongando, quer seja pelas intervenções que no espaço construído se vão fabricando, quer seja pelas novas interpretações e caracteres que lhes vão sendo conferidos através do tempo. Aqui, é pretendida uma observação que engloba todos os tempos e relaciona as suas condições como os respectivos resultados. É, portanto onde se proporciona o olhar para o passado e onde têm lugar a comparação e a crítica.

O grupo-alvo de investigação corresponde aos sinistrados que optaram por realizar a obra por empreitada do CPR, já que o objectivo principal do estudo é entender o papel do arquitecto na construção do *comum*. A investigação do processo de construção de novas habitações e novo espaço público segundo os mesmos princípios-base era o interesse final. Assim, excluía-se à partida os casos de reabilitação do edificado pré-existente (ainda que não fossem muitos os casos deste tipo) e os casos de nova construção por administração directa dos sinistrados.

Sendo que o grupo que habitava a área territorial de Espalhafatos antes do Sismo de 1998 se encontra-se actualmente disperso, optou-se por inquirir uma amostra de população que englobasse os vários tipos de casos de localização actual da habitação, o que explica a introdução do contexto da reconstrução – também – na localidade da Ribeirinha, já que para esta se

deslocaram aqueles que não permaneceram em Espalhafatos²⁴⁴. Assim, foi inquirida uma amostra de indivíduos que puderam construir a sua casa no mesmo local da habitação anterior (sete inquiridos); uma amostra de indivíduos que, desejando a permanência na localidade de Espalhafatos, foram forçados à realocização para o novo loteamento aí construído (seis inquiridos); uma amostra de indivíduos que habitam actualmente na localidade vizinha, a Ribeirinha, num dos dois novos loteamentos construídos no pós-sismo (cinco inquiridos). O número de pessoas entrevistadas foi condicionado (obviamente) pela disponibilidade das pessoas para atender ao meu pedido, bem como pela existência de pessoas impossibilitadas de me receber por motivos de saúde; pela existência de casas que estão actualmente arrendadas a pessoas que não habitavam antes neste local e, portanto, não tinham conhecimento do processo de projecto nem poderiam estabelecer comparações entre o habitat de antes e o actual; pela existência de habitantes actualmente emigrados e pela existência de casas desabitadas.

²⁴⁴ Esta divisão em subgrupos para efeitos do presente estudo encontra-se detalhadamente descrita no subcapítulo 4.1. – *Suspensão: A definição do novo grupo.*

4.1. O grupo



Passado Quem habitava o lugar dos Espalhafatos?

AÇORIANIDADE

Antes de nos restringirmos à ideia de grupo confinada pelos limites administrativos de Espalhafatos e da freguesia da Ribeirinha (em que este lugar se insere) não podemos deixar de parte, neste processo de entendimento, uma *açorianidade*²⁴⁵ que é, antes de mais, característica comum do ser social que ocupa estas ilhas. Ainda que os tempos modernos tenham imposto novos significados ao profundo «*apego à terra*» que descrevia Nemésio, continua sendo inabalável essa «*espécie de embriaguez do isolamento [que] impregna a alma e os actos de todo o ilhéu*»²⁴⁶ e, no Faial, ainda que a cidade da Horta tenha um carácter cosmopolita raro no contexto açoriano, as freguesias rurais vivem ainda muito dessa «*embriaguez*», que naturalmente se reflecte no modo como se estabelecem as relações entre os indivíduos e entre estes e o meio que os envolve. Como na generalidade açoriana, o culto ao Espírito Santo é, ainda, um forte mote de muitas práticas colectivas, promovendo intensamente o convívio entre gerações²⁴⁷. Ao nível do espaço, este culto está representado sob a forma do *Império*²⁴⁸, ritualizando, também, o espaço público, através das procissões – assistidas pela filarmónica da localidade -, das coroações e das

²⁴⁵ Termo fundado por Vitorino Nemésio aquando do quinto centenário do descobrimento dos Açores. NEMÉSIO, Vitorino - «Açorianidade» in *Insula*, nº7-8 (Julho-Agosto), Ponta Delgada, 1932

²⁴⁶ *Idem*

²⁴⁷ O culto ao Espírito Santo ganha força em Portugal no séc. XIV, pela mão da Rainha Santa Isabel, que funda a primeira Igreja do Espírito Santo e respectivo Hospital na Vila de Alenquer. Aqui se estabeleceu a primeira irmandade e se começaram a celebrar festas alusivas ao Império e à Coroação do Imperador, onde se faziam cortejos e se distribuía pão e carne aos mais pobres. Este culto passou naturalmente aos açores e à Madeira durante os povoamentos, e daí para o Brasil, Índia e África portuguesa. Mais tarde - resultado das grandes vagas de emigração - para os EUA e Canadá. Nos Açores, este culto permanece vivo ainda hoje, estando a esta entidade associadas inúmeras lendas e crenças de protecção, nomeadamente relativamente aos fenómenos naturais sísmicos e vulcânicos. «Os Impérios do Espírito Santo e a simbólica do Império», in *Colóquio Internacional de Simbologia*. Angra do heroísmo, 1984

²⁴⁸ Os Impérios do Espírito Santo são espaços de ritual, semelhantes a pequenas ermidas e destinadas ao culto ao Espírito Santo e onde permanece a coroa da irmandade. Encimando a fachada principal - à semelhança da cruz nas igrejas - a maioria dos impérios apresenta uma coroa, sendo que em alguns casos aparece, também, a cruz. Incluem habitualmente uma zona de despensa, para arrumos e apoio às celebrações. *Idem*

*funções*²⁴⁹, onde se dá a partilha do pão. É nos espaços colectivos de simbolismo não religioso que o encontro e o convívio são prolongados, realizando-se a partilha das Sopas do Espírito Santo em pavilhões ou Centros Sociais, para toda a população da localidade e seus convidados.

A FREGUESIA DA RIBEIRINHA

A permanência diurna dos habitantes nos limites do seu território seria muito significativa, já que 58%, da população activa da freguesia se dedicaria ao Sector Primário, ocupando, para as suas actividades, maioritariamente o território deste lugar. O funcionamento da Escola Primária garantia a permanência das crianças até ao 4ºano do Ensino Básico, altura em que deveriam passar a frequentar uma escola na cidade da Horta.

| 1991 (7 anos antes) | Primário | Secundário | Terciário |
|---------------------------|----------|------------|-----------|
| Ribeirinha (Freguesia) | 58% | 20% | 22% |

1 Percentagem da população em cada sector de actividade Profissional no total da freguesia da Ribeirinha. Dados dos Censos de 1991

Esta freguesia não foge à regra das práticas musicais na Ilha do Faial, onde existem 11 filarmónicas distribuídas pelas 13 freguesias do município da Horta. O forte investimento dos faialenses na formação musical projecta interesses socio-culturais que não se limitam à música, sendo, por um lado, mais um espaço de comunicação intergerações e, por outro, uma oportunidade de contrariar o isolamento, conhecendo novos lugares e culturas através das viagens neste âmbito proporcionadas, quer pelas outras ilhas, quer para Portugal Continental e para o estrangeiro.

²⁴⁹ Ritual onde tem lugar a partilha do pão ou das Sopas do Espírito Santo. Decorre de uma promessa individual e voluntária de um Imperador (pessoa que dará a comida para a celebração) ao Espírito Santo.



FIG. 48 Um dos antigos botequins de Espalhafatos. Botequim e Mercaria no Rés-do-chão; habitação no primeiro piso. Edifício demolido após o Sismo de 1998



FIG. 49 Criação de gado no lugar de Espalhafatos. Ao fundo, a Igreja de Santo António, pastos e zona florestal

ESPALHAFATOS

Quando se iniciou a crise sísmica em 1998, Espalhafatos teria cerca de 213 pessoas (60 famílias)²⁵⁰. Sendo que a população reformada, bem como as mulheres dedicadas aos trabalhos domésticos – ainda com grande representação - também passariam aí a maior parte do seu dia, a maior parte da população teria, ainda, neste território, o principal suporte espacial do seu quotidiano.

| 1991 (7 anos antes) | Total Residentes | Homens Residentes | Mulheres Residentes | Famílias Residentes | Núcleos Famíliares | Alojamentos famíliares |
|-------------------------------|---------------------|----------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|---------------------------|
| Espalhafatos | 213 | 97 | 116 | 60 | 44 | 88 |
| Total Freguesia | 496 | 238 | 258 | 144 | 113 | 191 |

População Residente e número de alojamentos familiares existentes em Espalhafatos. Dados dos Censos de 1991

O lugar de Espalhafatos tinha dois *botequins*²⁵¹ com mercearia, frequentados maioritariamente pelos homens, sendo que as mulheres aí se dirigiriam pontualmente para adquirir bens de mercearia²⁵². O culto religioso católico, maioritário na freguesia, era dividido por ambas as localidades, já que Espalhafatos possuía uma igreja desde 1970, a Igreja de Santo António (FIG.51). Até essa data, a população de Espalhafatos deslocar-se-ia, a pé, à Igreja da Ribeirinha (FIG.50) para participar do culto, o que, se por um lado, fomentaria uma maior relação entre os habitantes das duas localidades, por outro, agravaria a “rivalidade” existente entre as duas, já que a população de uma se via obrigada a deslocar-se à outra.

²⁵⁰ Número aproximado, referente aos dados do *Censos 1991*.

²⁵¹ *Botequim*: boteco, taberna, tasca, bar. Segundo a antiga dona de um destes estabelecimentos, os botequins eram, ainda, frequentados maioritariamente por homens, sendo que as mulheres aí se dirigiam pontualmente para adquirir bens de mercearia.

²⁵² Segundo os antigos donos das mercearias (Uma residente actualmente na Ribeirinha, outro ainda em Espalhafatos).



FIG. 51 Igreja da Ribeirinha antes do Sismo de 1998



FIG. 50 Igreja de Santo António. Espalhafatos, 2014 (Inaugurada em 1970, sofreu pequenas reparações após o Sismo de 1998)

Suspensão A definição do novo grupo

A mitigação do risco foi o mote que despoletou a necessidade de novas ocupações do entorno, quer no que diz ao lugar de ocupação, quer no que respeita à forma dessas ocupações. Na história açoriana e, principalmente, na faialense, o abandono de zonas que representam alto risco foi-se tornando sinónimo de emigração²⁵³, mas, desta feita, as vontades que se impunham pretendiam contrariar esse ordinário encadeamento. Num sentido mais abrangente, imperava o desejo de combater o constante decréscimo da taxa de crescimento populacional que a Ilha experienciou ao longo de todo o século XX.

Assim, a análise efectuada pelos projectistas a cargo da freguesia da Ribeirinha pretendeu perscrutar as condicionantes socio-económicas no sentido da elaboração de planos que, realojando sob as premissas governamentais iniciais de salubridade e segurança, fossem capazes de as ultrapassar, abraçando também a ideia de uma vida em comunidade²⁵⁴. Segundo o GRAN. Essa perspectiva passaria por ter em conta a dinâmica das relações sociais que estavam formadas antes da catástrofe²⁵⁵. Apesar de o inquérito realizado à população após o sismo²⁵⁶ ter tido como alvo apenas as famílias, alguns aspectos da vida comum do grupo podem ser deduzidos dos seus resultados. Neste inquérito, a família colocava-se no centro da investigação (bem como no realizado agora, 16 anos depois, no âmbito deste estudo), como sendo a unidade básica do grupo, essa «*dupla charneira articulante da vida individual que se desenvolve no âmbito da família e da vida colectiva que relaciona as famílias entre si*»²⁵⁷; aquela à qual corresponde a unidade do *habitat* - a casa - e onde se fundam as problemáticas individuais ou onde têm o seu primeiro confronto, antes de serem projectadas para o restante grupo. Esta opção assenta

²⁵³ Ver Subcapítulo 1.1. da Segunda Parte.

²⁵⁴ In «Relatórios do Gabinete de Reconstrução da Área Norte» (não publicado)

²⁵⁵ *Idem*

²⁵⁶ No processo que antecedeu a reconstrução foram efectuados vários levantamentos relativos à situação dos sinistrados, tendo como objectivo perceber o contexto daquelas famílias que deveriam agora ser realojadas. Este inquérito foi levado a cabo pela equipa técnica em Abril de 1999.

²⁵⁷ PORTAS, Nuno – *A habitação social. Uma metodologia da sua arquitectura*. Porto: FAUP Publicações, 2003. Pág. 19

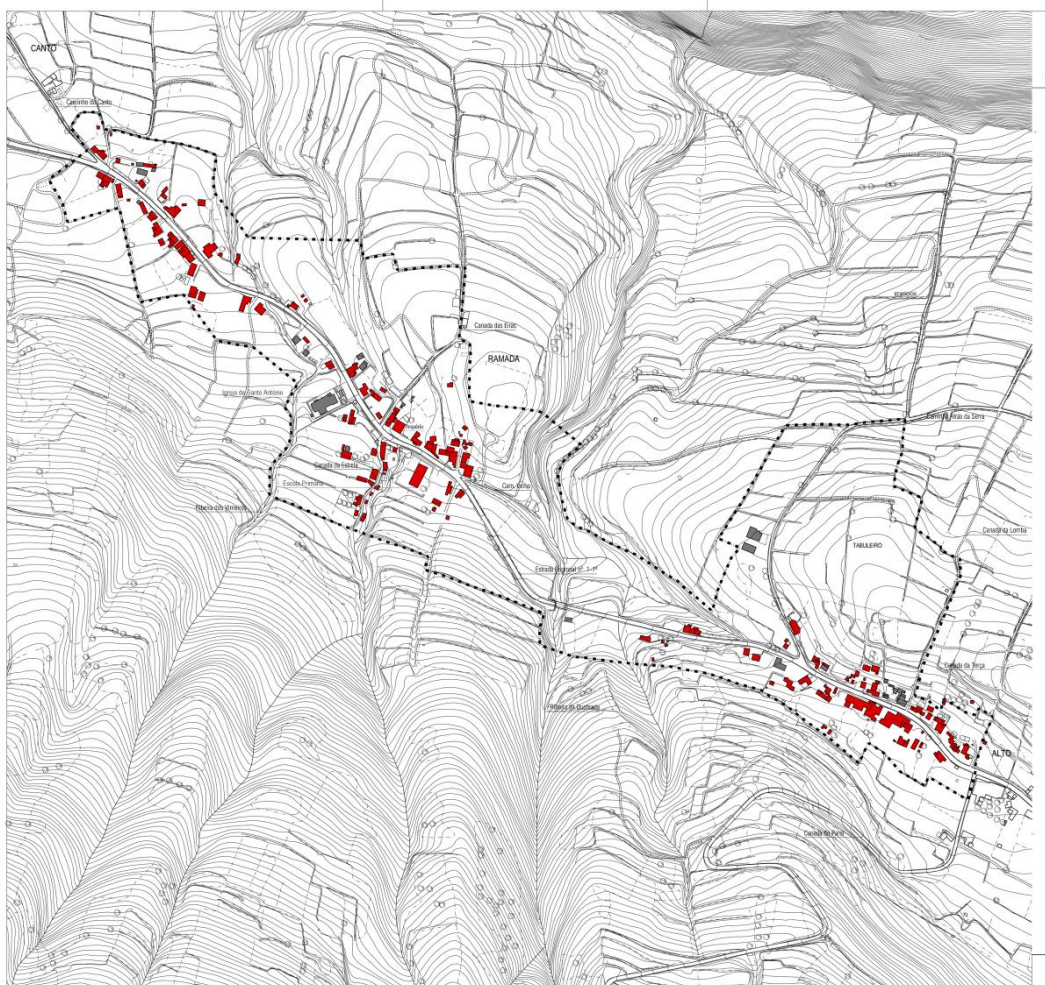


FIG. 52 Edificado destruído pelo Sismo de 1998 ou demolido após avaliação de risco (a vermelho). Anexo

no risco da restrição da visão do agregado à perspectiva de um só elemento, o inquirido (ou, por vezes, a mais do que um elemento, por exemplo, o casal) e é uma abordagem que depende do conhecimento intrínseco das opiniões e ambições do todo familiar por partes deste(s) elemento(s), bem como da sua vontade para os fazer transmitir.

Os dados relativos a este inquérito apresentam as duas localidades da freguesia da Ribeirinha em conjunto e correspondem a uma amostra de cerca de 55% da população total (85 famílias da freguesia, correspondendo a um total de 274 pessoas. Destas famílias, 17 continham 5 ou mais elementos e 15 pessoas viviam sós, sendo os agregados de 3 elementos os mais comuns (anexo 5).

Em relação às demais freguesias rurais do Faial, a freguesia da Ribeirinha demonstrava uma maior percentagem de população jovem (tendo maior representação a faixa etária dos 20 aos 40 anos e existindo apenas 46 pessoas com mais de 60 anos)²⁵⁸ e verificava-se, pela altura do sismo, a existência de um maior número de pessoas que se deslocariam à cidade da Horta para exercer a sua actividade profissional, já que apenas 30% da população activa se dedicava, neste então, somente à agricultura. Os deslocamentos diários à cidade da Horta e a outras freguesias (principalmente naquela onde se situam os centros fabris da indústria leiteira) eram, portanto, mais significativos do que em 1991, sendo que 60% da população activa inquirida trabalharia na cidade, a maioria no sector terciário. A taxa de analfabetismo revelava-se praticamente nula, tendo 44% o ensino primário, enquanto cerca de 30% haviam completado, pelo menos, o ensino secundário.

Entre a maior parte dos sinistrados inquiridos, emergia o desejo comum de manter as relações de vizinhança existentes anteriormente, nos casos de realojamento nos novos loteamentos a construir. A nova localização das habitações foi operada segundo critérios de preferência dos sinistrados, balizados nas possibilidades fornecidas pelas entidades reguladoras (operadas pelos projectistas segundo as condicionantes hidrogeológicas²⁵⁹).

²⁵⁸ In «Relatórios do Gabinete de Reconstrução da Área Norte» (não publicado)

²⁵⁹ As condicionantes geológicas do lugar dos Espalhafatos serão apresentadas no subcapítulo 4.2. – *Suspensão*.

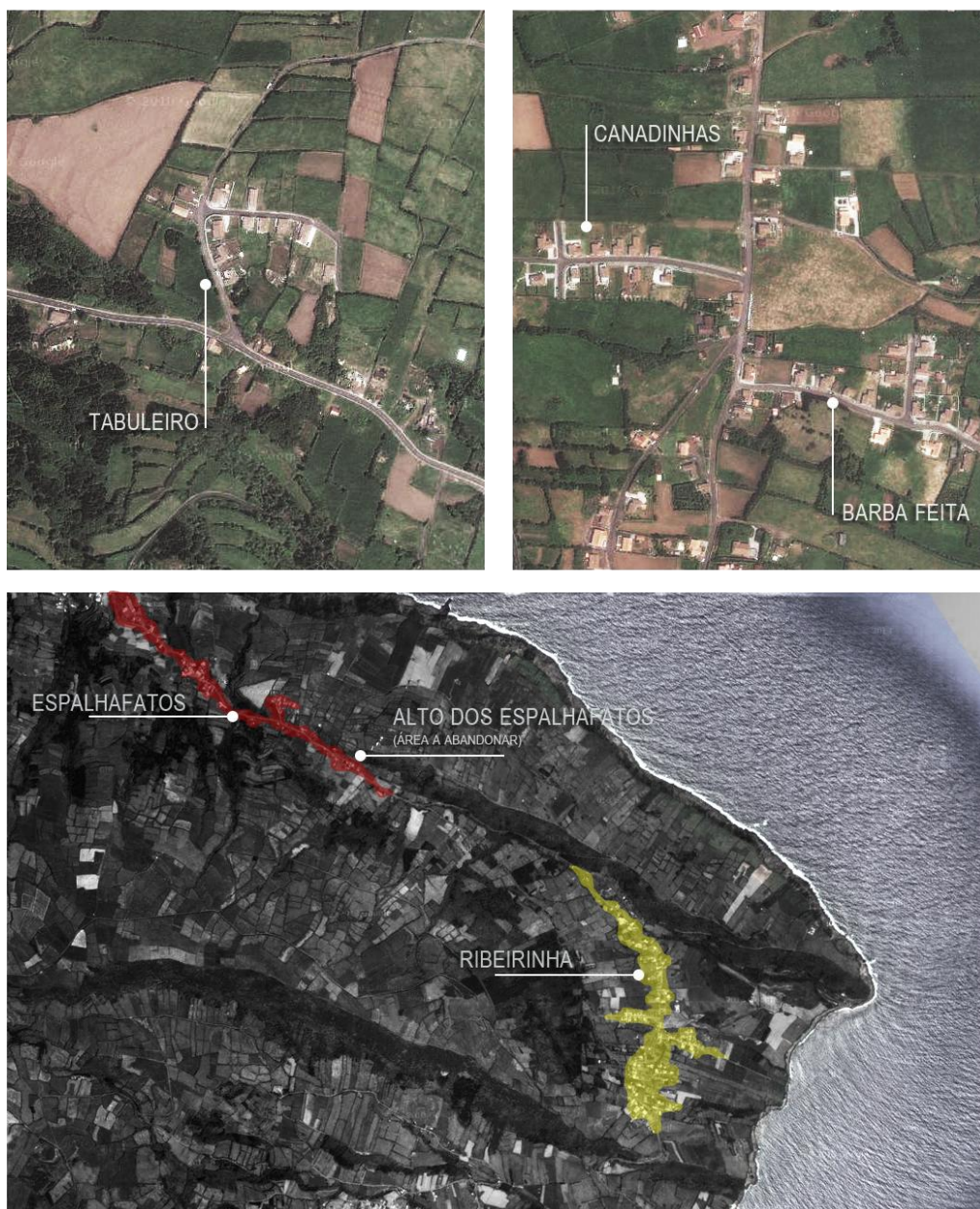


FIG. 53 Localização dos novos loteamentos. Em Espalhafatos, o Tabuleiro. Na Ribeirinha, Canadinhas e Barba Feita

A população habitante no Alto dos Espalhafatos, área totalmente restringida a construção após o sismo, seria realocizada no novo loteamento dos Espalhafatos, (Tabuleiro²⁶⁰ ou *Trás-da Serra*) ou num dos novos loteamentos da Ribeirinha (Barba Feita e Canadinhos). Os inquiridos que se encontram actualmente a viver no loteamento das Canadinhos preferiram a mudança de localidade essencialmente por considerarem que a zona onde seria implantado o novo loteamento dos Espalhafatos não apresentava as condições que desejariam para a implantação da sua habitação. Entre as razões da mudança, bem como entre as queixas apresentadas pelos que aí habitam actualmente, persiste o facto de este novo loteamento se encontrar numa zona elevada altamente ventosa e, portanto, muito propensa a infiltrações (devido ao elevado nível de precipitação característica do clima das ilhas, que atinge o auge no Inverno), agravando os problemas de humidade que persistem devido ao clima. Os ex-habitantes do Alto dos Espalhafatos residiram nesta zona durante o período de habitação temporária (que, neste caso, terá durado entre 3 a 5 anos²⁶¹ e, portanto, durante o processo de projecto e fase de obra. Assim, tendo-lhes sido possível uma experiência prévia do contexto geográfico, na eleição do lugar do futuro habitat pesariam muito as condições climáticas experienciadas nesse mesmo momento. Constata-se, então, que, para a maior parte dos que residem actualmente nas Canadinhos (Ribeirinha), a decisão foi tomada por exclusão - baseada nas condições climáticas supracitadas - e não por preferência deste local. Já para os que optaram por ficar em Espalhafatos - actuais residentes no loteamento do Tabuleiro - a escolha pela permanência teve que ver com a proximidade a terrenos dos quais eram proprietários e dos quais dependia a sua produtividade agro-pecuária, a proximidade a familiares e amigos que permaneceriam nos Espalhafatos (no mesmo loteamento ou noutras zonas não condicionadas à construção) ou, ainda, rivalidades com a localidade vizinha.

²⁶⁰ A população refere-se a este novo loteamento como *Trás-da-serra*, origem toponímica daquela zona da localidade e do caminho original que partia da estrada regional para o Farol da Ribeirinha.

²⁶¹ Dependendo das prioridades de alojamento definitivo referidas no subcapítulo 2.4.

Na Freguesia da Ribeirinha, falar em *reconstrução* passava então a ser sinónimo da reestruturação social a que ficou sujeito o grupo que ocupava este território antes do Sismo de 1998. Para a população de Espalhafatos, a reconstrução significava a mudança do habitat construído, natural e social e, para muitos, a mudança para a localidade vizinha. Para os ribeirinhenses, implicava (além do abandono de grande parte do território da sua localidade), a integração de novos habitantes no seu lugar comum.

Tendo como critério as características comuns inerentes ao processo de reconstrução, podemos identificar cinco subgrupos dentro do grupo definido no passado pelo território dos Espalhafatos. Esta divisão tem em conta a diversidade de caminhos possíveis na definição dos novos contextos de habitat e, por agora, meramente por questões metodológicas do presente estudo e sem pretensões de avançar conclusões ao nível das repercussões sociais das várias tipologias de mudança. A cada um destes subgrupos pertencem, respectivamente:

Grupo 1: As famílias que puderam permanecer no mesmo local, tendo sido a sua habitação sujeita a obras de reabilitação ou reconstrução;

Grupo 2: As famílias que puderam permanecer no mesmo local, sendo sujeitos à construção de uma nova habitação. Incluem-se neste grupo os habitantes ao longo da Estrada Regional e na zona do Canto;

Grupo 3: As famílias que permaneceram no lugar dos Espalhafatos, habitando actualmente o novo Loteamento do Tabuleiro (*Trás-da-Serra*).

Grupo 4: As famílias cuja nova habitação foi construída na localidade vizinha. Incluem-se neste grupo as pessoas que actualmente vivem no Loteamento das Canadinhas e no Loteamento da Barba Feita.

Grupo 5: As famílias que, não podendo permanecer no mesmo local, mudaram de freguesia ou optaram pela mudança de ilha ou pela emigração.

No âmbito desta dissertação, optou-se por restringir a investigação aos agregados que optaram pela opção de empreitada do CPR, como explícito no início do Capítulo 4. Assim, atribuem-se as denominações seguintes aos grupos de população entrevistada:

A: Famílias actualmente residentes no loteamento das Canadinhas (pertencentes ao grupo 4; cinco famílias entrevistadas)

B: Famílias actualmente residentes no Loteamento do Tabuleiro (pertencentes ao grupo 3; seis famílias entrevistadas)

C: Famílias actualmente residentes na Estrada Regional (pertencentes ao grupo 2; sete famílias entrevistadas)

No que diz respeito à localização da habitação antes da catástrofe, os inquiridos correspondem, na sua maioria, a indivíduos cuja habitação anterior se localizava ao longo da Estrada Regional (Alto dos Espalhafatos, zona totalmente abandonada, e zona da Igreja até à bifurcação Canto/Salão).

| | | | | | | |
|---|-----------------------|----------------------------|-------------|--------------|---------------------|---------|
| S I N I S T R A D O S | Empreitada CPR | Construção Nova | Outro Local | Ribeirinha | Canadinhas | GRUPO A |
| | | | | | Barba Feita | |
| | | | | Outros | | |
| | | | Mesmo Local | Espalhafatos | Tabuleiro | GRUPO B |
| | | | | | Estrada Regional | |
| | | Reabilitação/ Reconstrução | | | | |
| | | Administração | | | | |
| | Directa | | | | | |

FIG. 54 Esquema em árvore representando o critério de selecção da amostra para entrevista aos agregados familiares

Futuro Integração e segregação

O abandono da zona sul (Alto dos Espalhafatos), ao longo da Estrada Regional, resultaria na dispersão da população por várias zonas. Na área territorial de Espalhafatos, a população ficaria dividida entre a Ramada (zona envolvente da Igreja), o Canto e Trás-da-Serra²⁶². Este desmembramento, aliado à ruptura com a linearidade do aglomerado populacional anterior, resultaria na perda da dinâmica habitual das localidades rurais desenvolvidas ao longo de uma via principal (neste caso, a Estrada Regional, principal via de acesso à cidade da Horta, por parte das freguesias no Norte da ilha), situação apontada pelos antigos donos das duas mercearias existentes antes do sismo. Ambos afirmam que lhes seria impossível manter o negócio no panorama actual de desertificação da Estrada Regional²⁶³, já que o sucesso dependia da localização, no percurso Horta – Salão, Cedros (e vice-versa), bem como do número de pessoas existente na localidade e, desses, aqueles que continuariam ainda hoje a fazer compras no comércio local. A este facto não é alheio, obviamente, o aumento dos deslocamentos à Horta, já que, actualmente, uma maior percentagem da população se dedica aos sectores secundário e terciário, com representação quase exclusiva na cidade.

Aliado ao facto de o espaço público não ter, ainda, sido sujeito à «renaturalização» prevista na regulamentação da reconstrução e desenhada pelo GRAN²⁶⁴ no Plano de Pormenor de Espalhafatos²⁶⁵, os habitantes de Espalhafatos lidam diariamente com a desertificação, com a constante presença da ruína ou dos vazios criados, em parte pelo sismo, em parte pelas demolições

²⁶² Explicita-se esta transformação no subcapítulo seguinte, 4.2 - *Suspensão*

²⁶³ Um deles, dono da antiga mercearia situada na zona mais central - perto da Igreja e do Império - ainda prosseguiu com a mercearia nos momentos do pós-sismo, num pré-fabricado montado par ao efeito, enquanto a dona da outra mercearia, implantada no Alto dos Espalhafatos (zona que sofreu abandono total), abandonou o negócio logo após o sismo, tendo também abandonado a localidade dos Espalhafatos como sua área de residência.

²⁶⁴ Gabinete de Reconstrução da Área Norte, gabinete responsável pela reconstrução das freguesias da Ribeirinha, Salão e Cedros.

²⁶⁵ O Plano de Pormenor de Espalhafatos é apresentado no subcapítulo 0: *Suspensão*.

que o sucederam (anexo 16). Actualmente, o número de crianças até aos 13 anos ronda o 34²⁶⁶, sendo que, destas, 20 passariam, actualmente, a maior parte do seu tempo na localidade, não fosse o facto de já não existir Escola Primária (a Escola Primária acabaria, também, por ser demolida, dando lugar a um pré-fabricado que funcionou como escola durante dois anos, estando, actualmente, inutilizado) e de, recentemente, se ter centralizado a educação na cidade da Horta. Assim, a presença de crianças na aldeia é pouco notória, situação agravada pela inexistência de parques infantis ou zonas verdes recreativas onde as crianças possam dar início à sua vida social, no local em que habitam. No seio dos agregados familiares com crianças, foi constante, durante os inquéritos, o comentário dos pais relativamente a esta questão: há dificuldades na promoção de oportunidades para o relacionamento entre as crianças. Pesa sobremaneira a baixa taxa de natalidade na localidade, no entanto, este facto permanece agravado pela distância que as crianças teriam de percorrer para que fosse possível o encontro com outras e ainda, a falta de espaço público dedicado a actividades infantis²⁶⁷.

Estas distâncias são, efectivamente, maiores do que antes, no entanto, não são impeditivas do encontro por si só, já que não representam um deslocamento difícil de efectuar a pé ou em bicicleta, meios mais frequentes nestas faixas etárias. A dificuldade surge, essencialmente, quando a distância se traduz em tempo e se opera uma comparação inevitável com as distâncias do passado, aquelas que se mediam em casas e em portas e em vizinhos que as habitavam. Hoje, percorrem-se as ruas de outrora num cru passar do tempo com rara presença humana e ainda com a constante presença da ruína (e com ela, da perda); do fim daquele espaço enquanto suporte das relações inter-familiares. A força hercúlea da natureza, que originou o sismo, fica deveras presente no quotidiano pela ruína e pela invasão. Em todas as referências temporais, há sempre o antes e o depois do sismo.

Ao abrigo da DLR nº15-A/98/A de 25 de Setembro, que contemplava o apoio também a comodatários, permitiu-se a construção de novas habitações

²⁶⁶ Resultados do Censos 2011.

²⁶⁷ Bem como a outras actividades, como veremos no subcapítulo seguinte (4.2 - *Futuro*)

para familiares que antes viviam juntos, promovendo-se, assim, a separação das gerações através da mudança de habitação de filhos maiores e de avós (ou do casal segundo quem fosse proprietário da habitação original). Com esta mudança, poderia prever-se uma redução do núcleo familiar, no entanto, segundo o verificado durante os inquéritos, as famílias continuam a adaptar a nova casa para a habitação do agregado familiar de um filho, como se pode verificar nos exemplos seguintes:

Caso 1: Um agregado familiar com 6 pessoas (casal e 4 filhos) encontra-se actualmente a viver na habitação (T4) o casal, 2 filhos e 3 netos. A composição actual da família habita na casa sem ter tido, ainda, possibilidades para produzir um aumento de área.

Verificou-se noutros dois casos, em que os filhos já tinham abandonado a casa à excepção de um, que a habitação passaria a funcionar como duas habitações independentes. A forma de adaptação é muito idêntica em ambos os casos, já que ambas as habitações originais se desenvolviam em dois pisos, tendo, no rés-do-chão, a garagem. Após a construção de anexo contíguo à garagem, os pais/avós (nos dois casos, já reformados) permanecem no piso térreo e em ambos, o novo núcleo familiar formado pelo filho(a), respectivo cônjuge e filhos (2, num dos casos, 3 no outro) passou a habitar o piso superior da casa. As diferenças entre estas duas adaptações surgem no seguinte:

Caso 2: Na habitação original já existia um quarto no rés-do-chão, podendo este ser ocupado pelos pais/avós; a garagem original passou a funcionar como sala de estar e jantar e o novo anexo como lavandaria e cozinha.

Caso 3: A garagem, com área maior do que a anterior, foi convertida em cozinha, sala de estar e jantar e, ainda, lugar das máquinas (de lavandaria). O anexo foi convertido em quarto (mesmo não estando, ainda²⁶⁸, ligado pelo interior ao bloco original da casa) e instalações sanitárias.

²⁶⁸ Aguardam a possibilidade de concluir a ligação entre a habitação e o anexo, já que este foi construído ao abrigo do disposto no Regulamento da Edificação e da Urbanização do

Na conjuntura actual, de fraca empregabilidade da camada jovem (que torna mais difícil a passagem à independência das camadas mais jovens), a composição da família tende a reviver a história do passado, onde os núcleos familiares eram constituídos por três gerações (nalguns casos, ainda mais) e a presença dos avós representava um apoio importante à estrutura familiar. No entanto, essa situação acarretava uma perda de independência para o casal jovem, quando este se via obrigado a partilhar todos os aspectos da sua intimidade com os pais (ou sogros) e, por vezes, com outros irmãos. A dificuldade na evolução das práticas individuais e da formação de novos conceitos e ideologias era mais acentuada, já que existia, pela limitação do espaço, pouca flexibilidade para a integração de novas práticas e, com elas, de novos pontos de vista e actuação perante a sociedade. Este novo tipo de ocupação, permitido pela existência de uma maior área de espaços habitáveis, desenvolvida em dois pisos (ainda que anteriormente a maioria das casas apresentasse dois pisos, o rés-do-chão não era, salvo adaptações, habitável²⁶⁹), potencia uma relação próxima entre as gerações, cultivando a intimidade das relações entre avós e netos e, libertando, assim, tempo ao casal. Simultaneamente, não negligencia sobremaneira a independência do casal jovem.

Município da Horta (Regulamento 515/2012 de 10 de Dezembro), que permite a construção de anexos até 30m² sem licenciamento.

²⁶⁹ A pormenorização do espaço doméstico é objecto de exposição no subcapítulo 4.3.

4.2. O Território

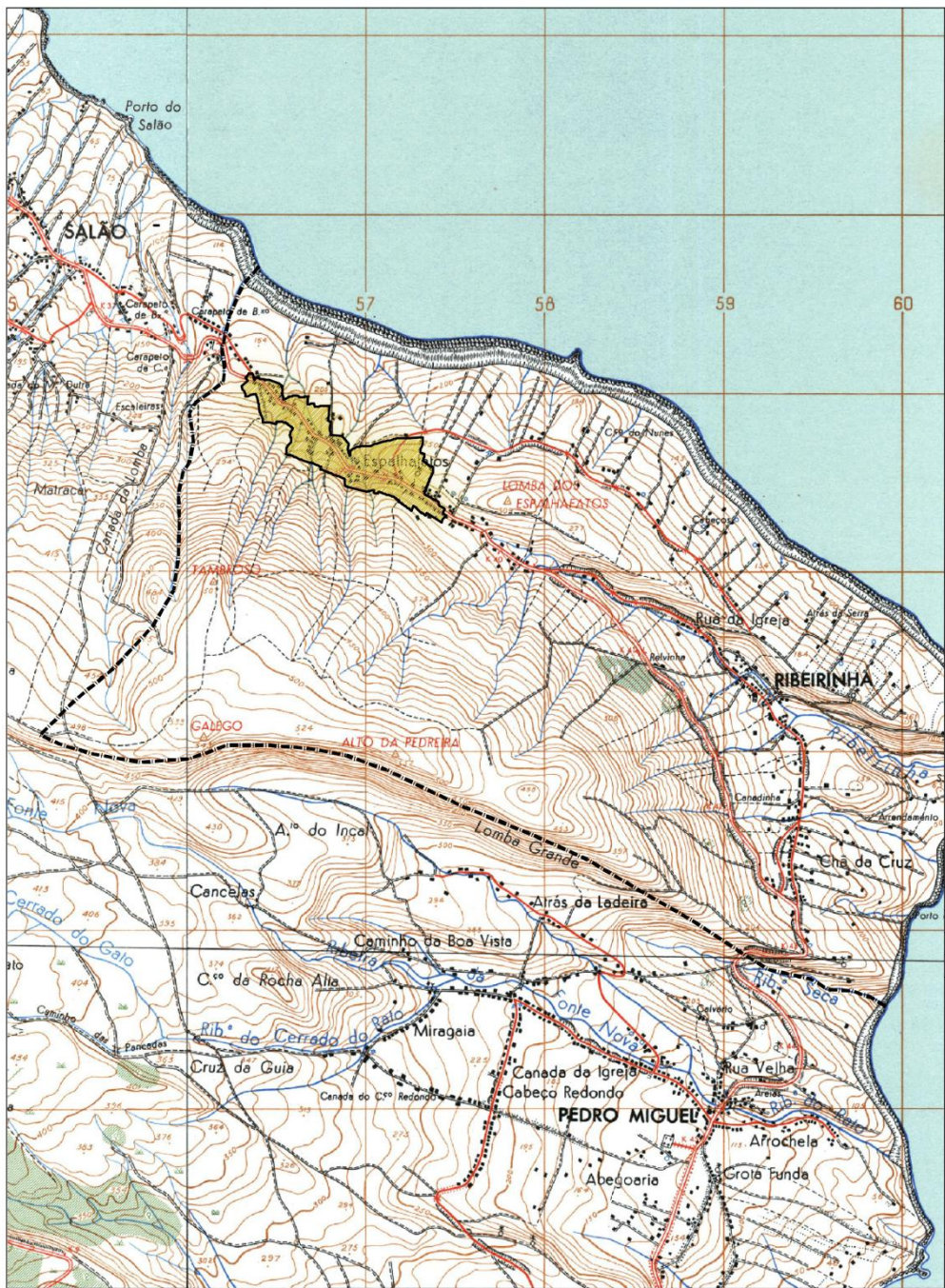


FIG. 55 Anexo 8

Passado O espaço construído antes do Sismo de 1998

FREGUESIA DA RIBEIRINHA

A distância à cidade da Horta, (cerca de 10km em relação à localidade da Ribeirinha e 14km ao lugar dos Espalhafatos) no contexto da ilha, representa um afastamento que não promove a fixação de população nesta freguesia\, facto ao qual se alia uma rede de transportes públicos que torna o acesso diário possível, mas com horários que são algo limitadores no período diurno e inexistentes no período nocturno. A carência de equipamentos colectivos e serviços já se verificava antes do sismo²⁷⁰, estando, os existentes, implantados na zona central de Espalhafatos: Igreja, Império, Escola, zona de festas exterior. Um dos botequins/mercearias também estava implantado nesta zona, sendo que o outro se localizava no Alto dos Espalhafatos. O lugar não tem nenhum ponto de contacto com o mar, sendo este possível, nas proximidades, apenas no Porto da Boca da Ribeira (a cerca de 5km, na Ribeirinha) e o Porto do Salão (a cerca de 3km, no Salão), antigos portos convertidos em zonas recreativas e balneares.

A Freguesia da Ribeirinha estende-se ao longo de um território acidentado cujos limites são marcados por duas elevações montanhosas: a Norte, a Lomba da Ribeirinha (altitude máxima de 309m) onde se desenvolve um planalto lávico de terras muito férteis, denominado Trás-da-Serra; a Sul, a Lomba Grande (altitude máxima de 543m), coberta de vegetação endémica²⁷¹ (anexo 8).

Sendo atravessada por duas ribeiras (daí a origem toponímica da freguesia), é uma zona propícia à agricultura. No entanto, a importância da indústria leiteira reflecte-se no uso de grande parte do solo agrícola para pasto, assim como se pode verificar um pouco por todo o arquipélago.

²⁷⁰ É, aliás, um dos objectivos contemplados no PDM da Horta em relação a todas as freguesias rurais do Faial.

²⁷¹ Essencialmente Faia e Incenso.

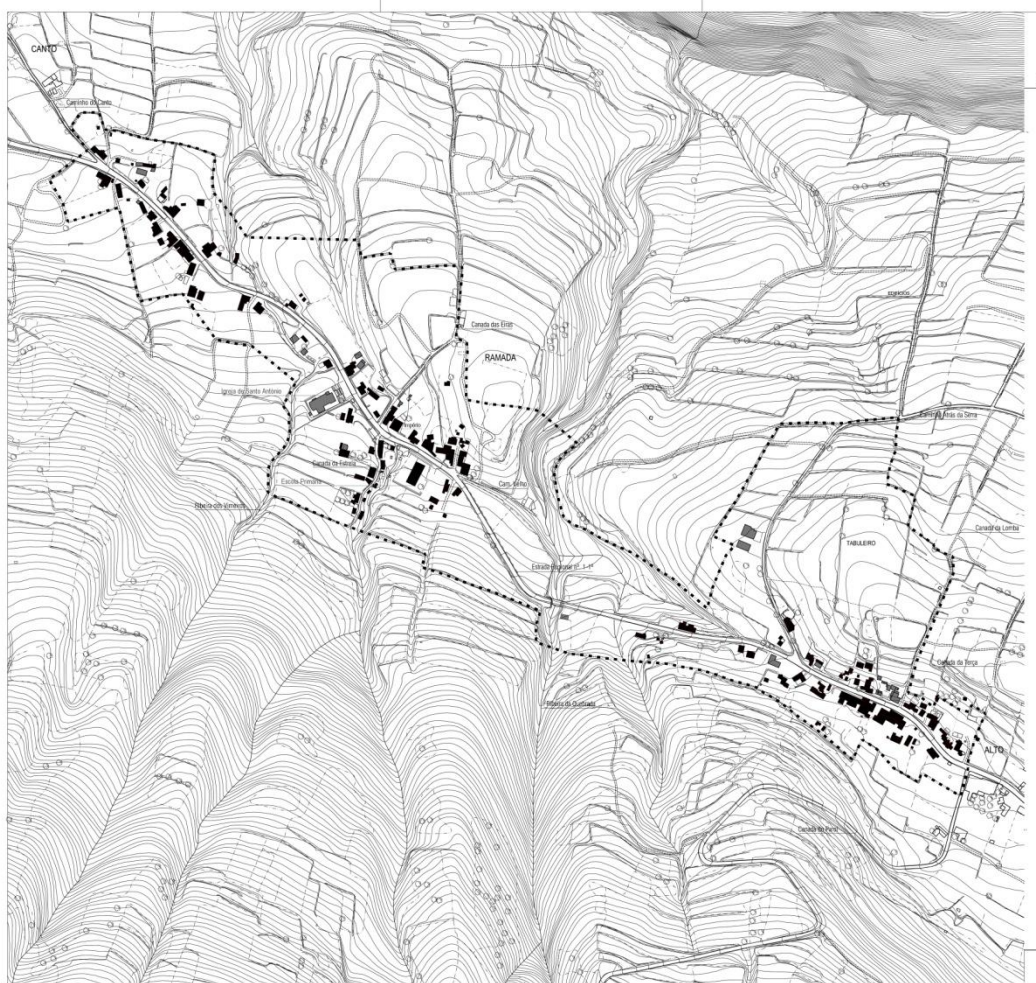


FIG. 56 Edificado existente antes do Sismo no lugar dos Espalhafatos (anexo 14)

Na Lomba da Ribeirinha, acidente associado à falha tectónica aí existente, desenvolve-se um planalto lávico denominado Trás-da-Serra, onde se encontram as terras mais férteis e onde existiam, até ao sismo de 1998, dezenas de atafonas para apoio às actividades agrícolas.

É nesta zona, no extremo Norte da freguesia, que se desenvolve o lugar dos Espalhafatos, num vale voltado a poente onde existiam inúmeras nascentes, propiciando a prática agrícola, e onde a barreira visual da Lomba permite que a maior parte do território não seja avistado desde o mar, sugerindo a protecção necessária contra os corsários que rondavam a ilha à época do povoamento²⁷².

Antes da catástrofe, a ocupação era feita essencialmente de modo linear, ao longo da principal via estruturante: a Estrada Regional nº 1-1ª, desde o Alto dos Espalhafatos até à bifurcação que nos leva ora para o Canto, entrando numa via secundária, ora para o Salão, em continuação da Estrada Regional (anexo 9). A ocupação fora destas vias era pontual e apresentava fraca densidade sendo, nestes casos, o acesso feito por *canadas*²⁷³ perpendiculares ao eixo principal. A zona do Canto, ainda pertencente à localidade dos Espalhafatos, situa-se no extremo Noroeste da localidade e apresenta já uma estreita relação com a localidade contígua: o Salão. Desenvolvendo-se entre uma via secundária, a Rua do Canto e a Estrada Regional, esta zona detinha um carácter distinto da restante localidade pela menor densidade ocupacional e pelo ritmo de surgimento das casas, não linear e intercalado com campos agrícolas e de pasto em território.

²⁷² FREITAS, Sãozinha – *Vidas Abaladas. Repercussões do Sismo de 9 de Julho de 1998*. Trabalho de Investigação apresentado à Universidade Nova de Lisboa no âmbito do seminário de Investigação do 4º ano de Antropologia, 2001.

²⁷³ O termo *Canada* refere-se a um caminho entre terrenos agrícolas ou floresta, que originalmente não era dedicado à habitação. Por norma é um caminho estreito e não é dotado de qualquer infraestrutura e representa, frequentemente, uma alternativa mais curta à utilização das estradas regionais ou municipais.

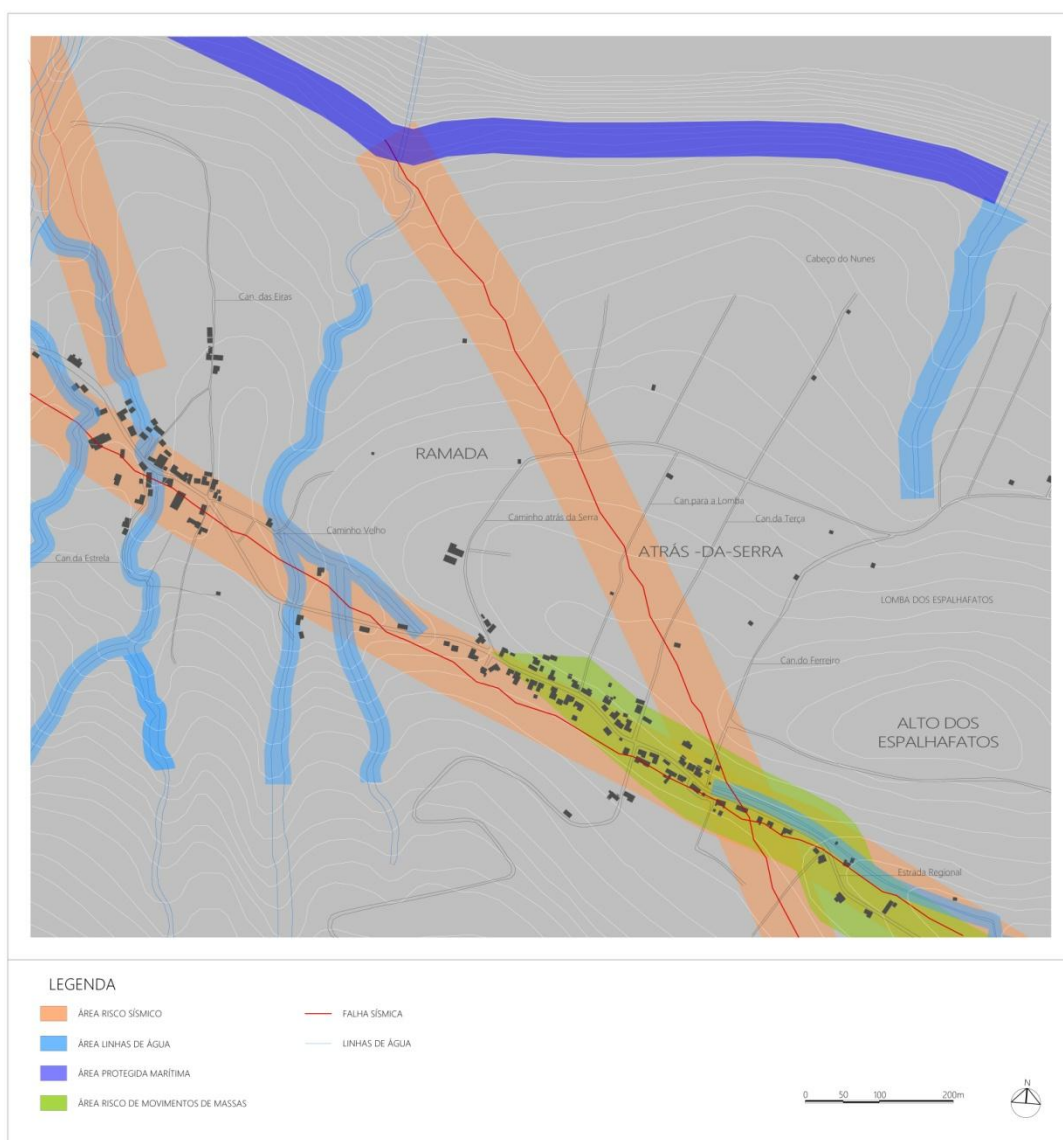


FIG. 57 Carta de riscos hidrogeológicos do lugar dos Espalhafatos

Suspensão Como operar uma realocização?

A elaboração dos estudos relativos ao risco geológico - como já foi dito anteriormente²⁷⁴ - alterou sobremaneira o rumo do ordenamento do território da freguesia da Ribeirinha, capacitando os projectistas na delimitação das áreas mais vulneráveis aos efeitos dos perigos geológicos nas construções. No entanto, estes continuavam sem uma base cartográfica rigorosa capaz de suportar um planeamento de forma eficaz, pelo que, em Janeiro de 2000, a Câmara Municipal da Horta assumiu a coordenação dos trabalhos de ordenamento, com vista à realização de um Plano de Pormenor para cada uma das áreas mais afectadas pelo sismo.

O abandono de extensas áreas povoadas na freguesia da Ribeirinha (FIG 56, 57 e 58) acusava a necessidade de realocização de 165 famílias. Esse número, correspondendo a 70% do parque habitacional da freguesia, representaria um enorme esforço económico, bem como um esforço social com repercussões de certa forma imprevisíveis. Nesta questão, a população sinistrada dividia-se, estando, no entanto, claro que a maioria (pouco mais de 60%) preferiria construir no mesmo local, apesar da consciência do risco.

Consequentemente, novos critérios foram definidos pelas entidades governamentais: apenas seriam realocizadas as famílias cujas habitações se encontrassem em zona de sobreposição de dois tipos de risco hidrogeológico, bem como aquelas que se situassem em zona de movimento de massas (ainda que esta representasse a única condicionante). Este novo critério, aliado ao entretanto disposto nas *Normas Provisórias*, permitindo a construção em zonas de risco mediante o parecer técnico positivo e o respeito pelas regras de construção anti-sísmica²⁷⁵, resultou numa abrupta redução do número de famílias a realocar nesta freguesia. Os números passariam, então, de 165 para 43 (28 de Espalhafatos e 15 da Ribeirinha)²⁷⁶.

²⁷⁴ Assunto abordado no subcapítulo 3.3 desta Segunda Parte.

²⁷⁵ Segundo a alínea e) do Artigo 8º do *Decreto Regulamentar Regional nº34/2000/A*

²⁷⁶ PORTEIRO, Pedro Mora; RAPOSO, Arnaldo - «Transferência de população residente em zonas de risco. O caso da freguesia da Ribeirinha» in *Sismo 1998 – Açores. Uma década depois*, 2008

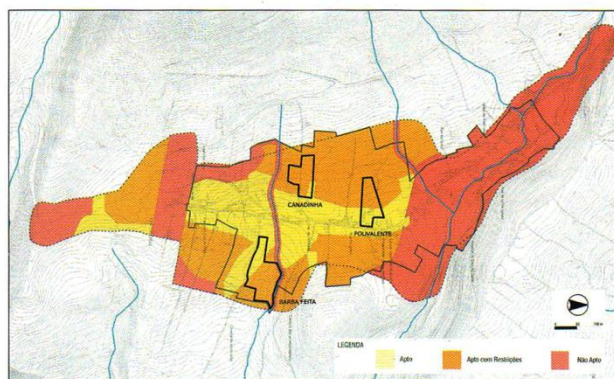


FIG. 58 Carta de aptidão urbanística da Ribeirinha

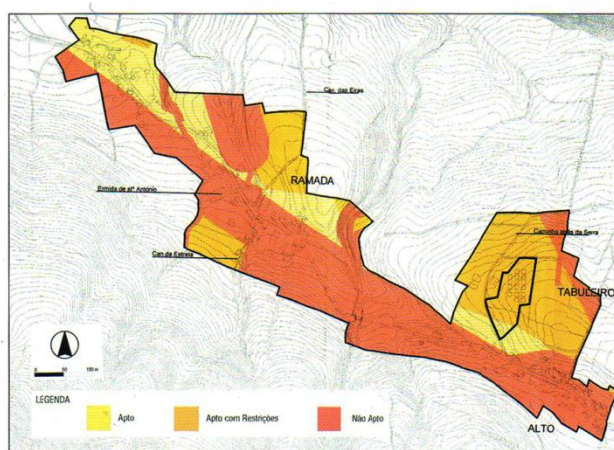


FIG. 59 Carta de aptidão urbanística de Espalhafatos

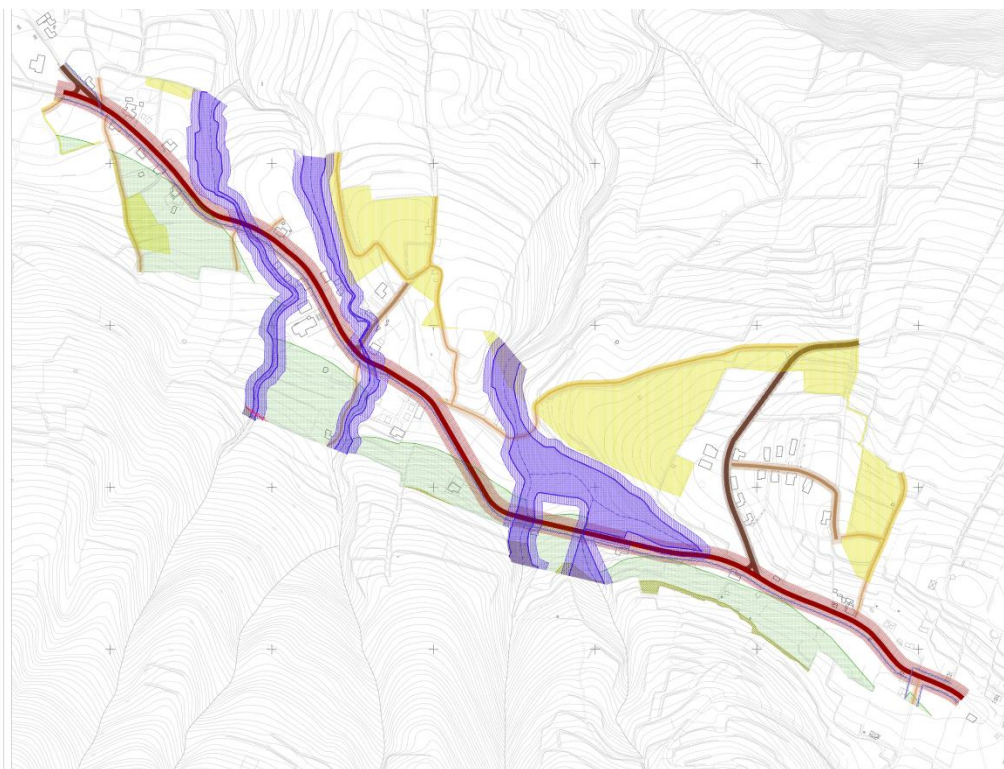


FIG. 60 Carta de condicionantes para o ordenamento do Lugar de Espalhafatos, agregando o disposto no PDM e o resultado dos estudos hidrogeológicos (anexo 10)

As *Normas Provisórias* estabeleciam as premissas para o novo ordenamento do território e viriam a ser aprovadas a 29 de Junho de 2000, constituindo o Decreto Regulamentar Regional nº34/2000/A. As Plantas de Zonamento contidas nestas *Normas* propunham alterações significativas em relação ao PDM da Horta – já em vigor -, nomeadamente o aumento considerável das áreas urbanizáveis, anteriormente previstas como Reserva Agrícola Regional²⁷⁷ (anexo 11). Tanto nas construções novas quanto nas reconstruções, os parâmetros urbanísticos a respeitar incluíam um Índice Máximo de Construção de 0,2 e uma cércea máxima de dois pisos ou 6,5m²⁷⁸. Segundo o mesmo decreto, as novas edificações e reconstruções deveriam respeitar os alinhamentos das construções existentes, bem como responder a critérios concordantes com a «*imagem urbana da envolvente*», questão que se verá também exposta mais à frente²⁷⁹. As construções novas, por sua vez, ficariam restringidas à sua localização em parcelas confinantes com a via pública existente, podendo, no entanto, o novo Plano de Pormenor definir a abertura de novos acessos e novas ocupações para o interior das parcelas.

Definidos os princípios gerais dos novos ordenamentos, teve início a fase de desenho dos Planos de Pormenor²⁸⁰, os traçados-base que iriam definir as formas da ocupação do território e de onde se partiria para a definição detalhada das infra-estruturas, do espaço público e da implantação das novas habitações.

As Normas Provisórias previam, no entanto, alguma flexibilidade na execução dos pressupostos, deixando espaço para a discussão de propostas, operada entre o CPR, a Câmara Municipal da Horta e os Gabinetes responsáveis pelos Planos de Pormenor. Exemplo disso é a proposta apresentada pelo CPR para os loteamentos da Ribeirinha que, deparando-se com o elevado esforço financeiro que representava a aquisição de lotes para a edificação dos novos loteamentos, para estes definia valores muito altos de

²⁷⁷ Disposições gerais do *Decreto Regulamentar Regional nº34/2000/A*

²⁷⁸ Segundo o ponto 2 c) do Artigo 7º do *Decreto Regulamentar Regional nº34/2000/A*

²⁷⁹ Exposição feita no subcapítulo 4.3 – *Futuro*.

²⁸⁰ Os Planos de Pormenor da Ribeirinha e de Espalhafatos ainda se encontram, à data da execução desta Dissertação, em fase de aprovação.

ocupação²⁸¹. A densidade de construção que aí se propunha era em muito distante da realidade desta localidade no momento anterior ao sismo. Por essa razão e ainda por se considerar a fraca atracção desta freguesia no que diz respeito à fixação de novos habitantes, esta proposta acabou por ser afastada da discussão, tendo o GRAN conseguido aproximar-se do seu objectivo de projectar o novo ordenamento segundo *«parâmetros e índices urbanísticos compatíveis com a ocupação tradicional dos espaços rurais»*²⁸².

No que diz respeito aos espaços abandonados devido às exigências de segurança, a legislação previa:

*“As áreas degradadas, nomeadamente resultantes das construções demolidas, deverão ser objecto de um projecto paisagístico de recuperação ou de renaturalização visando a reposição das condições de salubridade locais.”*²⁸³

Já anteriormente, no inquérito realizado aos sinistrados em 1999, a maioria dos inquiridos manifestava como prioritária a construção do jardim público e jardim infantil, logo após a habitação²⁸⁴. Os equipamentos públicos que se seguiam na lista de prioridades dos habitantes eram o polidesportivo, centro de dia e posto médico²⁸⁵. Estavam criadas, supostamente, as condições básicas necessárias para que essa «renaturalização» fosse levada a bom termo, já que tanto as entidades governamentais como os habitantes desejavam uma aposta no espaço público que não negligenciasse o equilíbrio entre paisagem natural e construída, e que privilegiasse os espaços recreativos ao ar livre (como é, aliás, uma prioridade notória um pouco por todo o território açoriano).

²⁸¹ Segundo consulta de documento não publicado.

²⁸² In «Relatórios do Gabinete de Reconstrução da Área Norte – Relatório dos Plano de Pormenor» (não publicado)

²⁸³ Artigo 8º do Decreto Regulamentar Regional nº34/2000/A

²⁸⁴ A Escola Primária de Espalhafatos encontrava-se com poucos danos aparentes, o que, à data, não sugeria a sua demolição.

²⁸⁵ In «Relatórios do Gabinete de Reconstrução da Área Norte – Relatório dos Plano de Pormenor » (não publicado)

No respeitante à imagem urbana que resultaria das novas construções, especialmente nas freguesias mais afectadas, as preocupações surgiam em vários sectores da opinião pública, expondo conceitos mais ou menos vagos. A indicação de que os órgãos governamentais não pretendiam reconstruir utilizando a pedra basáltica (material predominante na aparência das construções rurais faialenses), despoletava, na opinião da população faialense, algum desagrado. A maior parte das opiniões registadas manifestava-se em relação à conservação da pedra basáltica como máxima representação da imagem da ruralidade faialense. Expõem-se, abaixo, algumas das manifestações registadas em periódicos da época:

Órgãos Governamentais: *“Não é com rococós que as coisas serão feitas com a velocidade que todos nós queremos. (...) Mais importante do que manter a tradição arquitectónica das residências nas freguesias mais afectadas pelo terramoto é o realojamento rápido dos sinistrados. (...) A pedra irá esperar pela sua altura própria e teremos de deixar de lado os lirismos e os sonhos cor-de-rosa.”*²⁸⁶;

Projectistas: *“A reconstrução, em nosso entender, terá de se desenvolver num quadro de veracidade e coerência e ser um processo participativo, onde, para além do abrigo primário, terá de fazer realçar o traço inequívoco de ligação com o nosso passado e com o modelo de desenvolvimento que queremos para o nosso dia a dia, do futuro que já começou”*²⁸⁷; *“Identificar e preservar os valores naturais e culturais para a qualificação da imagem do meio rural.”*²⁸⁸

População Faialense: *“A cantaria constitui um espólio único dos Açores...; num complemento bastante triste do terramoto, parece*

²⁸⁶ Director Regional das Obras Públicas

²⁸⁷ NAIA, Martins (arquitecto responsável pela reconstrução da freguesia de Flamengos, no Faial) - «Reconstrução sem tradição» in Correio da Horta, 5 de Agosto de 1998.

²⁸⁸ In «Relatórios do Gabinete de Reconstrução da Área Norte – Relatório dos Plano de Pormenor» (não publicado)

ignorar-se o valor destas pedras na febre de reconstrução à pressa e a qualquer preço...; na realidade, há que ter pressa. Mas se a há, também deveria ser urgente que oficialmente sejam controladas ou orientadas as retiradas deste “entulho”, para que simultaneamente se procure recuperar o património precioso que é a cantaria de basalto feita à mão pela mestria dos antigos...”²⁸⁹; “Que não se repita o que foi feito na Praia do Norte [relativo à reconstrução após a crise vulcânica dos Capelinhos] com a construção de casas completamente incaracterísticas que nada têm a ver com a habitação tradicional.”²⁹⁰; “Vejamos como se adulteraram com novos estilos em casa, impérios e templos as povoações atingidas nos nossos dias pelo Vulcão dos Capelinhos...; Qualquer dia não há um único modelo tradicional do Império do Espírito Santo...; o mesmo se dirá da casa e do Templo, na azáfama com que tudo se vai aglutinando e fazendo desaparecer para ficar qualquer coisa descaracterizante, amorfa, impessoal, macabra...; Na Ribeirinha e nos Espalhafatos teria de haver uma séria contemplação com as boas casas de porte airoso, de alto-e-baixo, com os seus aventais de banco sob as janelas. Estilo único na ilha, e certamente nos Açores. Não convinha fazer desaparecer do gosto daquele povo, as suas casas bem construídas em pedra aparelhada e com aventais e uma cimalha de branco sob o beiral.”²⁹¹

PLANOS DE PORMENOR

A freguesia da Ribeirinha seria alvo de dois Planos de Pormenor (PP) distintos, um para a localidade da Ribeirinha, outro para Espalhafatos. Em ambos se visava – como, aliás, era pressuposto para o ordenamento do território de todas as freguesias rurais do Faial - a «compensação do

²⁸⁹ Opinião da faialense Yolanda Corsépius subordinada ao tema «Um alerta, um apelo; - Salvem as pedras da Cantaria». «Reconstrução sem tradição» in *Correio da Horta*, 5 de Agosto de 1998

²⁹⁰ Opinião do faialense Faria de Castro, subordinada ao tema «Sinistrados e Reconstrução». «Reconstrução sem tradição» in *Correio da Horta*, 5 de Agosto de 1998

²⁹¹ ROSA, Júlio - «O Património, a História e o Destino», in *Correio da Horta*, dia 30 de Julho de 1998

desequilíbrio evidente na rede urbana do concelho»²⁹², onde se pretendia promover uma melhoria do acesso a equipamentos e serviços. Entre os pressupostos-base para os PP, que pretendiam «compatibilizar os objectivos da Câmara Municipal da Horta com os do CPR», imperava a «revitalização do centro das freguesias»²⁹³ (usualmente, lugar de concentração do edificado dedicado às actividades ou serviços colectivos e de edificado habitacional) bem como a oferta de novo solo urbano (já prevista no PDM, mas à qual se juntavam, agora, novas necessidades decorrentes da decisão de abandono de extensas áreas urbanas, nomeadamente na Ribeirinha). O planeamento deveria promover a articulação funcional entre estas novas áreas urbanas e os respectivos centros em vista ao reforço das infraestruturas primárias e secundárias.

O Plano de Pormenor de Espalhafatos está ainda em fase de aprovação. A sua aplicabilidade real, de momento, tem apenas notícia no que respeita à implantação das habitações que já foram construídas. Toda a requalificação do espaço público, bem como a qualificação dos novos espaços agora integrados (loteamento do Tabuleiro e lotes das antigas casas agora condicionados à construção) não foi, ainda, iniciada. Sendo que uma parte do grupo anteriormente habitante de Espalhafatos se encontra, agora, na Ribeirinha (essencialmente no loteamento das Canadinhas, habitando duas famílias no loteamento da Barba Feita), far-se-á uma exposição também dos pressupostos para o novo ordenamento desta localidade.

PLANO DE PORMENOR DE ESPALHAFATOS

Os limites do Plano de Pormenor de Espalhafatos são traçados de forma a englobar a área de ocupação original do território, ao longo da E.R. e as áreas nas quais se propõe nova construção, em maiores densidades (loteamentos) ou pontualmente (pedidos de construção em terreno próprio). Assim, a área

²⁹²Contrariar este desequilíbrio é um dos objectivos patentes no PDM da Horta.

²⁹³In «Relatórios do Gabinete de Reconstrução da Área Norte – Planos de Pormenor» (não publicado)



FIG. 61 Plano de Pormenor de Espalhafatos (anexo 12)

contemplada no PP com vista à promoção da qualificação do território ao nível espacial, imagético e social desenvolver-se-ia no entorno linear da Estrada Regional, englobando, agora, as novas áreas urbanas previstas e respectivas acessibilidades. Delimitado segundo a carta de zonamento/normas provisórias, contempla a zona da Ramada, o troço da Estrada Regional entre o cruzamento com o Caminho Atrás da Serra e a Ribeira dos Vimeiros, a Norte a Canada das Eiras, a Sul a Canada da Estrela e a Nascente o troço inicial do Caminho Atrás da Serra (anexo 12). Propunha-se, então, a divisão dos 23.5ha sujeitos a plano de pormenor em três unidades espaciais correspondentes às zonas de maior densidade ocupacional prevista: Alto dos Espalhafatos, Ramada e Canto. No entanto, o lugar do Canto ficaria fora dos limites do PP levado a termo.

Para cada uma das unidades definidas, o PP propõe o seguinte:

Alto dos Espalhafatos:

Conversão dos espaços abandonados ao entorno da zona Este da Estrada Regional 1-1-A (E.R.): deverão ser alvo de qualificação enquanto terrenos agrícolas (depois de findas as permutas de terreno com os sinistrados, a favor do Governo Regional).

Implantação de um novo loteamento no planalto fértil de Trás-da-Serra, em continuidade de um caminho existente, o Caminho de Trás-da-Serra: a análise das cartas de condicionantes hidrogeológicas havia levado à conclusão de que esta área se encontra sob menor risco hidrogeológico que o restante território urbanizável (de acordo com critérios de acessibilidade e infraestruturas)

Ramada:

Admitir a criação de uma nova área de maior densidade ocupacional, relacionada com a área central onde existe, ainda, a Igreja.

Uma nova via a norte da zona de ocupação original - paralela à E.R. e baseada no traçado de caminhos pré-existentes - seria desenhada no sentido de permitir um acesso alternativo entre o novo loteamento do Tabuleiro (Trás-da-

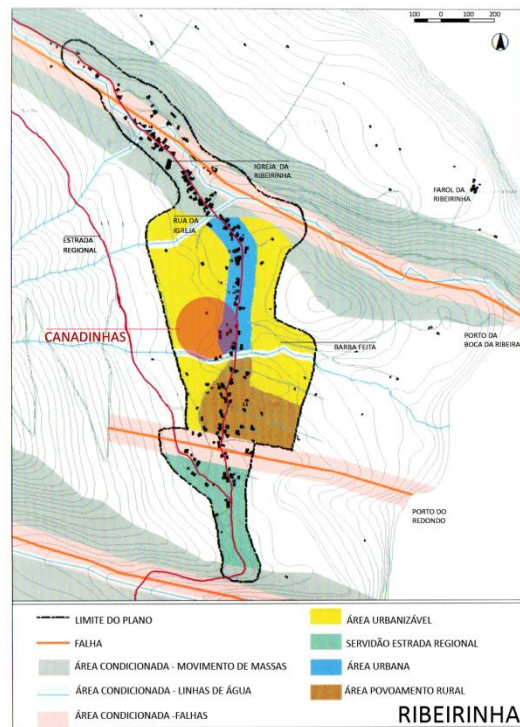


FIG. 63 Carta de zonamento da localidade da Ribeirinha

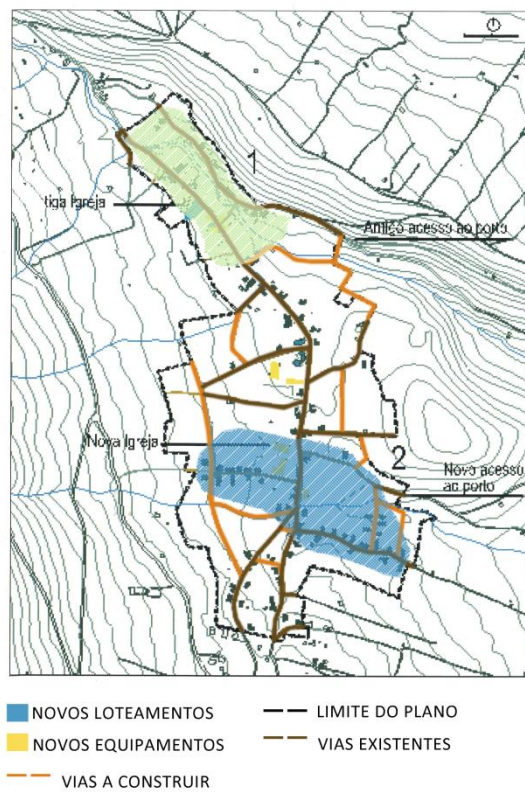


FIG. 62 Esboço do Plano de Pormenor da localidade da Ribeirinha

Serra), a Canada das Eiras e a bifurcação do Caminho do Canto/Estrada Regional.

A Canada da Estrela e Canada das Eiras seriam alvo de redimensionamento no sentido de aí se promover a construção de novas habitações, já que estas se encontram em zona que não apresenta sobreposição de riscos hidrogeológicos.

Quanto aos equipamentos colectivos, o PP prevê uma nova localização para a Escola Básica do Império - entretanto demolida -, a requalificação do entorno da Igreja de Santo António (cujo espaço circundante é, actualmente, parque de estacionamento) e a localização de um espaço destinado a actividades socio-culturais (extensão do Polivalente da Ribeirinha).

PLANO DE PORMENOR DA RIBEIRINHA

Na Ribeirinha, as cartas de condicionantes hidrogeológicas indicavam a necessidade de abandono de uma grande extensão da localidade, nomeadamente o centro cívico e religioso, onde se encontrava a igreja, a Sociedade Filarmónica, uma das mercearias e a maior parte das casas da povoação (FIG.62). O PP da Ribeirinha engloba 29.5ha de território onde se insere toda a área urbana e urbanizável. Para além da zona de ocupação original de maior densidade (parte central da Rua da Igreja, entre a Escola Básica e o cruzamento com o Caminho Novo), o PP integra, a nascente, a Canada dos Arrendamentos (acesso ao Porto da Boca da Ribeira) e a Canada da Barba Feita (onde se iria implantar um dos novos loteamentos) e, a poente, a Canada do Matias, Canada do Gabriel, Canada da Bencalada, Canadinha e Caminho Novo (FIG.63).

O planeamento do novo ordenamento para esta localidade prevê, a par da qualificação e redimensionamento das canadas existentes, por forma a aí se poder construir novas habitações, a criação de uma nova via, entre a Estrada Regional e a Rua da Igreja, paralela às mesmas e, portanto, conectando as referidas Canadas a poente da localidade. Essas canadas, de traçado pré-existente, viriam a integrar, para além da população habitante em zonas de risco na Ribeirinha, também aqueles que abandonariam o lugar de Espalhafatos

pelos mesmos motivos, seguindo uma lógica que garantisse a «unidade da vizinhança»²⁹⁴ nesse processo de realocização. Ao nível dos equipamentos públicos e colectivos, a nova igreja prevê-se como ponto central do novo ordenamento, em continuidade relacional com o ordenamento anterior ao sismo. Para além da valorização dos equipamentos existentes (Polivalente – que, actualmente, dá lugar a um bar, uma sala de convívio e jogos, a sede da Junta de Freguesia e uma pequena mercearia –, Império Vermelho e Império Amarelo) através da qualificação dos respectivos espaços exteriores, o PP prevê a criação de um Centro de Idosos.

No novo ordenamento da Ribeirinha opera-se um desenho mimético das relações espaciais futuras em relação ao ordenamento do passado. A quem pertence este desejo de reconhecimento visual, quando este não decorre de uma vontade expressa pelos seus habitantes? É, possivelmente, uma crença na efectividade da memória espacial colectiva. No entanto, representa um esforço positivo pelo reconhecimento do passado daquele grupo ou, pelo contrário, uma simples demonstração desse conhecimento? A leitura centrada na pura interpretação da morfologia espacial do passado, sem atender ao seu carácter fenomenológico de forma abrangente, assenta no risco de uma projecção mimética das relações espaciais e funcionais do passado. E esse mimetismo poderá não ter em atenção as novas variáveis do presente. Se, ao nível do projecto habitacional, se considerava a importância da sua discussão com os futuros habitantes, porquê a diferença no processo de leitura com vista ao ordenamento? Não estamos perante um caso em que se veja com dificuldade a identificação do grupo - que se apresenta restrito e sem grandes variações ao longo do tempo - portanto, qual a barreira para discussão dos desejos comuns em relação ao espaço que irá suportar a vida em comunidade?

²⁹⁴ In «Relatórios do Gabinete de Reconstrução da Área Norte – Planos de Pormenor» (não publicado)

Futuro O público expectante

Dezasseis anos depois do sismo Espalhafatos vive uma situação que se assemelha a uma ocupação provisória do território, onde algumas infraestruturas já foram criadas, mas onde as habitações parecem ainda não estabelecer relações definitivas com o meio que as envolve. Entre uma e a outra permanecem os espaços vazios, abandonados, que ainda não deram lugar a cultivos, nem a novas construções. Entre um vizinho e outro, apresentam-se ora ruínas na expectativa de ruir ou de ser demolidas, ora espaços desqualificados indicando a expectativa de uma nova construção (que talvez não tenha, pelo menos num tempo próximo, motivo para ser executada). Considerar-se-ia, então, que, no respeitante ao território, Espalhafatos encontra-se, ainda, em fase de *suspensão* (anexo 7). Apenas esta não corresponde plenamente ao *tempo do desejo*, mas sim a uma longa espera pela «*reposição da normalidade*» e, conseqüentemente, pela reunião de condições básicas que possibilitem projectar novos caminhos para um futuro em comunidade. Estão em falta esses elementos agregadores das unidades habitacionais: os espaços de uso comum que possibilitam o encontro e a discussão, promovendo a criação de novas práticas conjuntas e, conseqüentemente, novos símbolos e rituais reconhecíveis pelo grupo, de forma a recuperar e reinventar uma identidade - espacial, performativa e imagética - comum. Actualmente, as simbologias reconhecíveis residem ou na imagem da ruína, ou na memória colectiva de um passado construído por si e pelos seus, ao longo de várias gerações. É neste pesar constante, suportado persistentemente pela realidade dos vazios e alimentado pela memória da destruição, que se encontra enraizada a sua identidade comum. A transição entre o espaço interior íntimo, a casa, e o espaço exterior - colectivo ou público; natural ou construído - é feita de forma rígida; abrupta, pois esse espaço não está desenhado para receber, menos ainda para convidar. Apenas nos permite chegar a qualquer habitação, como uma galeria da qual se pode apenas sair pontualmente. É transformando o interior da casa no espaço de eleição para tempos livres, inclusivamente da criança (as únicas vezes que me deparei com o convívio entre crianças durante o trabalho



FIG. 64 Situação actual do lugar dos Espalhafatos (comparação entre o existente antes do sismo e o existente actualmente no anexo 13 e 14). O anexo 15 demonstra o edificado que permanece desde antes do Sismo.

de campo, foi dentro de suas casas ou das dos seus avós, entre irmãos e primos), já que aí se proporciona um conforto e segurança que não têm lugar no exterior.

*“A defesa do mundo privado (...) não pode ser confundida ou tornada em individualismo. Um lar isolado, fechado, não é o que aguarda com mais zelo esta virtualidade da instituição – mas o que a degradou. Radica aqui um dos princípios ao personalismo: o da existência de uma dialéctica, um equilíbrio sempre por acabar, entre a necessidade do “outro” para o desenvolvimento da personalidade individual (o homem personaliza-se na medida em que participa da vida comunitária) e a necessidade do regresso a si, da própria respiração e crescimento interior, como condição de autenticidade nesse encontro do “outro”.*²⁹⁵

O tratamento adequado das vias, para que não surjam como mero espaço intersticial entre as habitações e a ruínas (anexos 7 e 16) - ou os vazios por elas deixados -, bem como a existência de espaços de uso colectivo que proporcionem a discussão e a identificação de ambições comuns para a construção do próprio entorno é, actualmente, um problema importante, que, em jeito de ciclo vicioso, se apresenta simultaneamente como causa e efeito da desertificação do espaço público. Assim, as famílias de Espalhafatos, principalmente aquelas habitantes no Tabuleiro, veem essa dialéctica negligenciada, pois o espaço público não é capaz de proporcionar e catalisar a vida comunitária e o isolamento em relação à restante população incentiva a permanência no interior do lar; uma interioridade redundante que potencia o individualismo.

²⁹⁵ PORTAS, Nuno – *A habitação social. Uma metodologia da sua arquitectura*. Porto: FAUP Publicações, 2003. Pág. 20



FIG. 65 Loteamento das Canadinhas, Ribeirinha. Vista da Estrada Regional, 2014

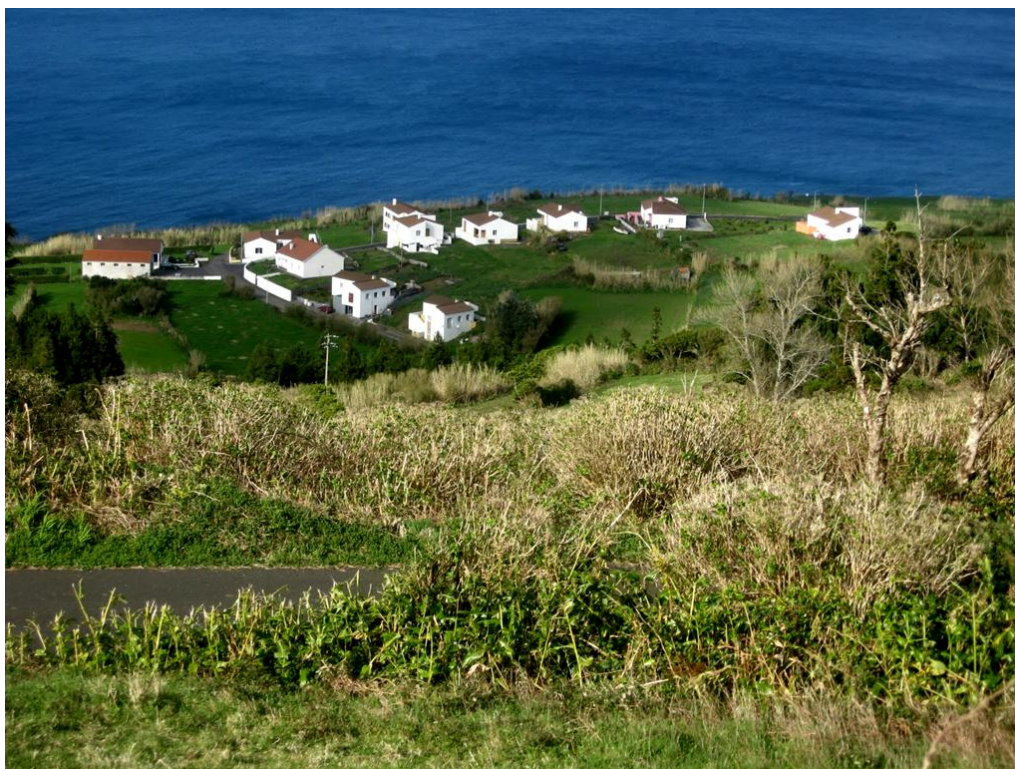


FIG. 66 Loteamento do Tabuleiro. Vista do caminho do Cabouco, 2014

QUANTO À IMAGEM URBANA: O USO (OU NÃO) DA PEDRA

No momento pós-sismo, os órgãos governamentais projectavam o desejo de uma reconstrução urgente e em segurança, deixando para segundo plano as preocupações imagéticas relativas, principalmente, ao uso da pedra. Nesse então, a população faialense manifestava a vontade de ver reconstruída a imagem basáltica das localidades rurais²⁹⁶ (anexo 17). No entanto, a população de Espalhafatos inquirida no âmbito desta dissertação não atribui um valor positivo ao possível uso da pedra na reconstrução, afirmando que *«construir em basalto só se fosse com bons mestres e boa pedra – e nem toda é boa – e isso hoje em dia era muito difícil de se conseguir... E, conseguindo-se, ficava muito caro...»*²⁹⁷ Ainda, mesmo que o tempo ou o custo não fossem factores decisivos, a construção com pedra basáltica ficará sempre associada ao trauma daqueles segundos de horror, do ranger da pedra e da imprevisibilidade da forma como se iria desmoronar a casa.

OS NOVOS LOTEAMENTOS

*“Assistiu-se a uma revolução na paisagem imóvel, com construções recentes, de estruturas semelhantes como que saídas de um mesmo molde e de cores garridas.”*²⁹⁸

Com a necessidade de realocização de grande parte da população surgem os novos loteamentos que, por facilidade de aquisição e reorganização dos lotes, por parte das entidades governamentais, bem como pelas imposições urbanísticas relativas à delimitação de áreas urbanizáveis, resultariam numa tipologia de ocupação anteriormente inexistente nos Espalhafatos (assim como na Ribeirinha e nas restantes freguesias rurais do Faial). Quando inquiridos acerca dos valores (positivos ou negativos) a atribuir às novas formas de

²⁹⁶ Segundo os registos em periódicos da época, como referido em *Suspensão* deste mesmo subcapítulo

²⁹⁷ Sinistrado do Sismo de 1998, habitante actualmente na Ribeirinha.

²⁹⁸ In «Folheto de apresentação da freguesia» executado pela Junta de Freguesia da Ribeirinha, 2006

ocupação do território, generalizadamente (não referindo especificamente a própria habitação), frequentemente a resposta obtida incluía - em tom pejorativo – o comentário: «*Parece um bairro!*». A densidade de ocupação dos solos é, efectivamente, mais alta do que a anterior, se considerarmos a localidade inteira. No entanto, se considerarmos os troços de maior ocupação ao longo da Estrada Regional (Alto dos Espalhafatos, área circundante à Igreja e Canto –), antes do sismo, este factor já não se considera verdadeiro (ver anexos 14 e 15). Será este argumento apenas o reflexo de uma sugestão de insubstituibilidade do ambiente passado e, portanto, sem fundamentos práticos?

No sentido de aprofundar a problemática subjacente a tais vagas considerações (próprias de uma linguagem não técnica com a qual, obviamente, seremos frequentemente confrontados), a análise poderá seguir a seguinte linha de investigação no sentido da aproximação às problemática comum::

- 1) Identificar as características atribuídas a esta designação, e por que motivo(s) se consideram negativas. (alta densidade ocupacional; semelhança na imagem das construções);
- 2) Investigar o(s) motivo(s) de tal adjectivação relativamente ao caso concreto em análise, interpretando essas características segundo o contexto em que se inserem, tendo em conta tanto as características relativas ao momento anterior à catástrofe como as proporcionadas durante o momento de suspensão: perda e mudança; frustração e desejo. (comparação com a densidade existente anteriormente, semelhança na implantação das construções entre vizinhos, proximidade relativa entre as casas (ainda que as casas não se apresentem necessariamente mais próximas do que na ocupação anterior ao sismo, as implantações desse então – muito pela morfologia do terreno circundante à cas, permitiam a existência de locais mais resguardados, onde a existência de currais para criação

de animais não perturbasse a vizinhança pela libertação de odores – principalmente, na criação de porcos)²⁹⁹

- 3) Propor, usufruindo dos métodos e instrumentos de projecto, uma solução que seja capaz de apresentar um equilíbrio entre as problemáticas apresentadas e os dados interpretados.
- 4) Permanecer aberto à discussão da proposta, estando consciente da subjectividade da interpretação da base informacional, bem como das dificuldades de comunicação entre indivíduos que utilizam linguagens distintas (técnica e não técnica) para expressar um pensamento.

A BUSCA DA PERSONALIZAÇÃO NUM PROJECTO DE BASE COMUM

A partilha de um projecto de base comum, pode ser benéfica nas relações comunitárias no sentido em que é capaz de promover a diminuição de possíveis complexos em relação à própria habitação e aos seus problemas (imagéticos, espaciais, funcionais ou de patologias da construção) já que estes são partilhados por todos e são consequência de um processo comum, de perda e criação. No entanto, o arquitecto deve propor um balanço entre a igualdade e a diferença, sugerindo o comum ao mesmo tempo que possibilita destacar pela diferença, baseando nas particularidades de cada ocupação. Nesse sentido, diz-nos Nuno Portas:

*“A disposição livre do edifício no terreno obtendo
acidentes e variantes da sua forma que lhe podem conferir
“escala”, são exemplo da possibilidade de personalização, ou
seja, de obtenção de uma justa relação entre o indivíduo e o
grupo, nas unidades polifamiliares.”*³⁰⁰

²⁹⁹ Tomou-se conhecimento de um caso, de uma família actualmente habitante no loteamento das Canadinhos (Ribeirinha) que tem a sua criação de porcos na freguesia do Salão, associada à criação de um amigo, pois não considera haver condições para ali existirem currais. Note-se que esta família não se dedica a tempo inteiro à agro-pecuária.

³⁰⁰ PORTAS, Nuno – *A habitação social. Uma metodologia da sua arquitectura*. Porto: FAUP Publicações, 2003. Pág. 102



FIG. 67 Casa cor de rosa no loteamento do Tabuleiro, Espalhafatos, 2014



FIG. 68 Diferenças de implantação entre as casas do lado norte e do lado sul do loteamento. Canadinhos, 2014

Apesar de não se tratar de habitação polifamiliar, as necessidades de individualização em relação à «malha» geral das construções no sentido de representar e reconhecer a sua identidade dentro do grupo, conduzem à mesma problemática subjacente ao «*binómio do individual e do colectivo*»³⁰¹ de equilíbrio proposto por Le Corbusier através da distinção pela cor, aplicada nas fachadas das *Unité d'Habitation*. A questão da cor foi também uma preocupação tida em conta pelo GRAN, no sentido de promover essa personalização da imagem da habitação (FIG.67). Para além da cor, pode-se verificar essa abordagem no desenho de implantação das novas habitações, principalmente no loteamento das Canadinhos (FIG.68).

Certamente que a dificuldade em ultrapassar a perda da habitação e ambiente construído antigos transportará, para a discussão projectual com os habitantes, um saudosismo perante a imagem tradicional da antiga povoação, que afecta sobremaneira a capacidade para aceitar novos ambientes e imaginar novas soluções. No entanto, este factor deve ser tido em conta pelo projectista, observado atentamente aquando da discussão do processo de projecto, já que, apesar das suas complexas raízes psicológicas, este saudosismo pode ser essencial para o entendimento das – por vezes, subtis - razões práticas de tal rejeição. Acima de tudo, se a discussão for devidamente aprofundada e pretender realmente uma negociação, a cedência dos habitantes perante as impossibilidades torna-se evidente. Cabe, portanto, ao projectista, expor as condicionantes e os recursos existentes para que a eleição e a cedência (a que o processo de projecto obriga constantemente e que, para o projectista, representam acções rotineiras intrínsecas à profissão) possam ter lugar na aproximação dos futuros habitantes ao processo de projecto. Ainda que esta aproximação, se bem lograda, possa não corresponder obrigatoriamente ao sucesso da obra³⁰², é com certeza, primordial na construção de uma base sólida para o desenvolvimento do processo individual de aceitação do novo, bem como para a posterior acção perante aquilo que é imaginado ou desejado individualmente, já que se vê alargado o leque das liberdades concretas, se não

³⁰¹ «*binôme de l'individuel et du collectif*» Le Corbusier *apud* PORTAS, Nuno – *A habitação social. Uma metodologia da sua arquitectura*. Porto, 2003. Pág. 102

³⁰² No sentido do aprofundado no subcapítulo 3.4 da Primeira Parte.

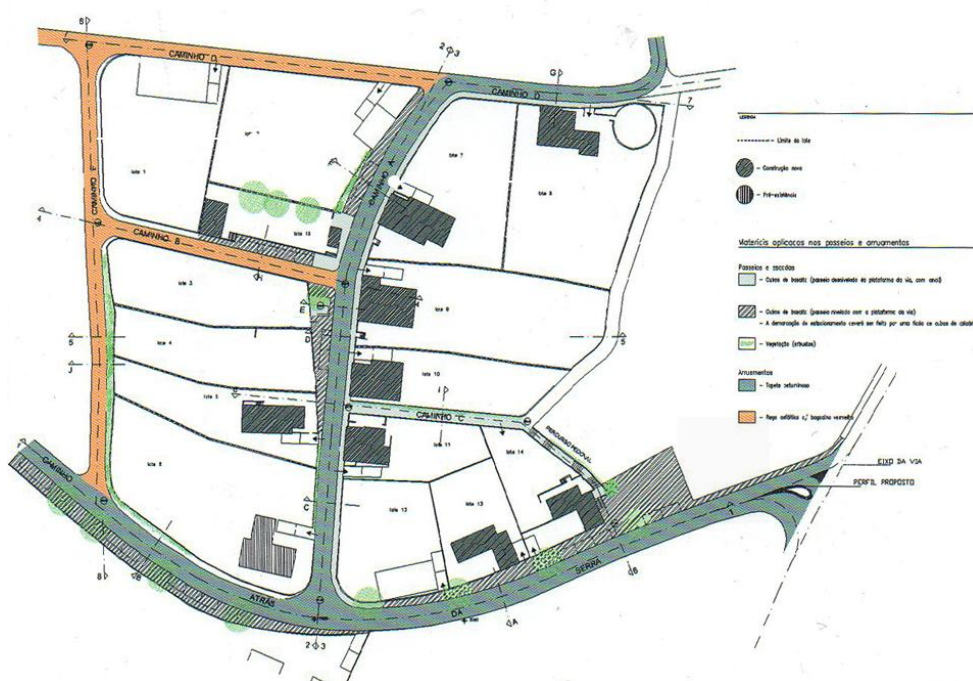


FIG. 69 Loteamento do Tabuleiro. O existente (foto de satélite) e o proposto

aplicáveis no momento, pelo menos passíveis de serem imaginadas e perseguidas³⁰³.

LOTEAMENTO DO TABULEIRO (TRÁS-DA-SERRA)

O território actualmente ocupado pelo loteamento do Tabuleiro encontra-se numa elevação, situada entre a Estrada Regional e a Lomba da Ribeirinha. Sendo uma zona de terras muito férteis, aí existia um grande número de *atafonas*³⁰⁴ para apoio às actividades agrícolas que acabaram por não ser objecto de apoio à reconstrução.

Neste loteamento, dos 9 agregados familiares que optaram pelo regime de empreitada do CPR, foi possível inquirir 5³⁰⁵.

Os acessos previstos ainda não foram executados, bem como alguns passeios para peões das ruas contíguas às casas. Os restantes elementos de espaço público propostos no PP também ainda não foram objecto de construção. Assim, à data, não existe nenhum espaço de encontro público ou colectivo, interior ou exterior, desenhado para tal ou apropriado como tal (anexo 19). Ao longo da via pré-existente principal, o Caminho de Trás-da-Serra, as habitações posicionam-se apenas de um dos lados da rua, à excepção de uma casa que havia sido construída já em época anterior ao sismo. As casas implantadas nesta rua não se encontram tão expostas ao vento, por se encontrarem numa zona de cota mais baixa (em ascendente desde a Estrada Regional até à nova rua do loteamento). Na nova

³⁰³ Segundo o que expõe Amartya Sen relativamente à capacidade de imaginação de liberdades que nunca foram experienciadas. Esta questão é aprofundada no subcapítulo 3.1. da Primeira Parte.

³⁰⁴ Denominação actualmente atribuída às pequenas construções em pedra e cobertura em telha, com estrutura de madeira, usualmente de um só piso e amplas no seu interior, construídas na proximidade de campos agrícolas, para apoio à produção e para armazenamento dos produtos. Originalmente, o nome *atafona* designaria a mó de trigo ou milho, como descreve José Machado Serpa: «Engenho rústico de alongada dimensão, movido por uma rês vacaril, e onde se mói o milho e trigo. (...) Quando não instalada na loja da morada, mas na de casa própria e próxima, chama-se casa da atafona, em cujo o pavimento superior se guardam as novidades e o pasto ou comida seca para o gado». In COSTA, Carreiro da – Etnologia Açores, vol 1

³⁰⁵ Das 11 habitações existentes, 1 havia sido construída antes do sismo e outra foi construída por administração directa do agregado familiar.

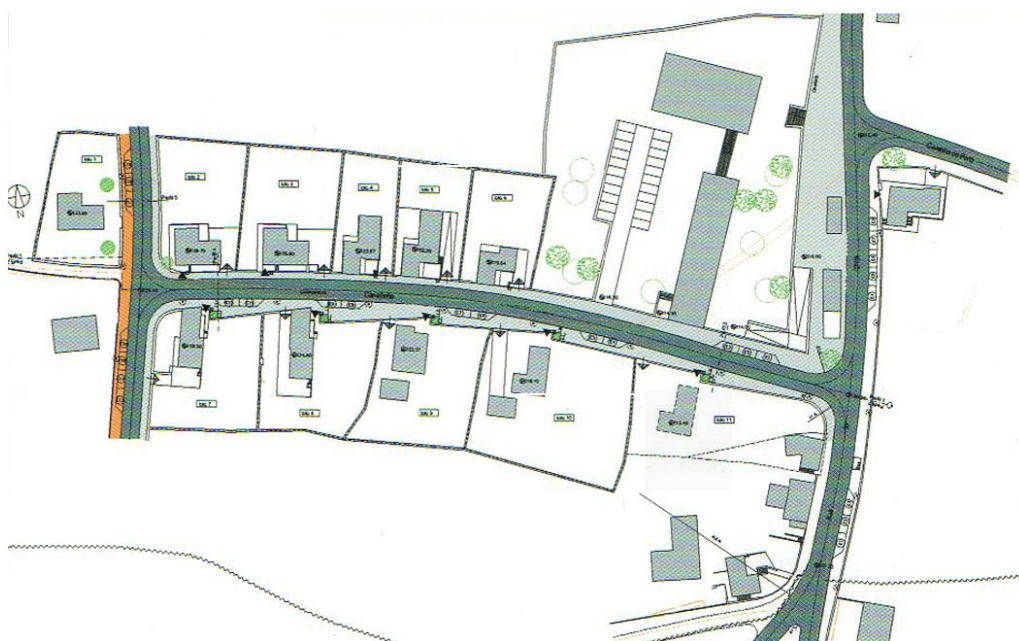


FIG. 70 Loteamento das Canadinhos. O existente (foto satélite) e o proposto. O projecto inclui a localização da nova igreja da Ribeirinha

rua, cuja toponímia indica a origem do seu propósito (Rua 9 de Julho), volta a surgir maior ocupação num dos lados da mesma (zona Sul), existindo, no lado Norte, apenas duas casas. Os equipamentos públicos previstos são um parque infantil e um Império. O parque infantil projectado insere-se no território contíguo a estas casas, existindo, ainda, o projecto de uma casa entre as existentes e o parque.

No PP, o loteamento prevê uma quantidade de habitações que ultrapassa o dobro do existente actualmente (anexo 12) e, nesse plano, o parque infantil situa-se numa zona aproximada do centro geométrico do loteamento, por forma a ser acessível a todas as famílias indiferenciadamente. No entanto, considerando a densidade actual – que não tem perspectivas de mudar sobremaneira – o parque ficará, se e quando construído, num extremo do loteamento - num local de cota mais elevada e, portanto, mais ventoso – e sem o abrigo e acolhimento de qualquer edificação no seu entorno.

LOTEAMENTO DAS CANADINHAS (RIBEIRINHA)

O loteamento das Canadinhos surge, como indica a sua toponímia, de uma ocupação em torno de antigas canadas que faziam ligação entre a Rua da Igreja (eixo ao longo do qual se desenvolvia a povoação original, na cota baixa) e a Estrada Regional (cota alta), dando acesso a terrenos agrícolas (anexo 20). A pendente pouco acentuada existente anteriormente viria a ser reajustada, por forma a que o novo perfil da rua permitisse o encontro com o cruzamento projectado com o novo arruamento paralelo às vias principais.

A densidade de ocupação do solo, projectada de forma distinta entre o lado Sul e o lado Norte da Canadinha, pretendia que se desse lugar a habitações com maior área de terreno envolvente, permitindo, assim, uma melhor exposição solar, a Sul, com implicações em todo o loteamento e, ainda, proporcionar uma maior diversidade de pontos de vista em relação à paisagem, de onde se avista parte da localidade, o mar, e a ilha do Pico (quando o clima o permite).

4.3. A Habitação

Passado O espaço doméstico antes do Sismo de 1998

*“A casa rural dos Açores apresenta três variantes principais, que se filiam noutros tantos tipos correntes no continente português ...Assim, em Santa Maria, a casa rural deriva da algarvia, em S. Miguel é aparentada com a do Alentejo; nas outras ilhas, vai dominando, à medida que avançamos para oeste, cada vez com mais vigor, até ganhar exclusividade, uma casa rural muito semelhante à do Norte do país.”*³⁰⁶

A casa açoriana, erguida primeiramente sob influência das técnicas e formas trazidas pelos povoadores do arquipélago, tomariam distintos caminhos rumo aos vários tipos de habitação, «*produzidos e reproduzidos a nível local, insular e de arquipélago*»³⁰⁷.

A denominação geral de *cafua* refere-se à materialidade e à técnica construtiva aplicada nessas habitações primitivas, de um só piso e executadas essencialmente com materiais vegetais. No Faial, as cafuas apresentavam frequentemente paredes de pedra aparelhada seca, sem reboco interior ou exterior.

Esta tipologia de habitação, desenvolvida em espaço único - sem divisórias - viria a ser abandonada enquanto espaço habitacional, dando lugar ao celeiro, quando novos recursos já possibilitassem a construção de uma habitação maior. De construções com linhas «*sóbrias e singelas*»³⁰⁸, a arquitectura rural faialense

³⁰⁶ Carlos Alberto Medeiros *apud* COSTA, Carreiro da – *Etnologia dos Açores*. Lagoa: Câmara Municipal da Lagoa, 1991

³⁰⁷ COSTA, Carreiro da – *Etnologia dos Açores*. Lagoa: Câmara Municipal da Lagoa, 1991

³⁰⁸ COSTA, Carreiro da – *Etnologia dos Açores*. Lagoa: Câmara Municipal da Lagoa, 1991



FIG. 73 «Cafua»: «Construção quadrangulas, fachada posterior. Cobertura de duas águas em colmo, empena de pedra e colmo, paredes laterais muito baixas. Ilha do Faial». Fotografia da colecção faialense da família Dabney/fim do séc. XIX. *In* COSTA,



FIG. 72 Exemplo de casa de um pavimento - «casa rasteira» (actualmente em ruína), Ribeirinha, 2014



FIG. 71 Exemplo de casa de dois pavimentos com primeiro piso de loja- «casa de alto e baixo», Salão, 2014

demonstra influência da construção vernacular do Norte de Portugal, não obstante ser «*resultado de complexos processos de inovação/ difusão/ adoção/ rejeição*»³⁰⁹. Espalhafatos, nos momentos anteriores à catástrofe, era um lugar exemplar dessa influência. Nos anos 60, Wilhelm Giese estabelece uma diferenciação entre três modelos distintos de casa rural existentes nesta ilha³¹⁰:

Primitivo ou arcaico (cafua) (FIG.71): telhados de duas águas de palha, cobrindo quatro paredes toscas sem argamassa; paredes laterais muito baixas e interior com um só quarto;

Casa de um pavimento (FIG.72): telhado de duas águas com sótão; revestimento em argamassa sem caiação e interior com um quarto (à direita) e uma cozinha (à esquerda, com lareira e forno);

Casa de dois pavimentos (FIG.73): paredes de pedra irregulares, com argamassa. No rés-do-chão, o estábulo, a atafona³¹¹ e os arrumos das alfaías agrícolas (carro, arado, etc.); no primeiro piso, a cozinha e dois quartos, com acesso pela escada externa.

Apesar de haver algumas casas de um só piso, a generalidade das casas no lugar dos Espalhafatos apresentava, à época do sismo, uma forma desenvolvida a partir do terceiro modelo de que nos fala Giese: a casa de planta rectangular, de dois pisos – sendo, o primeiro, a *loja* - e telhado assente em estrutura de madeira e duas empenas (numa das quais se abria, geralmente, a porta de entrada). É sobre essa tipologia que nos iremos focar, não deixando, contudo, de apresentar exemplos relativos à “casa rasteira”.

³⁰⁹ *Idem*

³¹⁰ GIESE, Wilhelm - «A casa Rural da ilha do Faial» in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, 1963-1964

³¹¹ Refere-se ao mecanismo de moagem e não à *casa da atafona*.

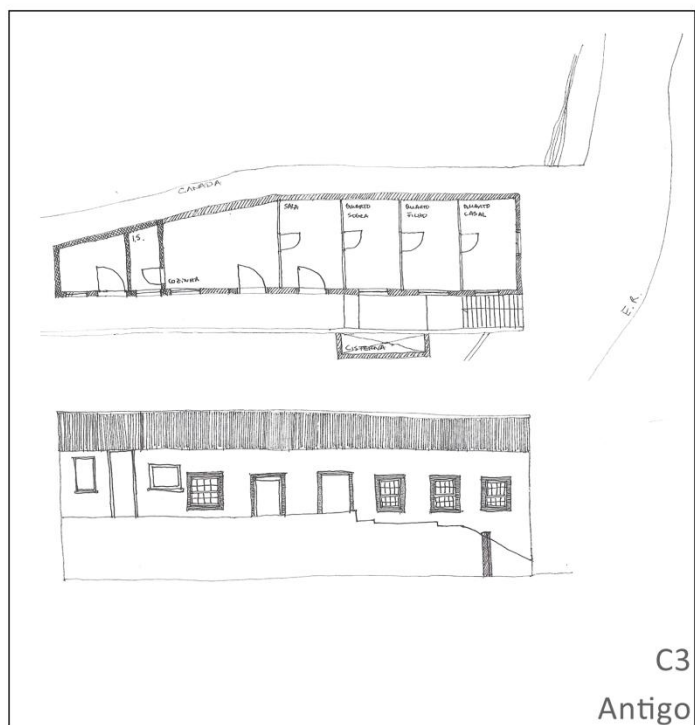


FIG. 74 Casas sem corredor. Ambas com primeiro piso de loja e com divisórias em frontais de madeira.
(a fotografia é exemplificativa, não correspondendo às casas desenhadas)

As entrevistas aos sinistrados permitiram entender algumas das relações espaciais do interior destas casas, bem como a sua evolução através do tempo, muito característica das construções vernaculares que, passando de geração em geração, vão sofrendo alterações constantes em prol da adaptação às novas necessidades quotidianas. Essas alterações são, usualmente reflexo de uma progressão na capacidade económica para responder a tais necessidades.

No piso habitável original, (correspondente à área de loja no rés-do-chão), têm lugar os quartos, e a sala de estar, quando existente. O espaço único original foi sendo compartimentado, albergando, os espaços divididos através de *frontais*³¹² de madeira (FIG.74) ou *reposteiros*³¹³, representando uma barreira ineficiente acusticamente. Estas divisões eram feitas em madeira pelo custo controlado, facilidade da obra e por não representarem um aumento de peso significativo sobre a estrutura, usualmente com paus rolados e soalho assente directamente. Existem duas variantes nos tipos de frontais: com uma só camada de tabuado (método mais antigo) e com duas camadas assentes em estrutura com barrotes de madeira (praticado à época do sismo). A madeira utilizada na execução dos frontais bem como na parte estrutural era, usualmente, criptoméria³¹⁴.

A opção pela inexistência do corredor, verificada nalguns casos (os vários espaços eram atravessados consecutivamente, como se verifica nos exemplos apresentados na figura 74), privilegia o espaço útil em prejuízo do espaço de circulação; a funcionalidade em detrimento da privacidade.

A cozinha e as instalações sanitárias (dois dos casos inquiridos ainda não possuíam instalações sanitárias no interior da habitação) desenvolvem-se num espaço acrescentado ao núcleo habitacional original que promove a transição necessária entre o nocturno - de recolhimento e de limpeza - e o diurno - de serviços, onde se vêm representadas tanto as actividades exteriores, do campo, como as domésticas.

³¹² Denominação aplicada pela população local para denominar as divisórias interiores das casas tradicionais.

³¹³ Espécie de cortina que servia para limitar visualmente o espaço interior da habitação, essencialmente nos espaços de dormir.

³¹⁴ A *Cryptomeria japonica* é uma espécie de conífera - semelhante à sequoia-gigante - muito abundante na ilha do Faial. A sua madeira é muito resistente à humidade e é, portanto, abundantemente usada como material de construção nesta ilha.

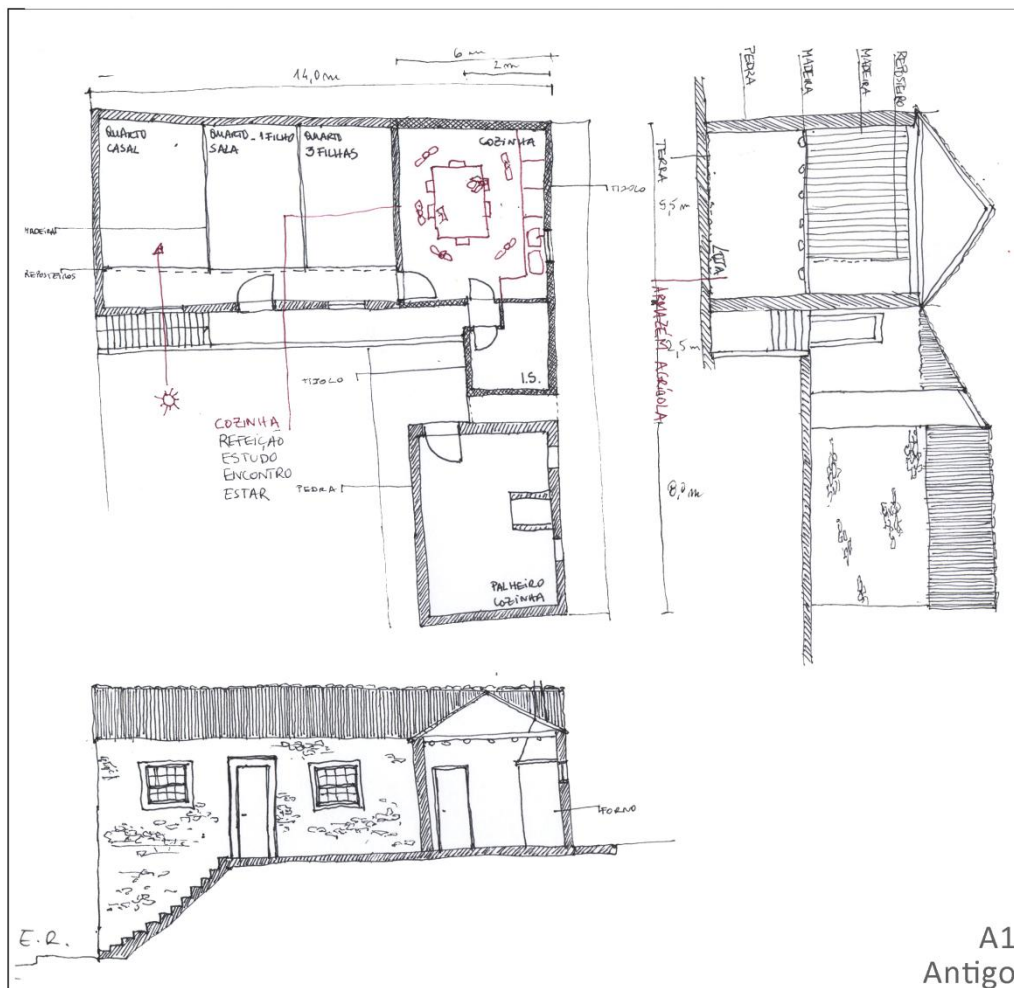
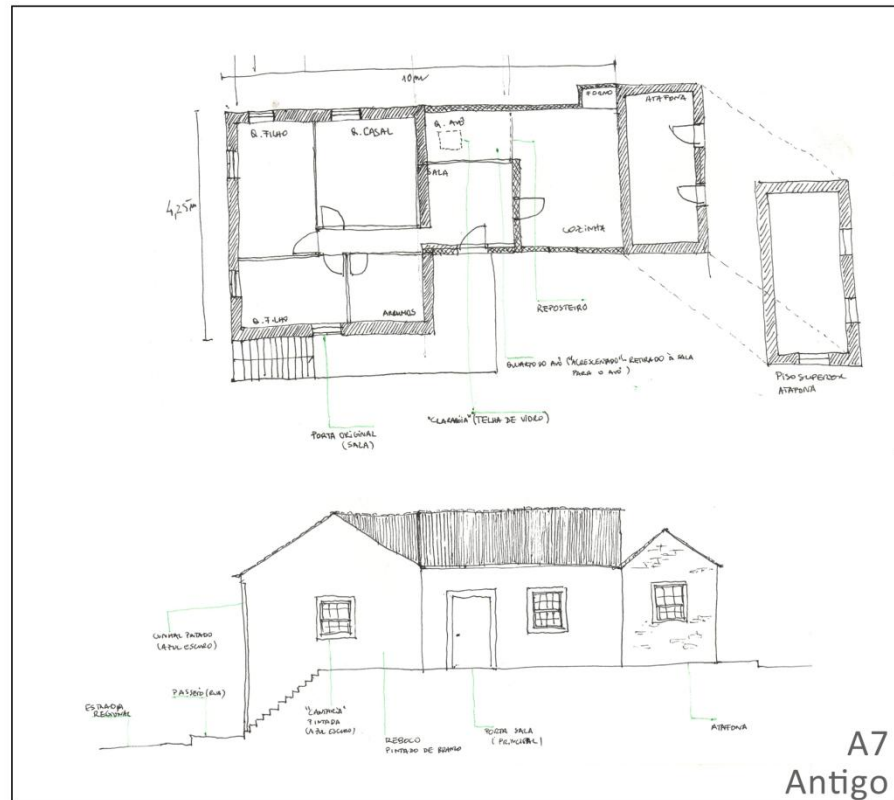
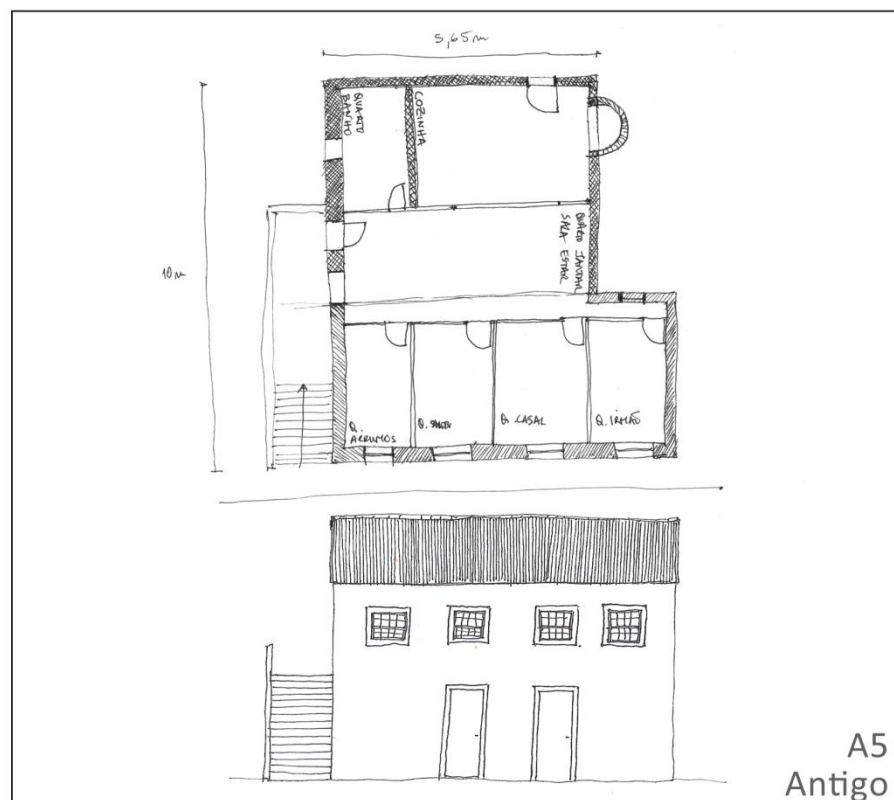


FIG. 75 Casa com dois pisos (primeiro de loja) à qual foi acrescentada a cozinha e as instalações sanitárias. Em anexo, uma outra cozinha com forno.



A7
Antigo



A5
Antigo

FIG. 76 Nos exemplos acima a sala e a cozinha apresentam uma relação mais estreita, essencialmente devido ao posicionamento do acesso vertical exterior. No exemplo A7, a sala foi dividida aquando da chegada do avô, formando um pequeno quarto que, dividido por reposteiro, tem entrada pela cozinha. No exemplo A5, a posição do acesso exterior e a possibilidade de acrescentar uma área maior à casa leva à existência de uma sala alongada. Não tem o carácter de sala de estar (de recolhimento), sendo mais uma extensão da cozinha e zona de passagem constante entre o exterior as instalações sanitárias.



FIG. 77 A cozinha, local de encontro e reunião familiar, é normalmente o maior espaço da casa e aí confluem os percursos domésticos do exterior e do interior.



FIG. 78 Sendo lugar de concentração de inúmeras práticas levadas a cabo por todos os elementos da família, a cozinha era suporte das memórias familiares mais quotidianas. Sendo área onde tudo confluía - pelos sistemas de percurso criados em torno da dialéctica interior/ exterior - o espaço da cozinha tornava-se cenário da reunião familiar; palco do «social interior»

Esta separação tem muito peso na organização da casa e das suas dependências, onde a cozinha representa um papel-chave como rótula entre estes dois polos do complexo habitacional.

A **cozinha**, espaço de encontro familiar por excelência, apresenta-se como um espaço multifuncional que, apesar de interior e fazendo parte do núcleo central da habitação, ainda não obedece às exigências dos espaços interiores reservados, que primam por permanecer limpos, livres da sujidade do quotidiano campestre e onde se poderá receber convidados em qualquer altura. Na maior parte dos casos inquiridos, estas casas apresentavam a cozinha acoplada à construção original de planta rectangular, num dos extremos da fachada tardoz, resultando numa planta em “L” dos espaços habitáveis. Este espaço, que na maior parte das vezes correspondia a um projecto de uma geração anterior à dos sinistrados de 1998, teria apenas um piso, concordando com a pendente original do terreno³¹⁵ (na maioria das vezes em ascendente a partir da cota da rua, como se demonstra nos exemplos A1, FIG. 75; A7 e A5, FIG. 76).

A cozinha era o compartimento com maior área da casa e destinava-se a diferentes funções: cozinhar, comer, aquecer-se e, nalguns casos, tomar banho (quando as instalações sanitárias eram, ainda, inexistentes, o banho era executado em *panas*³¹⁶ grandes com água aquecida na lareira). Pontualmente, verificou-se a existência de um *frontal* separando o espaço de comer do espaço de cozinhar, não sendo uma opção comum. Com porta directa para o exterior, a cozinha relacionava-se com o quintal e com as restantes dependências da habitação (dispersas pelo terreno envolvente à casa), desempenhando na perfeição esse papel de transição entre as actividades interior e exterior.

Era, portanto, um lugar de «serventia», que concentrava várias actividades, sendo, também, o espaço onde confluíam os vários percursos quotidianos quer da vida activa, quer do repouso e do encontro.

³¹⁵ Pelo facto de a Estrada Regional se posicionar ao longo de um vale.

³¹⁶ Regionalismo açoriano referente a alguidar; bacia.

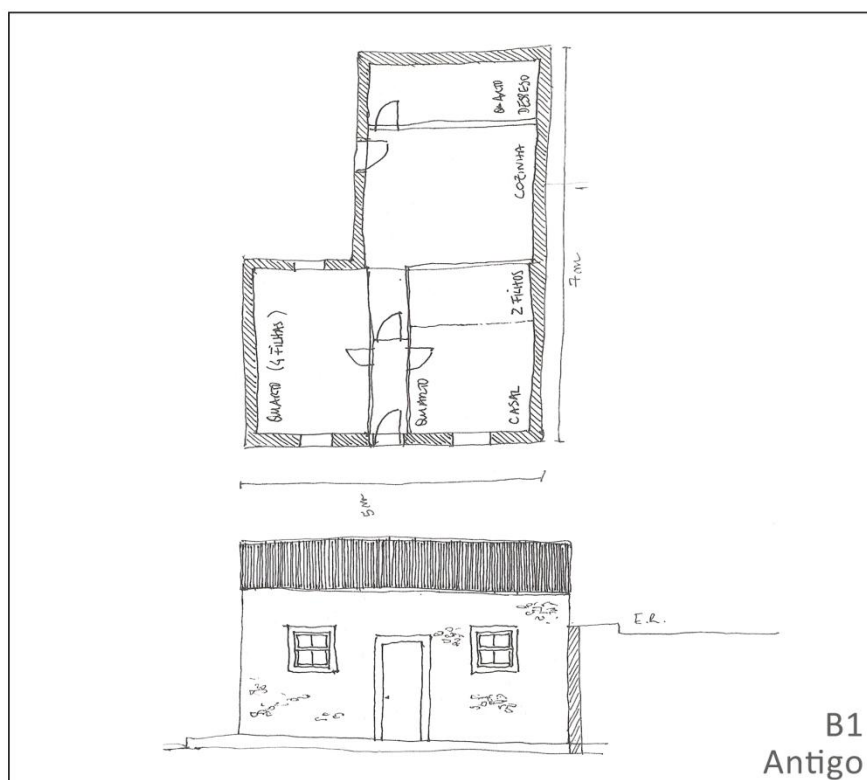


FIG. 79 No exemplo B1, uma casa de um só piso com pouca área e sem sala. Habitavam 6 filhos e um casal. O quarto do casal, dividido por um «reposteiro», era partilhado com 2 filhos. No exemplo B5, casa de dois pisos (primeiro de loja) com sala ligada à escada de acesso exterior. A passagem para o resto da casa implicava a passagem por um dos quartos (a sala é um espaço ainda mais reservado do que o quarto).

A **sala de estar**, inexistente em casas com pouca área (exemplo B1 da FIG.79), tem lugar no piso habitável original, num espaço de transição (pequeno corredor; espaço de entrada) ou, mais frequentemente, num espaço em pouco diferenciado de um quarto. Fechado, apresenta-se como um espaço recolhido com fracas relações visuais ou funcionais com outros espaços sociais como a cozinha ou o espaço de jantar (que normalmente partilham o mesmo espaço). A sala permanece, frequentemente, no extremo oposto da cozinha e relacionada com a porta de entrada e a escada de acesso exterior (o *balcão*) (exemplo B5 da FIG.79). Esta opção tem que ver não só com o propósito do recolhimento interior e afastamento em relação às tarefas quotidianas, mas também com o processo evolutivo da casa e as respectivas decisões assumidas nessa evolução gradual, que tendencialmente colocam a cozinha como espaço prioritário à expansão.

A sala de estar representa o lugar de acolhimento das visitas, sendo imperativo que se apresente como um espaço limpo e arrumado, longe da azáfama quotidiana das tarefas domésticas.

“Ligada à necessidade de não-devassamento do interior do fogo põe-se o problema das visitas a casa. Precisamente por serem os contactos em profundidade menos frequentes nas camadas populares, o arranjo da casa para os de fora rodeia-se de cuidados que não provêm tanto da vergonha como de um orgulho em «defenderem a sua própria condição», em serem bem considerados.”³¹⁷

Quando o número de habitantes da casa era superior à sua capacidade, a sala de estar poderia adoptar a função de **quarto de dormir**, no período nocturno. Era frequente a partilha de quarto entre os filhos, não lhes correspondendo um espaço individual de dormir ou, simplesmente, de estarem sós. O quarto do casal era habitualmente privilegiado em termos de

³¹⁷ PORTAS, Nuno – *A habitação social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*. Porto: FAUP Publicações, 2004

privacidade, havendo apenas dois casos entre os inquiridos em que filhos partilhavam o quarto com os pais. Nestes casos, a divisão recorria ao resposteiro, em tentativa de obter mais privacidade (exemplo B1). Assim, a vida activa dos filhos - no tempo livre de escola ou de outros afazeres (ajuda nas actividades agrícola e pecuária) - teria lugar essencialmente no exterior - em espaço privado ou público - ou na cozinha.

Sendo, em grande parte dos inquiridos, desproporcional a relação entre a área da habitação e o número de pessoas do agregado, a vida quotidiana desenvolvia-se entre a casa e as suas «**dependências**»: barracão, garagem, atafona, loja, quarto de despejo, tanque da roupa, currais. A arquitectura vernacular das freguesias rurais do Faial assume, assim, a forma de um conjunto de dependências, interiores e exteriores, que suportam a vida privada (exemplos C3 e A5 da Fig.80). A loja é o lugar, por excelência, de armazenamento de produtos agrícolas, pois é um lugar fresco e escuro (ideal para as batatas, por exemplo) e está suficientemente perto da cozinha para ser acessível no dia-a-dia (FIG.82). No barracão (ou em vários), distribuem-se mais produtos agrícolas que não necessitem de tanta protecção solar, bem como armazenamento de utensílios de pequeno e grande porte e alfaías agrícolas. Por vezes é local de arrumo de objectos de grande volume (móveis, por exemplo) que não seja de uso quotidiano. O quarto de despejo, anexado à casa ou, em alguns casos, um compartimento no interior («*nos fundos*»), aparece para arrumos para materiais ou instrumentos que, não sendo utilizados todos os dias, é conveniente que estejam, ainda assim, perto dos espaços habitáveis da habitação. Assim, estas dependências podem ser consideradas, também, compartimentos da casa, com a particularidade de, entre alguns destes, haver espaço exterior.



FIG. 82 Exemplo de balcão em casa de dois pisos com loja no primeiro (em ruína na Ribeirinha), 2014

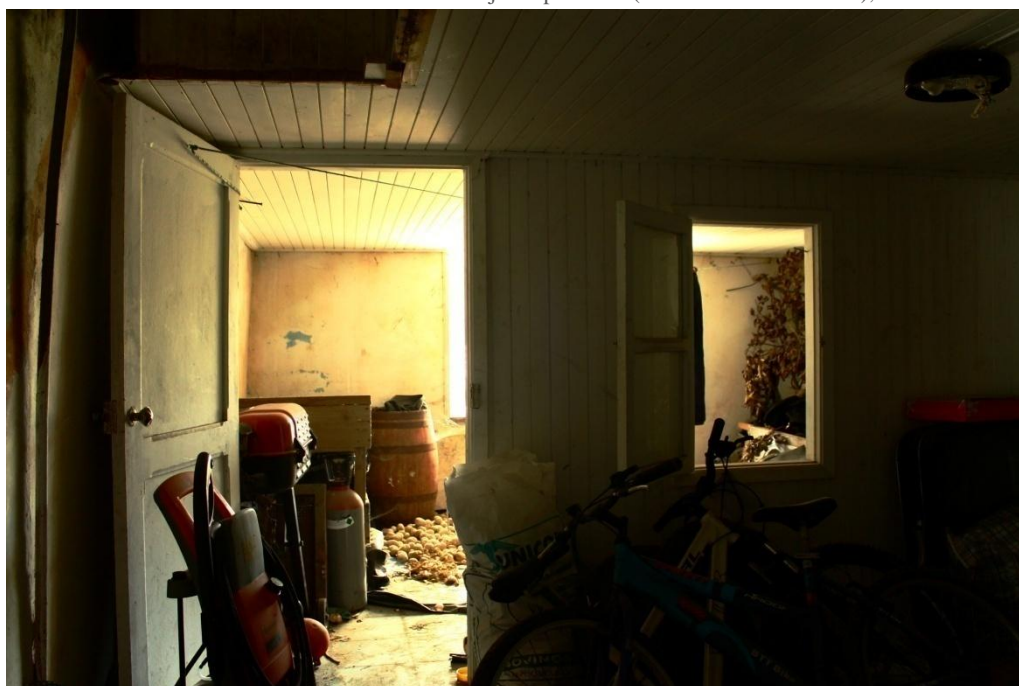


FIG. 81 A loja, local de armazenamento de produtos agrícolas, ferramentas e outros arrumos. (Exemplar actual, já com divisões feitas por frontais de madeira) Ribeirinha, 2014

Esse dinamismo, provocado pelos constantes percursos entre uma dependência e a outra e entre estas e os espaços habitáveis, permitia um relacionamento constante com a vizinhança, já que o contacto visual entre estes, no decorrer da vida quotidiana seria, assim, muito frequente. Entre essas dependências, dispersas pelo terreno envolvente da casa, encontravam-se zonas de armazenamento de instrumentos e produtos agrícolas; currais e galinheiros; tanques para lavagem de roupa e zonas de secagem da mesma; nalguns casos, um espaço para cozinhar (interior ou exterior, para confecções alimentares com libertação de muitos odores ou para apoio à matança de animais); zonas de secagem de cereais (interiores, normalmente associadas a fornos de secagem pela constante presença da chuva e dos altos níveis de humidade). Estes espaços variavam em número e em área segundo as necessidades e contemplavam uma diversidade de funções capaz de promover a criação de percursos sistemáticos no desenvolvimento das práticas que lhes estavam associadas, tornando o próprio espaço exterior num outro compartimento da casa. Assim, sendo a casa o lugar onde se desenvolve o «social interior», juntamente com as suas dependências, esta transportava, simultaneamente, uma projecção da vida interior para a vida «social exterior», tornando evidente o conhecimento das práticas individuais comuns entre indivíduos que partilhavam o mesmo território social.

Se imaginarmos o lugar de Espalhafato antes do sismo, com as suas casas distribuídas linearmente ao longo da Estrada Regional, é-nos possível imaginar o dinamismo diário criado pelos percursos casa-campo ou casa-vizinho. Numa altura em que a mulher ainda permanecia a maior parte do tempo na casa ou nos seus arredores e em que a actividade profissional ainda se concentrava maioritariamente nas proximidades das habitações, o movimento diurno no espaço público criaria uma aproximação visual às práticas individuais quotidianas. Um elemento muito representativo das construções vernaculares deste lugar e que se crê essencial nesta aproximação entre o público e o privado é o *balcão*, a escada exterior que dá acesso directo aos espaços habitáveis (sala, quartos e cozinha), vencendo a cota correspondente à altura da loja (FIG.81). A escada desenvolve-se voltada para a rua, paralelamente à fachada mais longa ou à empena, dependendo da implantação

da casa. É frequente, também, a existência de duas escadas, uma de acesso à sala/quartos, outra de acesso à zona de serviço (cozinha e restantes dependências). Sendo espaço de transição entre o público e o privado, é neste elemento que se desenvolvem as relações pontuais, mas sistemáticas, entre vizinhos. É espaço de transição, limite entre o interior e o exterior. É espaço de promoção de relações quotidianas entre vizinhos, quando não impera a necessidade de entrar na intimidade da casa. O *balcão* é, portanto, pela sua configuração e pelo contexto de actividade diurna no âmbito da casa, um espaço de troca de bens e informações, de reconhecimento e partilha de interesses comuns.

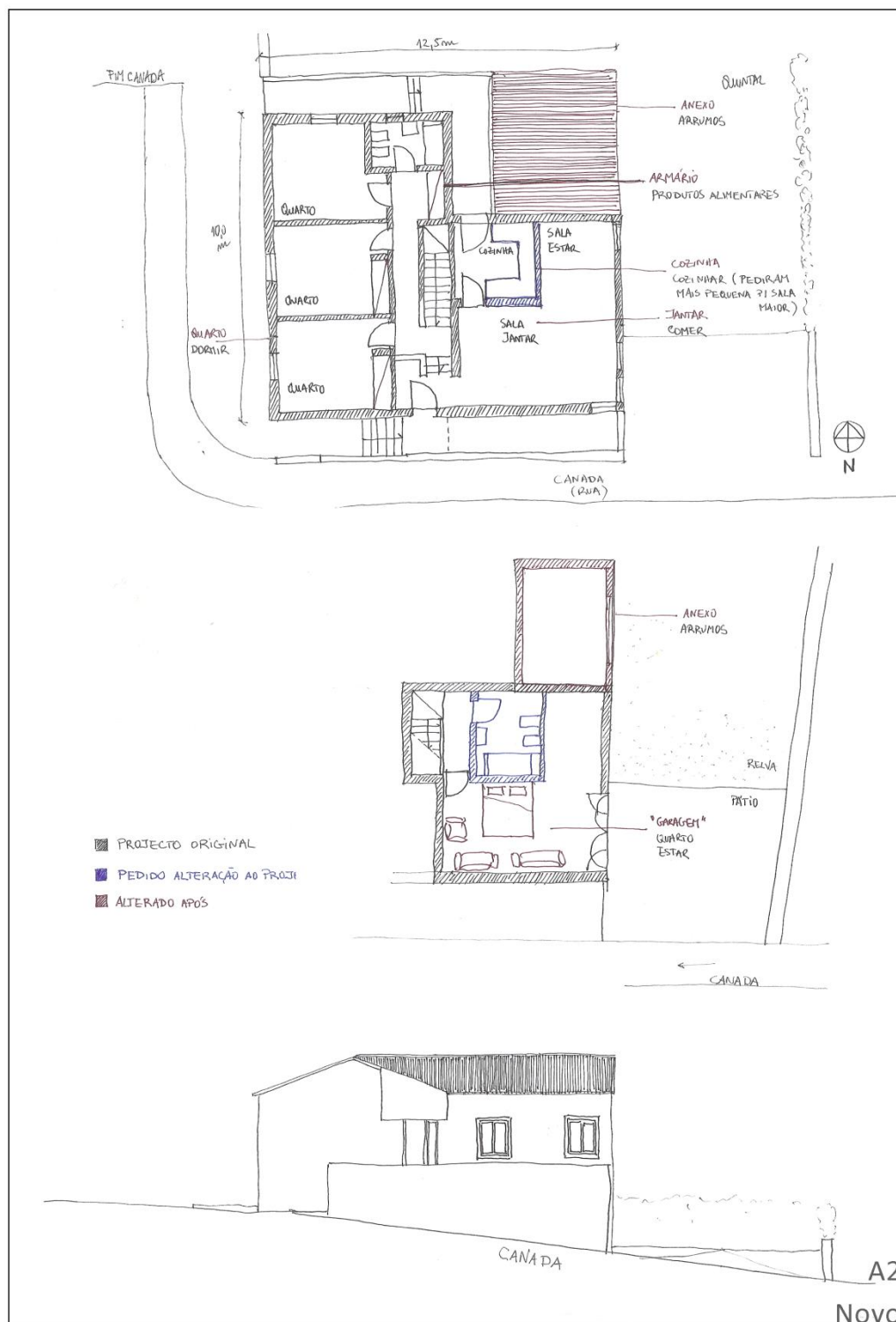


FIG. 83 O pedido de alteração ao projecto-tipo foi no sentido de proporcionar uma sala maior. Trata-se de um casal, ambos reformados, cuja perspectiva de que não teriam os filhos em casa por muito mais tempo levou a que privilegiassem a sala - lugar de receber as visitas - ao invés da cozinha. Na garagem original, no primeiro piso, pediram a execução de uma casa de banho. A projecção deste espaço enquanto quarto/sala de estar é derivada de preocupações com a chegada à terceira idade e a eventual impossibilidade de subir a escada para o piso superior.

Suspensão O envolvimento dos sinistrados no processo de projecto da sua habitação

O GRAN executou projectos-tipo prevendo as variações no número de habitantes do agregado familiar que - após redução do financiamento³¹⁸ - apresentariam as áreas mínimas praticadas na habitação social. Os projectos-tipo iriam ser apresentados aos sinistrados individualmente, por forma a possibilitar uma adaptação dos espaços mais específica a cada agregado. Esta aproximação foi feita através da apresentação do projecto aos sinistrados, tendo sido a exposição feita através de desenhos técnicos 2D. As várias tipologias obedeciam aos critérios de adequação aos agregados familiares³¹⁹, sendo o nível da discussão limitado a variações dos projectos-tipo. As alterações que foi possível registar aquando das entrevistas realizadas no âmbito desta dissertação apresentam-se abaixo, seguidas de exemplos:

- i) Ajuste de áreas: propor a existência de 3 quartos em vez de 4, para que estes pudessem ser maiores; propor maior área para a sala, retirando área à cozinha (Exemplo A2 da FIG.83);
- ii) Eleição da cor do pavimento interior (entre 3 cores do mesmo tipo de cerâmica);
- iii) Substituição do soalho por cerâmica, na sala.
- iv) Alteração de vãos: aumento do número de janelas, principalmente na cozinha, onde era frequente a existência apenas de um vão.

O aumento da área pré-definida era, também, discutível, e realizável sob pena de acréscimo de custos para o proprietário³²⁰, se bem que esta opção tenha sido tomada em apenas dois dos casos inquiridos no que diz respeito a espaços habitáveis.

³¹⁸ Como referido no capítulo 3.1 da Segunda Parte.

³¹⁹ Segundo os critérios expostos no artigo do Decreto Legislativo Regional nº15/A/98/A, de 25 de Setembro, exposto no capítulo 3.2 da Segunda Parte.

³²⁰ Conforme o descrito no capítulo 3.2. da Segunda Parte

Apesar de considerar que esta aproximação teve alguma efectividade, ficou explícito, durante os inquéritos³²¹, que os pedidos de alteração mais profundos, ao nível espacial da habitação (ajuste de áreas, mudança da posição de compartimentos - orientação solar, relações com outros compartimentos no interior da casa), foram efectivamente executados com sucesso nos seguintes casos em que o sinistrado:

- i) O agregado teve oportunidade de visitar uma obra já em execução - baseada no mesmo projecto-tipo da sua casa- antes do início da construção da mesma.
- ii) Era um indivíduo com mais instrução, podendo, provavelmente, ter uma aproximação com os projectistas mais capaz de expor as suas dúvidas, propor explicações mais aprofundadas, bem como levar a bom termo uma negociação baseada nos seus objectivos;
- iii) Tinha capacidades desenvolvidas no que diz respeito à leitura de projectos, decorrentes da sua profissão ou de experiências semelhantes no passado.
- iv) Tinha familiares ou amigos que pudessem ajudar na leitura do projecto, intervindo como mediadores na discussão dos objectivos requeridos.

Das alterações conseguidas ao projecto-tipo, já após o licenciamento, a mais frequente foi relativa a acabamentos, tendo a maioria feito o pedido de alteração para que o revestimento em azulejos (na cozinha e na casa de banho) fosse efectuado a toda a altura da parede e não apenas até 1,55m, como constava dos projectos iniciais. Esta alteração derivaria das preocupações com os altos níveis de humidade a que bem está habituada esta população, contudo, deste repetido pedido de alteração também podemos perscrutar a profundidade do detalhe a que se chegaria na exposição e discussão do projecto da nova habitação. O curto espaço de tempo que imperava na execução dos projectos (nesta fase, o gabinete de arquitectura deveria entregar uma média de 12 projectos de execução por mês; a figura 84 ilustra a quantidade de obras a

³²¹ Refere-se aos inquéritos aos sinistrados executados no âmbito desta dissertação.

cargo do GRAN) permite adivinhar a falta de meios que possibilitassem uma discussão profunda de cada projecto. Por outro lado, a utilização de meios mais perceptíveis na exposição do projecto aos futuros habitantes seria uma mais-valia na aproximação destes ao projecto, bem como na agilização de todo o processo.

| | CONSTRUÇÃO RECONSTRUÇÃO | REABILITAÇÃO | PEQUENAS REPARAÇÕES | TOTAL | SEM PROCESSO |
|----------|----------------------------|--------------|------------------------|-------|--------------|
| Ribeirin | 36 | 2 | 5 | 43 | 37 |
| Espalhaf | 42 | 5 | 6 | 53 | 32 |
| Salão | 10 | 2 | 3 | 15 | 18 |
| Cedros | 20 | 19 | 12 | 51 | 78 |
| TOTAL | 10 | 28 | 26 | 16 | 16 |

FIG. 84 Obras a cargo do Gabinete de Reconstrução da Área Norte (Freguesias da Ribeirinha, Salão e Cedros)

A distribuição das obras de três freguesias por apenas um gabinete é um factor que não pode ser ignorado, quando se trata de analisar as limitações de tempo e disponibilidade dos projectistas para a discussão do projecto com os sinistrados. Nas conversas com os sinistrados, foi frequente a afirmação de que não terão entendido o projecto até a obra estar concluída.

“Eu não percebo de plantas, está bem que p’ra vocês é fácil, mas a uma pessoa têm que explicar, senão é como ir à Alemanha e pedir um guia que só sabe falar alemão, quando não se sabe nada daquela língua.”³²²

Para muitos, o primeiro entendimento da espacialidade viria a ser consumado já em fase de obra, quando as paredes começam a surgir e, nalguns casos, referiram os sinistrados que tiveram essa percepção apenas quando as

³²² Sinistrado do Sismo de 1998, habitante de Espalhafatos.

paredes já tinham sido pintadas, permitindo-lhes, finalmente, o confronto com a realidade espacial da habitação, das suas dimensões e das possibilidades da futura ocupação (principalmente das possibilidades de organização do mobiliário). Surge assim, como uma contrariedade extenuante, o facto de o projecto ser entendido pelo futuro habitante quando a obra já se encontra em fase avançada de execução. O desejo de efectuar determinadas alterações surge quando estas já só podem ser executadas ao nível dos acabamentos.

A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA CASA E AS RELAÇÕES COM O EXTERIOR

A necessidade de uma reprodução da espacialidade interior/exterior experienciada na antiga casa é notória nos pedidos de alteração de projecto. As dependências da casa, sob forma de anexos, garagem, barracões, quarto de despejo, etc., não ficariam contempladas no projecto. Em alguns casos, por facilidade construtiva ou por se adequar à movimentação de terras e construção de muros de suporte previstos, essas áreas suplementares pedidas transformar-se-iam em “garagens” ou lojas, posicionando-se no rés-do-chão da habitação. Esta situação era também frequente nas habitações originais dos Espalhafatos, em que a maioria possuía um primeiro piso de loja à cota da rua, desenvolvendo-se, os espaços habitáveis, no 2º piso. No entanto, estas lojas tinham a função de armazenamento de bens e instrumentos, não sendo, portanto, uma divisão “activa”, onde se produzissem actividades específicas, mas sim um local onde se deposita e se extrai o mesmo produto.

Futuro A diversidade no comum

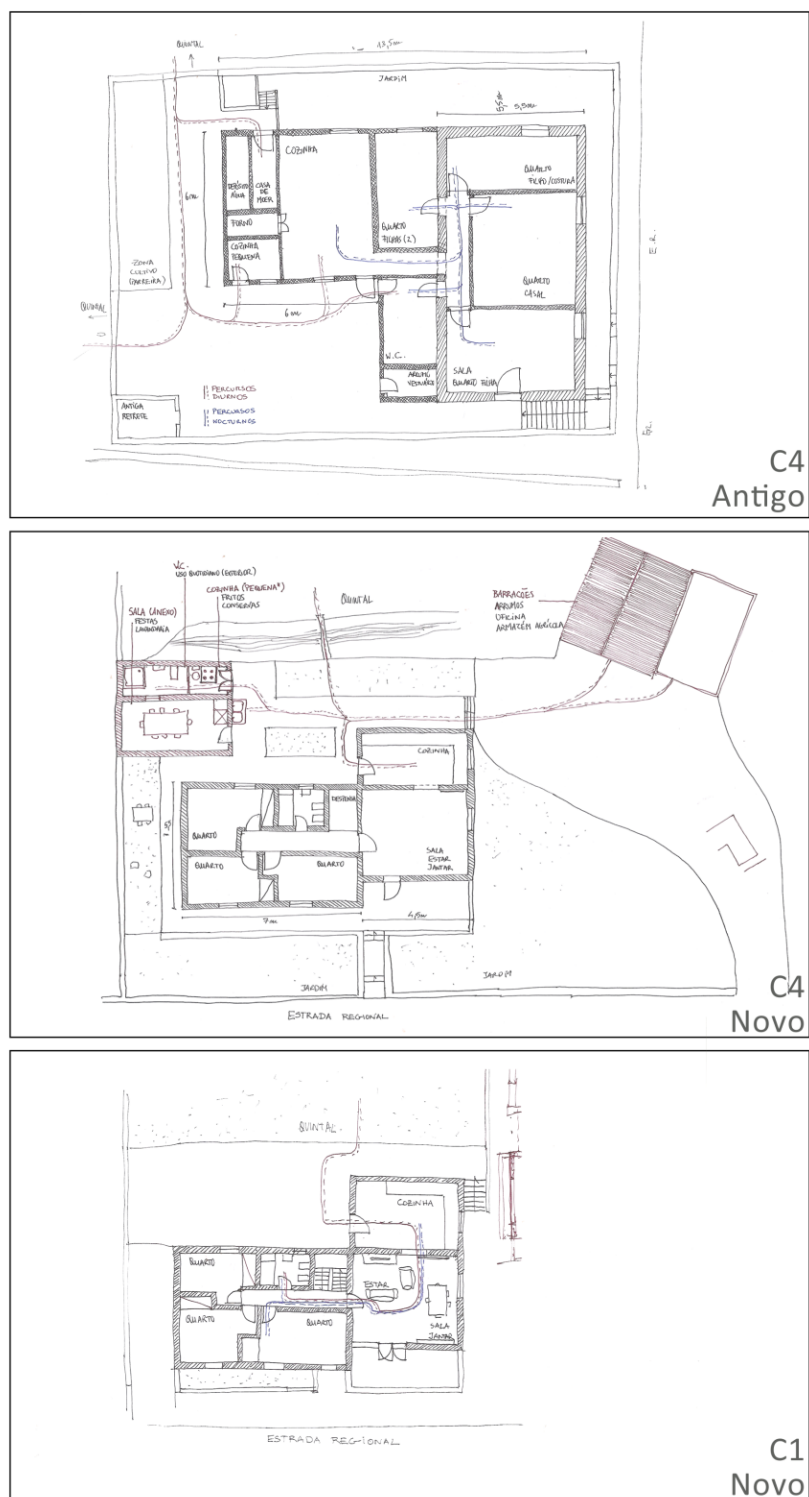


FIG. 85 O agregado familiar C1 tem uma casa com dois pisos - estando, ao nível do rés-do-chão, hall de entrada e garagem. O primeiro piso desta habitação é idêntico ao rés-do-chão - único piso - da casa do agregado C4, sendo que, neste, a entrada é feita directamente pela sala. Em ambos, as portas «principais» são raramente utilizadas, sendo a porta da cozinha a principal. Apresentam-se esquemas dos percursos diurnos e nocturnos dos dois agregados, sendo que o agregado c4 já procedeu à reorganização do espaço doméstico através da construção de um anexo.

A FUNCIONALIDADE DA CASA DE CAMPO

“As casas estavam mais adaptadas ao que as pessoas precisavam e agora não estão... Para quem trabalha no campo, não estão... Tinham que perguntar se uma pessoa faz vida cá ou se faz vida na cidade. Era preferível, às vezes, um metro quadrado a menos e os espaços mais adaptados às necessidades das pessoas. (...)

Tenho que passar na cozinha, na sala e no corredor dos quartos de cama para ir ao quarto de banho... Até lá já sujei a casa toda! Agora imagine isto todo o dia...”³²³

A agricultura já não é o principal meio de subsistência neste grupo, havendo, como já vimos, uma maioria que trabalha na cidade e para aí se desloca todos os dias, passando a maior parte do tempo fora do lugar de Espalhafatos. Também não corresponde, quando existente, a um pequeno sistema familiar de auto-subsistência. A criação de gado e os longos campos de milho que a sustentam, fazem persistir a ideia da casa de campo, ligada à lavoura e à presença da terra. Ainda que quem a pratica seja já mais empresário do que agricultor³²⁴, a presença da terra (por mais ou menos assistida por práticas pouco sustentáveis) e das sujidades que dela advêm tornam esta indústria pecuária em algo que ainda se reflecte no quotidiano de forma semelhante à agricultura «clássica», principalmente no que diz respeito à funcionalidade da casa.

As problemáticas da relação entre o interior e o exterior continuam sendo as mesmas, com a necessidade da separação entre a zona “de serviço” e a “zona limpa” da casa e com a necessidade da existência de arrumos para apoio à actividade. Para esta minoria, o novo espaço doméstico encontra-se desadaptado (exemplo C1 da figura 85). Ainda que na conjuntura actual da actividade profissional nesta localidade, estes casos já não representem uma maioria, haveria que atender ao facto de que, mesmo aqueles que «fazem vida

³²³ Sinistrado do Sismo de 1998, habitante em Espalhafatos.

³²⁴ DOMINGUES, Álvaro – *A vida no campo*. Porto: Dafne, 2011

na cidade», ainda dedicarem alguma parte do seu tempo a pequenas produções agrícolas (facto que foi tido em conta pelas entidades reguladoras, já que a todos os sinistrados foi atribuído um lote com quintal, normalmente de área idêntica à área do terreno anterior). Para estes, a porta da cozinha – que privilegia a relação da casa com o quintal, ainda faz sentido na dinâmica estabelecida entre o interior e o exterior da casa, bem como a existência de locais para o armazenamento dos produtos, ainda que em pouca quantidade.

Desenhar o comum, nesta vertente funcional, seria optar, no desenho dos projectos-tipo, por uma distribuição espacial que privilegiasse esta separação cuja necessidade ainda persiste, podendo daqui partir-se para as alterações desejadas individualmente. Nos casos em que esta opção não fosse especificamente desejada, representaria, aparentemente, menor dano do que o inverso, no entanto, considera-se que estas alterações deveriam, em todo o momento, poder ser alvo de discussão. No caso do agregado familiar C4 (nas mesmas circunstâncias de actividade profissional do agregado C1), pode já ser analisada a solução encontrada para este problema: a construção de um anexo, sob a forma de um volume independente da habitação original.

Neste novo espaço, existem duas zonas distintas, separadas por porta de correr, para não permitir a visibilidade total. Existe, assim, uma zona de chuveiro e sanita e outra com um fogão *«para cozinhar os fritos e fazer conservas, por exemplo»*³²⁵ (no exterior do anexo tem uma banca com pia, onde os produtos agrícolas podem ser lavados e preparados antes de serem levados para a cozinha, ou, nalguns casos, antes de serem levados para uma outra zona de arrumos, onde permanecerão até serem usados. Noutro espaço do mesmo anexo, uma pequena sala para jantares e festas ocasionais. Este espaço permite que os percursos diurnos mais frequentes nesta família sejam bem distintos daqueles da família C.1, essencialmente pela existência da casa de banho em anexo. A figura apresenta a diferença entre os percursos das duas habitações actuais, bem como uma comparação entre a habitação actual e a anterior ao sismo do agregado familiar C4. Este último consegue já aproximar-se dos percursos que havia desenhando ao longo do tempo na casa onde

³²⁵ Sinistrada do Sismo de 1998, habitante em Espalhafatos.

habitava anteriormente ao sismo, e que lhe proporcionariam o recolhimento e a limpeza constante dos espaços interiores da casa (quartos e sala).

AS DEPENDÊNCIAS

As dependências acabariam por não ser contempladas no projecto e a falta de arrumação nas casas é uma dificuldade com reflexo no dia-a-dia. A construção pontual da garagem – resultado de exigências técnicas de implantação³²⁶ alheias ao entendimento dos sinistrados - acabaria por provocar um certo sentimento de injustiça social, quando as comparações surgem – inevitavelmente – entre vizinhos ou entre conhecidos na mesma situação. No exemplo A5 da figura 87, podemos ver a evolução da casa pela construção de novas dependências. A garagem original funciona como arrumos e lavandaria, sendo que foi construída nova garagem para albergar o carro.

A GARAGEM

A garagem surge como o único espaço não habitável previsto nos projectos-tipo. Nas casas de dois pisos implantadas num terreno com pendente elevada e, portanto, onde a movimentação de terras e criação de muros de suporte era inevitável, a construção da garagem era realizada sem custos adicionais para o agregado. Exceptuando estes casos, a garagem, quando desejada, deveria ser paga segundo a área suplementar pedida. Segundo o observado nas visitas às casas, podem identificar-se três casos-tipo de utilização da garagem:

Abrigo do automóvel

Esta função surge apenas nos casos em que existe outra zona de arrumos construída em anexo sendo, ainda, muito pouco frequente (dos inquiridos, apenas um utiliza a garagem do projecto original para abrigo do automóvel).

³²⁶ Nos casos em que a pendente do terreno exigisse a movimentação de terras, a garagem era construída sem custo adicional para o sinistrado.

Arrumos, despensa, lavandaria e armazenamento de produtos agrícolas

Este é o caso mais frequente entre os inquiridos, já que a inexistência de despensa e lavandaria é comum a todos os projectos-tipo (a despensa surge pontualmente, resultado de alterações alheias ao projecto inicial, já em fase de obra, como é o caso do exemplo e A5, figura 87 e do C4 visto anteriormente na figura 85) e, tendo os espaços habitáveis, as áreas mínimas, uma zona de arrumos torna-se imperativa.

Cozinha, lavandaria, sala de estar, sala de jantar

Esta opção é frequente nas casas que têm mais do que um piso, já que a garagem se encontra no rés-do-chão, permitindo um acesso directo à cota do quintal/jardim, quando esta não se encontra voltada directamente para a rua. Denota-se, também, que esta opção está directamente relacionada com o facto de a mulher dedicar a sua vida às lides domésticas, ou nos casos em que ambos os elementos do casal são reformados. A concentração de todas estas funções num único espaço pode relacionar-se com a anterior cozinha, onde se concentravam todas as funções de reunião social familiar; o espaço que era, portanto, o «coração da casa». Na actual garagem, estas famílias viram um espaço capaz de reproduzir esse dinamismo vivido anteriormente na cozinha; um espaço onde é possível concentrar todas as actividades domésticas interiores, sendo, simultaneamente, um espaço de encontro e reunião de todos os elementos do agregado no período nocturno, bem como dos outros elementos que por ali vão passando ao longo do dia, dependendo das suas actividades diárias (exemplo A7 da figura 86). Nestes casos, a sala de estar, a cozinha e a sala de jantar do projecto original permanecem imaculados, sendo utilizados raramente, aquando de uma ocasião especial ou de recepção de visitas. A actividade diurna concentra-se neste espaço, acedendo-se ao piso superior, onde se encontram os quartos, apenas à hora de dormir. Em alguns casos, a conversão da garagem em cozinha tem que ver também com a fase de transição para a nova casa, em que se aproveitaram as mobílias existentes na casa antiga (as que foi possível recuperar) para proceder à sua

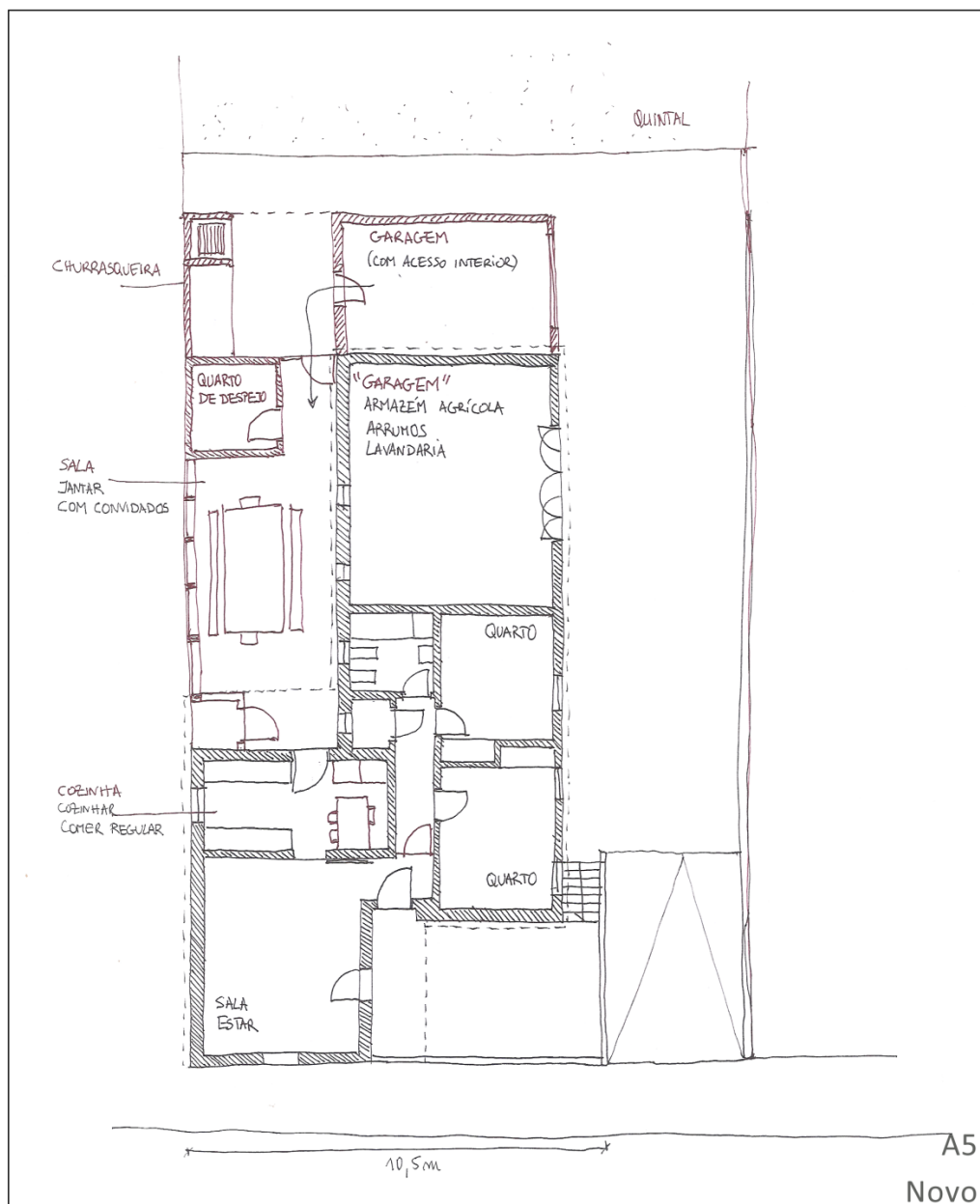


FIG. 87 O agregado familiar A5 procedeu à construção de uma anexo que se posiciona contigualmente à cozinha, funcionando como um novo compartimento da casa. Esse espaço é zona de jantar, maior do que o original. Este espaço surge também no intuito de proporcionar acesso coberto à nova garagem construída. A garagem original, não dando acesso pelo interior aos espaços habitáveis e não tendo acesso para o directo para a porta da cozinha, encontra-se desadaptada ao seu uso corrente de lavandaria e arrumos. Ao fundo do espaço acrescentado, um quarto de despejo para armazenamento de produtos agrícolas básicos - que ainda cultivam, apesar de não ser a sua actividade profissional. O acesso é mais imediato em relação à cozinha e ao quintal.

rápida montagem, enquanto não existissem possibilidades financeiras para comprar uma nova mobília, moderna e adaptada à nova cozinha.

A frequente opção pela garagem apenas com acesso pelo exterior, não está adaptada ao seu uso real, já que a maior parte dos inquiridos utiliza a garagem como um dos espaços habitáveis da casa e, nestes casos, a relação directa com a casa fica negligenciada. No exemplo A5, podemos verificar a inexistência de acesso para o espaço habitável da casa e a execução posterior de um anexo que é actualmente usado para albergar o carro, ficando a garagem original destinada a arrumos e lavandaria.

Nas famílias com mais possibilidades financeiras (ou com mão de obra especializada e disponível no seio da família), surge inevitavelmente a construção de anexos, sob a forma do “barracão”, da garagem (nos casos em que esta não existia no projecto inicial ou, ainda, como segunda garagem, sendo uma para carro e outra para um dos conjuntos de funções supracitados), do quarto de despejo, etc. A despensa, aparecendo como espaço sobrance não projectado para o efeito (nos casos em que o projecto inicial tinha dois pisos e foi alterado já em fase de obra) e, portanto, longe da cozinha e de relação espacial no interior da casa que é discordante da sua função (exemplos A5 e C4).



FIG. 88 O balcão, agora. Ambas no loteamento das Canadinhãs, 2014



FIG. 89 O balcão de antes (em cima, casa em Espalhafatos; em baixo, casa na Ribeirinha), 2014

O BALCÃO

O elemento *balcão*, escada de acesso exterior ao piso habitável das tradicionais habitações de dois pisos, é recuperado nas novas habitações-tipo, em representação da imagem repetitiva destes ao longo do povoado. No entanto, esta abordagem imagética fica aquém da essência deste elemento, já que o seu posicionamento e os elementos que o constituem não vão de encontro à sua primordial *função latente*. Nessa época anterior ao sismo, o balcão ultrapassaria a simples função de acesso vertical, desempenhando um papel fulcral no suporte do dinamismo da vida social quotidiana, por representar um convite ao encontro casual, curto e rotineiro, de partilha de informação entre vizinhos, sem implicar a invasão directa do espaço privado. Interrompendo o seu percurso, ali parariam brevemente para a troca de informação entre vizinhos que é também um lugar de transição entre o interior e o exterior. O desenho deste elemento nos projectos das habitações actuais pretendeu recriar este elemento, ainda que já não exista a loja no rés-do-chão e neste piso se encontrem, agora, espaços habitáveis ou a garagem. Contudo, esta reprodução não se ateve aos detalhes que permitiam o seu carácter convidativo. A relação directa e aberta que este elemento dispunha com a rua, fazia com que este pertencesse mais ao espaço público do que à casa, sendo lugar que, integrado numa casa, era espaço acessível por todos, quase como uma extensão da rua. A zona cimentada existente em frente da casa (por vezes existente nas casas de dois pisos mas, essencialmente, nas casas de um só piso), era referenciado pelos habitantes como *espaço de rua*, indicando em pleno o seu carácter de transição permissiva entre o interior e o exterior, que era também experienciado no balcão. Este era um espaço-umbral entre a rua e a casa, entre um vizinho e o outro e, pelo seu posicionamento em relação à rua, detinha um carácter convidativo, impondo um afastamento entre a rua e a habitação, mas sem barreiras físicas impeditivas de acesso; propondo encontros casuais sem invasão imediata do espaço privado, mas cedendo, já, um pouco deste.

Esta relação, ainda proporcionada nalguns dos casos actuais, vê-se empobrecida pela utilização de muros que impossibilitam uma relação visual com a porta de entrada e, até mesmo, nalguns casos, impossibilitam que, da rua, se possa tomar conhecimento de que ali existe uma escada acesso. Assim,



236

este elemento permanece já como espaço pertencente à casa, espaço que não se pode invadir sem que o proprietário assim o deseje ou tenha conhecimento; espaço que deixou de pertencer, também, ao domínio do público.

O SÓTÃO

A forma concebida para as habitações procurou um mimetismo da pendente original dos telhados de duas águas. A largura da casa é, agora, maior, tendo a inclinação sido reproduzida em proporção. No sentido de promover uma flexibilidade de adaptação da nova habitação a necessidades futuras, ou mesmo a necessidades que se podiam já ter como certas (lavandaria, arrumos, etc.), este espaço de sótão poderia ter sido pensado para promover essa futura adaptação. A utilização de vigas invertidas dificulta bastante a utilização deste espaço, no entanto, foi possível verificar a sua apropriação (apenas) num dos casos inquiridos.

Num dos casos inquiridos foi possível observar a adaptação das águas furtadas para espaço útil da habitação (FIG.90). A idealização desta adaptação por parte da família surgiu de forma intuitiva, pela especial relação entre garagem e o volume correspondente aos espaços habitáveis da casa. Nas restantes casas, ainda que existindo sempre um alçapão, este encontra-se frequentemente em lugares de difícil acesso (mais frequentemente na casa-de-banho). No entanto, neste caso, a garagem tem pé direito duplo, permitindo a criação de um acesso ao piso superior pelo interior da mesma e possibilitando, ainda, a existência duma *mezzanine*.

No espaço superior dos espaços habitáveis, que representa o redobrar da área da habitação, a família viu lugar para a lavandaria (máquinas e zona de estendal para quando chove), arrumos (funcionando como o *quarto de despejo*) e ainda um pequeno espaço de recolhimento onde se encontra uma cama (mais utilizada enquanto sofá). A pendente, bem como as vigas invertidas apresentam obstáculos à plena utilização deste espaço, no entanto, a necessidade de extensão da casa, aliada à facilidade de utilização pela configuração da garagem, impuseram esta alternativa como a mais viável. Neste caso, em que apenas «mais uma fiada de tijolos já seria suficiente», como indica a

proprietária e mentora desta “expansão” da habitação, teria representado uma pequena alteração em termos de custo de obra, e uma grande mudança na habitabilidade deste espaço. A consideração de uma flexibilidade espacial que previsse a constante adaptação e expansão já anteriormente operadas por estas famílias, poderia ter tornado possível esta apropriação do sótão nas habitações de outras famílias, minorando a falta de espaços de arrumo e serviços existentes nos projectos-base.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados de uma entrevista realizada nesta circunstância de estudo académico, dezasseis anos depois do sismo, não podem representar a mesma veracidade nem a mesma força do momento de suspensão, onde tanto a perda como o desejo possível por um futuro desconhecido são factores determinantes na expressão individual e colectiva; momento onde estão criadas condições que permitem imaginar a realização da utopia. Esta pesquisa da base informacional, através de inquérito aos sinistrados, posiciona-se no tempo presente, olhando para o passado, quer este seja anterior ou posterior ao sismo e, portanto, ficaria sempre limitada pela evidência de que as conversas não trariam qualquer consequência prática. Dezasseis anos depois, as ambições da população afectada - frescas nesse momento pós-sismo - apresentam-se já aprisionadas pelas frustrações respectivas e, mais do que tudo, estas conversas têm já lugar no espaço construído que representa todo esse processo e onde estamos envoltos. Falamos envoltos de espaço que representa os êxitos e os fracassos desse processo bem como a realidade do quotidiano actual, onde já não existe um lugar justo para a liberdade da imaginação propiciada pelo momento da ruptura. Apesar destas conversas não expressarem fielmente as ambições da população à época, o seu carácter informal permitiu uma aproximação mais despreocupada às problemáticas possíveis - as que permanecem na memória -, muito pela franqueza do ambiente familiar em que se proporcionaram os encontros mas, essencialmente, porque as discussões não implicariam eleição nem cedência. Os próprios inquiridos, com o desvendar da intimidade da sua casa anterior ao sismo pelo pedido de descrição que lhes era feito (sempre o primeiro assunto abordado nas conversas, que levava à elaboração de desenhos mais ou menos detalhados consoante a sua disponibilidade para atender ao pedido, bem como pela sua capacidade de expressar a sua memória espacial), iam espontaneamente expondo as suas opiniões e inquietações de forma cada vez mais profunda, permitindo uma introdução às problemáticas que para eles detêm maior valor, quer pelas repercussões positivas ou negativas, relativamente à casa anterior, como na actual (a comparação surgia sempre inevitavelmente). Assim, perante o contexto que ia sendo apresentado e

interpretado no contexto geral dos inquiridos, a forma de ocupação dos espaços ia demonstrando as práticas individuais comuns, bem como a sua influência no espaço construído e vice-versa.

DA RELAÇÃO PROJECTISTA – HABITANTE: O SENTIDO DO PROJECTO COLABORATIVO

É neste momento de suspensão que têm lugar as decisões que irão formar as bases de ocupação do novo espaço. Nesse sentido, um olhar atento sobre as projecções individuais dos habitantes em relação aos novos espaços a criar, será imperativo para o sucesso da intervenção³²⁷. No que diz respeito aos espaços de uso colectivo – e especialmente neste caso em que a população é reduzida e controlada (não haverá um número significativo de utilizadores dos espaços comuns que não sejam residentes) – a investigação dos desejos comuns, ou seja, daquelas ambições que são pela maioria reconhecidas com valor positivo³²⁸ torna-se no primeiro passo para que a intervenção seja aceite e para que, daí, possam surgir novas interacções entre os indivíduos e entre estes e o seu meio, possibilitando a projecção de um desenvolvimento comum, porque desejado colectivamente. Como aponta John Turner, «Quando as pessoas não têm controlo ou responsabilidade nas decisões- chave do processo de habitação (...) o ambiente habitacional poderá tornar-se uma barreira à satisfação pessoal e um peso na economia»³²⁹. Ainda que a obra não resulte totalmente satisfatória, o facto de o projecto ser concebido através de um processo colaborativo - em que o futuro habitante tem voz desde a apresentação da proposta inicial ao reconhecimento das suas falhas e deste à discussão/negociação da solução – promove uma responsabilização baseada na auto-crítica que permite, por um lado, reconhecer mais facilmente as condicionantes que originaram a “falha” (já que se conhecem plenamente as circunstâncias e as eleições que levaram à sua execução) e por outro, admitir o processo de projecto como inacabado³³⁰, dependente da circunstância e de necessidades emergentes e, portanto, sempre passível de evolução.

³²⁷ RAPOPORT, Amos – *Cultura, Arquitectura y Diseño*. Barcelona: Edicions UPC, 2003

³²⁸ SEN, Amartya – *Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva, 2003

³²⁹ TURNER, John F. C. - *Freedom to build, dweller control of the housing process*. Pág.241.

³³⁰ LERUP, Lars – *Building the Unfinished*. London: Sage Publications, 1977

“As deficiências e as imperfeições na própria casa são infinitamente mais toleráveis se forem responsabilidade própria do que se forem da de outra pessoa qualquer.”³³¹

Assim, bloqueando a sua oportunidade de proposta e não dando espaço à inclusão voluntária de quem é o fim último da obra arquitectónica, a negligência das relações entre o espaço e o indivíduo é iniciada. Ao projectar novos espaços em contexto de tamanha complexidade, envoltos por condicionantes de segurança de extrema importância e, ainda, numa corrida contra o tempo, é de considerar a extrema dificuldade que representa a procura do desejo comum, entre destroços e vidas perdidas e situações habitacionais precárias. No entanto, confiar na interpretação subjectiva de indivíduos que, por um lado, não pertencem ao grupo, por outro, têm à sua disposição fracos meios de observação das relações estabelecidas entre o grupo e o seu meio, reduz sobremaneira a capacidade do futuro espaço para ser lugar de promoção do desenvolvimento comum.

Os casos particulares analisados dizem respeito apenas a intervenções por empreitada do CPR, o que significa que a população-alvo eram indivíduos com fracos rendimentos económicos e que tiveram - na maior parte - direito à totalidade do apoio à reconstrução. Este facto pode estimular considerações que menosprezem o envolvimento da população no processo de projecto, já que as habitações lhes foram «oferecidas», não lhes competindo, portanto, fazer qualquer tipo de exigência. No entanto, esta perspectiva não considera o fim último da habitação. As questões de segurança (tão exigentemente trabalhadas neste processo de reconstutivo) bem como a melhoria das questões de salubridade nas habitações (que se deveria contrapor às habitações de construção antiga, pouco arejadas e extremamente húmidas), indicam, pela parte das entidades governamentais, uma preocupação relativamente ao bem-estar das populações e à melhoria da sua qualidade de vida. No entanto, essa atitude, se tomada de um ponto de vista paternalista, pode cair na suposição de que essas casas nada tinham de conforto ou que em nada proporcionavam

³³¹ TURNER, John F. C. – *Housing by people: towards autonomy in building environments*. Maryon Boyars: London, 1976. Pág.6

relações espaciais capazes de promover uma boa qualidade de vida aos seus habitantes. Perante o argumento «é melhor ser rico e feliz do que pobre e tradicional», Amartya Sen diz-nos: «a questão mais grave diz respeito à fonte de autoridade e legitimidade. Se e quando se verifica que alguns aspectos da tradição, necessários por razões de vária ordem, não podem ser mantidos por causa das mudanças económicas e sociais, a decisão da escolha envolve um problema de avaliação iniludível. Trata-se de uma escolha que a população implicada tem de enfrentar e apreciar. Esta escolha constitui um problema que nem está encerrado (como muitos defensores do desenvolvimento parecem sugerir), nem cabe exclusivamente à decisão da elite dos «guardiões» da tradição (como muitos cépticos do desenvolvimento parecem presumir).³³²

³³² SEN, Amartya – *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva, 2003. Pág.46

DO ORGANICISMO DA ARQUITECTURA VERNACULAR À ARQUITECTURA INCREMENTAL

O olhar sobre a arquitectura «sem pedigree»³³³ (vernacular, anónima, espontânea, rural,... dependendo da situação) no sentido da análise da sua imutabilidade³³⁴, poderá ser um caminho para a interpretação do modo de actuação de um indivíduo perante o seu meio, e da forma como apropriada e dá significado ao espaço que habita. No entanto, à imutabilidade de que nos fala Rudofsky, contrapõe-se a mutabilidade a que esta está predisposta. Quando o autor nos diz que a arquitectura vernacular é imutável porque corresponde perfeitamente às necessidades do seu habitante, podemos olhar sobre essa perfeição no sentido de perscrutar capacidade dos seus habitantes para a transformarem ao longo dos tempos, segundo as novas imposições dos vários «tempos actuais» que aí têm lugar. Essa evolução é muito característica da arquitectura vernacular, sempre em constante adaptação às necessidades quotidianas e implantando-se de forma orgânica no território envolvente da casa. Tendendo a utilizar-se o menor número de recursos e meios, ao nível da implantação, as expansões construídas vão tomando formas que se adequam ao terreno existente, quer ao nível da área, quer ao nível das altimetrias e da cota de implantação. No contexto da arquitectura vernacular, o processo de projecto tem origem num tempo muito anterior àquele em que é possível a sua realização e pode estender-se ao longo de várias gerações, sendo paulatinamente pensado e executado, adaptando-se constantemente às novas exigências. Os novos espaços, servindo um propósito muito específico, estabelecem relações de proximidade/afastamento ao espaço nuclear da habitação que estão sujeitas a condicionantes plenamente reconhecíveis e aceites pelos seus habitantes. Acresce o facto de que o espaço imaginado, de formas simples e materiais de uso corrente, é visualizado *in situ* vezes sem conta e, ainda, frequentemente realizado pela própria mão dos habitantes ou sob o seu olhar atento. Assim, a obra poderá ainda ser alvo de alterações durante a fase de obra, em jeito de maquete de estudo à escala real, o que, tornando muito curta a distância entre o objecto de desejo e o objecto realizado,

³³³ RUDOFSKY, Bernard - *Architecture without architects: A short introduction to Non-Pedigreed Architecture*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1969

³³⁴ *Idem*

significa uma maior aproximação à concretização perfeita do imaginado. Será talvez por esse motivo que a maioria dos inquiridos afirma que a sua casa antiga tinha melhores condições do que a nova. Todos consideram que o bom da reconstrução assenta no facto de lhes ter sido concedida ajuda que possibilitasse a construção de *uma* casa; *um* abrigo, pois suportar economicamente essa obra, de raiz, ter-lhes-ia resultado impossível. No entanto, a (grande) parte que afirma ter preferido (re)construir a sua antiga casa, não apresenta motivos saudosistas relacionados com a imagem da antiga habitação/aldeia mas, sim, com a funcionalidade dos espaços, adaptada ao seu quotidiano. A ideia subjacente ao prolongar do processo de projecto por três tempos distintos (ideia/projecto, obra, alteração/adaptação), consiste na crítica constante, em todas as fases mas, principalmente – e em muito característica da arquitectura vernacular- nos momentos posteriores à conclusão da obra. Nesse sentido, a arquitectura vernacular engloba dois conceitos distintos, de extrema importância para a concepção do processo de projecto levada a cabo por projectistas:

- i) Propor uma flexibilidade capaz de dar lugar à experiência e adaptação continuadas; a importância de «construir o inacabado»³³⁵;
- ii) Reconhecer a continuidade do projecto após a conclusão da obra (se é que, nalgum momento, se pode considerar concluída)³³⁶

As novas habitações concentrariam toda a actividade privada num só edifício, ficando de parte a construção das dependências da habitação, ainda que a legislação³³⁷ assim o previsse para os casos em que estas fossem representativas no caminho para a reposição da normalidade das actividades agrícolas.

³³⁵ LERUP, Lars - *Building the Unfinished*. London: Sage Publications, 1977

³³⁶ REYNOLDS, Michael, in *Garbage Warriors*(Filme). Realização: Oliver Hodge. EUA, 2007

³³⁷ Segundo o disposto no Decreto Legislativo Regional nº15-A/98/A.

DO MIMETISMO DA IMAGÉTICA À FENOMENOLOGIA

Os projectos para as novas habitações tentariam reproduzir algumas das características das habitações do passado, no entanto, considera-se que esta análise terá sido mais imagética do que fenomenológica, como se verifica no caso do mimetismo do balcão de entrada. Apesar de se recuperar o elemento e não só a sua imagem, a sua execução, com os muros altos que não deixam transparecer a escada e com a sua posição relativa à rua, desvenda-se a sua base conceptual que remete mais à imagem do que à performance, é mais ideológica do que prática. Não significa, esta observação, que a aplicação do elemento *balcão* segundo a sua posição no espaço e configuração originais, se viesse a reflectir com sucesso na reprodução da sua *função latente*³³⁸ original de espaço convidativo, na realidade da conjuntura social actual. O caso do sótão é semelhante ao do *balcão* mas tem repercussões mais profundas ao nível da habitabilidade. A pendente do telhado foi desenhada em clara concordância com aquela das casas tradicionais. Se, nas casas antigas, as águas furtadas não eram aproveitadas (pois implicaria a existência de uma estrutura mais sólida), nas novas habitações essa evolução poderia ter sido sugerida mediante ligeiras modificações do projecto original, permitindo uma adaptação futura pela mão dos habitantes que a desejassem. Essa possibilidade de desenvolvimento posterior, mediante o incentivo e acompanhamento dos projectistas, seria uma mais-valia da apropriação da nova habitação, bem como na atribuição de significado à mesma, pela mão dos habitantes, como anteriormente. O sucesso da obra será tão mais atingido quanto se tiverem em conta a capacidade da arquitectura para formular novos discursos, proporcionar novas formas de habitar os espaços e possibilitar novas relações entre os seus indivíduos. A criação que vise a oportunidade de experiência, ao invés da determinação das práticas é uma intervenção que tem em conta a potencialidade do existente, sem pressupor ou determinar. A linguagem deve ser entendida para proporcionar novas formas da sua utilização. Abordar o entendimento de uma forma estática e estanque, que se limita à reprodução do passado, negligencia a criação de novos modos de ocupar o espaço.

³³⁸ Ver capítulo 2.3 da Primeira Parte.

DA PRIORIDADE E DA EXPECTATIVA

E há sempre o sismo; ainda, repetido inúmeras vezes pelas imagens do seu legado: a destruição e o novo, ou simplesmente uma imagem algo aproximada ao vazio, ainda que com matéria - verde ou (des)construída; de memórias que já não são ali projectadas; memórias do abandono. Haveria que lhe dar novos espaços, novas ocupações, proporcionar essa circunstância. Talvez num biomimetismo, transpondo os princípios de Lavoisier para o palimpsesto que é a obra arquitectónica, possamos entender que recordamos não só pela memória, mas pela constante interpretação e adaptação das mesmas no nosso pensamento e na nossa transposição desses pensamentos para o que nos envolve, e, portanto, que precisamos de experiência e de transformação. É necessário continuar usando o palimpsesto, escrever com o que ali esteve ou com os seus sugestivos restos mortais. Transformar-se aqueles espaços é imperativo, potenciar novos tipos de encontro naqueles que foram antes espaços de intimidade e recolhimento. Dê-se-lhes, aí, agora, espaço de encontro colectivo, de partilha dessas memórias comuns, de criação de novas relações entre este meio e os indivíduos que uma vez o habitaram ou conheceram. A dor da perda não pode ser substituída pela inacção, pois permanecerá. A ruína confirma; está, persiste. Representa todo o inverso da superação: sugere constantemente a perda, a perenidade do problema, relembra a inconstância do viver açoriano. A inoperância sobre o espaço público não revela, no entanto, apenas um atraso ou negligência das entidades reguladoras do processo. Revela-nos também, que a população habitante se vê desresponsabilizada em relação à actuação nesses espaços. Essa atitude, podendo revelar-se já anteriormente ao sismo, traduz a hyper-regulação do espaço público que vivemos actualmente. A liberdade de agir perante um espaço que «é de todos» vê-se actualmente bastante condicionada, facto que não permite a criação de novas experiências de ocupação do mesmo e que produz uma posição expectante, passiva. Os habitantes coloca-se à margem das intervenções porque estas não lhes dizem respeito, não lhes cabem a eles as decisões relativas ao que é público. A participação dos sinistrados na construção do novo habitat também lhes concerne Assim, as distâncias produzidas entre os vizinhos são cada vez maiores, já que entre a sua habitação

e a contígua, e entre o seu loteamento e o próximo aglomerado de casas, existe um espaço que não lhes pertence. E se considerarmos ainda a dispersão das habitações provocada pela realocização, o cenário fica ainda mais agravado. Partindo da ideia de distância também enquanto espaço temporal, ou seja, se considerarmos o tempo subjectivo dos percursos, esse facto fica ainda mais agravado. A comparação inevitável entre as distâncias do *antes* e do *agora* projectam um peso acrescido à capacidade de relacionamento comunitário. Se pensarmos, a título de exemplo, no percurso que deverá percorrer uma criança para ir sozinha brincar com outra - situação muito recorrente num lugar destas dimensões - esta distância, aos seus olhos e aos dos pais, está mais dependente do ritmo de casas habitadas que se encontra nesse caminho e não tanto do tempo que a criança levará a chegar ao seu destino. Um lugar seguro é um lugar habitado. Estas distâncias são vazias de habitantes e de qualquer tipo de fenómeno social; a segurança estrutural das construções traduziu-se na – aparente e psicológica - «insegurança» das ruas. Está claro que não se fala de insegurança em termos de criminalidade, mas sim daquela à qual se opõe a tranquilidade de frequentar locais habitados; o conforto da supervisão vizinha das crianças. Além disso, a carência de espaços de encontro e produção social que já existia anteriormente, vê-se amplamente alargada com a inexistência de mercearia ou *botequim* (das duas que existiam anteriormente). A igreja e o Império são os únicos espaços colectivos de encontro social e representam encontros pontuais e pouco democráticos no que diz respeito à discussão, já que a sua existência se baseia em crenças religiosas que não são capazes de promover a aceitação da diferença ideológica.

(Re)construir o lugar, não será, portanto, construir apenas espaços cuja função é abrigar determinado número de pessoas, ainda que falemos de habitação permanente. Será, muito para além disso, a construção de um novo espaço existencial. O arquitecto deverá caminhar no sentido de uma construção que não cometa um etnocídio, por um lado, mas também que não se prenda a revivalismos que impeçam uma reinvenção cultural.

Bibliografia

- ARENDT, H. (2007). *Responsabilidade e Juízo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BACHELARD, G. (2008). *A poética do Espaço* (2ª ed.). (A. d. Danesi, Trad.) São Paulo: Martins Fontes.
- CAMPOS, V. (1983). *Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores*. Odivelas: Europress.
- CÉSAR, C. (2008). In *Sismo 1998 - Açores. Uma Década Depois*.
- CONNERTON, P. (1993). *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta Editora.
- CONTENTE, J. (1998). Acta da Reunião da Assembleia Regional de 9/9/1998.
- CONTENTE, J. (2008). Futuro em Segurança. In *Sismo 1998 - Açores. Uma década depois*.
- CORBOZ, A. (2005). El territorio como un palimpsesto. In Á. M. RAMOS (Ed.), *El Urbano en 20 autores contemporáneos*. Barcelona: Edicions UPC.
- COSTA, C. d. (1991). *Etnologia dos Açores* (Vol. 2). (R. d. Martins, Ed.) Lagoa, Ilha de São Miguel, Açores: Câmara Municipal da Lagoa.
- DAVIS, I. (1980). *Arquitectura de Emergencia*. Barcelona: Gustavo Gili.
- DERRIDA, J. (1993). *Le monolinguisme de l'autre ou la prothèse d'origine*. Paris: Galilée.
- DOMINGUES, Á. (2011). *A vida no campo*. Porto: Dafne.
- GRUNTHAL, G. (Ed.). (1998). *European Macroseismic Scale 1998*. Luxemburgo.
- FOUCAULT, M. (s.d.). *Microfísica do Poder*. Obtido em 2014, de <http://geffoucault.blogspot.com.br/p/livros-para-download.html>.
- FRAGA, A. M. (2008). Apontamentos sobre a intervenção local. In *Sismo 1998 - Açores. Uma década depois*.

- FREITAS, S. S. (1999). *Vidas Abaladas. Repercussões do Sismo de 1998*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas., Antropologia. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- FRIEDMAN, Y. (2006). *Pro Domo*. Barcelona: Actar.
- GIEDION, S. (1973). *Space, time and architecture*. Cambridge: Harvard University Press.
- HALBAWCHS, M. (1992). *On Collective Memory*. Chicago: Chicago University Press.
- HEIDEGGER, M. (2003). *A Caminho da Linguagem*. São Paulo: Editora Vozes.
- Hodge, O. (Realizador). (2007). *Garbage Warriors* [Filme].
- How to maintain a civic presence. (s.d.). *LOTUS 152*.
- INNERARITY, D. (2006). *O Novo Espaço Público*. Lisboa: Teorema.
- Instituto Histórico da Ilha Terceira. (1984). O Culto do Espírito Santo e a Simbólica do Império. *II Colóquio Internacional de simbologia*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- IOMMI, G. (1985). Teoría de la interrupción. In C. GIROLA, G. IOMMI, A. CRUZ, & F. Méndez, *Diez separatas del libro no escrito. Crónicas de las Proclamaciones de la Travesía al Mar Dulce o Desembocadura Urbana de la hidrografía de América Latina*. Valparaíso: Ediciones Escuela de Arquitectura UCV.
- Llorens, V. M. (2004). *Las Herramientas del Arquitecto*. Valencia.
- LOBÃO, C. (2008). Faial, Terra de Sismos e Vulcões. In S. C. OLIVEIRA, A. COSTA, & J. C. NUNES (Edits.), *Sismo 1998 - Açores. Uma década depois* (p. 741). Açores.
- MACEDO, A. L. (1981). *História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta* (Vol. I). Açores: Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- MACHADO, J. P. (1977). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (3ª ed., Vol. II). Lisboa, Portugal: Livros Horizonte.
- MAZZANTI, G. (2013). A Space of Parallel Experiences: The possibility of the Public. (P. Nicolin, Ed.) *Lotus , 152* (Capability in Architecture).

- MAZZANTI, G. (2013). Spazio collettivo vs spazio pubblico. (P. Nicolini, Ed.) *LOTUS* (Capability in Architecture).
- NASCIMENTO, F. (2008). O Sismo de 9 de Julho de 1998 e a Reconstrução. In *Sismo 1998 - Açores. Uma Década Depois*.
- NEMÉSIO, V. (1956). *O Corsário das Ilhas*. Lisboa: Bertrand.
- NUNES, J. C., FORJAZ, V. H., & OLIVEIRA, C. S. (2004). Catálogo Sísmico da Região dos Açores. *SÍSMICA 2004 - 6ª Conferência Nacional de Sismologia e Engenharia Sísmica*.
- OLIVEIRA, C. S., COSTA, A., & NUNES, J. C. (Edits.). (2008). *Sismo 1998 - Açores. Uma década depois*. Horta, Açores, Portugal.
- PORTEIRO, P. M., & RAPOSO, A. (2008). O processo de ordenamento do território implementado nas freguesias do norte do Faial. O caso particular da Ribeirinha. In *Sismo 1998 - Açores. Uma década depois*. Açores.
- RAPOPORT, A. (2003). *Cultura, Arquitectura y Diseño*. Barcelona: Edicions UPC.
- RAPOPORT, A. (1990). *The meaning of the Built environment. A nonverbal communication approach*. Arizona: The University of Arizona Press.
- RIBEIRO, L. d. (1982). *OBRAS Etnografia Açoriana* (Vol. I). Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores: Instituto Histórico da Ilha Terceira - SREC.
- RODRIGUES, R. (2013). *Ilha do Fayal - Séc. XX - crises sísmicas - 1926* (Vol. I). Horta, Açores: Telégrafo.
- SCHNEIDER, L., & BONJEAN, C. M. (Edits.). (1973). *The idea of culture in the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SEN, A. (2003). *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva.
- SENOS, M., ALVES, P. M., VALES, D., CRUZ, J., SILVA, M., & CARRILHO, F. (2008). O Sismo de 9 de Julho de 1998 nos Açores e a crise sísmica associada - dez anos depois. In *Sismo 1998 - Açores. Uma Década Depois*.
- SMITH, N. (11 de 06 de 2006). *Social Sciences Research Center*. Obtido em 2013, de Understanding Katrina: <http://understandingkatrina.ssrc.org/Smith/>

SORIANO, F. (2012). La mano del gigante y la gota de agua (sin_gesto). *Práticas de Arquitectura. Projecto, Investigação e Escrita*. Porto: FAUP.

TURNER, J. F. (1972). *Freedom to build, dweller control of the housing process*. New York: The Macmillan Company.

TURNER, J. F. (1976). *Housing by people: towards autonomy in building environments*. London: Maryon Boyars.

VELOSO, C. (Out-Nov de 2008). A cidade do meu desejo. *Jornal Arquitectos* .

VIEIRA, R. (2008). O Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores no Sismo de 1998. In *Sismo 1998 - Açores. Uma década depois*.

ANEXOS

ANEXO 1

ESCALA MACRO-SÍSMICA EUROPEIA DE 1998

| Grau de Intensidade | Definição | Descrição dos efeitos observados (resumidos) |
|---------------------|---------------------------------|---|
| I | Não sentido | Não sentido. |
| II | Raramente sentido | Sentido apenas por muito poucas pessoas que se encontram em repouso. |
| III | Fraco | Sentido dentro de casa por algumas pessoas. As pessoas em repouso sentem um balanço ou um leve tremor. |
| IV | Amplamente sentido | Sentido dentro de casa por muitas pessoas e, por muito poucas fora de casa. Algumas pessoas acordam. As janelas, portas e loiças chocalham, com algum ruído. |
| V | Forte | Sentido dentro de casa pela maior parte das pessoas e, por algumas fora de casa. Muitas pessoas acordam. Algumas pessoas ficam assustadas. Os edifícios tremem. Os objectos suspensos balioçam grandemente. Pequenos objectos são deslocados. Portas e janelas abrem-se e fecham-se. |
| VI | Ligeiramente danificador | Muitas pessoas assustam-se e correm para fora de casa. Alguns objectos caem. Muitas casas sofrem danos ligeiros não estruturais, como pequenas fendas e queda de pequenos pedaços de estuque. |
| VII | Danificador | A maior parte das pessoas assusta-se e corre para fora de casa. A mobília é arrastada e caem muitos objectos de prateleiras. Muitos edifícios normais, bem construídos, sofrem danos moderados: pequenas rachas nas paredes, queda de estuque, caem partes de chaminés; os edifícios mais velhos podem apresentar grandes rachas nas paredes e queda de paredes interiores (de enchimento). |
| VIII | Pesadamente danificador | Muitas pessoas têm dificuldade em se manter de pé. Muitas casas têm grandes rachas nas paredes. Muitos edifícios normais, bem construídos, sofrem queda de paredes, enquanto os edifícios mais frágeis e velhos podem colapsar. |
| IX | Destrutivo | Pânico geral. Muitas construções fracas, colapsam. Mesmo edifícios normais, bem construídos, apresentam danos severos: queda de paredes e colapso estrutural parcial. |
| X | Muito destrutivo | Muitos edifícios normais, bem construídos, colapsam. |
| XI | Devastador | A maior parte dos edifícios normais, bem construídos, colapsam; mesmo alguns com boa desenho anti-sísmico são destruídos. |
| XII | Completamente devastador | Quase todos os edifícios são destruídos.. |

ANEXO 2

RELAÇÃO DE DANOS E RESPECTIVAS INTENSIDADES NA ESCALA DE EMS 98 (ADAPTADA DE SILVA,2005)

IN O SISMO 1998-AÇORES.UMA DÉCADA DEPOIS,2008

| LOCAL | Nível de danos | Intensidade (EMS-98) |
|--------------------------------|----------------|-------------------------|
| Ribeirinha (Faial) | 4 e 5 | VIII |
| Salão (Faial) | 3,4 e alguns 5 | VII a VIII |
| Pedro Miguel (Faial) | 3,4 e alguns 5 | VII a VIII |
| Cedros (Faial) | 3 e 4 | VII |
| Flamengos (Faial) | 3 e 4 | VII |
| Lombega (Faial) | 3 e 2 | VI a VII |
| Praia do Almoxarife (Faial) | 2 e 3 | VI |
| Feteira (Faial) | 2 e 3 | VI |
| Conceição (Faial) | 2 e 3 | VI |
| Matriz (Faial) | 2 e 3 | VI |
| Angústias (Faial) | 2 e 3 | VI |
| Praia do Norte (Faial) | 1 e 2 | V a VI |
| Castelo Branco (Faial) | 1 | Não superior a V |
| Capelo (Faial) | 1 | Não superior a V |
| Norte Pequeno (Faial) | 1 | Não superior a V |
| Valverde (Pico) | 3 e 2 | VI a VII |
| Almagreira (Pico) | 3 e 2 | VI a VII |
| Madalena (Pico) | 2 e 3 | VI |
| Santa Luzia (Pico) | 1 e 2 | V a VI |
| Candelária (Pico) | 1 | V |
| S. Mateus (Pico) | 1 | V |
| S. João (Pico) | 1 | V |
| Cais do Pico (Pico) | 1 | IV a V |
| S. Roque (Pico) | 1 | IV a V |
| Lages (Pico) | Sem danos | IV |
| Ribeiras (Pico) | " | IV |
| Santo Amaro (Pico) | " | IV |
| Piedade (Pico) | " | III |
| Calheta do Nesquim (Pico) | " | III |
| Rosais (S. Jorge) | 1 | V |
| Velas (S. Jorge) | Sem danos | Não superior a IV |
| Calheta (S. Jorge) | " | Não superior a IV |
| Ponta leste da ilha (S. Jorge) | " | III |

ANEXO 3

CATÁLOGO SÍSMICO DA REGIÃO DOS AÇORES VERSÃO 1.0 (1860-1998)

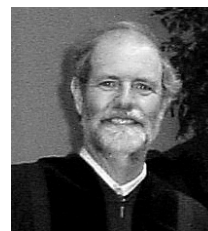
IN SÍSMICA, 2004



João C. NUNES
Professor Auxiliar
Univ. Açores
P. Delgada- Açores



Victor H. FORJAZ
Professor Associado
Univ. Açores
P. Delgada- Açores



C. Sousa OLIVEIRA
Professor Catedrático
Instituto Sup. Técnico
Lisboa

SUMÁRIO

Os catálogos sísmicos regionais constituem ferramentas fundamentais de pesquisa sísmológica, sobretudo para estudos de avaliação da perigosidade (*hazard*) e do risco sísmico. Assim, o “Catálogo Sísmico da Região dos Açores- CSRA”, em suporte CD-ROM, revê, complementa e actualiza informação sísmológica disponível sobre os Açores, dispersa por diversas fontes e por vezes de difícil acesso. Constituindo um documento dinâmico, susceptível de actualizações e revisões futuras, o “CSRA” inclui presentemente informação para cerca de 900 abalos sentidos no arquipélago entre 1850 e 1946, para aproximadamente 6370 eventos inventariados no período 1947-1979 e para cerca de 26 000 sismos ocorridos no período 1980-1998.

1. INTRODUÇÃO

O Arquipélago dos Açores apresenta uma sismicidade importante no contexto nacional, que deriva do seu enquadramento geotectónico, na junção tripla das Placas Euroasiática, Norte Americana e Africana. Essa actividade sísmica está associada quer à tectónica activa dos Açores, quer à actividade vulcânica ocorrida, visto esta última ser antecedida e acompanhada de sismos, por vezes numerosos. Refira-se a propósito que, na dependência directa das erupções vulcânicas que ocorreram no arquipélago dos Açores nos últimos cinco séculos, terão sido vitimadas cerca de 240 pessoas, enquanto que 5345 a 6350 pessoas terão perdido a vida devido a abalos sísmicos ocorridos no mesmo período de tempo [1]. No Quadro 1 apresentam-se os elementos mais significativos relativos aos principais sismos destrutivos que afectaram as ilhas dos Açores após o seu povoamento.

ANEXO 4

CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NAS CONSTRUÇÕES

INTERVENÇÃO DO LREC NA SEQUÊNCIA DO SISMO DE JULHO DE 1998 NO FAIAL E PICO

| | Classe de danos | Descrição geral dos danos | Acções pós-sismo |
|-----|----------------------------|---|--|
| I | Danos não-estruturais | Fendilhação ligeira em reboco. Queda de reboco em zonas limitadas | Não é necessária a evacuação. Reparações em acabamentos. |
| II | Danos estruturais ligeiros | Pequenas fendas em paredes. Queda de rebocos em áreas com dimensões importantes. Danos em elementos não-estruturais como chaminés, cornijas, beirais, etc. A capacidade resistente da estrutura não é reduzida apreciavelmente. | Não é necessária a evacuação. Reparações em acabamentos providenciando a boa conservação do edifício. |
| III | Danos estruturais | Fendilhação generalizada, larga e profunda em paredes. Fendilhação em pilares. Queda de chaminés. A capacidade resistente da estrutura é parcialmente reduzida. | É necessária a evacuação. Torna-se necessário a reparação e o reforço estrutural seguindo-se a reparação de acabamentos. |
| IV | Danos estruturais severos | Brechas em paredes. Queda de panos de parede. Rotura de elementos de ligação de partes do edifício. Cerca de 50% dos elementos estruturais atingem a rotura. A situação do edifício é perigosa. | A evacuação é imperiosa. Torna-se necessário decidir entre a demolição ou a reparação e reforço em profundidade do edifício. |
| V | Colapso | Uma grande parte ou a totalidade do edifício em ruína. | Demolição, remoção dos destroços e reconstrução de raiz. |

ANEXO 5

DADOS DEMOGRÁFICOS

RESULTADOS DOS CENSOS INE

| | | | | | | |
|-------------------------------|------------------|-------------------|---------------------|---------------------|--------------------|------------------------|
| 1991 (7 anos antes) | Total Residentes | Homens Residentes | Mulheres Residentes | Famílias Residentes | Núcleos Familiares | Alojamentos familiares |
| Espalhafatos | 213 | 97 | 116 | 60 | 44 | 88 |
| Total Freguesia | 496 | 238 | 258 | 144 | 113 | 191 |

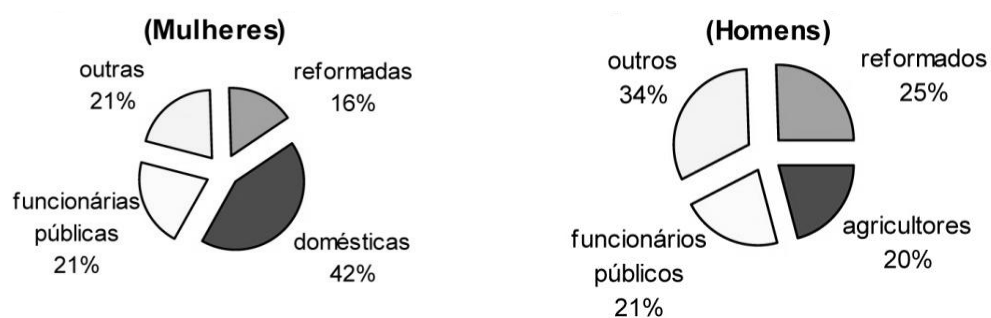
| | | | | | | |
|--------------------------------|------------|-------------------|---------------------|-----------|--------------------|------------------------|
| 2001 (3 anos depois) | Residentes | Residentes Homens | Residentes Mulheres | Famílias | Núcleos Familiares | Alojamentos familiares |
| Espalhafatos | 187 | 97 | 90 | 61 | 51 | 59 |
| Total Freguesia | 439 | 222 | 217 | 138 | 115 | 156 |

| | | | | | | |
|---------------------------------|------------|-------------------|---------------------|-----------|--------------------|------------------------|
| 2011 (13 anos depois) | Residentes | Residentes Homens | Residentes Mulheres | Famílias | Núcleos Familiares | Alojamentos familiares |
| Espalhafatos | 155 | 80 | 75 | 50 | 47 | 60 |
| Total Freguesia | 427 | 221 | 206 | 144 | 126 | 177 |

| | | | |
|-------------------------------|----------|------------|-----------|
| 1991 (7 anos antes) | Primário | Secundário | Terceário |
| Ribeirinha (Freguesia) | 58% | 20% | 22% |

DADOS DEMOGRÁFICOS

FOLHETO JUNTA DE FREGUESIA DA RIBEIRINHA, 2006



Principais actividades profissionais exercidas pelos habitantes da Ribeirinha, 2006



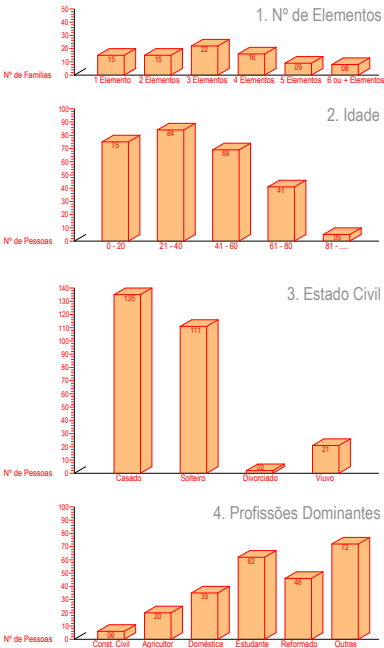
Tempo médio passado na freguesia pelos seus habitantes, 2006

DADOS DEMOGRÁFICOS

RESULTADOS DOS INQUÉRITOS RELATÓRIO DO GABINETE DE RECONSTRUÇÃO DE ÁREA NORTE,1998

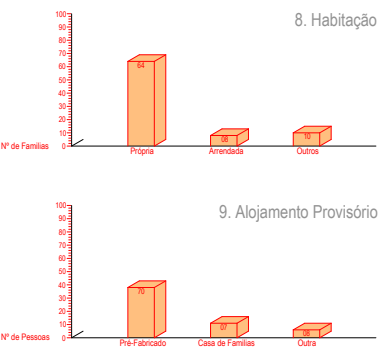
Freguesia de Ribeirinha

Análise comparativa de dados recolhidos através de inquérito
Caracterização do agregado familiar

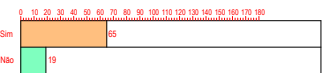


Freguesia de Ribeirinha

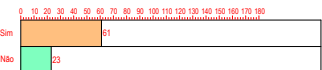
Análise comparativa de dados recolhidos através de inquérito
Caracterização da Habitação



10. A habitação já foi demolida ?

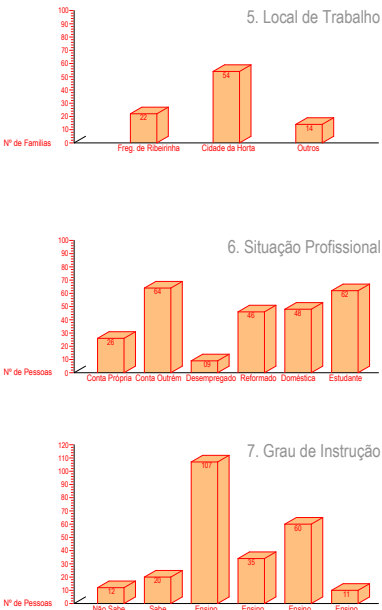


11. Tem terreno na Freg. para construir ?



Freguesia de Ribeirinha

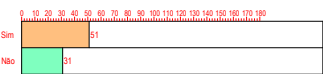
Análise comparativa de dados recolhidos através de inquérito
Caracterização do agregado familiar



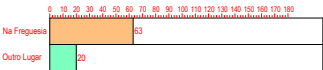
Freguesia de Ribeirinha

Análise comparativa de dados recolhidos através de inquérito
Perguntas de Opinião

12. Pertende construir no mesmo local ?



13. Em caso de não poder construir no mesmo terreno, qual o local que prefere?



14. Equipamentos prioritários na Freguesia



ANEXO 6

EXEMPLAR DE AUTO DE VISTORIA UTILIZADO PARA CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NAS CONSTRUÇÕES APÓS O SISMO DE 1998 ELABORADO PELO LREC

AUTO DE VISTORIA

8/14

1 - DIMENSÕES GERAIS DO IMÓVEL

A = 14.0
B = 25
C = 2.5
T3 = 8.0
6.0
Nº. DE PISOS 1 (2/3 and 4/5)

2 - PAREDES EXTERIORES

| | % |
|---------------------------------|----|
| ALVENARIA DE PEDRA | 60 |
| ALVENARIA DE BLOCOS DE BETÃO | 40 |
| ÁREA IRRECUPERÁVEL | 60 |
| ÁREA DE INTERVENÇÃO A RECUPERAR | 10 |

3 - PAREDES INTERIORES

| | % |
|---------------------------------|----|
| ALVENARIA DE PEDRA | — |
| ALVENARIA DE BLOCOS DE BETÃO | 20 |
| MADEIRA + ESTUQUES | 80 |
| ÁREA IRRECUPERÁVEL | 80 |
| ÁREA DE INTERVENÇÃO A RECUPERAR | 5 |

4 - COBERTURA

| | % |
|-----------------------------------|-----|
| ESTRUTURA DE MADEIRA | 100 |
| ESTRUTURA EM LAJE DE BETÃO ARMADO | — |
| ÁREA IRRECUPERÁVEL | 70 |
| ÁREA DE INTERVENÇÃO A RECUPERAR | 20 |

5 - PAVIMENTOS

| | % |
|---------------------------------|----|
| EM MADEIRA | 60 |
| EM LAJE DE BETÃO ARMADO | 40 |
| ÁREA IRRECUPERÁVEL | 60 |
| ÁREA DE INTERVENÇÃO A RECUPERAR | 20 |

6 - SENSIBILIDADE PESSOAL AOS DANOS GLOBAIS

| | |
|--|----|
| | 60 |
|--|----|

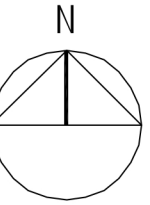
7 - COMENTÁRIOS IMPORTANTES

A TUBOIA TEM ALGUMAS E O SEU PISO (T1)
PISOS DE ESTRADO RECONSTRUÍDO AO PAVILÃO CLAMARE.



98/02/12

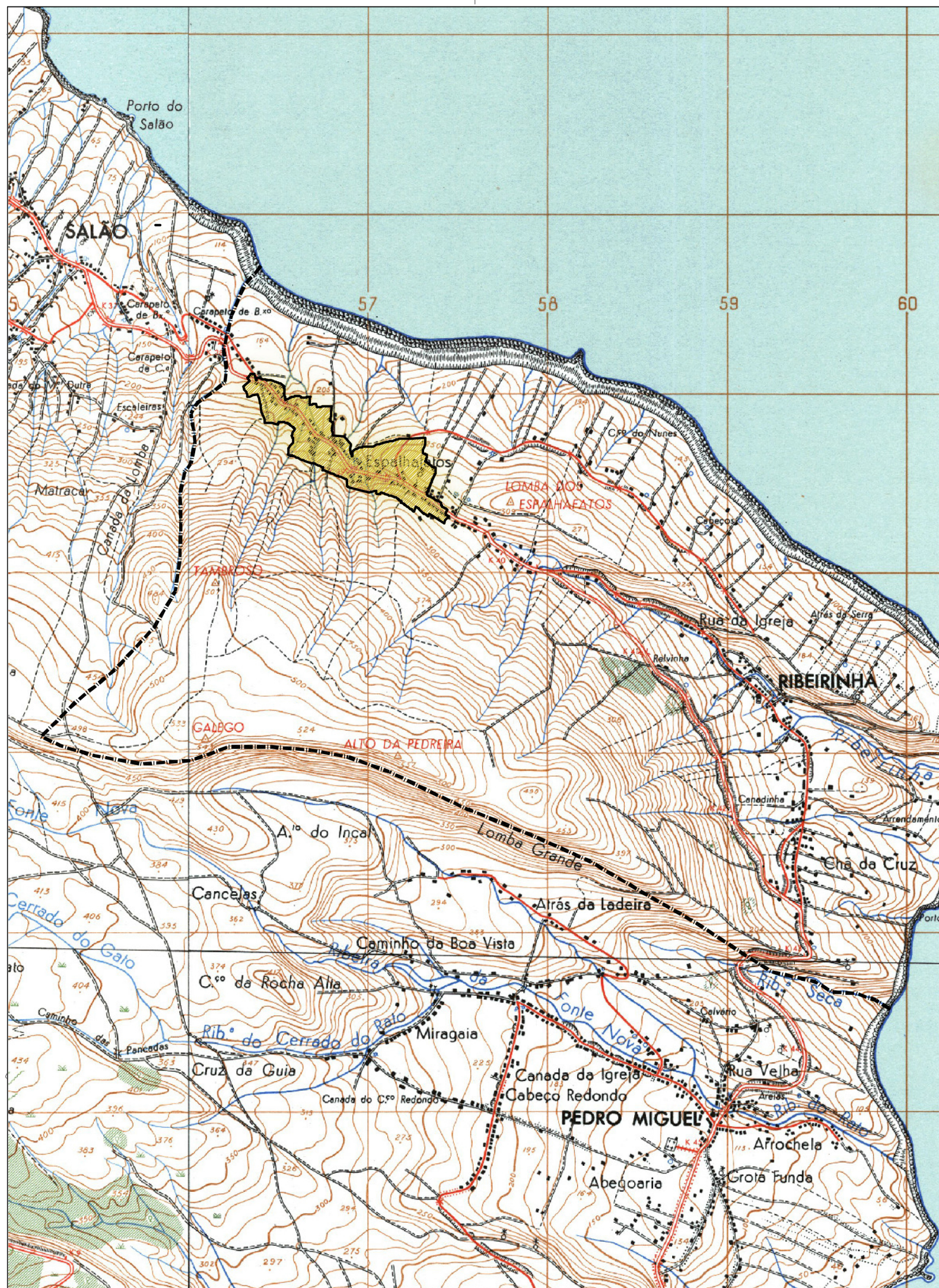
O TÉCNICO

8/14



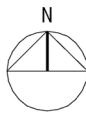
LEGENDA:

-  ÁREA DE INTERVENÇÃO (41,4 ha)
-  LIMITE DA FREGUESIA






ANEXO 18

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO LUGAR DE ESPALHAFATOS NA FREGUESIA DA RIBEIRINHA (ILHA DO FAIAL)



LEGENDA:

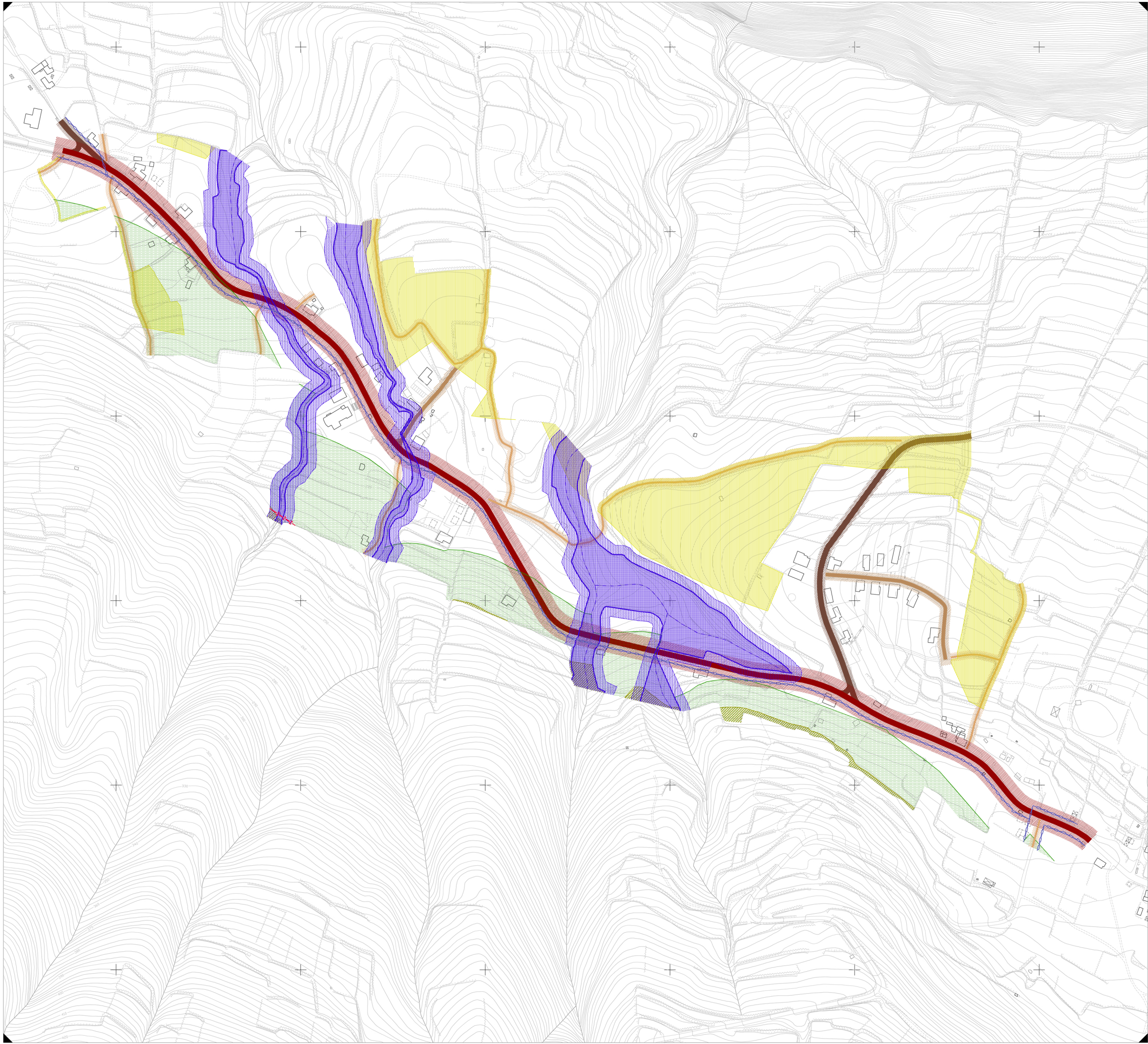
-  LIMITE DO PLANO
-  LIMITE DA FREGUESIA
-  CURVAS DE NÍVEL

REDE VIÁRIA

-  ESTRADA REGIONAL
-  ESTRADA MUNICIPAL
-  CAMINHO MUNICIPAL DE 1ª
-  CAMINHO MUNICIPAL DE 2ª

ANEXO 9

REDE VIÁRIA NO LUGAR DE ESPALHAFATOS



LEGENDA:

- +----- LIMITE DO PLANO
- PERÍMETRO URBANO
- CURVAS DE NÍVEL
- LINHAS DE ÁGUA

CONDICIONANTES

RESERVA ECOLÓGICA

- ÁREA COM ELEVADO RISCO DE EROSIÃO HÍDRICA DO SOLO
- ÁREA COM INSTABILIDADE DE VERTENTES

DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO

- DOMÍNIO HÍDRICO
- LEITOS DOS CURSOS DE ÁGUA

RESERVA AGRÍCOLA REGIONAL

- RESERVA AGRÍCOLA REGIONAL

INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS

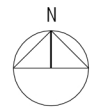
- REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS
- LINHAS ELÉCTRICAS DE ALTA TENSÃO

INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- ESTRADA REGIONAL (serviço - 10m limite da plat. da via)
- ESTRADA MUNICIPAL (serviço - 6m ao eixo da via)
- CAMINHO MUNICIPAL DE 1ª (serviço - 4,5 m ao eixo da via)
- CAMINHO MUNICIPAL DE 2ª (serviço - 4,5 m ao eixo da via)

ANEXO 10

CONDICIONANTES DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL E GEOLÓGICAS
NO LUGAR DE ESPALHAFATOS



LEGENDA

- LIMITE DO PLANO
- LIMITE DA FREGUESIA
- ESPAÇOS URBANOS
- ESPAÇOS AGRÍCOLAS
- DE USO ARÁVEL PERMANENTE OU OCASIONAL (HORTICULTURA, FRUTICULTURA, PASTAGENS TEMPORÁRIAS MELHORADAS)
- DE USO ARÁVEL OCASIONAL (PASTAGENS PERMANENTES MELHORADAS)
- ESPAÇOS FLORESTAIS
- DE PRODUÇÃO (FLORESTA DE PRODUÇÃO E/OU PASTAGENS PERMANENTES SEMI-MELHORADAS OU NATURAIS)
- DE PROTECÇÃO (MATAS OU MATAS DE PROTECÇÃO E/OU PASTAGENS PERMANENTES NATURAIS)
- ESPAÇOS CANAIS
- REDE RODOVIÁRIA COM FUNÇÕES REGIONAIS (EXISTENTE / A RECLASSIFICAR)
- REDE RODOVIÁRIA COM FUNÇÕES MUNICIPAIS (EXISTENTE / A RECLASSIFICAR)
- REDE RODOVIÁRIA COM FUNÇÕES FLORESTAIS (EXISTENTE / A RECLASSIFICAR)
- LINHAS DE ÁGUA E RESPECTIVAS FAIXAS DE PROTECÇÃO



ANEXO 11

PLANTA DE ORDENAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DA HORTA (EXTRACTO)



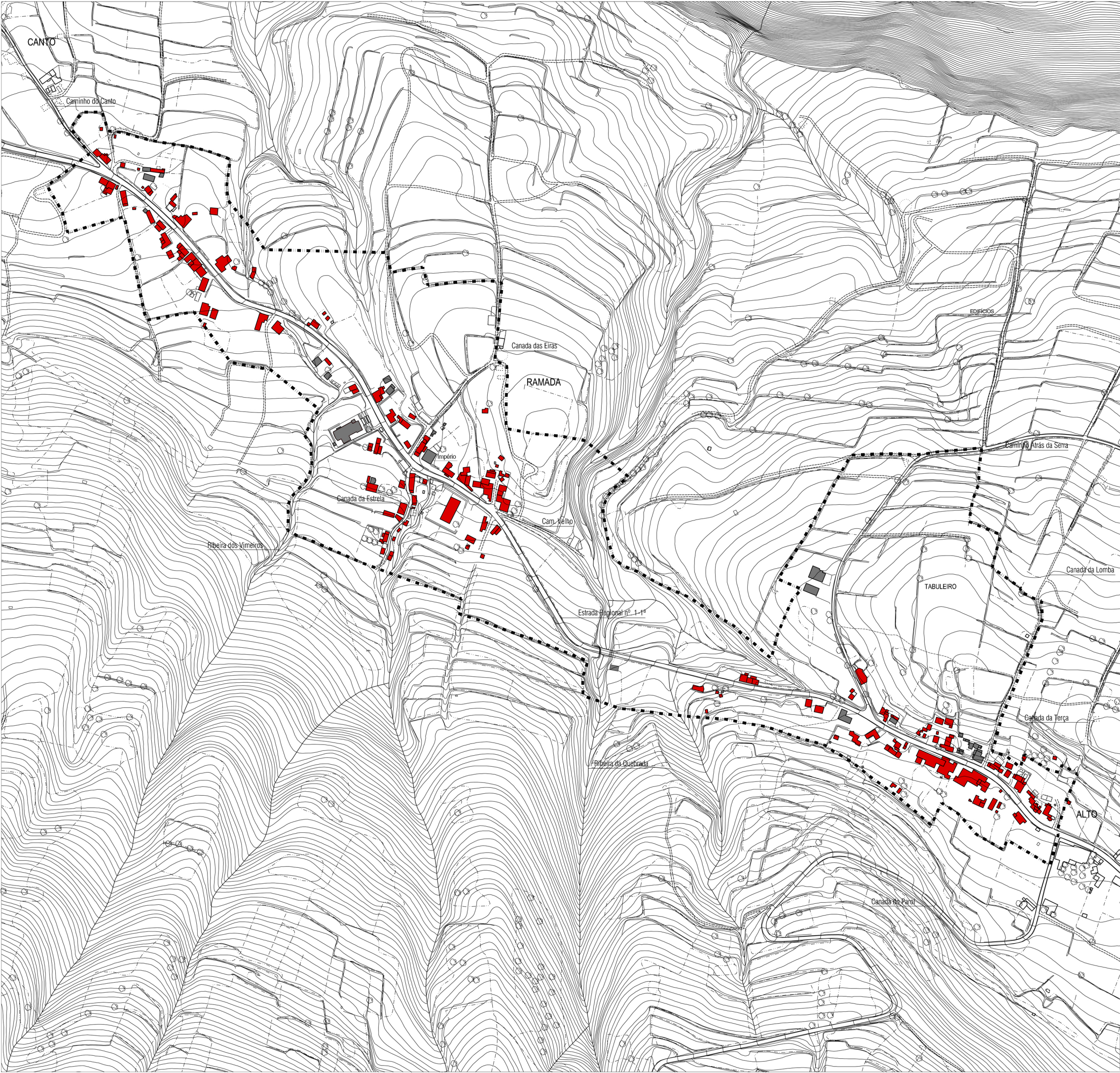
LEGENDA:

- +++++ LIMITE DO PLANO *
- CURVAS DE NÍVEL
- CAMINHOS ASFALTADOS
- CAMINHOS MACADAME
- TALUDES
- LINHAS DE ÁGUA
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES
- CONSTRUÇÕES ACTUALIZADAS
- ⊠ CONSTRUÇÕES EXISTENTES EM RUÍNAS
- ▢ PRÉ-FABRICADOS
- MUIROS
- MUIROS DE PEDRA SOLTA
- SEBES
- ARBORIZAÇÃO EXISTENTE

* Limites definidos para o Plano de Pormenor de Espalhafatos

ANEXO 13

EDIFICADO EXISTENTE ACTUALMENTE NO LUGAR DE ESPALHAFATOS



LEGENDA

- LIMITE DO PLANO
- EDIFÍCIOS EM RUÍNA
- EDIFÍCIOS DESTRUÍDOS OU DEMOLIDOS
- EDIFÍCIOS NÃO DESTRUÍDOS

| SITUAÇÃO ATUAL | | | |
|-----------------------|--------------------------|-----------------------------------|--------|
| | EDIFÍCIOS NÃO DESTRUÍDOS | EDIFÍCIOS DESTRUÍDOS OU DEMOLIDOS | RUÍNAS |
| HABITAÇÃO | 6 | 55 | 5 |
| ATAFONAS / ANEXOS | 11 | 28 | 9 |
| EQUIP. / COM. / SERV. | 3 | - | - |
| TOTAL | 20 | 83 | 14 |
| % | 16% | 71% | 13% |

ANEXO 14

PLANTA DE CONSEQUÊNCIAS DO SISMO DE 1998 NO EDIFICADO DO LUGAR DE ESPALHADOS

ANEXO 15

EDIFICADO PRÉ-EXISTENTE





ANEXO 16

RUÍNAS E EDIFICADO DEVOLUTO EM ESPALHAFATOS



ANEXO 17

MEMÓRIAS DO ESPAÇO PÚBLICO ANTIGO EM ESPALHAFATOS



ANEXO 18

ELEMENTOS DO ESPAÇO PÚBLICO EXISTENTES ACTUALMENTE EM ESPALHAFATOS



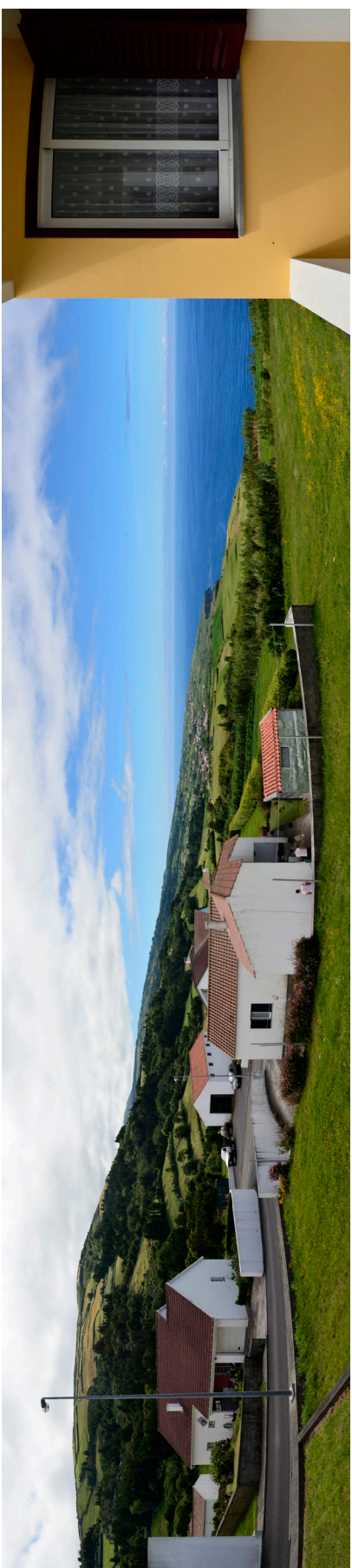
ANEXO 19

LOTEAMENTO DO TABULEIRO









ANEXO 20

LOTEAMENTO DAS CANADINHAS



